





**SOCIEDADES SUL-AMERICANAS:
O QUE DIZEM JOVENS E ADULTOS
SOBRE AS JUVENTUDES**

*Análises a partir da pesquisa Juventudes Sul-americanas:
diálogos para a construção da democracia regional*



**SOCIEDADES SUL-AMERICANAS:
O QUE DIZEM JOVENS E ADULTOS
SOBRE AS JUVENTUDES**

DIEGO SEGOVIA
ELIANE RIBEIRO
ERICK IÑIGUEZ
FELIPE GHIARDO
LAURA NOBOA
OSCAR DÁVILA
PATRÍCIA LÂNES
REGINA REYES NOVAES
VERÓNICA FILARDO

iBase
etinho



CIDPA
Centro de Estudios Sociales



BASE
investigaciones sociales

**COTIDIANO
MUJER**



IDRC  **CRDI**

ISBN: 978-956-7914-06-7

Sociedades sul-americanas: o que dizem jovens e adultos sobre as juventudes

© Una publicación de IBASE y PÓLIS

Primera edición, junio de 2009

De esta primera edición se tiraron 3.000 ejemplares

Edición al cuidado de OSCAR DÁVILA, Centro de Estudios Sociales

CIDPA

INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS:

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)

Av. Rio Branco 124 Piso 8 Rio de Janeiro Brasil

Sítio Web: www.ibase.br

Fono: (55-21) 2178.9400

Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
(PÓLIS)

Rua Araújo 124 Vila Buarque São Paulo Brasil

Sítio Web: www.polis.org.br

Fono: (55-11) 2174.6800

Apoio: Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional
(IDRC)

Diseño y fotografías: GONZALO BRITO, Área Comunicaciones CIDPA

Revisão: JUAN VARGAS CISTERNAS, MARCELO BESSA

e ANACRIS BITTENCOURT

Impressão: Milograph Grafica e Editora, Rio de Janeiro

IMPRESSO EM BRASIL / IMPRESO EN BRASIL / PRINTED IN BRASIL



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 Caracterización general	23
CAPÍTULO 2 Medios de información y uso de internet	59
CAPÍTULO 3 Sobre la juventud: nociones y discusiones	83
CAPÍTULO 4 Valores, sociabilidad y participación social	127
CAPÍTULO 5 Demandas juvenis	177
CAPÍTULO 6 Políticas públicas para los jóvenes	217
CAPÍTULO 7 Integração sul-americana: opiniões e mobilidade	249
CONSIDERACIONES FINALES	281
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	295
ANEXO METODOLÓGICO	299





INTRODUÇÃO

ELIANE RIBEIRO E REGINA NOVAES

Qual é a primeira palavra que vem à sua cabeça quando digo «juventude»? Diversão, liberdade, independência, alegria, futuro, perda, esperança, falta de esperança, responsabilidade ou irresponsabilidade?

AO TODO, 1.851 PALAVRAS foram citadas por 14 mil jovens e adultos entrevistados em uma pesquisa realizada em seis países sul-americanos. É nesse universo de noções contraditórias e de sentimentos ambivalentes que se formulam as demandas da juventude no século XXI por políticas públicas. Compreendê-lo melhor é urgente, caso contrário os próprios programas e ações voltados para a juventude correm o risco de contribuir para cristalizar preconceitos e reproduzir desigualdades sociais.

Esta publicação pretende expandir e aprofundar o conhecimento sobre a juventude sul-americana. Com a perspectiva de contribuir para a vigência e a ampliação de direitos, nos marcos do exercício da democracia plena, o livro apresenta os resultados da pesquisa *Juventude e integração sul-americana: diálogos para a construção de uma democracia regional*. Trata-se de um amplo levantamento quantitativo sobre o contingente populacional entre 18 e 60 anos (jovens e adultos), homens e mulheres, zona urbana e rural, diferentes estratos socioeconômicos. Entre os meses de agosto e outubro de 2008, sob a responsabilidade e coordenação de campo do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), foram entrevistadas 14 mil pessoas nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.¹

1 Nota metodológica em anexo.

10 | Introdução

Considerando que, atualmente, a juventude corresponde a cerca de 25% da população que vive na América do Sul, interessa aos rumos do desenvolvimento e da democracia em cada país compreender os dilemas e desafios que dizem respeito a essa significativa parcela da população. Por um lado, é necessário captar debilidades, vulnerabilidades e obstáculos que se apresentam para o exercício de sua plena cidadania. Por outro, trata-se de conhecer e refletir sobre o alcance das redes de apoio e das políticas públicas que se propõem a reconhecer as atuais demandas juvenis e responder a elas.

De fato, nos últimos anos, tem sido crescente o número de pesquisas voltadas para o estudo dos jovens que vivem no continente. Já existem informações sistematizadas sobre quem são eles, sua amplitude e diversidade; semelhanças e diferenças; como se organizam; como participam; que demandas formulam; que redes de apoio existem; que estratégias constroem para se inserir em suas sociedades. Estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), pela Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outras organizações, trouxeram importantes contribuições para a compreensão da atual questão juvenil.

No entanto, até onde pudemos averiguar, este estudo —coordenado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e pelo Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS), com apoio do Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento do Canadá (IDRC)— é pioneiro em três aspectos. A saber: envolve uma rede de parceiros co-responsáveis; tem a juventude como tema, mas ouve a população jovem e adulta; foi realizada ao mesmo tempo e com o mesmo questionário nos seis países.

Em primeiro lugar, a pesquisa, cujos resultados são apresentados nesta publicação, constitui uma das etapas de um processo iniciado em 2007 com a aproximação de pesquisadores, organizações não governamentais, universidades e centros de pesquisa da região preocupados em qualificar e atualizar informações analíticas sobre a situação dos jovens na região. Trata-se, portanto, de uma *pesquisa realizada por uma rede de parceiros* dos seis países da América do Sul que compõem o espectro da investigação.

Fundación SES (Argentina), PÓLIS (Brasil), Universidad para la Investigación Estratégica en Bolivia (U-PIEB Bolivia), Centro de Estudios Sociales CIDPA (Chile), Base Investigaciones Sociales (BASE-IS

Paraguay) e Cotidiano Mujer e Grupo de Estudios Urbanos y Generacionales, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República (Uruguay). Desta maneira, o trabalho envolve um conjunto de instituições que se tornaram co-responsáveis tanto pela construção do objeto de estudo, quanto pelas estratégias metodológicas e disseminação os resultados.

Em segundo lugar, a motivação para *ouvir jovens e adultos em uma pesquisa sobre juventude*, veio justamente da revisão da literatura disponível e das discussões da rede que apontavam para a necessidade de encontrar novos subsídios para melhor compreender a singularidade da atual condição juvenil. Na perspectiva de contribuir para a produção de informações inéditas, o estudo aqui apresentado busca avançar no debate formulando perguntas ainda não consideradas em outras pesquisas quantitativas feitas com jovens nos diferentes países, tais como: quais são as questões que aproximam ou distanciam os jovens dos adultos que vivem em um mesmo tempo histórico? Até que ponto, e em que temas, existem hoje mais semelhanças entre as opiniões de jovens dos diferentes países do que entre os adultos desses mesmos países? Como adultos e jovens classificam, nomeiam, valorizam e desvalorizam os jovens nos diferentes países? Que diferenças há entre valores e formas de participação social experimentadas por jovens e adultos dos seis países? Como são vistas, pelo conjunto da população, as demandas juvenis mais (re)conhecidas? Qual é a visibilidade e a legitimidade que jovens e adultos atribuem aos programas e ações voltados para a juventude nos seis países? Até que ponto o conhecimento e o reconhecimento de questões que dizem respeito ao tema integração sul-americana sofrem modulações a partir do recorte etário?

O terceiro aspecto pioneiro do estudo, como já foi dito, diz respeito ao *caráter regional de uma investigação realizada com amostras representativas nacionais*. Vale a pena destacar o processo e procedimentos adotados para tornar viável a realização de uma mesma pesquisa, em torno da tematização da juventude, em seis países que estão na esfera do Mercosul.

Esta empreitada, ao nosso ver, só foi possível porque contamos com os subsídios produzidos em dois estudos anteriores, realizados pela mesma rede de pesquisadores, por meio de técnicas de pesquisa qualitativa. Iniciado em 2007, o primeiro estudo sobre coletivos juvenis diversificados foi publicado, em janeiro de 2008, com o título de *Juventudes e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis*. Seis demandas para a construção de uma agenda co-

mum. Foram estudados 19 grupos de diferentes movimentos sociais, desde as formas mais clássicas de participação (estudantes secundaristas, sindicalistas, camponeses) até movimentos ambientalistas e culturais, entre outros.² O segundo estudo, com base em entrevistas e em 38 grupos focais, buscou ampliar o conhecimento sobre as percepções e práticas de jovens participantes de coletivos identitários, temáticos e sindicais. Parte dos resultados desta etapa está presente nas reflexões que compõem o livro intitulado *Ser joven em sudamérica: diálogos para a construcción de la democracia regional*, publicado pelo Centro de Estudos Sociais (CIDPA), do Chile, em coedição com IBASE/PÓLIS/IDRC, em outubro de 2008. Cientes de que nestes dois estudos se focaliza as «minorias juvenis ativas» em cada país, o próximo passo implicava em produzir novas informações que permitissem refletir sobre as continuidades e discontinuidades entre as percepções destes jovens mobilizados em relação à toda a juventude e ao conjunto da população das sociedades onde vivem.

Reconhecendo a importância de lançar mão da complementaridade entre métodos e técnicas de investigação, a pesquisa quantitativa foi, portanto, elaborada como uma oportunidade de refletir sobre hipóteses formuladas no âmbito dos estudos acima citados. Com tais subsídios, enfrentou-se o desafio de construir um único questionário que fizesse sentido para entrevistados de todos os países pesquisados. Por outro lado, não se mostrou viável desenhar uma amostra única para todos os países, o que acabaria por diminuir a presença daqueles que possuem territórios menores e/ou menos populosos. Respeitando as características sociodemográficas de cada país, as amostras nacionais foram construídas de maneira a possibilitar comparações mas, também, de maneira a impedir generalizações apressadas, que sempre ocorrem quando as análises dos dados recolhidos não incorporam uma reflexão sobre as condições de produção de informações em pauta.

Ainda no que diz respeito ao escopo regional da investigação, vale relembrar que a conexão entre produção de conhecimento científico e ação política é um elemento fundamental na constituição da rede de pesquisadores e instituições que se formou, com o apoio do IDRC. Nesse sentido, os estudos produzidos deveriam servir de subsídios para grupos, redes e movimentos juvenis, na perspectiva de incidir sobre o reconhecimento social de suas demandas. Assim como incidir na formulação, implantação e avaliação de políticas públicas voltadas para

2 Relatório disponível em www.ibase.br e www.polis.org.br.

as juventudes da região. Desse ponto de vista, produzir conhecimento, por meio de uma rede de instituições e pesquisadores de seis países da região, favorece a ampliação das possibilidades de incorporação da juventude na pauta dos direitos em cada país e na região como um todo. Sem dúvida, o olhar comparativo de um país para outro é um convite para o aprendizado mútuo, pode gerar novas energias criativas para provocar respostas locais e para motivar conexões regionais.

Enfim, com essas dimensões pioneiras, o objetivo da pesquisa foi conhecer mais a juventude, focalizando um conjunto de relações sociais entre gerações pois não se define «ser jovem» ou «ser adulto» de maneira isolada. Imersos e enredados em complexas e profundas relações, que atravessam de forma objetiva e subjetiva o dia-a-dia de cada um, definições e vivências de jovens e adultos se influenciam mutuamente. Como afirmou Pierre Bourdieu, «somos sempre o jovem ou o velho de alguém» (Bourdieu, 1983:113), ou seja tudo dependerá da seleção etária em que se encontra a outra pessoa da relação comparativa. Ou, como lembra o mesmo autor, «juventude e velhice não são dados, mas construídos socialmente» (Bourdieu, 1983:113).

Entretanto, pensar tais categorias como «socialmente construídas» é apenas um ponto de partida nesta pesquisa, cujo ponto de chegada exige um exercício analítico bastante desafiante e complexo, sobretudo quando se focalizam as diferenças e semelhanças entre os países em destaque. Vejamos alguns desses aspectos que devem ser levados em conta para construir parâmetros de comparação entre tais países.

No que diz respeito à formação econômica, os seis países têm em comum a colonização ibérica, mas suas histórias são diferentes em termos de ciclos de produção e de relações entre classes sociais. Não por acaso, mais recentemente, todos foram atingidos por reformas neoliberais da década de 1980, mas vivenciaram variadas experiências no que concerne à presença do Estado na economia, da liberalização dos mercados, da privatização de setores e serviço, de perdas de direitos trabalhistas. Sem dúvida, isso interfere na percepção do passado e do presente, em nostalgias ou otimismo, e também —direta ou indiretamente— nas avaliações sobre as demandas e as políticas públicas voltadas para a juventude no momento atual. Assim sendo, pode-se dizer que também a economia é afetada por características particulares da «cultura política» de cada país.

No que diz respeito à política, embora todos tenham passado por regimes autoritários, as repercussões dessa experiência não marcaram da mesma forma e com a mesma intensidade a cultura política dos seis

países. As ditaduras não foram diretamente vividas pelos jovens de hoje, mas eles vivem em sociedades que possuem diferentes mecanismos para promover esquecimento ou negociar a memória coletiva. Ao mesmo tempo, em uma pesquisa comparativa entre países, quando se fala em política, também é preciso considerar o diferenciado grau de popularidade dos atuais governantes. Assim como as expectativas por mudanças, sobretudo no caso de governos mais recentes, e a proximidade ou distância do calendário eleitoral também interferem na avaliação positiva ou negativa das políticas públicas em geral e, em nosso caso, daquelas voltadas para a juventude.

No âmbito das crenças e valores —que legitimam ou questionam desigualdades— é importante levar em conta o peso relativo e os diferentes papéis políticos da religião oficial e dominante —ou seja do catolicismo— em cada país. Na realidade, no que diz respeito aos valores, sistemas de crenças e de representações, predominantes em cada país, é preciso sempre considerar os embates históricos específicos da construção social de cada nação. Diferentes combinações entre etnias, raças e nacionalidades constituem historicamente cada população «nacional». Tal constituição produz hierarquias e, sem dúvida, se expressa do decorrer do tempo sobre a forma de preconceitos e discriminações que retro-alimentam desigualdades de classe. Além disso, especificamente no que concerne ao tema deste livro, este passado histórico também interfere na maior ou menor legitimidade atribuída às demandas de diferentes segmentos juvenis diferenciados por estratos socioeconômicos; por ascendência negra; por pertencimento a povos indígenas originários; por viver em diferentes regiões de um país; por viver no campo ou nas cidades.

Ao mesmo tempo, também é preciso considerar que os meios de comunicação têm um papel ativo na disseminação de imagens contraditórias, ambíguas e ambivalentes sobre a juventude, reforçando estereótipos presentes no imaginário social. Nestes tempos em que os meios de comunicação chegam a ser chamados de «quarto poder», é preciso levar em conta as relações dos movimentos juvenis e dos organismos governamentais com a imprensa de cada país. Este aspecto também interfere na visibilidade e no reconhecimento das demandas e dos programas e ações voltadas para a juventude.

Contudo, vejamos o outro lado da medalha. Se é verdade que, nos seis países, jovens e adultos vivem em sociedades com histórias e culturas particulares, hoje, cada vez mais, esses mesmos países estão inseridos em feixes de relações econômicas, políticas e comunicacio-

nais globais. Assim, em ritmo acelerado, misturam-se elementos da cultura local com um estoque de argumentos que —ultrapassando fronteiras nacionais dos países estudados— estabelecem consensos internacionais sobre quais são os «problemas da juventude atual». Assim como, mais do que nunca, entre tais países circulam «recomendações» sobre como solucioná-los.

Nesse mesmo sentido de combinação entre tradição e inovação, também a chamada «tecnossociabilidade» (para usar um termo de Manuel Castells) convive com agências clássicas de socialização (tais como família, escola e igrejas). Ao constatar a importância do uso das novas tecnologias de comunicação (TICS) entre os jovens, é preciso levar em conta tanto as especificidades de cada país, quanto seus efeitos mais gerais sobre representações, práticas e possibilidades dos jovens de hoje.

Todos estes elementos conjugados reafirmam, por um lado, a importância da pesquisa comparativa internacional e, por outro, trazem um importante alerta sobre o cuidado e a cautela que são necessários quando se busca uma costura explicativa para analisar os resultados de uma pesquisa com tal escopo.

Essas preocupações estiveram presentes no grupo de trabalho constituído para analisar os resultados da investigação. O grupo foi formado por pesquisadores participantes das equipes nacionais da Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai e por duas pesquisadoras da equipe responsável pela coordenação geral do projeto, vinculada ao IBASE. Para a realização do trabalho, utilizou-se o banco de dados disponibilizado pela empresa contratada para realizar a pesquisa (IBOPE) e, também, levou-se em conta as análises contidas nos relatórios nacionais que foram produzidos pelas instituições parceiras.³ A redação final de cada capítulo ficou sob a responsabilidade de um membro do grupo de trabalho, que assumiu sua autoria. Ao todo são sete capítulos, que serão apresentados a seguir.

O primeiro capítulo apresenta a população entrevistada, que é caracterizada nas dimensões econômica, educacional, cultural e religiosa, considerando variações por países, sexo, faixas etárias (jovens e adultos). Também são analisadas as informações recolhidas sobre os atuais percursos migratórios entre campo e cidade, entre as cidades

3 Os relatórios elaborados pelas equipes da Fundación SES, PÓLIS, U-PIEB, CIDPA, Base-IS e Cotidiano Mujer e UDELAR estão contidos no CD que acompanha esta publicação.

no interior de um mesmo país e para outros países da região, relacionando-os com as características demográficas e econômicas dos países estudados. Em seu decorrer, o capítulo dialoga com as informações disponíveis e com outras pesquisas sobre os mesmos temas, demonstrando como a persistência de desigualdades sociais se evidencia em questões que atingem particularmente os jovens de hoje. Com efeito, para além do diferenciado grau de abrangência do sistema educativo que caracteriza cada país, em todos eles a atual geração jovem vive o inédito paradoxo de ser mais instruída do que seus pais e —ao mesmo tempo— ter menos oportunidades de trabalho do que a geração que a precedeu.

O segundo capítulo aborda as diferentes dimensões vinculadas ao acesso, aos usos, disposições e desafios impostos pelas novas tecnologias da informação e comunicação (TICS). O capítulo se refere às distâncias de acesso e uso das TICS entre os países estudados e outros países mais desenvolvidos e, também, constata distâncias entre os seis países estudados no que diz respeito à inclusão digital. No entanto, por outro lado, reconhece que, hoje, a internet chega aos jovens de diferentes classes sociais. Os dados da investigação demonstram também como a idade e a internet se potencializam mutuamente: na Argentina e no Brasil, os jovens utilizam a rede duas vezes mais que os adultos; no Chile, Bolívia e Uruguai, três vezes mais; e no Paraguai, quatro vezes mais. Certamente, determinadas desigualdades sociais —expressas em anos de escolaridade, nível de renda, local de moradia— influenciam *quanto* e *como* se usa o computador e a internet. Nesse sentido, também vale prestar a atenção nos resultados da pesquisa que sugerem usos complementares e simultâneos da ferramenta internet com outros meios de comunicação e expressão mais tradicionais como rádio, televisão e imprensa escrita. Em resumo, os dados analisados não só ratificam a percepção de que esta é a primeira geração em que as novas tecnologias se embrenham em aspectos relevantes da socialização, da construção de subjetividade e de identidade, das formas de estar no mundo, mas também apontam para desigualdades de acesso e uso e, ainda, para novas combinações entre velhas e novas tecnologias. Tais questões, sem dúvida, deveriam estar obrigatoriamente presentes nos espaços de formulação e implantação de políticas públicas de juventude.

Buscar conhecer percepções definidoras de «juventude» e de «ser jovem» é o que se propõe o terceiro capítulo. Sem dúvida, como já afirmou Pierre Bourdieu (1997), a compreensão sobre o que é a ju-

ventude é difícil de ser controlada, difícil de descrever e difícil de pensar. Confrontando termos, expressões e palavras utilizadas pelos entrevistados, buscou-se inferir significados e compreender adjetivações associadas à juventude. A pergunta era aberta: *Qual a primeira palavra que vem à sua cabeça quando digo «juventude»?* As respostas reuniram 1.851 palavras e expressões. Desse conjunto tão diferenciado, considerando o conjunto de países, destacou-se uma única conclusão: a importância da categoria «responsabilidade» e de dois eventos marcantes no ciclo de vida, a saber o casamento e a chegada dos filhos, não necessariamente em tal ordem. Nessa ótica, os entrevistados solteiros são aqueles que têm a opinião mais positiva sobre a juventude e sobre os atributos de «ser jovem». Assim, à medida que jovens assumem a responsabilidade de outros papéis sociais, «adultizam-se» aproximando-se mais das percepções negativas socialmente disponíveis. Esse corajoso exercício de inserir uma pergunta aberta em uma pesquisa com 14 mil entrevistados deixou evidente uma necessidade: mapear constantemente as concepções sobre *juventude* (e sobre o *que é ser jovem*) que são acionadas tanto para a formulação de demandas quanto para justificar respostas em termos de Programas e Ações voltadas para a juventude. Como se sabe, definições contraditórias habitam os corações e mentes de diferentes atores sociais. Do ponto de vista dos grupos, redes e movimentos este exercício de explicitação pode resultar em maior possibilidade de comunicação com os jovens que estão distantes da participação. Do ponto de vista dos formuladores e gestores de políticas públicas de juventude, é preciso sempre lembrar que concepções implícitas interferem não só nos desenhos de programas, mas também naturalizam indicadores de avaliação.

O quarto capítulo centra na descrição e na análise de aspectos referentes aos valores dos entrevistados, examinando sociabilidades e formas de participação em organizações sociais. Nesse capítulo, há um esforço de construção de um índice de «liberalidade» por meio do qual se comparam os diferentes países. Conclui-se que no primeiro lugar, de «posturas liberais», está o Uruguai e pelo último lugar disputam a Bolívia e o Paraguai. Em termos de modulações de opinião no que concerne ao recorte etário, somente o Uruguai e o Chile apresentam diferenças significativas; na maioria dos países, a idade só influencia na percepção sobre orientação sexual e uso de maconha. Por outro lado, as clássicas diferenças entre nível de renda, grau de escolaridade, área de residência tendem a influir positivamente em direção a valores menos tradicionais. Com essa difícil tarefa de analisar questões liga-

das a representações coletivas, crenças e ideologias (com seus distintos graus de coerência interna e de consciência de quem, por meio delas, se expressa), o capítulo possibilita refletir sobre a atual configuração das relações intergeracionais. De maneira geral, as descontinuidades entre gerações são minimizadas quando se põem em foco desigualdades estruturais e diferenças culturais presentes em cada país. Esse aspecto merece ser mais debatido, sobretudo entre jovens mobilizados em grupos, redes e movimentos que se definem como «juvenis» e entre jovens que participam de organizações sindicais e políticas os quais, muitas vezes, para construir a especificidade de seu próprio protagonismo, exacerbam o conflito geracional entre jovens e adultos.

O quinto capítulo retoma o conjunto das demandas —identificadas por meio das pesquisas qualitativas realizadas nos seis países— para submetê-las à apreciação e à complementação dos jovens e adultos entrevistados. Indagando sobre a prioridade das demandas trazidas pelos jovens sul-americanos ao espaço público, o capítulo ratifica o lugar destacado da *educação*. Não por acaso, as manifestações públicas em torno da educação, que se destacam em diferentes países, possuem alto grau de aceitação dos entrevistados. Na mesma direção, indicando o reconhecimento social dessa demanda, a «baixa qualidade da educação» aparece como um dos maiores problemas (ao lado de violência) que impedem os jovens de viver melhor o presente e de conquistar o futuro. Por outro lado, as demandas associadas ao trabalho não se destacam pelo número de manifestações públicas (apenas uma manifestação juvenil ocorrida na Argentina fez parte das alternativas oferecidas para a apreciação dos entrevistados). Entretanto, a importância do tema no debate público acerca da juventude nos diferentes países se revela quando a alternativa «ter mais oportunidades de trabalho» é considerada como o que seria mais importante para a juventude hoje.

Sobre a relação entre educação e trabalho, a frase «os jovens devem só estudar e não trabalhar», em todos os países, provocou mais discordância do que concordância, com exceção do Chile. Esse resultado evidencia uma controvérsia bastante presente na formulação de políticas públicas voltadas para a juventude. Posições sobre *quando e de que maneira* deve se dar a inserção de jovens no mercado de trabalho justificam tanto programas e ações que enfatizam a elevação de escolaridade e buscam adiar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, quanto, ao contrário, justificam iniciativas que se propõem a promover inserção imediata por meio de subsídios para empregadores ou criação de postos de trabalho pelos governos. Os dados desta pesquisa

podem, sem dúvida, motivar o debate público sobre essa importante questão diretamente relacionada às mudanças no clássico padrão de transição para a vida adulta em que a educação antecede o trabalho e a constituição de uma nova família. Hoje convivem distintas modalidades de transição da juventude para a vida adulta com suas seqüências não lineares e lógicas diversas. Se hoje são variadas as trajetórias juvenis, por que não criar programas com desenhos diversificados? Diferentes combinações podem ser feitas entre elevação da escolaridade, formação profissional e inserção produtiva. Trata-se, na verdade, de criar condições para os jovens excluídos, ou ameaçados de exclusão, possam ampliar seu campo de possibilidades para fazer escolhas.

O sexto capítulo dedica-se a questões sobre as políticas públicas voltadas para a juventude. Em geral, em todos os países, a ênfase principal recai sobre a necessidade de políticas nas áreas de educação, trabalho e saúde. Postos na situação hipotética («se você fosse presidente...») de poder determinar prioridades para a juventude, a grande maioria ratificou as áreas de educação e trabalho. Um segundo grupo de temas (transporte gratuito ou com desconto, inclusão de minorias, programas de redução de danos para usuários de drogas) recebe ênfases distintas nos seis países e entre adultos e jovens. De outra parte, perguntados se seus governos conhecem, encaminham e acertam nos programas e ações voltadas para juventude, a tendência geral dos entrevistados foi responder negativamente, sendo que, nesse caso, o Uruguai aparece no polo mais positivo e o Paraguai, no polo mais negativo. Já no que diz respeito ao (baixo) conhecimento das políticas, programas e ações voltados para a juventude, o Uruguai e o Brasil ganham destaque; em seguida vem o Chile; e, por fim, a Argentina, a Bolívia e o Paraguai, nos quais os níveis de lembrança são praticamente inexistentes. Nesse caso, o recorte etário só faz diferença no Brasil, onde as políticas voltadas para a juventude são mais conhecidas por jovens. Entre os vários aspectos discutidos no capítulo, vale a pena mencionar uma questão recorrente em todos os países: de maneira geral, não se distinguem políticas voltadas para famílias de baixa renda, infância e juventude. Ampliar o debate público sobre este último aspecto é muito importante: as respostas dos entrevistados podem indicar apenas desconhecimento, mas elas podem também revelar a invisibilidade do segmento juvenil nos espaços decisórios das políticas públicas governamentais, nos quais —desde a década de 1980— se busca legitimar a proteção à infância e consagrar a família como unidade para as políticas de transferência de renda e «desenvolvimento social».

O último capítulo apresenta questões sobre as percepções das diferentes gerações entrevistadas sobre *integração sul-americana*. De maneira geral, concluiu-se que —fora dos circuitos especializados— pouco se sabe sobre o tema «*integração sul-americana*». No entanto, vale chamar atenção para o fato de os entrevistados considerarem importantes as medidas apresentadas para favorecer tal integração, o que revela boa predisposição para políticas e medidas futuras. No que diz respeito aos processos de circulação e mobilidade que os habitantes da região vêm vivenciando, pode-se afirmar que a população jovem circula de forma bastante limitada entre os países da região. Os uruguaios são os que mais circulam entre outros países da América do Sul e são também os que mais viajam para outros continentes, e os brasileiros são o que menos fazem tais percursos. O Uruguai também representa o país em que mais se viaja por motivos turísticos (49.7%), seguido da Argentina (38.4%) e do Paraguai (35.2%). Os paraguaios, por sua vez, são os que mais viajaram por razões de trabalho. O capítulo apresenta análises sobre outras informações inéditas sobre o desejo e as experiências de migração. Entre elas vale destacar uma comparação entre as respostas de jovens e adultos bastante intrigante: em todos os países, os adultos apresentam maiores índices de mobilidade do que os jovens (Paraguai 60.2%, Uruguai 59.7%, Argentina 46.5%, Bolívia 24.8% e Brasil 16.1%), exceto o Chile, que apresenta basicamente os mesmos índices entre jovens e adultos (23.1% e 23.6%). Valeria a pena aprofundar esse ponto, já que outros estudos sobre a juventude latino-americana concluem que os jovens teriam maiores predisposições de migrar.

Por fim, ainda no sétimo capítulo, são analisadas as percepções dos entrevistados sobre o futuro pessoal, familiar, de sua cidade, de seu país e da América do Sul. Tendo como ponto de referência uma projeção de dez anos —independentemente das variáveis consideradas—, predominou entre os entrevistados o otimismo em relação ao futuro. No entanto, existem diferenças significativas entre os países. A população do Chile tem um olhar mais pessimista para o futuro, em seguida aparecem a população da Bolívia e a da Argentina. Entre os mais esperançosos, em todas as situações, estão os brasileiros e paraguaios.

Certamente, não se trata agora de catalogar definitivamente, atribuindo uma índole ou uma «essência cultural» a cada um desses países. O que importa é que esse retrato instantâneo seja objeto de reflexão, permita comparações com outras pesquisas, para que se possa compreender melhor quais conjunções de fatores (políticos, econômicos e

culturais) produzem configurações mais otimistas ou pessimistas nos distintos países. Esse dado pode ser importante para contextualizar as expectativas que as sociedades têm em relação às suas juventudes e, ainda, para aperfeiçoar processos de avaliação de programas e ações voltados para a população jovem.

Por fim, cabe destacar, este livro não precisa ser necessariamente lido de forma linear, já que os temas se entrecruzam, há questões de fundo que estão presentes em diferentes capítulos e há hipóteses, elaboradas no interior dos capítulos, que não são totalmente compartilhadas pelo conjunto dos autores. De certa forma, é a própria construção da «juventude» como objeto de investigação que não se compatibiliza com explicações monocausais e simplificadoras, exigindo sempre novas problematizações.

Na certeza de que neste livro se apresentam apenas algumas das inúmeras possibilidades e ângulos de análise da investigação realizada, o que se espera é que —tanto o conjunto de informações reunidas sobre os seis países como as informações sobre cada um dos países, em particular— sejam revisitadas e bastante exploradas por especialistas, lideranças e assessores de movimentos juvenis, consultores e gestores de políticas públicas. A soma entre a ampliação do conhecimento e engajamento social pode renovar o debate público sobre juventude e, ao mesmo tempo, incidir positivamente sobre o processo mais geral de construção da democracia participativa nos diferentes países estudados.



*Sociedades sul-americanas:
o que dizem jovens e adultos
sobre as juventudes*

Capítulo 1
CARACTERIZACIÓN GENERAL

Erick Iñiguez Calero



CARACTERIZACIÓN GENERAL

EN ESTE CAPÍTULO SE describen las características generales de las personas que participaron de la encuesta de juventudes en el marco de la segunda etapa cuantitativa del proyecto de investigación «Juventud e integración sudamericana: diálogos para construir la democracia regional» realizado en seis países de la región:¹ Brasil, Argentina, Bolivia, Uruguay, Chile y Paraguay; a fin de conocer y presentar su perfil demográfico, social, económico y cultural a partir del procesamiento y análisis de los datos agrupados a nivel regional.

En primer lugar, se describen las características sociodemográficas generales de los encuestados según estrato generacional a nivel regional y por país, tomando en cuenta la edad de los entrevistados, estratos generacionales, sexo y sus características migratorias internas. Se presenta también los aspectos socioeconómicos generales a partir de un análisis comparativo entre países y estratos generacionales (jóvenes/adultos) tanto de las condiciones laborales pasadas (edad promedio del primer empleo) y condiciones laborales actuales (experiencia laboral, inactividad y desempleo), así como de sus características educativas o de formación (niveles de escolaridad). De la misma manera, se presentan los aspectos socioculturales considerando principalmente su autoidentificación racial, étnica y religiosa.

La muestra estadística a nivel regional estuvo compuesta por 14 mil encuestas (tabla 1) distribuidas entre los seis países que forman parte de la investigación: Brasil (3500), Argentina (2500), Chile (2000), Bolivia (2000), Uruguay (2000) y Paraguay (2000).

1 Se entenderá como «región» de aquí en adelante al conjunto de los seis países que forman parte de la investigación «Juventud e integración sudamericana: diálogos para construir la democracia regional» compuesta por Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay.

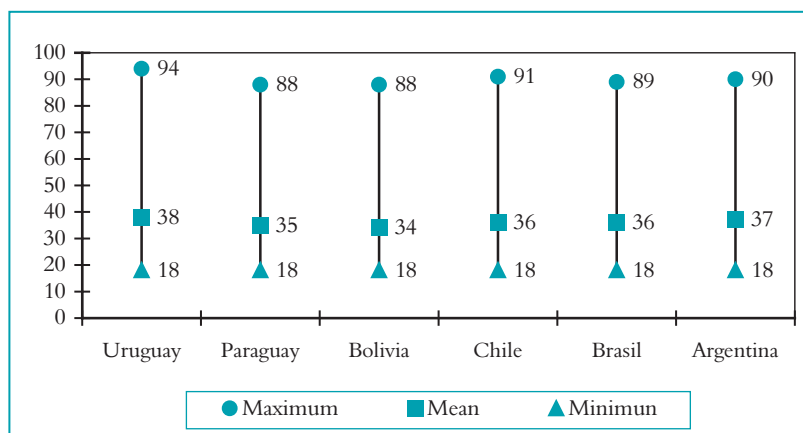
TABLA 1: RESUMEN DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS
(SEXO Y EDAD-GENERACIÓN, PORCENTAJES)

Indicador	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay	Región
Encuestas	2.500	3.500	2.000	2.000	2.000	2.000	14.000
Hombres	50.0	48.0	49.0	48.0	50.0	47.0	48.0
Mujeres	50.0	52.0	51.0	52.0	50.0	53.0	52.0
Jóvenes	49.1	49.9	49.6	50.1	50.0	50.0	49.8
18 a 24	31.2	30.3	29.5	33.0	31.1	29.6	30.7
25 a 29	18.0	19.6	20.1	17.1	19.0	20.4	19.0
Adultos	50.9	50.1	50.4	49.9	50.0	50.0	50.2
30 a 39	13.8	15.7	18.7	18.9	17.3	12.0	15.9
40 a 49	12.6	13.7	14.1	13.4	14.2	12.0	13.3
50 a 60	10.6	9.7	7.4	8.4	8.8	9.1	9.1
60 y más	13.9	11.0	10.3	9.2	9.8	17.0	11.8

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En todos los casos la composición de la muestra según sexo fue equitativa, existiendo diferencia de tres puntos porcentuales entre varones y mujeres en el caso de Uruguay, diferencia de dos puntos porcentuales en el caso de Brasil y Bolivia y sólo un punto porcentual en el caso de Chile.

GRÁFICO 1: RANGOS DE EDAD, SEGÚN PAÍS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Un aspecto que caracteriza la presente encuesta tiene que ver con la descomposición de la muestra en dos grandes grupos generacionales: jóvenes (de 18 a 29 años) y adultos (de 30 años y más) con el fin de contrastar y comparar las diversas opiniones y percepciones intergeneracionales sobre temas que competen a la juventud latinoamericana actual. La tabla 1 presenta un resumen de la composición de la muestra según rangos de edad y estratos generacionales.

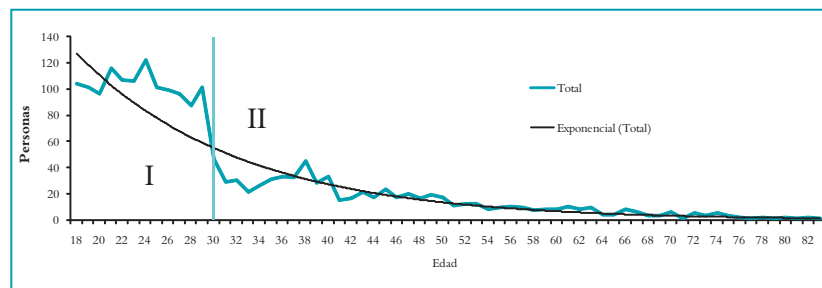
Los promedios de edad por países oscilaron entre los 34 y 38 años. Siendo Bolivia, el país con el menor promedio de edad seguido de Paraguay, Chile, Brasil, Argentina. A su vez, Uruguay presenta el promedio de edad mayor en relación al resto de países.

1. MIGRACIÓN

La realidad económica, social y política de los países sudamericanos configuran sus escenarios demográficos mediante el desplazamiento de sus habitantes a nivel interno como respuesta a un conjunto de necesidades laborales, educativas, entre otras.

La mayor probabilidad de migrar durante la juventud no se discute; conceptualmente aquella tiene fundamento intuitivo claro, que se relaciona con la ocurrencia de hechos significativos en aquella etapa de la vida que suele motivar la migración, tales como la formación de la unión, y el inicio de la reproducción, el ingreso a la universidad o la incorporación al mercado de trabajo (CEPAL y OIJ, 2004:66).

GRÁFICO 2: RELACIÓN ENTRE LA EDAD Y CAMBIO DE RESIDENCIA
(DATOS GLOBALES)



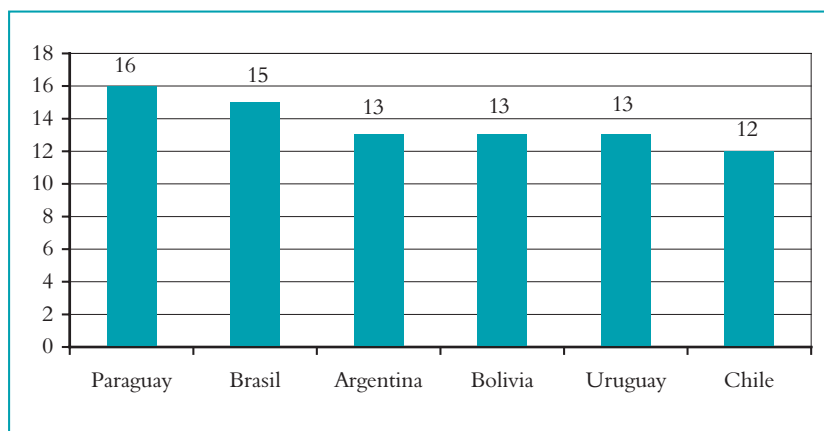
Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

28 | Caracterización general

Pero este fundamento intuitivo se verifica en los resultados de la presente encuesta cuando se observa la presencia de una relación inversa entre edad y la cantidad de personas que cambiaron de residencia en los últimos cinco años. Vale decir que existe mayor dinamismo migratorio entre jóvenes y adultos; y una tendencia migratoria mucho menor en los ancianos.

De acuerdo al gráfico 2, se observan dos momentos en la tendencia migratoria de las personas que habitan la región, mismas que estarían claramente demarcadas por generaciones (jóvenes/adultos). Se comprueba por una parte, que la edad de mayor migración se da entre los jóvenes de 20 y 29 años (momento I) caracterizado por una cantidad de migrantes por encima de la media;² mientras que una menor migración se daría en los adultos a partir de los 30 años en adelante (momento II).

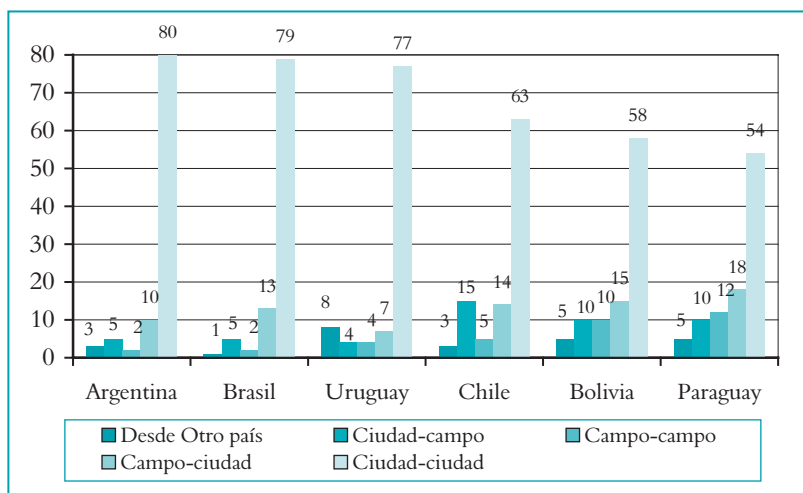
GRÁFICO 3: CAMBIO DE RESIDENCIA EN LOS ÚLTIMOS 5 AÑOS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

2 La media se expresa en el ajuste exponencial de los datos representado por la línea continua decreciente denominada «exponencial» (total) en el gráfico 2.

GRÁFICO 4: CARACTERÍSTICAS DE DESPLAZAMIENTO



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Pocos son los estudios empíricos sobre el tema de migración interna que adoptan una visión regional o que permiten al menos comparaciones entre los países (CEPAL, 2007b:2). Sin embargo, resultados de la presente encuesta (gráfico 3) revelan que 14% de los entrevistados han cambiado de residencia en los últimos cinco años. De los seis países analizados siendo Paraguay (16%) y Brasil,³ (15%) quienes registran la mayor proporción de migrantes. El resto oscila entre el 12% (Chile) y 13% (Argentina, Bolivia y Uruguay).

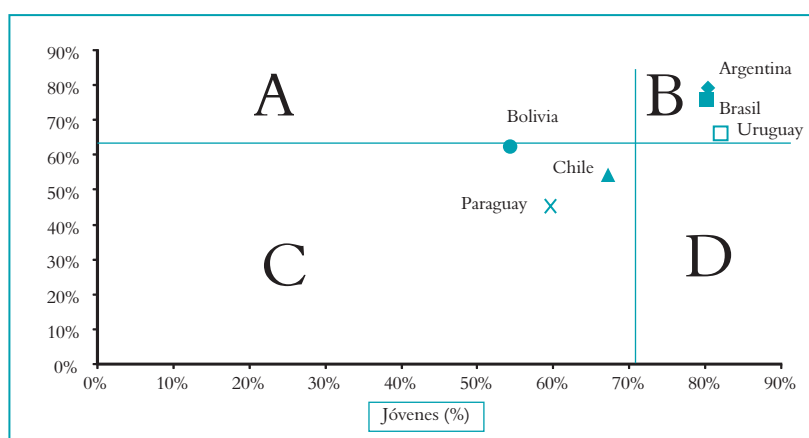
La dinámica migratoria se ha hecho más compleja en los últimos años, predominando en la actualidad los flujos entre ciudades tal como se observa en el gráfico 4, donde el desplazamiento de una ciudad a otra se constituye en una característica predominante en los seis países y que viene a ser el resultado de un proceso de urbanización propio de la región. Al respecto la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) en su informe «Dinámica demográfica y desarrollo en América Latina y el Caribe» escribe:

3 «Según el IBGE, aunque con tendencia declinante, sólo en el período 2001-2006 el desplazamiento interno de población alcanzó a 4,463 millones de personas o casi un 2.4 por ciento de los 186 millones de habitantes del país. La causa principal es la búsqueda de empleo» (Villaverde, 2008:1).

30 | Caracterización general

América Latina y el Caribe es la región más urbanizada del mundo en desarrollo con un 75% de su población que reside en localidades urbanas. Aunque la población urbana aumentó de 69 millones en 1950 a 391 millones en 2000, su ritmo de crecimiento bajó del 4% medio anual en 1970 al 2% en la actualidad, como resultado del avance de la transición demográfica y de la reducción del efecto de la migración desde el campo. Si bien el alto grado de urbanización de la región se basa en infraestructura e instituciones urbanas menos consolidadas que sus símiles de los países desarrollados, no es una ficción estadística, pues un 60% de su población reside en ciudades de 20 mil o más habitantes, cifra más alta que la de Europa occidental (CEPAL, 2005:39).

GRÁFICO 5: MIGRACIÓN CIUDAD-CIUDAD



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Pero, ¿cuáles son las características desplazamientos de los jóvenes en relación a los adultos? Una mirada a los resultados de la encuesta (gráfico 5) considerando las características de desplazamiento entre ciudades sugiere, por una parte, que el promedio de participación de migrantes jóvenes (línea vertical gráfico 5) es superior al promedio de participación de migrantes adultos (línea horizontal gráfico 5). Por otra parte, los países como Argentina, Brasil y Uruguay cuentan con proporciones de migrantes mayores a la media regional (cuadrante B). En los dos primeros casos, Argentina y Brasil, no se observan diferencias significativas en la proporción de jóvenes y adultos migrantes, mientras que en el caso de Uruguay la proporción de jóvenes migran-

tes que se desplazan de una ciudad a otra es mayor que en el caso de los adultos.

En Bolivia, Chile y Paraguay, si bien predominan la proporción de migrantes que se desplazan entre ciudades (gráfico 4), sin embargo la participación de éstos es menor al promedio regional (cuadrante C del gráfico 5).

La presente investigación identificó cuatro aspectos que hacen a los perfiles comunes⁴ entre migrantes jóvenes: la situación actual en relación al empleo y su educación, el rango de edad, su situación conyugal, y la zona de procedencia, sea ésta urbana o rural; y cinco aspectos que hacen a los perfiles diferenciadores⁵ que tienen que ver con el nivel de escolaridad, el sexo, la identidad (color, raza, etnia), la edad del primer empleo y su situación en relación al trabajo.

El perfil común, predominante o mayoritario en los jóvenes migrantes entre países es el siguiente: tienen entre 18 y 24 años, sólo trabajan, son solteros sin hijos y provienen de las áreas urbanas por lo general; a diferencia de los adultos que por lo general tienen entre 30 y 39 años y en su mayoría son casados con hijos, siendo el resto de características similares al de los jóvenes. En cuanto a los aspectos de responsabilidad familiar con relación a los hijos y la pareja los resultados de la encuesta revelan que las características de movilidad son diferentes entre jóvenes y adultos y pueden constituirse en factores que dinamizan o entorpecen esta movilidad.

Mientras que el perfil diferenciador entre países, de los migrantes jóvenes, en relación con el nivel de formación apunta mayoritariamente a un nivel de primaria en el caso del Paraguay, secundaria en el caso de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay; y nivel de educación superior como ocurre en Bolivia.

Un segundo componente de diferenciación en términos del perfil de los migrantes jóvenes entre países tiene que ver con la variable de género, dónde se observa una mayor tendencia de las mujeres a migrar como es el caso de Brasil, Bolivia, Paraguay y Uruguay, a diferencia del caso de Chile que presenta una mayor proporción de jóvenes varones. En Argentina no se identifica un grupo mayoritario. Los estudios apuntan a concluir que existe un predominio femenino que

4 Los perfiles comunes se refieren a aquellas características particulares entre los migrantes jóvenes y que son similares entre países.

5 Los perfiles diferenciados se refieren a aquellas características entre migrantes jóvenes pero no comunes entre países.

caracteriza históricamente a la migración en Latinoamérica atribuido principalmente a factores laborales orientados a la prestación de servicios como es el caso del empleo doméstico en áreas urbanas (CEPAL y OIJ, 2004:69).

Un tercer componente de diferenciación entre países en términos del perfil de los migrantes jóvenes tiene que ver con variables de autoidentificación según color, raza o etnia a nivel regional. Los resultados de la encuesta revelan, por ejemplo, en el caso boliviano, que jóvenes que se consideran pertenecientes a algún pueblo originario son quienes mayormente migran en busca de mejores oportunidades, mismos que provienen principalmente de regiones aymaras (Oruro, Potosí y Sur de La Paz), que en los últimos tiempos se han constituido en las principales regiones expulsoras de población del país (PIEB, 2008:1). Jóvenes migrantes de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, en su mayoría se identifican como personas blancas y en Paraguay predominan los que se consideran mestizos.

Finalmente, el último componente de diferenciación entre países en términos del perfil de los migrantes jóvenes tiene que ver con el empleo principalmente en relación a la edad de incorporación al mercado de trabajo y la situación actual laboral. En el primero de los casos se observan tres grupos de países: aquellos donde la iniciación laboral de los jóvenes migrantes se da mayormente en la adolescencia, entre los 14 y 17 años (Paraguay y Brasil); aquellos países donde la inserción laboral se dan entre los 18 y 19 años (Argentina, Chile y Uruguay); y finalmente entre los 20 y 24 (Bolivia), en respuesta, tal vez, a una realidad laboral, también diferenciada, que es construida en el marco de los antecedentes de políticas públicas locales y escenarios sociales y políticos de cada país.

En cuanto a la situación laboral de los jóvenes migrantes se observa también dos grupos diferenciados de países: los que no se encuentran buscando un empleo (inactivos) como es el caso de Argentina, Chile, Bolivia y Uruguay; y los que se sí se encuentran buscando uno (desempleados) como es el caso del Brasil y el Paraguay. Es importante anotar que en ambos casos estos jóvenes migrantes ya han trabajado con anterioridad, es decir, que cuentan con experiencia laboral.

Parte de la dinámica migratoria compleja de los últimos años más allá de los desplazamiento de una ciudad también lo constituyen los desplazamientos entre campo-ciudad. Estudios recientes basados en rondas censales entre los años 1990 y 2000, permiten trazar un panorama de migración interna actual a nivel regional que se caracteri-

za por un persistente flujo neto campo-ciudad, que si bien presenta un peso minoritario y decreciente sobre la población urbana, sigue teniendo mucha importancia en algunos países (Chile, Costa Rica, Panamá) y sigue siendo muy relevante para el ámbito rural (CEPAL, 2005:42). Al respecto, y en base a resultados de la presente encuesta se observa que Paraguay cuenta con una participación de migrantes campo-ciudad similar entre jóvenes y adultos. Chile y Bolivia presentan una proporción menor de migrantes adultos (algo más de 12%) en relación a la proporción de migrantes jóvenes que oscilan entre un 14% y 16%, respectivamente.

Una mirada a los resultados globales de la encuesta y considerando las características de desplazamiento entre campo y ciudad, pone en evidencia nuevamente una mayor participación de jóvenes migrantes en relación a los adultos cuando el promedio de participación de migrantes jóvenes (algo más de 13%) es superior al promedio de participación de migrantes adultos (12%). Esta relación se presenta de manera inversa a nivel regional, cuando la característica de desplazamiento se torna de tipo campo-campo en el sentido que la proporción de jóvenes migrantes (5.0%) es menor a la proporción de adultos migrantes (6.5%).

Paraguay se constituye en el único de los países que presenta porcentajes de migrantes campo-campo por encima de la media regional, principalmente adultos. En Bolivia, si bien el porcentaje de migrantes es superior a la media regional en el caso de los jóvenes (algo más de 12%), no ocurre lo mismo para los migrantes adultos (6%). Situación similar se presenta en el caso chileno. Por su parte Brasil y Argentina son países con porcentajes de migración campo-campo más bajos de la región con participaciones que oscilan entre 2% y 4%, al parecer como resultados de un proceso sostenido de urbanización. Éstos se consideran países en una etapa de transición urbana avanzada por contar con un *índice de primacía*⁶ de 0.9 y 4, respectivamente (CEPAL, 2005:41).

Una cuarta tipología de migración relacionada al desplazamiento de personas en un espacio tiene que ver con aquél que se realiza entre ciudad y campo, que si bien es poco frecuente, no deja de ser intere-

6 Este índice mide el dominio de la ciudad principal sobre el resto de los asentamientos en el sistema urbano al que pertenece. Este dominio se expresa a través de la relación cuantitativa entre la ciudad mayor del sistema urbano y las tres siguientes en jerarquía poblacional (Zárata y Rubio, 2005:162).

sante de observar. El caso más destacado de este tipo de desplazamiento es el de Chile que cuenta con una participación tanto de migrantes jóvenes (10%) como de adultos (25%) que se desplazan desde las ciudades al campo, muy por encima de la media regional, 6% y 11%, respectivamente. Le sigue Paraguay con una proporción mucho menor de migrantes adultos (próximo al 13%) y jóvenes (cerca del 9%). En Bolivia el porcentaje de migrantes adultos es menor al promedio regional; sin embargo, el porcentaje de jóvenes que migran de un lugar del campo a otro alcanza el mismo porcentaje registrado en Chile (10%), al parecer atraídos por departamentos con mayores niveles de desarrollo económico como Santa Cruz, intensivos en el uso de mano de obra para la producción agropecuaria y extensivo en el uso de tierras para el mismo fin. No es casualidad, por tanto, que el 25.2% de la población total del departamento sean inmigrantes nacidos en otros departamentos del país (Prado, Seleme y Prado, 2005:215).

Haciendo una mirada más profunda al caso chileno, diversos analistas han examinado de manera segmentada los procesos migratorios de ese país. Las hipótesis que se relacionan con este tipo de migración ciudad-campo tiene que ver con «el ingreso de Santiago y de la Región Metropolitana en su conjunto al terreno de la desconcentración, como resultado del aumento de los crecientes costos que entraña vivir en la ciudad, el dinamismo de centros urbanos intermedios y de la dispersión del poder asociada a la descentralización» (Gonzales y Rodríguez, s/f:4) y «la emergencia de una metrópoli crecientemente fragmentada y segregada aunque de una manera cada vez más compleja por la irrupción de grupos de la élite en ámbitos más bien pobres en el marco de los procesos de gentrificación y, sobre todo, de suburbanización y rururbanización⁷ exclusiva» (Gonzales y Rodríguez, s/f:4).

7 «Durante el decenio de 1990 el Área Metropolitana del Gran Santiago (AMGS) continuó su acelerado proceso de extensión periférica, lo que se expresó en que dos comunas en la frontera de la mancha urbana (Puente Alto y Maipú) se convirtieron en las más pobladas de la ciudad con cerca de medio millón de habitantes cada una de ellas. Sin embargo, en este decenio se verificó un proceso relativamente novedoso de familias de estrato alto que salieron del enclave tradicional de la élite (oriente de la ciudad) hacia sectores aledaños o hacia zonas más bien rurales con reciente conexión vial de buena calidad con el AMGS. Este último proceso, conocido como rururbanización... y extendido en varias metrópolis de la región, se grafica en un fuerte aumento de la emigración desde el AMGS hacia otras comunas de la Región Metropolitana: 21 mil en 1977-1982, 29 mil en

Un porcentaje menor de migrantes lo constituyen los extranjeros (migración externa) que en el caso de la presente encuesta representa un 4% a nivel regional.

Respecto de la realidad migratoria internacional en América Latina y el Caribe la CEPAL escribe:

En la escala intrarregional, no obstante los cambios del contexto socioeconómico y político, los orígenes y destinos de las corrientes migratorias dentro de América Latina no se alteraron mayormente de 1970 a 2000, lo que refleja una consolidación del mapa migratorio regional. De acuerdo con las más recientes evidencias, en la década de 1990, caracterizada por una considerable volatilidad económica y agudos rezagos sociales en la mayoría de los países, hubo un moderado incremento en el número de inmigrantes intrarregionales, que alcanzó a 2,7 millones de personas en el año 2000 (CEPAL, 2005:37).

El documento *La juventud iberoamericana. Tendencias y urgencias* (CEPAL y OIJ, 2004) identifica al menos cinco causales de migración que interactúan, siendo las más importantes —además coincidente con los resultados de la presente investigación— la *migración laboral* que es la más común entre los adultos y jóvenes de edades mayores, cuyo objetivo es el logro de trabajo o de mejores condiciones laborales (ingresos, prestaciones, perspectivas de carrera y otros); y la *migración educativa* que obedece a requerimientos escolares y tiene dos cimas relacionadas con el ingreso a la educación secundaria y superior (CEPAL y OIJ, 2004:67-68).

Pero la educación y el empleo no sólo son factores que motivan la migración cuando las condiciones no son favorables, sino que a su vez siguen siendo para la mayoría de las personas —principalmente jóvenes— los dos principales mecanismos de inclusión social, según el informe de la CEPAL sobre cohesión social (2007a). Nos encontramos sin embargo, según este informe, frente a un «desfase» en estos dos mecanismo, debido a la presencia de logros muy importantes en educación, cuando se observa que 90% de los jóvenes latinoamericanos han completado la educación primaria y 70% de éstos han podido ingresar a la secundaria, pero a su vez, grandes dificultades en materia de empleo que se manifiestan en tasas de desocupación elevadas que

1987-1992 y 58 mil en 1997-2002 con un aumento del nivel educativo de este flujo de 8.5 años a 11.5 años» (González y Rodríguez, s/f:13).

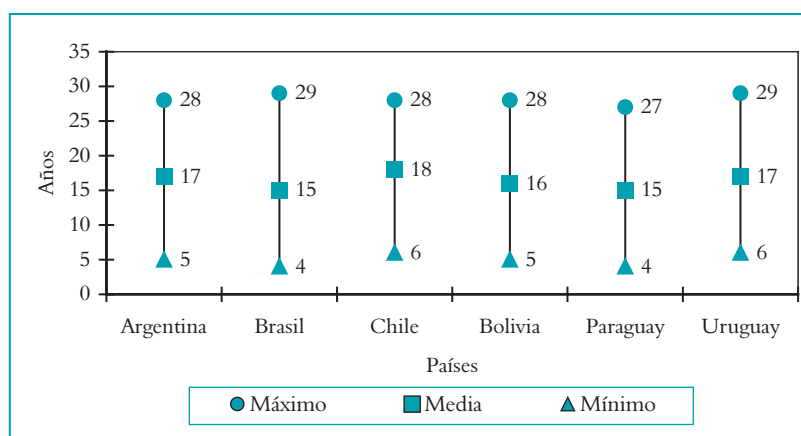
36 | Caracterización general

dificultan la incorporación al mercado laboral de este segmento tan importante de la población (CEPAL, 2007a:68).

2. CARACTERÍSTICAS DEL EMPLEO

El promedio de edad en la que comienzan a trabajar,⁸ tanto jóvenes como adultos, son los 16 años según los resultados de la presente encuesta. Existen diferencias de un país a otro en la edad promedio de inserción laboral, sin embargo éstas no son significativas (gráficos 6 y 7). Los rangos de edad media de iniciación de los jóvenes en el trabajo por país oscilan entre los 15 y 18 años. Mientras que en el caso de los adultos la edad promedio de iniciación laboral se da entre los 14 y 17 años.

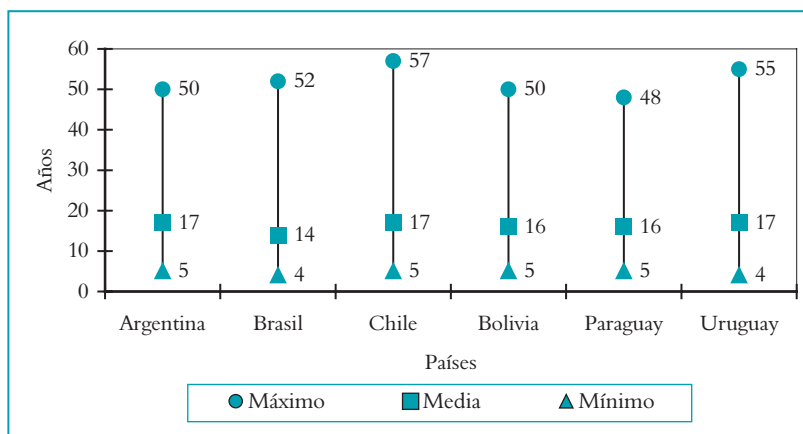
GRÁFICO 6: EDAD DEL PRIMER EMPLEO, JÓVENES



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

8 «La edad de ingreso al mercado de trabajo está determinada por la situación económica general de los países, los ingresos de la familia, la edad y la disponibilidad de asistir a la escuela. La decisión de trabajar puede postergarse o adelantarse en función de esos factores. Según las encuestas de hogares los hombres jóvenes latinoamericanos, pertenecientes a estratos con menor nivel educativo, tienen una inserción laboral más temprana, y por lo tanto presentan una tasa de ocupación mayor. Por el contrario, la permanencia más prolongada en el sistema educativo define una tasa de ocupación menor» (CEPAL y OIJ, 2004:217- 218).

GRÁFICO 7: EDAD DEL PRIMER EMPLEO, ADULTOS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Sin embargo, un análisis a nivel regional basado en los rangos de edad del primer empleo de jóvenes en relación a los adultos, muestra algunas diferencias. En el caso de los jóvenes la edad de iniciación a la vida laboral se da principalmente entre los 16 y 19 años coincidiendo con información emanada de las encuestas de juventud realizadas en América del Sur e Iberoamérica que indican que «la inserción de los jóvenes en el mercado de trabajo se produce en promedio entre los 16 y 17 años» (CEPAL y OIJ, 2004:217). Mientras que en los adultos se iniciaría entre los 11 y 15 años. Una de las causas, según esta fuente, que puede explicar estas diferencias de edad en la inserción laboral, se encuentra en la expansión de los sistemas educativos que generan un doble efecto en la oferta laboral juvenil:

Primero, un efecto cuantitativo, pues la mayor permanencia de los jóvenes en el sistema reduce la participación laboral; y segundo, un efecto cualitativo ya que los jóvenes entran al mercado de trabajo con mejores niveles educativos (CEPAL y OIJ, 2004:209).

Al respecto de la edad de iniciación laboral y del mercado de trabajo juvenil destacan también dos tendencias. Una, es la brecha de edad de las mujeres jóvenes que ingresan al mercado laboral por primera vez, que es superior entre 0 y 2 años al de los varones jóvenes; mientras que en los adultos la brecha entre hombres y mujeres es de 1 a 4 años.

La segunda es el aumento de la tasa de participación de las mujeres en el mercado de trabajo (CEPAL y OIJ, 2004:210).

TABLA 2: PRIMER EMPLEO, MEDIA DE EDAD SEGÚN GÉNERO

Edades	Argentina		Brasil		Chile		Bolivia		Paraguay		Uruguay	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Jóvenes												
18 a 24	16	17	15	16	17	18	15	16	14	16	16	17
25 a 29	17	18	15	16	18	19	17	17	15	17	16	18
Adultos												
30 a 39	16	18	14	15	17	19	16	17	14	17	16	19
40 a 49	16	19	13	15	17	18	15	18	14	18	15	19
50 a 60	15	18	12	14	16	18	16	17	14	17	15	18
60 y más	14	18	12	13	15	17	15	17	14	17	15	17

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Estas tendencias también serían resultado de la incidencia de los sistemas educativos:

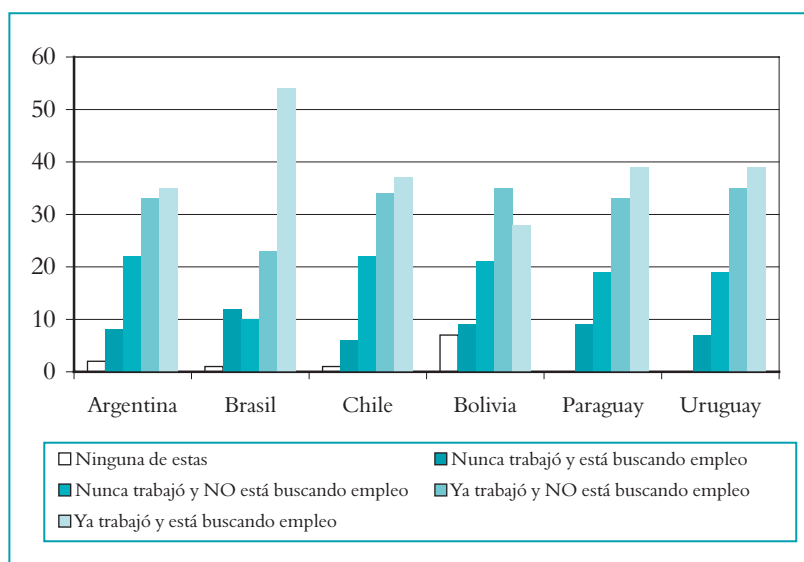
Es interesante observar que los porcentajes de asistencia al sistema educativo entre ocupados y desocupados son persistentemente más altos entre las mujeres jóvenes que entre sus coetarios masculinos, lo que coincide con su mayor porcentaje de asistencia al sistema educativo en general. Es de suponer que la causa de ello es que existe conciencia de que para mujeres de bajo nivel educativo existen relativamente menos oportunidades de empleo que para los hombres, por lo que ellas harían un esfuerzo mayor por calificarse a fin de mejorar sus opciones de acceso a empleos de buena calidad (CEPAL y OIJ, 2004:214).

Respecto de la inserción laboral de los jóvenes, análisis en torno a su realidad laboral generalmente destacan la presencia de desempleo, subempleo, precariedad, inestabilidad, informalidad, bajas remuneraciones, explotación, inseguridad... como características comunes del empleo juvenil. En el caso boliviano, por ejemplo, una evaluación del Programa del Gobierno «Mi primer empleo» (UDAPE, 2008) orientado a brindar posibilidades laborales a jóvenes de bajos recursos, dio como resultado que el primer trabajo se caracteriza por ser mal pagado, estando la mayor de las veces por debajo del salario mínimo legal establecido por la legislación boliviana, trabajando en condiciones

precarias, sin seguridad, en ambientes inadecuados, con jornadas laborales superiores a las ocho horas legales, sin contrato de trabajo y bajo esquemas de trabajo informal. Algunas veces son empleos eventuales para cumplir con actividades que requieren de una baja especialización —técnica principalmente— como ayudantes, orientados a sectores de la construcción, el comercio, producción textil, metalmecánica. En otros casos, su participación laboral está ligada a actividades familiares que, en la mayoría de los casos, no son remuneradas, pero que de cierta manera permite acceder a un primer empleo y desarrollar así ciertas capacidades y potencialidades (Iñiguez, 2008:24).

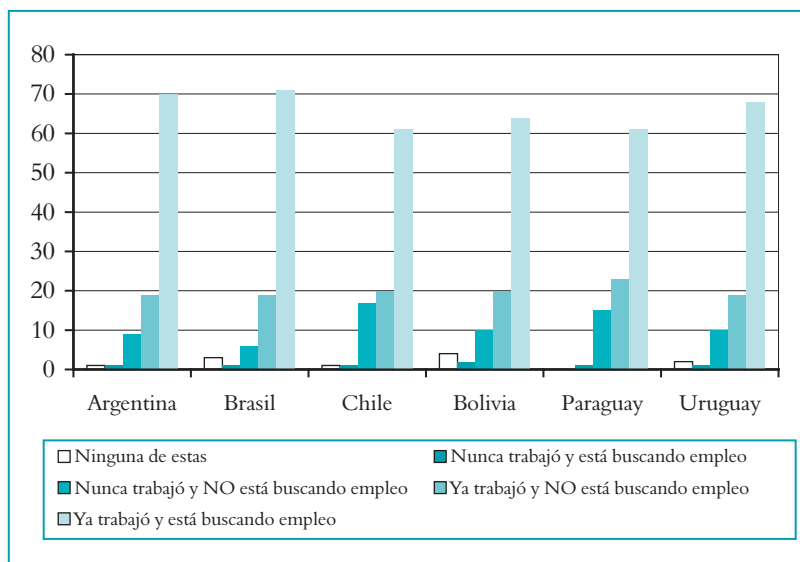
Pero ¿y qué de la situación laboral actual de los jóvenes en relación a los adultos a nivel de los países de la región? resultados de la presente encuesta revelan la presencia de diferencias entre casos a nivel regional tal como se aprecia en gráficos 8 y 9. La diferencia más notoria tiene que ver con los niveles de experiencia y desempleo. En la mayoría de los países de la región, los jóvenes no cuentan con experiencia laboral y se encuentran en busca de un empleo, ocurriendo lo contrario en el caso de los adultos quienes sí tienen experiencia laboral y no están en busca de un trabajo por estar ya empleados.

GRÁFICO 8: SITUACIÓN LABORAL, JÓVENES



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

GRÁFICO 9: SITUACIÓN LABORAL, ADULTOS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

A partir de los resultados de la encuesta ha sido posible identificar cuatro categorías de condición de actividad:⁹ jóvenes y adultos sin experiencia laboral, jóvenes y adultos con experiencia laboral, jóvenes y adultos desempleados, y jóvenes y adultos inactivos laboralmente hablando, según la siguiente relación:

- i) Nunca trabajó (sin experiencia laboral). Son aquellos que sin haber trabajado con anterioridad puede estar o no buscando un empleo.
- ii) Ya trabajó (con experiencia laboral). Son aquellos que habiendo trabajado con anterioridad, se encuentran o no buscando un empleo.
- iii) Busca empleo (desempleado). Son aquellos que habiendo o no trabajado con anterioridad se encuentran buscando un empleo en la actualidad.

⁹ Es importante anotar que estas condiciones laborales no necesariamente son comparables con indicadores de empleo oficial de los países de la región, debido a que fueron obtenidos mediante un ejercicio de reconstrucción de datos a partir de las categorías de situación laboral vistas en gráficos 8 y 9, y no así mediante un sistema de indicadores oficial.

- iv) No busca empleo (inactivo). Son aquellos que habiendo o no trabajado con anterioridad no se encuentran buscando un empleo en la actualidad.

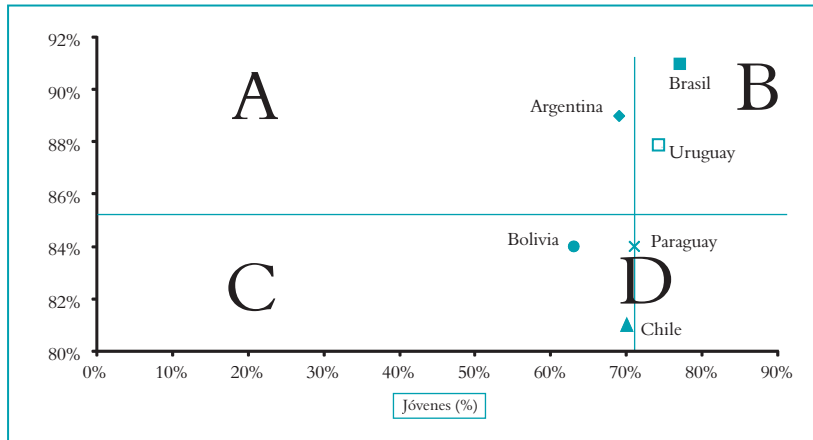
Este ejercicio, sin embargo, ha permitido aproximarnos a la realidad de los jóvenes en torno a la experiencia laboral, aspecto que en tres países (Bolivia, Uruguay y Paraguay) es considerado como una de las cualidades más importantes que un joven debe poseer para lograr un empleo. Para Leoni (s/f) en su documento «Desempleo juvenil, su importancia y especial repercusión en América Latina» señala que la falta de experiencia junto a otros requisitos solicitados por las empresas se constituye en uno de cuatro grandes obstáculos para lograr que el acceso al empleo por parte de los jóvenes en la región.

En Bolivia, la exigencia de experiencia laboral por parte de los empleadores junto con las condiciones laborales negativas (inseguridad, explotación) vienen a constituirse en factores de preocupación en gran parte de los jóvenes bolivianos que intentan ingresar en el mercado laboral, tal como lo expresa un participante de los talleres focales realizados en Bolivia el año 2008 durante la primera etapa cualitativa de la presente investigación:

La mayoría coincidimos en que nosotros que ya somos mayores buscamos trabajo, necesidad de conseguir dinero, lo primero que te preguntan es si tienen experiencia, ¿cómo piden eso si no dan la oportunidad de trabajo?, y a veces ni certificado de trabajo te quieren dar. Después, explotación en el trabajo, de 7 a 21 estas ahí, para que te paguen un sueldo mísero, ni te pagan bien, hay personas que sentados ganan bien, 5.000 ó 6.000, hacemos el trabajo más duro y reciben más dinero que nosotros (La Paz, 2008, Grupo Focal 2, Kopajira Ari).

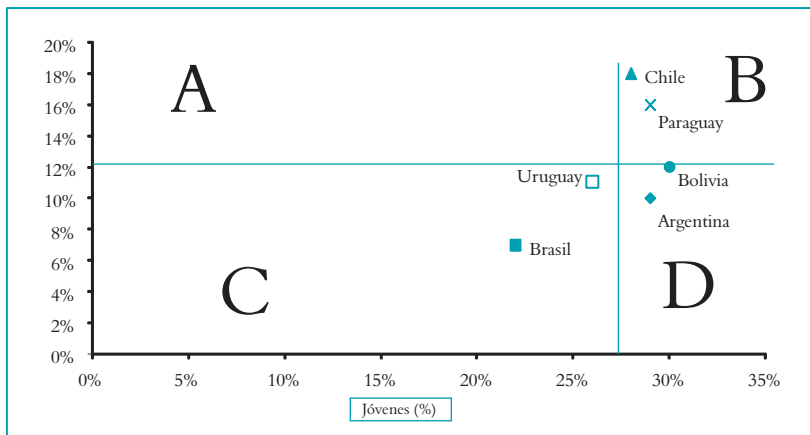
Al respecto de esta realidad a nivel regional el gráfico 10, resume las categorías laborales expresadas en un mapa de dispersión que relaciona los porcentajes de jóvenes y adultos con experiencia laboral entre los diferentes países de la región. Este mapa sugiere que son mayoritariamente los adultos quienes cuentan con mayor experiencia laboral en relación a los jóvenes. Se torna evidente entonces, la presencia de diferencias en términos comparativos en los niveles de experiencia laboral entre jóvenes y adultos y entre los países que forman parte de la región, donde Brasil y Uruguay se encuentran en una posición por encima a la media regional.

GRÁFICO 10: CON EXPERIENCIA LABORAL



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

GRÁFICO 11: SIN EXPERIENCIA LABORAL



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En el gráfico 11 se puede apreciar con mayor detalle estas diferencias entre jóvenes y adultos. Según este gráfico, la inexperiencia laboral de los jóvenes (línea vertical) duplica al de los adultos (línea horizontal) a nivel regional. Las razones que explican estas diferencias radican principalmente en las asimetrías o desigualdades presentes y propias del mercado laboral latinoamericano caracterizados por la baja capacidad que tienen sus economías de absorber el aumento de la oferta de re-

curso humano —principalmente joven— que termina traducándose en índices de desempleo en su población y donde las oportunidades laborales se vuelcan a favor de quienes tienen la capacidad de demostrar mayores niveles de educación y experiencia.

Pero ¿y qué de los niveles de desempleo¹⁰ juvenil? Al respecto del desempleo en la juventud, Kliksberg escribe:

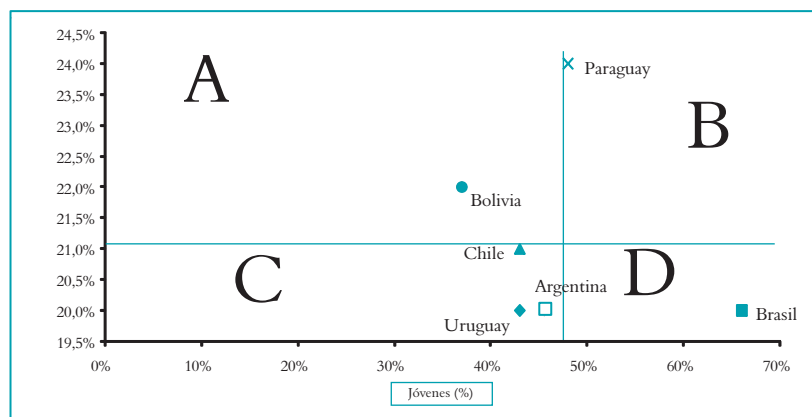
Según estimados de Abdala (2002) en el 2000, el desempleo entre los jóvenes de 15 a 24 años multiplicaba por 2.5 veces el elevado desempleo general. Si se toma el grupo de jóvenes de 15 a 19 años, la situación empeoraba y se cuadruplicaba según los datos de la Organización Iberoamericana de la Juventud (Chillán, 2004), el desempleo de los jóvenes es cinco veces mayor al de los adultos mayores de 45 años. De acuerdo a su estimado, de cada 100 nuevos contratos laborales que aparecen en la región, 93 son para adultos y 7 para jóvenes, estos últimos, además, en su mayoría, de tiempo parcial (Kliksberg, 2006:28).

Los hallazgos de Abdala (2002) se expresan también en los resultados de la presente encuesta (gráfico 12), cuando a nivel regional los resultados muestran que mayoritariamente son los jóvenes (47.3%) quienes además de contar con poca experiencia laboral, se encuentran en situación de desempleo en relación a los adultos (21.1%) debido a problemas de acceso y alta rotación característico del empleo juvenil.

Es bien sabido que la tasa de desempleo de los jóvenes es mayor que aquella de los adultos, lo que se debe principalmente al hecho de que entre aquellos se concentran las personas que buscan empleo por primera vez, a los problemas de acceso de estos buscadores primerizos y a la mayor rotación entre empleo y el desempleo o la mayor inactividad laboral que caracteriza a los jóvenes en comparación con los adultos (CEPAL y OIJ, 2004:226).

10 Es importante aclarar que se entiende por desempleados en este documento a aquellos que habiendo o no trabajado con anterioridad se encontraban buscando un empleo al momento del llenado de la boleta de encuesta. No se utiliza en este documento el término de «tasa de desempleo» que es el porcentaje de la población económicamente activa (PEA) que se encuentra desempleada.

GRÁFICO 12: DESEMPLEADOS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En este gráfico se puede apreciar que en términos comparativos, Brasil se constituye en el país con mayores problemas de desempleo juvenil. Los resultados de la encuesta revelan que el 66% de los jóvenes encuestados en este país, aseguraron estar buscando un empleo al momento de llenar el cuestionario. Este resultado parece tener correspondencia con los datos obtenidos por la Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNDA) que reveló un incremento en la tasa de desempleo juvenil entre 1995 y 2004:

Para el grupo de 15 a 19 años, la tasa de desempleo pasó de 13% a 23% entre 1995 y 2004, mientras que para los jóvenes entre 20 y 24 años subió de 10% a 16% (Celso y Gonzales, s/f: 30).

En Brasil se manejan dos versiones en relación a las causas de estas tasas de desempleo juvenil. Por una parte, la causa apunta a la dificultad que presenta el joven al momento de lograr su primer trabajo debido a las exigencias de escolaridad y experiencia que las empresas imponen como criterio de contratación. Mientras que el segundo caso se halla la causa del problema en la alta rotación laboral caracterizado por empleos de corta duración y desprovistos de contratos (Celso y Gonzales, s/f:31).

El caso de Paraguay también se torna algo particular en relación a porcentaje de desempleados, en el sentido que la problemática laboral afecta tanto a jóvenes como a adultos por igual. En ambos casos el porcentaje de desempleados es superior a la media regional (cuadrante

te B del gráfico 12), a diferencia de Argentina, Chile y Uruguay que presentan porcentajes por debajo de la media regional.

El desempleo en el caso de Bolivia, los datos de la encuesta revelan una mayor presencia en el caso de los adultos antes que en el caso de los jóvenes.

En diversos informes y documentos relacionados con la temática laboral, la premisa en relación a la situación laboral y específica de los jóvenes apunta a resaltar la importancia del empleo como factor de inclusión social. Sin embargo, los avances en la creación de mayores puestos de trabajo con calidad, mejores remunerados, seguros y consistentes con los logros educacionales no han tenido un avance significativo en la región, constituyéndose en un factor que genera insatisfacción en diversos niveles de la sociedad, principalmente medios y bajos (CEPAL, 2007a:69).

Para finalizar este acápite, una última característica del empleo en la juventud tiene que ver con la inactividad laboral,¹¹ que en nuestro caso se refiere a aquellos (jóvenes o adultos) que habiendo o no trabajado con anterioridad, no se encuentran buscando un empleo, ya sea por razones de estudio, oficio doméstico, cesantía... Los resultados de la presente encuesta revelan la presencia de una mayor proporción de adultos inactivos (promedio de 77% nivel regional) en relación a los jóvenes (promedio de 51% nivel regional).

En América Latina bajó la participación de los «otros inactivos», que es el grupo que contiene el principal contingente de jóvenes en mayor riesgo de exclusión y marginación. Descendió marcadamente la proporción de las jóvenes que se desempeñan en oficios domésticos, lo que no significa que los problemas de inactividad laboral estén superados, ya que todavía una de cada cinco jóvenes entre 15 y 19 años se ocupa de oficios domésticos, lo que restringe severamente las condiciones de una futura inserción en el mercado de trabajo (CEPAL y OIJ, 2004:212).

11 No se utiliza en este documento el término de «tasa de inactividad» que expresa la proporción de la población que no forma parte de la fuerza de trabajo. «Existen muchas razones por las cuales las personas no participan de la fuerza de trabajo; esas personas quizás están cuidando a un miembro de la familia, quizás están jubiladas, están enfermas o discapacitadas o en etapa escolar, quizás creen que no hay trabajo o quizás simplemente no desean trabajar».
www.ilo.org/public/spanish/employment/strat/kilm/download/kilm13.pdf.

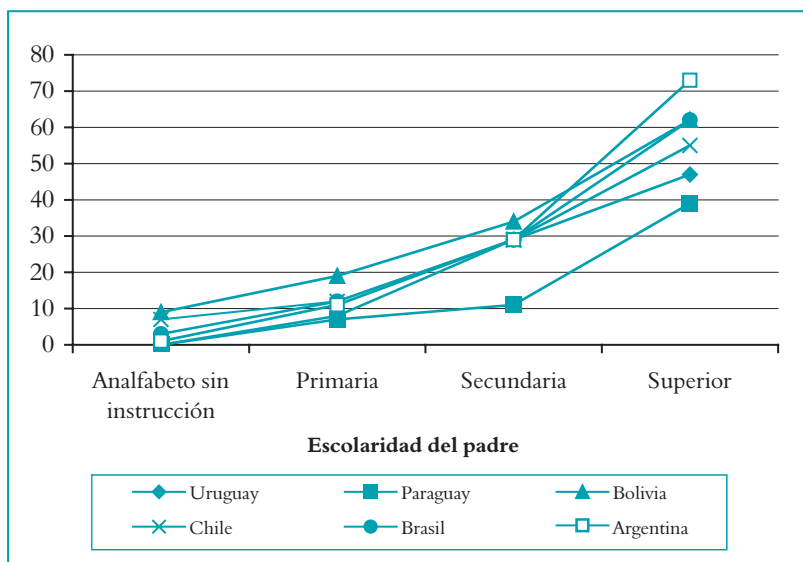
En el caso de los jóvenes una de las mayores causas de inactividad laboral también está ligado a factores de educación debido a que queda claro que con una mayor educación la probabilidad de acceder a un puesto de trabajo es mayor. Sin embargo, también es evidente la presencia de lo que CEPAL y OIJ (2004) dominó en su momento como la primera paradoja de la juventud: «Los jóvenes de hoy tienen más años de escolaridad que las generaciones precedentes, pero al mismo tiempo duplican o triplican el índice de desempleo con respecto a esas generaciones» (CEPAL y OIJ, 2004: 17).

3. CARACTERÍSTICAS EDUCATIVAS

El rápido avance hacia la universalización de la educación en Latinoamérica, si bien se ha constituido en un importante medio de inclusión social de amplios segmentos de la población, como son los jóvenes, a su vez ha tenido, según la CEPAL, un inesperado efecto colateral. Por una parte la desigualdad entre estratos sociales se ha convertido en una característica propia del sistema educacional actual, debido a que algunas desigualdades que no eran tan evidentes previo al proceso de universalización, tienden a expresarse en la actualidad en el deterioro de la calidad, bajos logros en el aprendizaje, repetición y deserción escolar temprana, por ser ahora la educación más incluyente. Las diferencias entre estudiantes de diferentes niveles sociales son ahora más visibles en esos aspectos (CEPAL, 2007a:70).

Así también es visible la superioridad de los logros educacionales de los hijos en relación al de los padres producto del proceso de universalización de la educación. Los resultados de la encuesta han revelado que los hijos jóvenes de padres con niveles de escolaridad superior tienen mayor probabilidad de alcanzar también niveles de escolaridad superior; sin embargo se dan casos en que los hijos de personas con bajo e incluso nulo nivel de escolaridad también pueden acceder a niveles superior de educación, aunque en menor medida. La gráfica 13 muestra la relación entre el nivel de escolaridad de los padres de jóvenes con nivel de formación superior de los seis países.

GRÁFICO 13: JÓVENES CON EDUCACIÓN SUPERIOR



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En países donde el avance en el acceso a la educación ha sido muy rápido y a partir de niveles iniciales relativamente altos el logro educacional de los hijos ha tendido a desvincularse del de los padres¹² (CEPAL, 2007a:70), por tanto, la probabilidad que los jóvenes alcancen niveles superiores de educación está en función de un mayor nivel de educación de éstos, tal como se observa en el gráfico 13. Los resultados de la encuesta revelan que aproximadamente uno de cada diez jóvenes cuyos padres son analfabetos y sin instrucción alguna, alcanzan un nivel de educación superior; son dos de cada diez jóvenes aproximadamente los que logran este nivel si el padre alcanza una instrucción a nivel primaria; asciende a tres si el padre cursa secundaria; y el número se incrementa a ocho jóvenes de cada diez si el padre cuenta con formación a nivel superior.

La velocidad de los logros educacionales, sin embargo, parecen ser diferentes según la realidad de cada país. En el gráfico 13 se puede apreciar el caso del Paraguay que presenta una curva menos inclinada en relación al resto de los países, aspecto que se puede interpretar

12 Se ha tomado el nivel de escolaridad del padre en el gráfico 13 sólo por fines didácticos.

como que la velocidad en que los jóvenes paraguayos pueden desvincularse del nivel de educación alcanzado por sus padres es menor que en el caso de la Argentina, por ejemplo. Interpretar las razones de tal comportamiento es tarea difícil y está lejos del objetivo de esta investigación. Este tema plantea nuevos problemas y retos de análisis que es importante atender mediante investigaciones más profundas que permitan comprender las causas de algunos fenómenos educativos en ese sentido.

Por otra parte, se pudo apreciar que hijos jóvenes que alcanzan niveles de educación secundaria provienen mayoritariamente de padres con el mismo nivel de instrucción, esto es lo que Leoni (s/f) denomina la «transmisión intergeneracional de la pobreza» que hace que los jóvenes de los hogares más pobres corran el peligro de ser excluidos socialmente. Es así que los hijos jóvenes de padres sin niveles de escolaridad (analfabetos o sin instrucción) tienen mayores probabilidades de alcanzar niveles de escolaridad a nivel de primaria constituyéndose, por tanto, el grupo más vulnerable en relación al resto.

Esta realidad de alguna manera refuerza la idea planteada en el Informe Nacional de Bolivia (IBASE, 2007) en el marco de la investigación «Juventud e integración sudamericana: caracterización de situaciones tipo y organizaciones juveniles del año 2007», en relación a los factores internos que influyen en la construcción de las demandas juveniles cuando se hablaba de la importancia de la familia (incluida la formación de sus miembros, principalmente los padres) como entorno inmediato en el desarrollo de los jóvenes:

La familia, como entorno interno, se constituye en la primera unidad esencial de desarrollo para los jóvenes, donde el joven aprende a desenvolverse y a manifestar sus habilidades, adquiere valores y principios para relacionarse con la sociedad y se forma como individuo crítico. Al respecto, investigaciones recientes muestran el rol que juega la familia en el logro de la salud psíquica, el equilibrio emocional, la madurez, la inteligencia emocional y la capacidad de aprendizaje de los jóvenes (IBASE, 2007:14).

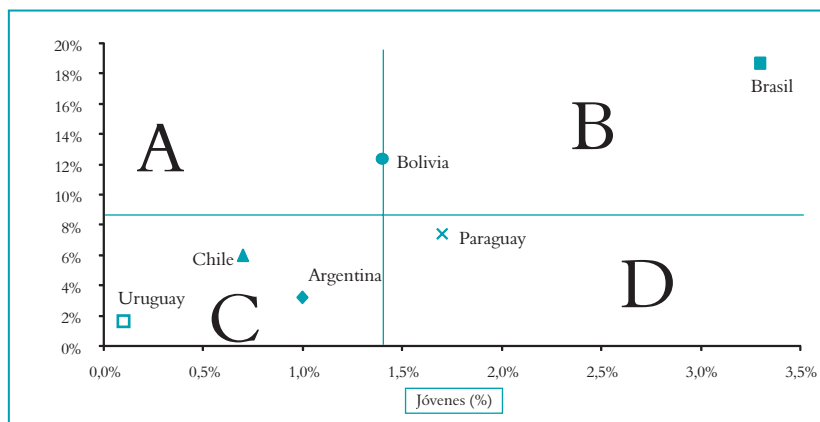
Pero ¿y qué de las características educativa a nivel intergeneracional (jóvenes/adultos)? La presente investigación ha identificado asimetrías importantes entre éstos y entre los países. Para observar estas diferencias y presentar los resultados en términos comparativos entre países se ha trabajado con cuatro categorías de formación mediante un proceso de recodificación de datos de la base regional, obteniendo los

siguientes cuatro niveles de escolaridad: i) analfabetos sin instrucción, ii) nivel de educación primaria, iii) nivel de educación secundaria, iv) nivel de educación superior.

El gráfico 14 relaciona, en un mapa de dispersión, la participación porcentual de la muestra según país y región, tanto de jóvenes como de adultos analfabetos y sin instrucción. Una mirada rápida a este gráfico, muestra a una juventud más instruida (1.4% línea vertical) en relación a los adultos (8.2% línea horizontal) como resultado del proceso de universalización de la educación en Latinoamérica. Aspecto que parece coincidir con otros estudios.

Para el conjunto de los jóvenes de 15 a 29 años la tasa de analfabetismo funcional cayó de 20.1 a 13% en una década, tasa sustancialmente menor que la de analfabetismo en los adultos de 30 a 59 años, que a pesar de bajar considerablemente se mantiene en 2002 en torno de 26.9% (CEPAL y OIJ, 2004:168).

GRÁFICO 14: ANALFABETOS, SIN INSTRUCCIÓN



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

También, las diferencias entre países son pronunciadas y dispersas, siendo dos los casos más extremos: Brasil y Uruguay. Por una parte, Brasil con una participación de persona adultas analfabetas de aproximadamente 19% y de algo más del 3% en el caso de los jóvenes, ambos indicadores muy por encima de la media regional. Por otra parte, Uruguay con uno de los porcentajes comparativamente más bajos en relación al resto de los países con 1.7% de adultos analfabetos y 0.1%

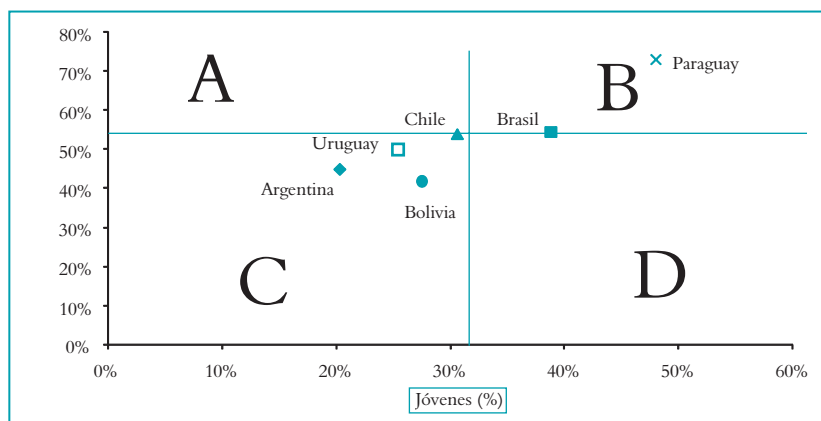
de jóvenes en la misma condición, también en relación al total de su muestra; seguido de Chile y Argentina que presentan porcentajes de participación tanto en jóvenes como en adultos inferior a la media regional.

Pero el analfabetismo juvenil en la región tiene rostro. Datos de la encuesta revelan que son mayormente jóvenes varones (57.4%), de clase pobre (66.7%), que sólo trabajan y no estudian (66.7%), tienen entre 25 y 29 años (54.6%), viven con su pareja (36.1%), en áreas urbanas (59.3%) y se insertaron prematuramente al mundo laboral entre los 8 y 13 años (49.0%), apremiados por las necesidades económicas.

El último decenio ha mostrado un avance moderado de los países en cuanto a la población con estudios primarios que aumentó para todos los grupos etarios, entre éstos el conjunto de los jóvenes de 15 a 29 años la cobertura creció de 62.6% a 66.7% (CEPAL y OIJ, 2004:169). Esto se expresa en una menor participación de los jóvenes (31%) con niveles de educación primaria en relación a los adultos (53%) a nivel regional.

Es importante anotar también la presencia de diferencias menos acentuadas entre las proporciones de personas jóvenes y adultas con nivel de educación primaria entre países, que como se observa en el gráfico 15, en su mayoría se concentran alrededor de la media regional (es el caso de Chile, Uruguay, Bolivia, Argentina y Brasil). Sólo Paraguay presenta proporciones marginales mayores a la media regional en relación al nivel de educación primaria de sus jóvenes y adultos.

GRÁFICO 15: NIVEL DE EDUCACIÓN PRIMARIA

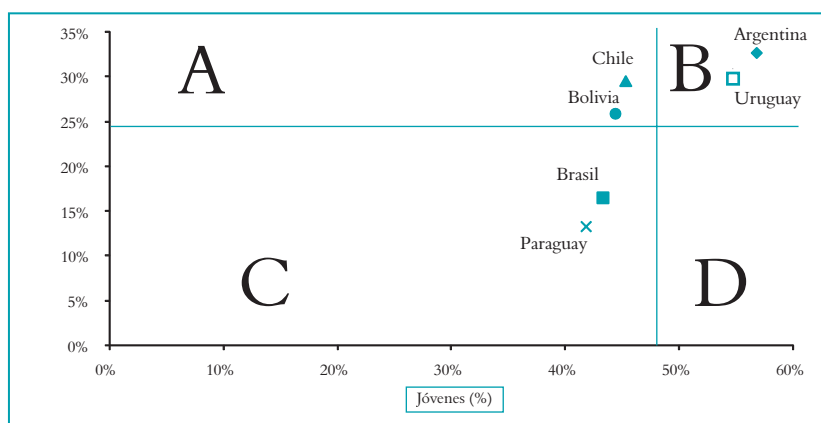


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

A pesar de lo anterior, aún se cuenta con niveles de deserción, repetición y retrasos, concentrados principalmente en sectores de menos ingresos, ampliando así las brechas educativas entre pobres y ricos (Kliksberg, 2006:37).

Los diagnósticos sobre la educación secundaria en América Latina, por su parte, coinciden en señalar tanto la importancia crucial de este nivel para los procesos de desarrollo social y para el destino personal de los individuos como la situación particularmente crítica de su funcionamiento y de sus resultados (Tedesco y López, 2002:56). Resultados de la encuesta a nivel regional (gráfico 16) revelan en términos comparativos una mayor proporción de jóvenes (48% línea vertical) con formación a nivel secundaria en relación a los adultos (25% línea horizontal), como resultado de una mayor cobertura de secundaria en edades de 20 a 29 años. «A comienzos del decenio, hay una mejoría significativa con respecto a la década anterior en el tramo de 20 a 24 años de edad en que la cobertura de secundaria aumentó de 25.8% a 34.8%. En el segmento de 25 a 29 años este incremento fue de 27.7% a 32.6%» (CEPAL y OIJ, 2004:170).

GRÁFICO 16: NIVEL DE EDUCACIÓN SECUNDARIA



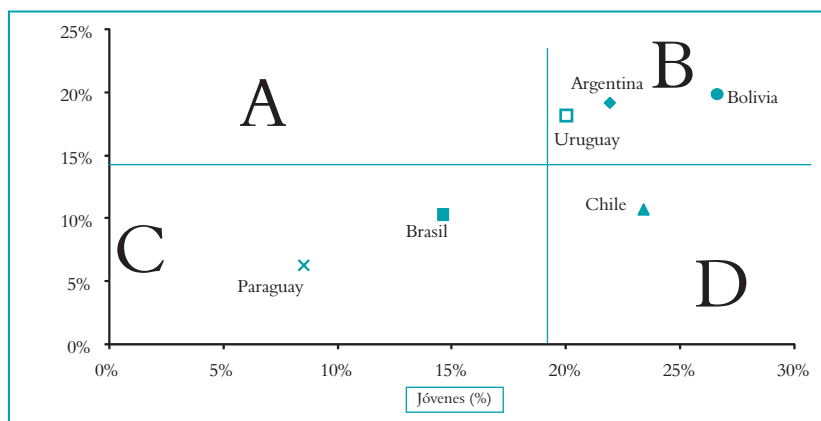
Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

La referencia a la enseñanza en América Latina evoca un panorama diverso entre los países de la región en relación a la educación de nivel secundaria, tal como se aprecia en el gráfico 16, resultado de la amplia diversidad de situaciones que engloba a la región en lo demográfico, político, étnico, económico, cultural...

Argentina y Uruguay, por ejemplo, son los países de la región que presentan los mayores porcentajes de participación tanto de jóvenes como de adultos con nivel de formación secundaria (cuadrante B); mientras que Brasil y Paraguay presentan porcentajes de jóvenes y adultos con formación secundaria por debajo de la media regional (cuadrante C); el caso de Bolivia y Chile presentan una situación combinada donde la proporción de adultos con formación secundaria es superior a la media regional y la proporción de jóvenes se encuentra por debajo del regional (cuadrante A).

La situación de la región a nivel de la educación superior (gráfico 17) también revela la existencia de una mayor proporción de jóvenes en relación a los adultos, producto de un proceso de continuas reformas de la educación superior en la región que ha ampliado las bases de democratización y acceso a la educación superior por medio de la expansión de las universidades en Latinoamérica desde comienzos del siglo XX hasta la actualidad, y que de acuerdo al Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (IESALC) (2006) estarían divididas en tres fases claramente definidas: i) primera reforma: modelo monopólico público que contribuyó a la expansión de la cobertura de las universidades; ii) segunda reforma: mercantilización basado en modelo dual público-privado en el marco de un contexto mercantil heterogéneo basado en modelos de calidad y precios diferenciados que dio paso a la ruptura del monopolio público de la educación superior dando paso a la expansión del sector privado; y iii) tercera reforma: internalización basado en un modelo trinario (público-privado-internacional) en respuesta las nuevas tecnología de la información y comunicación propias de un mundo globalizado (IESALC-UNESCO, 2006:11-17). Una prueba de aquello es el incremento en la participación de los jóvenes en la educación superior cuando las estadísticas revelan que la cobertura de la educación terciaria se extendió de 4.4% a un 6.5% entre los jóvenes de 25 a 29 años (CEPAL y OIJ, 2004:172).

GRÁFICO 17: NIVEL DE EDUCACIÓN SUPERIOR



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Para Yarzábal «en la década de los sesenta se han producido en América Latina y el Caribe muy importantes modificaciones políticas, económicas y sociales que han provocado, entre otras consecuencias, profundas transformaciones en los sistemas educativos de la mayoría de los países de la región» (Yarzábal, s/f:1). Sin embargo, las diferencias en composición y visión entre países en relación a sus políticas educativas, junto a la amplia diversidad de situaciones que engloba a la región, terminan por configurar también un escenario diferenciado en torno a la educación superior entre países, como se observa en el gráfico 17, donde es posible apreciar una mayor participación de jóvenes y adultos con niveles de educación superior en el caso de Uruguay, Argentina y Bolivia (cuadrante B, gráfico 17); una participación menor a la media regional en Paraguay y Brasil (cuadrante C, gráfico 17); y una situación combinada en el caso de Chile donde la proporción de jóvenes con formación superior es mayor a la media regional y la proporción de adultos se encuentra por debajo del regional (cuadrante D).

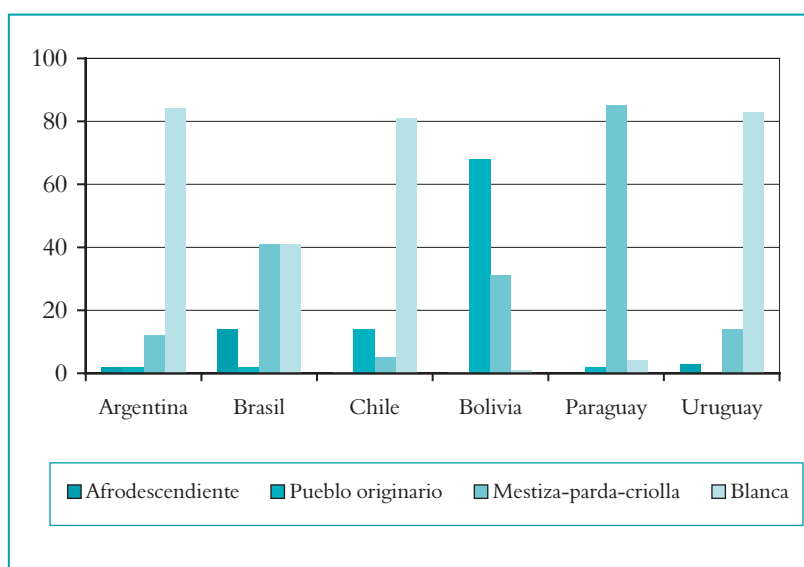
4. CARACTERÍSTICAS CULTURALES Y RELIGIOSAS

Hasta aquí se ha intentado caracterizar los aspectos sociodemográficos y socioeconómicos de los encuestados desde un punto de vista laboral y educativo, pero ¿cuáles son sus características socioculturales y de región? Las gráficas 18 y 19 ayudan a resumir algunos aspectos relacionados a este tema.

54 | Caracterización general

El gráfico 18, expone características de distribución poblacional según color, raza y etnia a nivel regional y por país. Datos de la encuesta a nivel regional revela que la mitad de los encuestados se consideran de raza blanca (51%), le sigue los que se consideran mestizo o criollos (32%), luego los pertenecientes a pueblos indígenas u originarios (13%) y finalmente los afrodescendientes (5%).

GRÁFICO 18: COLOR, RAZA Y ETNIA

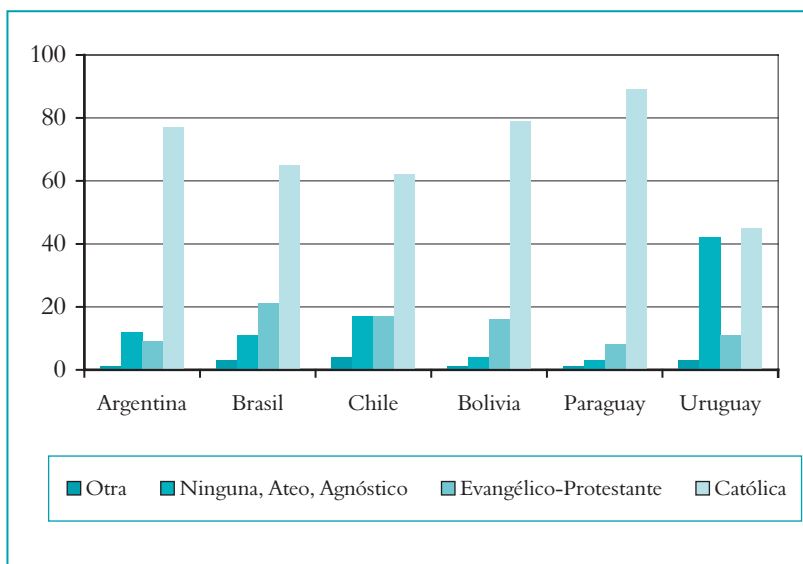


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En el caso de Argentina, Chile y Uruguay predominan los que se consideran de raza blanca; en Paraguay son mayoría los que se describen como mestizos o criollos; en Bolivia preponderan los que se autoidentifican como indígenas; mientras que el Brasil no es posible identificar un primer mayor por estar éste compartido entre dos categorías: los que se consideran blancos y los mestizos o criollos. Estas diferencias de percepción configuran un mosaico cultural, por demás diverso e interesante a nivel regional.

Finalmente, el gráfico 19 resume las características de distribución de la muestra poblacional a nivel regional y por país, según afinidad religiosa.

GRÁFICO 19: RELIGIÓN

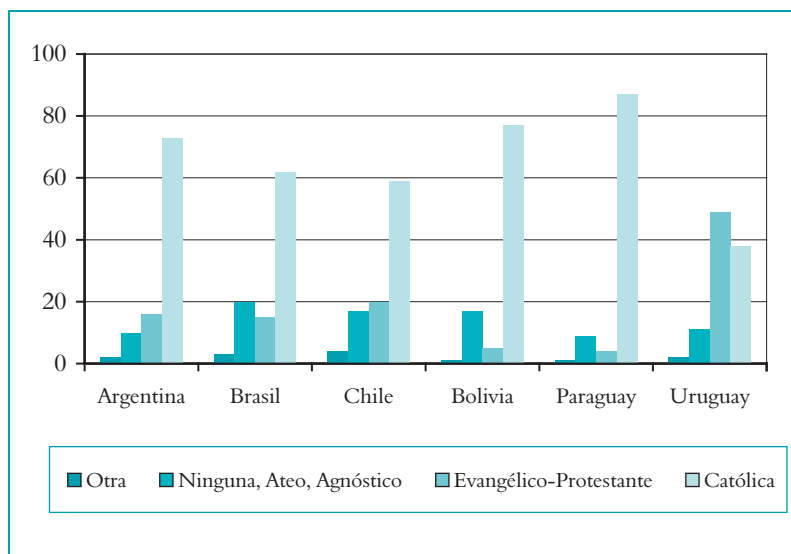


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Resultados a nivel regional revelan que más de la mitad (69%) de las personas encuestadas se consideran católicas. Los evangelistas/protestantes junto a los ateos/agnósticos comparten el mismo porcentaje de participación, quedando sólo el 2% a otras religiones (testigos de Jehová, mormones, etc.).

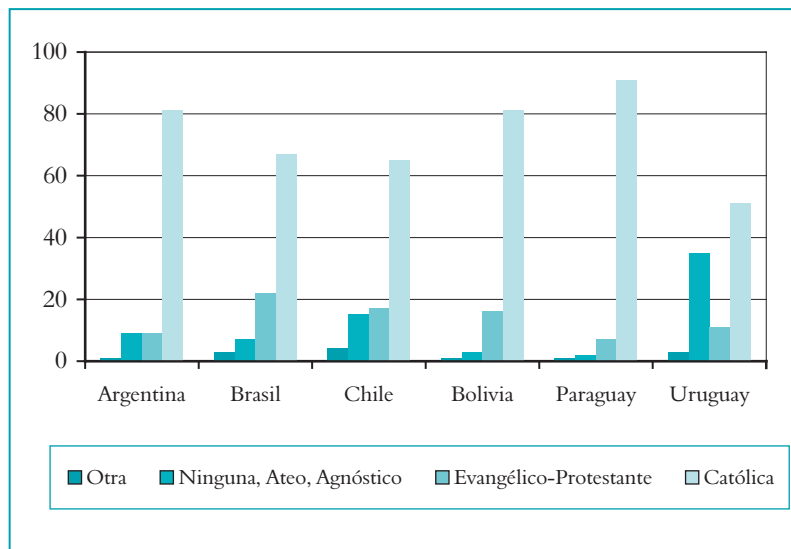
Es interesante observar en el caso de Uruguay un importante porcentaje de personas que no forman parte de ninguna religión (ateos o agnósticos) al parecer por ser su Estado secularizado de tipo laico.

GRÁFICO 20: RELIGIÓN JÓVENES



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

GRÁFICO 21: RELIGIÓN ADULTOS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En conclusión, una revisión de los aspectos generales de los encuestados desde un enfoque comparativo entre jóvenes y adultos a nivel sociodemográfico, socioeconómico y sociocultural, pone en evidencia diferencias, tanto entre estratos generacionales (jóvenes/ adultos), como entre países que forman parte de la presente investigación, producto de diversidad de situaciones que engloba a la región. Un ejemplo de estas diferencias se da a nivel de los desplazamientos migratorios tanto hacia dentro como hacia fuera de los países y de la propia región latinoamericana entre jóvenes y adultos, que son consecuencia de las brechas de desigualdad a nivel económico y social que caracteriza a nuestra región y que al final termina reconfigurando su realidad demográfica.

Las diferencias en torno a la situación laboral de los jóvenes en relación a los adultos, en cuanto a los niveles de experiencia, desempleo e inactividad son el resultados también de asimetrías presentes entre los diferentes sistemas educativos y en las políticas públicas de los países, que a pesar de los importantes esfuerzo realizados por los Estados orientados a realizar reformas, desde principios de la década de los noventa, a diferentes niveles (primaria, secundaria y superior) aún distan de alcanzar los objetivos trazados.

Esta realidad compone las bases de las demandas de la población latinoamericana y, por tanto, de la juventud en su conjunto. Éstas requieren ser atendidas y resueltas en el marco de políticas integradoras donde el criterio fundamental debe centrarse en las bases democráticas de participación.

Por tanto, el camino hacia la integración sudamericana basado no sólo en el marco de acuerdos mercantiles y comerciales, sino en un enfoque de democrático donde la juventud juegue un rol fundamental es un reto a futuro de los gobiernos y la sociedad civil en su conjunto.



*Sociedades sul-americanas:
o que dizem jovens e adultos
sobre as juventudes*

Capítulo 2
**MEDIOS DE INFORMACIÓN
Y USO DE INTERNET**

Oscar Dávila León





MEDIOS DE INFORMACIÓN Y USO DE INTERNET

1. INTRODUCCIÓN: DE APARATOS Y SUS USOS

HACE UN TIEMPO ATRÁS el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo en Chile (PNUD), abordó en su Informe titulado *Desarrollo humano en Chile 2006. Las nuevas tecnologías: ¿un salto al futuro?* (PNUD Chile, 2006), las diferentes dimensiones que estarían vinculadas con los accesos, usos, disposiciones y desafíos que imponen estas nuevas tecnologías de la comunicación e información (TIC) para el desarrollo humano de las personas y el desarrollo general del país.

A estas alturas puede parecer un lugar común el señalar que son los y las jóvenes quienes más cercanos se sienten a las TIC, en desmedro de otros grupos etarios a medida que se eleva la edad. Pues precisamente el Informe confirma esta sospecha más o menos compartida.

Ante la interrogante de sentirse «dentro o fuera del mundo de las nuevas tecnologías», el resultado es un empate para la población general; pero con un fuerte componente generacional, pues el 84% de quienes tienen entre 14 y 17 años se siente que está «dentro», y además creen firmemente en la tecnología y en las oportunidades que ha generado: es una herramienta que facilita las cosas y les sirve para desarrollar sus intereses. A la inversa, las personas de más edad, en una proporción mucho más amplia, aún perciben a las TIC como una fuente de amenaza e incertidumbre. De allí que se recomiende que «la preocupación no debe ser sólo cómo las personas acceden a las TIC, sino también cuál es el uso y sentido que les otorgan».

Pero a su vez también es necesario identificar cuáles son las equi-paridades y diferenciaciones (en sus diversos trazados de conexiones) que están aconteciendo con el desarrollo y despliegue de las nuevas tecnologías de la comunicación e información, en especial, su impacto



sobre los y las jóvenes que aún son un tanto inciertas. La penetración de éstas en la vida cotidiana es evidente y nos abre nuevos campos de exploración, además de complejizar el análisis, pues no sólo se trata de estar dentro o fuera del mundo de las nuevas tecnologías, sino que lo importante pasa a ser los tramados internos que se generan en esas relaciones.

Los ejes de atención se diversifican en las relaciones posibles de establecer entre juventud y TIC, y surge la necesidad de examinar los procesos y dinámicas internas de esta apropiación tecnológica, muchas veces irreflexiva, cobrando relevancia las dimensiones del acceso a las tecnologías (muy desigualmente distribuida), los usos que de ellas se hacen (con las disposiciones subjetivas y objetivas presentes), y la producción o generación de nuevos «productos relevantes» para las personas mediante el uso de las TIC: un mundo de posibilidades, desde conocimientos, sociabilidades, informaciones, identidades (aunque sean virtuales), inclusiones (subjetivas y objetivas), participaciones (individuales y colectivas), reconocimientos, autonomías y emancipaciones (libertad relativa del control adulto para los y las jóvenes y adolescentes), usos más de tipo privado o de tipo público, en un largo etcétera. Pero sin duda que para los y las jóvenes, estas nuevas tecnologías han pasado a ser e instalado como aspectos relevantes de identidad y/o sociabilidad juvenil.

El Informe en referencia plantea que el desafío principal que se tiene como país en el uso de las TIC es «poder avanzar desde una promoción centrada en el acceso a los aparatos y conexiones, hacia una política centrada en las formas, condiciones y sentidos en que se usan éstos».

Y a nivel juvenil cobra una relevancia mayor estos enunciados, pues a la base de la utilización de estas nuevas tecnologías deben ser consideradas el abordar las dimensiones propias de la subjetividad juvenil, y también las condiciones en que se desenvuelven de manera más objetiva y/o estructural estos jóvenes. Ambas dimensiones deben ser tenidas en cuenta de manera simultánea y con los mismos énfasis por parte de las orientaciones, conceptualizaciones y políticas públicas que se diseñan y ejecutan en estos ámbitos.

Esta referencia al informe del PNUD nos parece apropiado como marco introductorio al tema de —más acotado por lo demás— sobre el ámbito de los accesos y usos a los medios de información y de la red internet que estarían experimentando tanto jóvenes como adultos en los seis países considerados.

2. BRECHAS PERSISTENTES

Se ha mencionado insistentemente que el acceso, disponibilidad, disposición, sus usos y sentidos asignados a las TIC puede constituirse en nuevas formas de desigualdades, en las cuales la brecha digital o «brecha en conectividad» estaría representando y expresando (y en muchos casos exacerbando) brechas pre-existentes, o brechas en cuanto a condiciones de orígenes, principalmente en cuanto a ingresos, niveles educacionales, actividad social, sector de residencia urbano o rural, etnia e inclusive diferencias de género. Ésa es la interrogante que deja abierta el texto *Juventud y cohesión social en iberoamérica* (CEPAL y OIJ, 2008:165) en el capítulo referido a la conectividad entre los jóvenes.

Dichas interrogantes enunciadas, sobre la base de los antecedentes recogidos en este estudio, todas y cada una de ellas se confirman en términos generales de tendencias, donde los datos en cada uno de los países reproducen esas premisas, resumida en que existen relaciones fuertes en los accesos, usos y frecuencias, de acuerdo a ciertas variables o condiciones pre-existentes. Sumado a lo anterior, también se confirman esas tendencias en cada uno de los países.

Es innegable el avance en conectividad y usos que han experimentado los países en cuanto a la apropiación de las TIC y en específico el de internet, como también es cada vez más frecuente que este avance en penetración vaya acompañado con políticas públicas orientadas en esa dirección, y no entender este proceso sólo como un producto y servicio a ser dejado al mercado de las empresas de telecomunicaciones. Detrás de aquellas lógicas, sin duda se haya un principio de desarrollo estratégico de las sociedades, entendida como inversión fundamental en infraestructura, conectividad y capital humano calificado para enfrentar los nuevos y futuros requerimientos de la sociedad de la información. Invertir hoy en día en esos sectores, es requisito fundamental para acceder a mercados cada vez más competitivos y exigentes, y poder integrarse de mejor manera en sintonía con los procesos de modernización en su nueva fase expansiva, quizá la cuarta en la región latinoamericana a tiempos contemporáneos, donde coexisten en algunos países dinámicas modernizadoras de fases anteriores con la actual. Pensemos por ejemplo en los déficit en infraestructura básica y de obras públicas de nuestros países, como electrificación, red de agua potable y alcantarillado, telefonía de red fija (no móvil, que crece de manera exponencial) y telecomunicaciones, infraestructura educacional y sanitaria, puertos, carreteras, aeropuertos, embalses, sistemas de

64 | *Medios de información y uso de Internet*

regadíos, diversificación de la matriz energética y prospección de nuevas fuentes energéticas, entre otras áreas relevantes de la infraestructura física necesaria. En dos palabras: inversión en concreto (hormigón, cemento, *portland*) y en redes al mismo tiempo.

La expansión experimentada por el uso de internet en los últimos años, habla de un crecimiento sostenido en diferentes zonas del mundo, que permite ver las dos caras de la moneda: la fuerte expansión y las disparidades en sus crecimientos de acuerdo a los países y zonas geográficas. Para la región latinoamericana, como puede apreciarse en la tabla, de partir la década con niveles muy bajos de usuarios de internet, al cabo de sólo siete años la cifra se ha cuadruplicado, pero con desiguales indicadores por países, siendo los extremos Costa Rica con 33 y Bolivia con 2 usuarios de internet por 100 habitantes.

TABLA 1: IBEROAMÉRICA Y OTROS PAÍSES SELECCIONADOS (27 PAÍSES).
USUARIOS DE INTERNET^(a/b) E INDICADORES DE EXPANSIÓN, 2000-2007

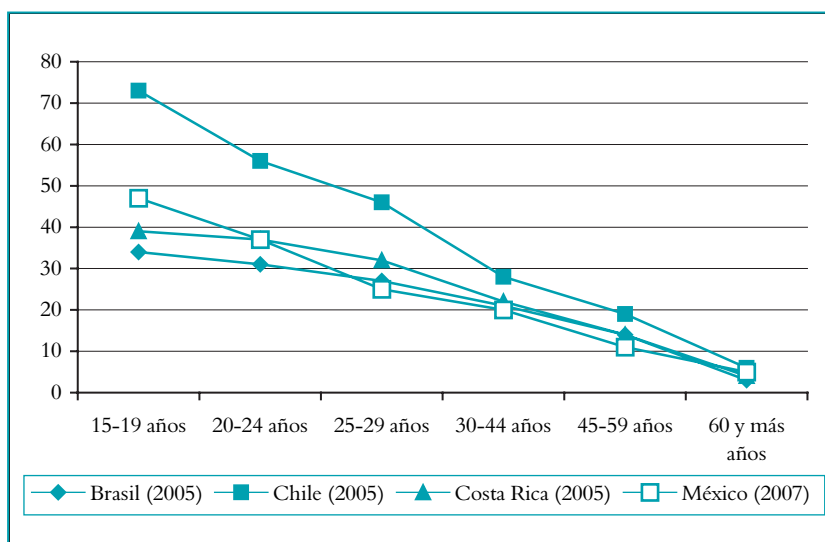
País	USUARIOS DE INTERNET (NÚMERO DE USUARIOS POR 100 HABITANTES) AÑOS			Indicadores de expansión (%)	
	2000	2004	2007	Tasa de crecimiento promedio anual 2000-2007	Relación 2007/2000
PAÍSES CON MAYOR PENETRACIÓN					
España	13.6	35.1	44.5	18.5	3.3
Costa Rica	6.0	23.5	33.6	28.0	5.6
Chile	16.7	27.9	33.5	10.5	2.0
Portugal	16.8	24.5	33.4	10.4	2.0
Uruguay	10.9	21.0	29.0	14.9	2.7
Perú	3.1	11.6	27.4	36.4	8.8
Colombia	2.1	8.9	26.2	43.7	12.7
Brasil	2.9	12.2	26.1	36.6	8.9
PAÍSES CON MEDIANA PENETRACIÓN					
Argentina	7.1	16.1	23.6	18.8	3.3
México	5.1	13.4	21.4	22.7	4.2
Venezuela	3.4	8.8	20.7	29.5	6.1
Dominicana	4.1	9.1	17.2	22.8	4.2
Ecuador	1.4	4.7	11.5	34.9	8.1
Guatemala	0.7	6.0	10.2	46.7	14.6
El Salvador	1.1	8.9	10.0	36.7	8.9
PAÍSES CON BAJA PENETRACIÓN					
Panamá	3.2	9.5	6.7	11.3	2.1
Honduras	0.9	3.2	4.7	26.9	5.3
Paraguay	0.7	2.5	4.1	28.1	5.7
Nicaragua	1.0	2.2	2.8	15.8	2.8
Bolivia	1.5	3.9	2.1	5.2	1.4
TOTALES REGIONALES					
Iberoamérica (20 países)	5.1	12.6	19.4	21.0	3.8
América Latina (18 países)	4.0	10.7	17.3	23.3	4.3
OTROS PAÍSES SELECCIONADOS					
Suecia	45.6	75.5	76.8	7.7	1.7
Japón	29.9	62.2	73.5	13.7	2.5
Corea	41.4	65.7	72.2	8.3	1.7
Estados Unidos	44.1	63.0	71.9	7.2	1.6
Reino Unido	26.4	47.0	66.2	14.0	2.5
Australia	34.5	47.8	54.0	6.6	1.6
Alemania	30.2	43.3	51.5	7.9	1.7

Fuente: Unión Internacional de Telecomunicaciones (UIT), en CEPAL y OIJ, 2008:155.

- (a) La cifra es producida y divulgada por el país (se considera el dato ajustado por el país con el fin de hacerlo coincidir con los estándares internacionales).
- (b) La cifra es estimada por la agencia internacional cuando un dato de país para un año específico o para una serie de años no está disponible, o cuando existen múltiples fuentes de información o hay cuestionamientos a la calidad del dato. Las estimaciones se basan en datos nacionales, tales como encuestas o registros administrativos u otras fuentes de información, pero utilizando la misma variable para realizar la estimación.

Dentro de las brechas de acceso a internet, la edad juega —como en pocos casos— muy a favor de las poblaciones jóvenes, donde clara y categóricamente se aprecia una relación directa entre edad y conectividad: a medida que aumenta la edad, la conectividad baja por parte de los usuarios, donde la relación entre el grupo etario más joven (15 a 19 años) y el de mayor edad (60 y más años) es de 10 a 1, a favor de los primeros en conectividad.

GRÁFICO 1: CUATRO PAÍSES SELECCIONADOS.
USUARIOS DE INTERNET SEGÚN TRAMOS DE EDAD, ALREDEDOR DE 2005
(EN PORCENTAJES)

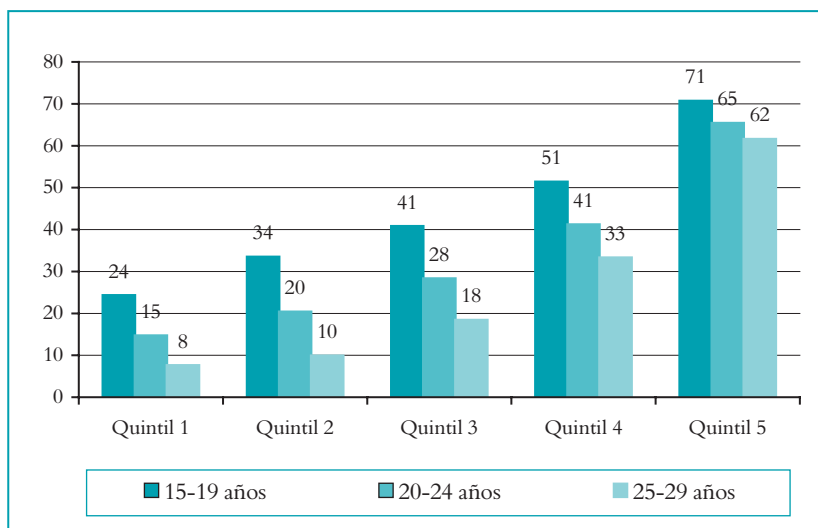


Fuente: Observatorio para la Sociedad de la Información en Latinoamérica y el Caribe (OSILAC), basado en encuestas de hogares de los países y año más reciente disponible. En CEPAL y OIJ, 2008.

La misma tendencia anterior, pero ahora sólo entre las poblaciones jóvenes (15 a 29 años), se presenta en cuanto a los niveles de ingresos, en una relación directa de a mayor ingreso, mayor es la proporción de usuarios jóvenes de internet, alcanzando una relación de 4 a 1 a favor del quintil de mayor ingreso (5) sobre el de menor (1).

Estos antecedentes —tramos etarios e ingreso— son congruentes con los arrojados por la medición mediante la encuesta a jóvenes y adultos en los seis países contemplados.

GRÁFICO 2: CINCO PAÍSES SELECCIONADOS.
USUARIOS DE INTERNET POR QUINTIL DE INGRESO Y EDAD,
ALREDEDOR DE 2005
(EN PROMEDIOS SIMPLES)



Fuente: Observatorio para la Sociedad de la Información en Latinoamérica y el Caribe (OSILAC), basado en encuestas de hogares de los países y año más reciente disponible. Los países incluidos son Chile (2006), Brasil (2005), Costa Rica (2005), México (2007) y Paraguay (2005). En CEPAL y OIJ, 2008.

3. MÁS IMAGEN QUE PALABRAS: LA CULTURA DE LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN

Tradicionalmente se ha concebido el acceso, uso y tipo de medio de información y comunicación como un indicador relevante de análisis en tiempos contemporáneos, donde de manera particular estamos siendo testigos de la evolución de los medios y canales informativos que van marcando las pautas epocales en el área, y que sin duda se relacionan estrechamente con los procesos modernizadores que experimentan los países en la materia.

Con la irrupción de la televisión hace unas décadas, se vio resentido el canal de la radio comercial como fuente de transmisión de información, pasando la televisión de manera sostenida y en permanente expansión a liderar en buena medida como medio por excelencia de acceso a la información. Con ello *la palabra se vio acorralada por la ima-*

gen, que fruto de su ampliación de cobertura y acceso por parte de la población con el tiempo, en la actualidad es casi un aparato presente en todos los hogares (Reinoso, 2005).

Esta trayectoria seguida por la televisión posee rasgos bastante comunes con las tendencias actuales y proyectuales atribuibles al uso de computador e internet. A su vez, la presencia de los medios de comunicación e información escrito (periódicos, revistas, boletines y afines) pasan por un mal momento, donde cada vez se lee menos en la versión de McLuhan de la «Galaxia Gutenberg», es decir, un sujeto frente a un texto impreso; y estando pendiente la evaluación sobre los hábitos y usos de lectura —más o menos tradicional— en la «aldea global electrónica».

Por tales antecedentes no resulta extraño que dentro de las personas consultadas en los seis países de referencia el medio que concentra las mayores preferencias para cumplir con la función de informarse sobre lo que sucede en su país y el mundo sea la televisión, teniendo todos los países niveles desde 91.3% (Paraguay) a 95.9% (Chile), con la excepción de Bolivia que presenta un valor bastante menor para la televisión (77.2%).

TABLA 2: PRINCIPALES MEDIOS A TRAVÉS DE LOS CUALES SE INFORMA POR PAÍS (EN PORCENTAJES)

USO MEDIO DE INFORMACIÓN	País					
	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay
Televisión	92.2	94.9	95.9	77.2	91.3	93.1
Radio comercial	54.8	39.6	42.9	67.5	54.8	57.8
Diario, Revista, Boletín	38.6	30.6	34.0	21.1	28.3	23.0
Internet	20.0	20.6	17.5	6.9	5.2	14.9
Radio comunitaria	3.7	5.0	4.0	15.0	7.5	6.2

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Debido a los altos porcentajes de preferencia de la televisión como principal medio informativo, las diferencias para las poblaciones jóvenes y adultas son mínimas (1 ó 2 puntos), siendo ambos segmentos televidentes en proporciones iguales. Y viendo los niveles de escolaridad, hay una leve disminución en el uso televisivo a medida que aumenta la escolaridad, es decir, quienes declaran poseer estudios superiores utilizan un poco menos este canal respecto a escolaridades

más bajas. La excepción la constituye Bolivia, donde hay una relación inversa e importante: más de 20% para personas con escolaridades de secundaria y superior (86.3% y 87.7%, respectivamente) en relación con primaria (64%) como televidentes de información.

En cuanto al uso de la radio comercial, los porcentajes presentan algunas diferencias importantes de uso de acuerdo al país, siendo en Bolivia donde más extendida se encuentra este medio como canal informativo (67.5%) y en Brasil el más bajo (39.6%). Y aquí sí se aprecian diferencias de uso entre jóvenes y adultos, siendo éstos quienes marcan en todos los países una mayor preferencia, alcanzando las mayores diferencias en Uruguay (12.6%) y en Argentina (10.1%) por sobre los jóvenes.

La prensa escrita, en sus diferentes versiones (diarios, revistas y boletines), concentra alrededor de un tercio de las preferencias como medio de información, donde los extremos están representados por Argentina (38.6%) en el mayor uso, y por Bolivia (21.1%) con el menor. Y quizá contrariamente a lo esperado, en todos los países los mayores lectores corresponden a jóvenes, con las excepciones de Argentina, donde los adultos superan (6.7%) a los jóvenes y en Bolivia con una proporción menor a favor de los adultos (3%). También en el caso de la prensa escrita es más utilizada como medio informativo a medida que sube el nivel de escolaridad y también el de ingreso de los consultados, donde quienes poseen educación superior a lo menos doblan a las personas con escolaridades de nivel primario o secundario. Y para el ingreso, el tercil más alto duplica y triplica según el país al decil de menores ingresos en la lectura de prensa como medio informativo.

Tal como veremos luego con más detalle, el uso de internet como medio informativo va ganando terreno y es esperable que siga expandiéndose en el tiempo, entrando a competir y/o quitándole usuarios, principalmente a la televisión, en lo que vendría a ser un «cambio o intercambio de pantallas»: *del televisor al monitor* (Reinoso, 2005). Entre los seis países se forman dos grupos: los que ubican a internet entre el 15% y 20% como medio informativo (Argentina, Brasil, Chile y Uruguay) y el otro grupo con valores entre 5% y 7% (Bolivia y Paraguay), y que se relacionan directamente con los niveles de conectividad a internet y disponibilidad de uso de computador en cada país. La relación entre quienes utilizan habitualmente internet y usan este mismo canal como medio informativo es muy fuerte, alcanzando prácticamente al total de las personas en valores cercanos al 96%.

Y como se ha venido señalando, la dimensión de la edad e internet se potencian mutuamente, donde en este caso no es la excepción como medio de información, pues los y las jóvenes usan este canal informativo alrededor del doble (Argentina y Brasil), el triple (Chile, Bolivia y Uruguay) y cuatro veces más que los adultos (Paraguay). Y la misma tendencia sucede con el nivel de escolaridad y uso de internet como medio informativo, siendo una relación cercana a las 10 veces más (Argentina, Brasil, Chile), 15 veces (Bolivia y Uruguay) y hasta 25 veces (Paraguay) entre quienes cuentan con educación superior por sobre las de educación primaria. Similar situación se presenta al revisar esta dimensión con los niveles de ingreso, pero un tanto más atenuada que la escolaridad, donde el tercil de ingresos más alto usa internet como medio informativo 4 veces más (Chile y Uruguay), 5 veces más (Brasil y Argentina), 8 veces más (Bolivia) y hasta 11 veces más (Paraguay) respecto al tercil de menores ingresos.

En la distribución por sexos en el uso informativo por internet, en tres países (Chile, Bolivia y Paraguay) éste adquiere un carácter predominantemente masculino, teniendo los hombres una diferencia cercana al 20% por sobre las mujeres.

Para el caso de las radios comunitarias, salvo en Bolivia (15%) que adquiere alguna significación como medio de información, en los restantes países su importancia tiene valores bajos (entre 4% y 7%) en el conjunto de la población, comportamiento que se distribuye en iguales proporciones para jóvenes y adultos.

En esta reconfiguración de las tendencias de uso de los diferentes canales o medios para informarse, se aprecia con claridad el retroceso que van experimentando los medios de comunicación e información de la prensa escrita y el auge gradual, pero persistente de medios vinculados con lo audiovisual, donde la televisión posee un lugar privilegiado, pero que comienza a vislumbrarse el uso de internet con todo su potencial de expansión y alza sostenida en las tasas de penetración, a la par de como aumenta la conectividad digital en cada país, y se incorporan nuevas generaciones más jóvenes en el uso de estas herramientas de comunicación e información, ya no como aprendices en sus usos, sino como primera generación de «nativos digitales» como se les ha dado en llamar (cf. Urresti, 2008).

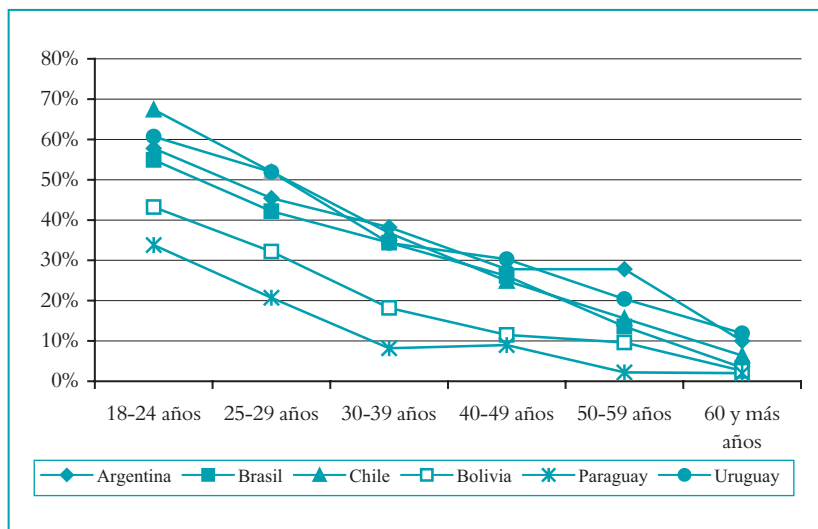
Pero junto a lo anterior, es válido enunciar la premisa y *apuesta optimista* que sigue vigente en cuanto a la génesis y sus usos de la red global, la que favorecería a una democratización de la información (en su generación, distribución y usos) precisamente por el carácter

virtual de aquélla y su libre circulación, de momento que se pasa «del papel al ciberespacio». Es un tema de discusión abierto y que requiere análisis más profundo y sistemático para contar con evidencias que puedan respaldar esa apuesta optimista por el avance de la tecnología. Por lo pronto, y en el contexto sólo de la parte referida a canales por los cuales se informan las personas, resulta un tanto paradójal que los principales medios de información consultados en la red, *son las versiones digitales de la prensa escrita*, ahora de manera gratuita. Lo que nos lleva a plantear el tema ya no sólo desde los accesos, sino que con mayor fuerza por sus diversos tipos de usos, donde —a lo menos— pueden calificarse entre «los usos letrados v/s los usos lúdicos». Volveremos sobre esto.

4. LOS USUARIOS DE LA RED

En consecuencia con las tendencias ya señaladas, entre los países consignados en este estudio, podemos apreciar dos agrupaciones de países de acuerdo a la utilización habitual de computadora e internet. De un lado se ubican cuatro países (Argentina, Brasil, Chile y Uruguay) que poseen dentro de las personas consultadas por sobre el 30% de una utilización habitual de computador e internet en conjunto; y el otro grupo compuesto por dos países (Bolivia y Paraguay) con valores un tanto menores (22.6% y 14.5%, respectivamente). Cabe consignar que en la opción de quienes utilizan habitualmente computadora, pero sin una conexión a internet, nos arroja una proporción bastante baja en los países, en un rango entre 2.3% y 7.6%, lo que viene a confirmar la impresión general (y con mayor fuerza entre las poblaciones jóvenes) que en el actual desarrollo de las nuevas tecnología informáticas, el poseer o tener acceso a un computador sin internet, no serviría de mucho, estando devaluada esa opción de inclusión digital en una amplia mayoría de las personas.

GRÁFICO 3: USUARIOS HABITUALES DE COMPUTADORA E INTERNET
SEGÚN TRAMOS DE EDAD Y PAÍS
(EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

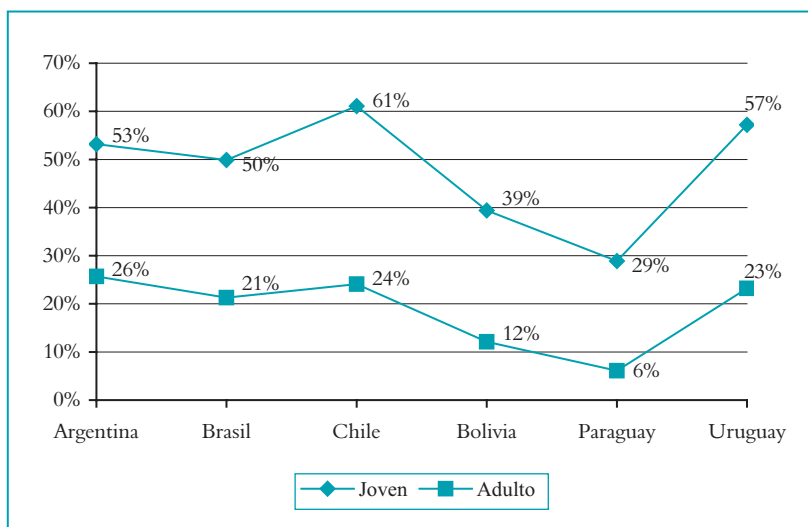
Con estos antecedentes, y en consonancia con lo expresado anteriormente, estaríamos en presencia de dos dinámicas —y sus derivados de aquéllas— en el plano de la inclusión digital en estos seis países: el bajo nivel de acceso que aún persiste en conectividad, acceso y uso habitual de la herramienta del computador e internet; pero de manera conjunta, el fuerte impacto y acelerado proceso de crecimiento que vienen experimentando el uso de estas herramientas de la información y la comunicación.

Las tendencias de diferenciación en el uso habitual del computador e internet se vuelven a confirmar, donde el mayor uso se correlaciona con fuerza con la variable edad y generacional, disminuyendo su uso a medida que aumenta la edad, como podemos ver en el gráfico. Es así que entre quienes usan estas herramientas, las diferencias entre los tramos de edad extremos, alcanzan valores muy significativos.

Por ejemplo, el grupo de menor edad (18 a 24 años) utiliza habitualmente en Chile (67.4%) y Uruguay (60.7%) porcentajes muy superiores que el grupo de mayor edad (6.4% y 11.9%, respectivamente). Esta diferencia intergeneracional en uso de internet a favor de las poblaciones más jóvenes se va expresando y disminuyendo en todos

los grupos etarios en que se ha agrupado a la población total y en cada uno de los países.

GRÁFICO 4: USUARIOS HABITUALES DE COMPUTADORA E INTERNET SEGÚN JOVEN O ADULTO Y PAÍS (EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Entre las otras variables de diferenciación en el uso de computadora e internet adquieren mayor relevancia a la hora de ver el sector de residencia de los consultados, donde de manera clara los mayores valores se alcanzan en quienes residen en sectores urbanos, siendo del doble o triple de acuerdo al país (tabla 3).

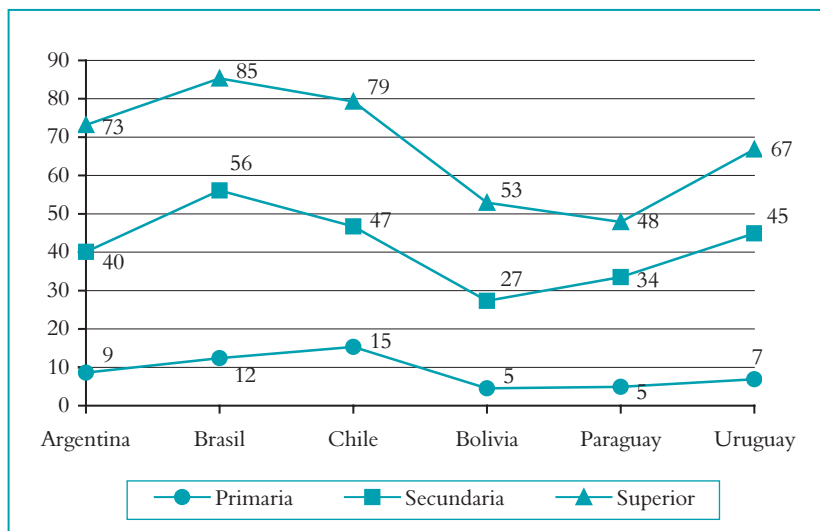
Las diferencias por género no adquieren una tendencia sostenida para uno u otro género, sino que se da una tendencia mixta: en dos países (Argentina y Brasil) son las mujeres quienes más utilizan habitualmente computadora e internet, y en cuatro (Chile, Bolivia, Paraguay y Uruguay) son los hombres. Inclusive, en todos los países la diferencia para uno u otro género no es muy significativa (tabla 3).

**TABLA 3: UTILIZA HABITUALMENTE COMPUTADORA E INTERNET
POR SECTOR RESIDENCIA URBANO/RURAL, SEXO Y PAÍS
(EN PORCENTAJES)**

Usos	País	SECTOR DE RESIDENCIA		SEXO	
		Urbano	Rural	Hombre	Mujer
No utiliza computadora	Argentina	59.3	75.4	28.7	32.1
	Brasil	64.3	87.8	31.1	36.3
	Chile	58.1	77.1	27.9	33.1
	Bolivia	61.6	84.8	31.1	38.7
	Paraguay	72.8	92.7	39.6	40.5
	Uruguay	61.6	86.8	28.9	34.4
Utiliza computadora, pero no usa internet	Argentina	5.0	7.6	2.4	2.9
	Brasil	2.5	0.9	1.3	1.1
	Chile	4.6	5.7	2.3	2.5
	Bolivia	7.6	7.4	4.0	3.5
	Paraguay	6.8	3.3	2.4	3.1
	Uruguay	5.2	2.3	2.4	2.6
Usa computadora e internet	Argentina	35.7	16.9	16.5	17.4
	Brasil	33.2	11.3	14.8	15.5
	Chile	37.3	17.2	18.2	16.2
	Bolivia	30.8	7.7	13.0	9.5
	Paraguay	20.4	4.0	8.1	6.4
	Uruguay	33.2	10.9	15.8	16.1

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

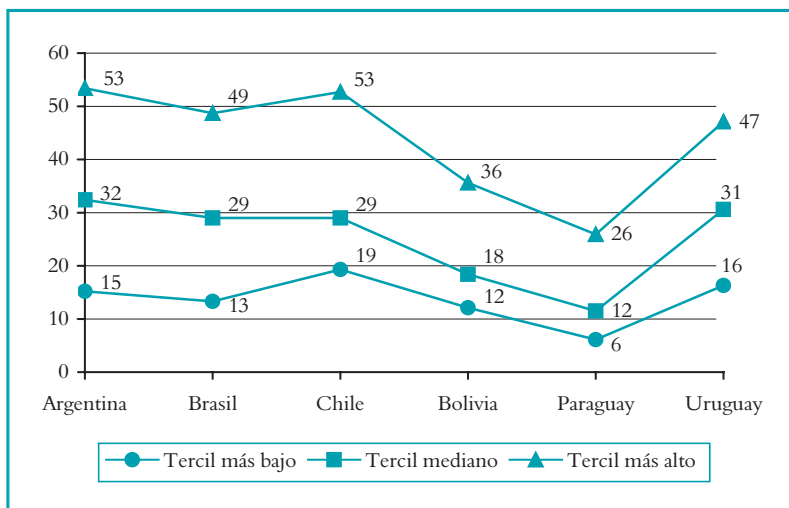
GRÁFICO 5: USUARIOS HABITUALES DE INTERNET
SEGÚN ESCOLARIDAD Y PAÍS
(EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

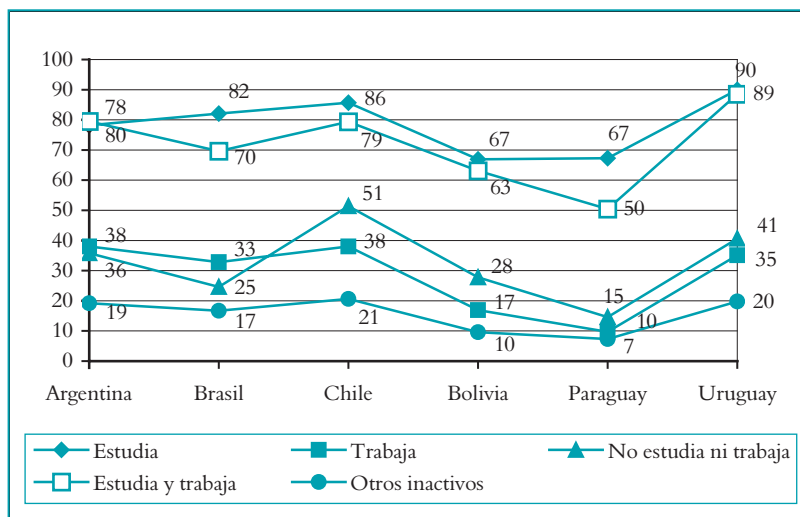
Tres variables se relacionan muy directamente en cuanto a la utilización permanente de internet: escolaridad alcanzada, nivel de ingreso del hogar per cápita y actividad social principal; en las cuales se mantienen las tendencias ya señaladas. A mayor escolaridad (gráfico 5) y nivel de ingreso (gráfico 6), mayor uso de internet; y en la actividad principal, presentada de manera dicotómica entre estudio y trabajo, quienes estudian alcanzan elevados valores de utilización habitual de internet. Incluso los que realizan las actividades de estudio y trabajo al mismo tiempo, también exhiben altos porcentajes de uso de la red, y de contraparte, quienes menos hacen uso de aquélla son los agrupados en otros inactivos de la población, principalmente representados por dueñas de casa, jubilados, pensionados y quienes buscan trabajo (gráfico 7).

GRÁFICO 6: USUARIOS HABITUALES DE INTERNET SEGÚN NIVEL DE INGRESO EN TERCILES Y PAÍS (EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

GRÁFICO 7: USUARIOS HABITUALES DE INTERNET SEGÚN ACTIVIDAD PRINCIPAL Y PAÍS (EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

5. LOS USOS EN LA RED

Teniendo en consideración que más del 70% de la población general manifestaron no ser usuarios habituales de internet, dentro de quienes sí la usan, un primer antecedente se refiere a la cantidad y tipos principales de utilización de internet.

TABLA 4: CANTIDAD DE TIPOS DE USOS EN INTERNET POR PAÍS
(EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)

CANTIDAD DE TIPOS DE USOS	PAÍSES						Total
	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay	
1 ó 2 tipos de usos	46.8	45.1	33.0	43.9	59.9	45.4	44.4
3 ó 4 tipos de usos	36.0	34.7	38.0	35.7	30.8	36.3	35.6
5 ó más tipos de usos	17.2	20.1	29.0	20.4	9.3	18.2	20.0
PROMEDIO TOTAL	3.00	3.15	3.62	3.15	2.41	3.07	3.13
PROMEDIO JÓVENES	3.22	3.34	3.87	3.19	2.53	2.52	3.33
PROMEDIO ADULTOS	2.80	2.96	3.37	3.07	2.08	2.68	2.92

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

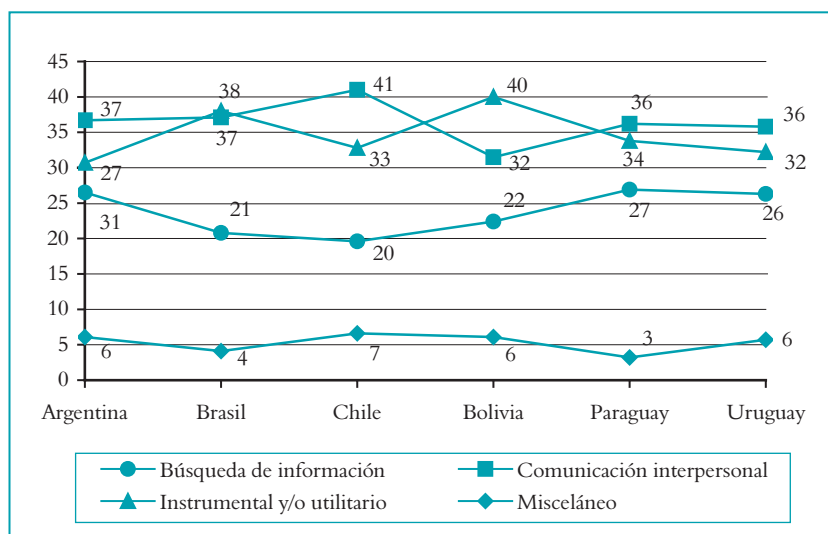
Las opciones principales y originalmente propuestas —de respuesta múltiple— para estos tipos de usos correspondieron a la búsqueda de información y noticias en la red, uso de correo electrónico, conversar o chatear, investigar, jugar, trabajar, estudiar, relacionarse, comprar y buscar empleo, entre otras de menor frecuencia. A partir de allí, tenemos un promedio simple de 3.13 tipos de herramientas utilizadas por los usuarios permanentes de internet, siendo entre 1 ó 2 usos la opción más frecuente (44.4%), decreciendo a un 35.6% para los 3 ó 4 tipos de usos y el 20% para quienes usan 5 o más aplicaciones en internet.

En categorías agregadas de las respuestas múltiples, se construyó una sola variable para las —hasta— once opciones posibles de respuesta, en la cual quedó con las alternativas de búsqueda de información y noticias, comunicación interpersonal (considerando el uso de chat, visitas a sitios web de relacionamiento/sociabilidad y correo electrónico), uso instrumental y/o utilitario (incluyendo el investigar, apoyo

educativo, trabajar, comprar, pagar y buscar empleo), y una categoría misceláneo (jugar y otras de menor preferencia).

De esta agrupación de respuestas múltiples e incluyendo al conjunto de la población consultada, en cuatro países (Argentina, Chile, Paraguay y Uruguay) la primera preferencia en la utilización de internet es la comunicación interpersonal; y en dos países (Brasil y Bolivia) es con fines instrumentales y/o utilitarios.

GRÁFICO 8: UTILIZACIÓN PRINCIPAL DE INTERNET POR PAÍS
(EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)

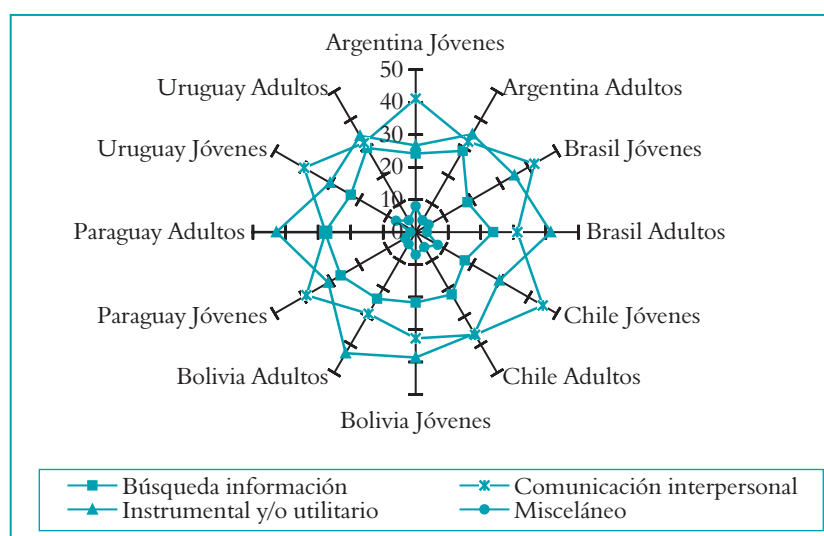


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Visto a nivel generacional los usos principales de internet, se aprecian diferencias significativas entre jóvenes (18 a 29 años) y adultos (30 y más años). Lo esperable: cambian los usos de acuerdo a la edad, incluso con mayor claridad que entre los propios países, sea como población general, entre los mismos jóvenes o entre los adultos de cada país. De allí que la edad hace una diferencia relevante en cuanto a la relación, apropiación y usos que se hacen de internet. Puede apreciarse en la gráfica de red (gráfico 9) cómo la utilización principal que hacen los jóvenes de todos los países (con la excepción de los jóvenes bolivianos) es en primer lugar la comunicación interpersonal, con porcentajes agregados cercanos al 40% en cada país. En el caso

de los adultos su principal utilización está relacionada con usos instrumentales y/o utilitarios, con también en torno al 40% en todos los países (sólo en los adultos de Chile la comunicación interpersonal es levemente superior a la anterior).

GRÁFICO 9: UTILIZACIÓN PRINCIPAL DE INTERNET
JOVEN/ADULTO POR PAÍS
(EN PORCENTAJES SOBRE USUARIOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Otras variables relevantes vinculadas con los usos de internet nos indican que con la escolaridad a medida que ésta aumenta desde primaria hacia superior, la tendencia es hacia un mayor uso instrumental y/o utilitario de la red. Y para el caso del género, hay una leve preferencia —no muy significativa— de las mujeres (en torno al 3%) por un mayor uso principal de la comunicación interpersonal que los hombres. Igual situación acontece con el nivel de ingreso de los entrevistados, donde los usos de internet se distribuyen de manera similar entre los terciles de ingreso. Por último, la actividad social principal de estudiante, se relaciona más estrechamente con el uso de la comunicación interpersonal, y para el caso de quienes trabajan, comparten el uso principal la anterior, pero junto a un uso de carácter más instrumental y/o utilitario.

6. LAS BRECHAS EN EL ACCESO Y USO

Sobre la base de los antecedentes aportados por el estudio en materia de uso de medios de información y comunicación, con énfasis en la utilización de internet por parte de la población consultada, surgen un conjunto de interrogantes que hacen plausible una interpelación a las políticas públicas responsables de estas materias, en orden a poder avanzar en la disminución de las diferentes brechas documentadas.

De un lado se nos presenta con claridad la existencia de una «brecha digital» entre los países involucrados en el estudio, tanto en su comparación entre ellos (la cual es relativamente menor) y la de éstos con otras realidades con mayores niveles de desarrollo (la que es más amplia que la anterior). Del otro lado tenemos una «brecha generacional», principalmente relacionada con el acceso y uso de la red internet, entre jóvenes y adultos en cada país.

Para ambos tipos de brechas se precisa la concurrencia de un conjunto de políticas públicas que se orienten hacia la dirección de poder acortar estas brechas, donde cabe preguntarse si las políticas deben intervenir en este campo y si poseen los instrumentos que favorezcan mayores niveles de equidad en sus accesos y usos, más allá de ser entregados estos ámbitos a las lógicas del mercado y las posibilidades de cada cual de ser un consumidor de las tecnologías de la información y la comunicación.

Han habido y se encuentran en curso algunas políticas públicas que se orientan en la dirección de favorecer la disminución de las brechas y aumentar el acceso, donde de manera especial se pueden reconocer iniciativas masivas vinculadas con la conectividad de los estudiantes en los establecimientos educacionales y el acceso a computadoras; o también ciertos proyectos en el área de la conectividad rural, en territorios donde no llegará de manera convencional internet. Incluso a nivel de políticas juveniles podemos encontrar iniciativas públicas de generar *espacios de conectividad juvenil* en las modalidades de telecentros, infocentros, cibercentros; pero que por su carácter y cantidad reducida, poseen una baja cobertura de población.

Pero en lo que aún falta camino en recorrer se relaciona con el acceso y uso residencial de estas tecnologías, debido a las dificultades económicas de acceder a la compra de computadoras y conectividad hogareña para un conjunto mayoritario de la población de los países, debido a los altos costos que estos accesos conllevan.

Por tales razones, se hace necesario que este campo se convierta también en un campo de actuación de las políticas públicas, pues la evidencia nos refleja que rápidamente se va convirtiendo en una nueva fuente de exclusión social para un porcentaje muy relevante de la población, donde cada vez es más necesario disponer y manejar estas herramientas, dadas en ser llamadas actualmente como herramientas de modernización.



*Sociedades sul-americanas:
o que dizem jovens e adultos
sobre as juventudes*

Capítulo 3

**SOBRE LA JUVENTUD:
NOCIONES Y DISCUSIONES**

Felipe Ghiardo





SOBRE LA JUVENTUD: NOCIONES Y DISCUSIONES

UNO DE LOS PROBLEMAS básicos para los estudios sobre juventud está al principio, cuando tienen que definir su «objeto de estudio». La dificultad está dada por la variedad de significados que ha venido adquiriendo la palabra juventud desde que se acuña el término. Si en un primer momento se usó para hacer referencia a la nueva categoría social que se produjo con la modernización de los Estados y la producción industrial de mediados del XIX, con el paso del tiempo la juventud se fue convirtiendo en un fenómeno social y cultural sumamente complejo, cargado de múltiples significados que fueron haciendo difícil definirla sin enredarse en esa madeja.

Producto de ese proceso en la actualidad circulan múltiples discursos sobre la juventud, cada uno de los cuales de alguna manera marca la forma en que los diferentes grupos de población se refieren a ella. Para algunos investigadores éste ha sido tema de trabajo empírico. Mariana Chaves, por ejemplo, analizó hace un tiempo los discursos sobre la juventud que circulan en la prensa y la televisión argentinas, las políticas sociales, los padres, la escuela y los mismos jóvenes (Chaves, 2005). Dina Krauskopf describió las representaciones sociales que asumen los costarricenses sobre la población joven de su país (Krauskopf, 1999). Cada análisis produce sus propias categorías, pero coinciden en una cosa: que la juventud es un concepto polisémico, de múltiples significados, que puede incluso evocar términos opuestos. El artículo que escribió Touraine sobre las contradicciones de la sociedad chilena al referirse a la juventud en los noventa es un buen ejemplo: *la juventud como promesa y como amenaza al mismo tiempo* (Touraine, 1996).



En la etapa anterior de este mismo proceso de investigación se intentó trabajar en este nivel de análisis. Se hizo una serie de grupos focales en que participaron jóvenes de distintas organizaciones para conversar sobre lo que actualmente significa ser joven en cada país. En esta segunda etapa de investigación se quiso aprovechar la ocasión de la encuesta para explorar las significaciones sobre la juventud y darle continuidad a ese análisis. Teniendo en cuenta que se trata de una muestra que sería representativa de la población de cada país, y que explora otras dimensiones e incluye variables de distinto orden, se podría pasar de una mera descripción de los principales discursos sobre la juventud a un análisis de la forma en que se distribuyen entre la población. Así se podría describir las principales imágenes sobre la juventud y el perfil de sus portadores en un mismo ejercicio.

La pregunta era cómo. La alternativa fue dejar una pregunta abierta que invitara al encuestado a decir la primera palabra que se le viniera a la mente al momento de referirse a la juventud. Por lo general no se recomienda incluir este tipo de preguntas en una encuesta, sobre todo con muestras grandes —el análisis se complica—, pero era mejor recoger la diversidad de significaciones y desde ahí construir categorías que obligar a los entrevistados a ceñirse a unas pocas respuestas precodificadas. El resultado fue una lista con cerca de mil palabras y frases que apuntaban en múltiples direcciones. La tarea sería encontrar una forma de agrupar los diferentes conceptos sobre juventud que aparecían al correr la frecuencia. No era fácil con tanta palabra. Exigía una lectura detallada de las palabras. El primer paso fue unirlas por comunidad semántica. Con ese criterio se agruparon los distintos conceptos que apuntaran a una misma idea o tuvieran un núcleo común de significado (drogas con violencia, por ejemplo, o baile con fiesta). El segundo paso fue buscar un nivel más amplio de agrupación que sintetizara el análisis. En este paso se fue buscando las conexiones de sentido entre estas diferentes agrupaciones de palabras para desde ahí tratar de relacionar grupos de conceptos afines y tejer los diferentes relatos sobre la juventud.

1. LOS RELATOS

Al distinguir los diferentes grupos de palabras que usaron los entrevistados para referirse a la juventud, lo primero que llama la atención es la variedad de expresiones y la diversidad de imágenes que despierta la juventud. Como dice un par de entrevistados, juventud es *muchas*

cosas al mismo tiempo. Hay conjuntos de palabras que muestran que se puede hablar de juventud sin que haya necesariamente un sujeto que la encarne: «la juventud» no siempre es «los jóvenes de ahora». Otros que muestran que los tiempos en que se habla pueden ser variables. Cuando es presente, se habla de los jóvenes de hoy, se describen las particularidades de su condición social, se nombra una serie de prácticas, de «formas de ser» y de comportamientos que serían propiamente juveniles, y en algunos casos se vierten juicios de valor sobre ellos. Pero también se puede hablar de la juventud en pasado, como recuerdo, o incluso sin referencia a un tiempo específico, con sustantivos abstractos —rebeldía, energía— que aparecen cuando se trata de definir la esencia de la juventud.

Buena parte de los términos que registró la encuesta hablan de la juventud como una etapa de la vida. Los más básicos la definen como una *etapa inevitable*, una *consecuencia de la vida*, un estado vital que puede ejemplificarse con referentes cercanos —*mi hijo, mis nietos, mi hermano o uno mismo*— o que se puede delimitar como un período que tiene principio y final, pero que los tiene difusos: para unos va *de los 15 a los 22*, para otros *de los 21 a los 45 años*. La particularidad de estos grupos de respuestas es que no le asignan ningún contenido específico a la juventud. Eso las diferencia de otros grupos de conceptos que también hablan de la juventud como una etapa de la vida, pero que le dan un contenido o tratan de definir su esencia. Sobre esto hay varios relatos. Un primer grupo de palabras habla de la juventud como una *etapa bonita, la más hermosa de todas, una palabra linda, divino tesoro* y otras abstracciones idealizantes. La mayoría de las personas que nombran estas palabras son adultos, y esa es una hebra que lleva a otro grupo de palabras que hablan de la juventud en pasado. En algunos casos en que se habla de la juventud en pasado, se hace solamente como experiencia, pero sin atribuirle ningún significado, como *una etapa que se fue y no volverá más*, sin nostalgias, como si eso supusiera que se sabe de qué se trata: *uno pasó por eso también*. Sin embargo, para la mayor parte de quienes hablan en pasado, la juventud trae *recuerdos bonitos*. Esa es una tendencia generalizada. Solamente un caso en Paraguay dijo que la juventud le *recuerda su pecado* y otro en Bolivia que asocia juventud con *sufrimiento*, pero son respuestas excepcionales, probablemente asociadas a experiencias personales dolorosas, pero que no impiden esta *añoranza* que despierta la juventud entre muchos adultos.

¿Cuáles pueden ser las fuentes de esa añoranza? La respuesta parece llevar a una mezcla de aspectos anímicos, estados físicos y una

serie de experiencias afectivas que se vinculan a la etapa de juventud. Adultos y jóvenes recurren a sustantivos como *alegría*, *felicidad*, *frescura*, *pureza* y otros del mismo tipo que tienen gran presencia entre la población. Sin ir más lejos, entre las cerca de mil palabras, *alegría* es, por lejos, la que presenta la frecuencia más alta. Lo que no queda claro es la fuente de estas imágenes: no se sabe si vienen del recuerdo de la propia etapa de juventud en el caso de los adultos, o de la percepción que jóvenes o adultos puedan armarse sobre la juventud actual, sobre su «forma de ser», su «espíritu». Como sea, en ambos casos la imagen que queda es la de una juventud como etapa idílica.

Un segundo grupo de palabras que puede ayudar a entender cómo se forma esta añoranza son las características y posibilidades que se atribuyen al «cuerpo joven». La *salud*, el *vigor*, la *belleza*, la *virilidad*, son ejemplos que describen un «cuerpo joven» que implícitamente representa el opuesto del «cuerpo viejo». La referencia a *deportes* y *juegos*, son las posibilidades de ese cuerpo. De ahí se entiende que decir «juventud» para algunos equivalga a decir *vejez* o *ancianidad*, porque les recuerda lo que fueron y ya no son, o lo que podían hacer y ya no pueden, al menos no en las mismas condiciones.

En tercer lugar, hay un conjunto de referencias que definen a la juventud desde una serie de vivencias positivas que se mueven en el plano de la afectividad y la sociabilidad. La juventud, se dice, es la edad del *amor*, del *compañerismo*, de *tomar mate en la plaza*, de *salir con los amigos*. Estas referencias pueden condensar el recuerdo de lo que el adulto vivió en su juventud, representar lo que el joven vive actualmente o ser parte de las esencias que se atribuyen a la juventud como etapa de la vida, pero todas son palabras con una evidente carga afectiva, dichas casi con cariño.

Las últimas dos frases conectan con otro grupo de palabras que también pueden alimentar esta añoranza y que llevan la definición de la juventud a introducirse en lo que serían las particularidades de la condición juvenil. Aquí se juntan dos aspectos. El primero se refiere a las particularidades de la etapa de juventud como condición social. Juventud se asocia con *libertad*, *tiempo libre*, *menos obligaciones*, *soltería*, *dependencia económica*, todas características que hacen de la juventud una condición única, diferente a la infancia y la adultez. Por este mismo grupo de términos se llega a otro conjunto de palabras que también describen las particularidades de la condición juvenil, pero que lo hacen en referencia a las prácticas que posibilita la disposición de menores cuotas de responsabilidad y más tiempo libre. Para este grupo

la juventud es *fiesta, joda de la vida, diversión, entretenición*, todas palabras que reflejan las versiones socialmente más extendidas sobre los usos que los jóvenes le dan a su tiempo libre.

En oposición a estas imágenes se encuentra otro conjunto de palabras que asocian a los jóvenes con *trabajo y sacrificio*, una juventud que se encarna en individuos jóvenes que están *sembrando papa en el campo*, que se dedican a criar niños y que incluso se les reconoce como los que mueven al país. Aquí la imagen difiere completamente de la juventud como etapa de *placer* y de los jóvenes como *bacilonos*. Los jóvenes son *trabajadores, madres*; es decir, tienen rasgos de sujetos adultos. Y eso no solamente en términos de los roles que desempeñan. También en términos subjetivos. De hecho algunos encuestados reconocen a los jóvenes como *persona madura, con criterio formado*, todos términos que a su vez se oponen a otro grupo de palabras que define a los jóvenes como seres todavía *incompletos, inmaduros*, que todavía les falta.

Hay otro conjunto de palabras que también habla de la juventud como una etapa de la vida, pero que ponen el acento en lo que significa para el ciclo vital de los sujetos individuales. Aquí hay dos grupos de palabras que se diferencian por el plano o la dimensión a la que hacen referencia. Una habla del significado «existencial» de la juventud; la otra, del significado «social». En la primera, la juventud se define como el *despertar a la vida, el empezar a vivir*. Esa sería la esencia de la juventud: la etapa en que empieza la verdadera vida. Por eso se puede también decir desde su opuesto, como símbolo de lo mucho que queda por recorrer. Este recorrido hace de la juventud un período de *aprendizaje, de crecimiento, de conocimiento diario de la vida*, que no niega los aprendizajes de etapas previas de la vida ni el tópico de que «nunca se deja de aprender», pero que sí muestra que en la juventud empieza un aprendizaje distinto al de la infancia: es el proceso de conformación de personas autónomas. La juventud, se dice, es el *cimiento de la vida, la base de todo*. De cómo sea ese aprendizaje pareciera depender el tipo de persona que será, un relato que se plasma gráficamente en la metáfora del *árbol*: el ser en crecimiento que hay que guiar para que dé frutos.

La otra cara de este inicio que representa la etapa de juventud le da un sentido más «pragmático» y la define como la etapa para *buscar un lugar en la sociedad*. La clave de la etapa de juventud es que en ella se jugaría el futuro, las posibilidades de *éxito* en la vida. En ese caso, más que un aprendizaje en términos existenciales, la juventud representa un *período de preparación*, el tiempo para *estudiar y entrenarse*, la etapa para

plantearse objetivos y trazarse metas. De esa forma la juventud queda en una doble temporalidad: *es preparación en tiempo presente, pero de cara al futuro.*

Hay otro relato que también asocia a la juventud con el futuro, pero que tiene un sentido más colectivo que individual. Aquí converge un conjunto de palabras que se concentran en el papel de la juventud como sujeto social y como sujeto histórico. La juventud, dicen, encarna la *esperanza del país*, el *porvenir del mañana*. Su papel es mesiánico. Los jóvenes son el *potencial*, los que harán un *país mejor*. Son el *futuro* y los agentes del *cambio*. ¿Por qué? Porque la juventud simboliza la *rebeldía*, el *sueño*, la *acción* y la *lucha*. Porque la juventud es *innovación*, *creatividad*, *ideas nuevas*. Y porque las actuales generaciones encarnan lo más *avanzado*, la *tecnología*, la *modernidad*.

Al otro lado de estas imágenes positivas sobre la juventud se encuentra un conjunto de palabras que condensan los discursos negativos. Aquí se recurre a un glosario de términos que tienen en común el hecho de representar juicios sobre la actual generación de jóvenes o sobre los jóvenes de hoy. Se habla de actitudes o disposiciones «psicológicas» que caracterizarían a los jóvenes. Los jóvenes —dice este grupo— *actúan sin pensar*, son *impulsivos*, *individualistas*, *insolentes*, que son palabras que representan la postura opuesta de quienes piensan que los jóvenes son *tiernos*, *amables*, *cordiales*, *respetuosos*.

Otro grupo dice que los jóvenes son *flojos*, *desordenados*, y quienes los vinculan con *alcoholismo*, *drogadicción*, *sexo* y *violencia*, los «Cuatro Jinetes del Apocalipsis». Probablemente son estas las imágenes que inspiran otro conjunto de juicios teñidos de moralidad que asocian juventud con *libertinaje*, *vicio*, *decadencia*, y que califican a la actual generación joven de *degenerada*, *depravada* o *corrompida*. Quizá por eso para algunos la juventud estaría *desorientada*, *perdida*, *desviada*, *distorsionada*, y quizá por eso también a otros hablar de juventud les lleva a decir *Dios*. Por último, están quienes ponen el acento en la relación entre jóvenes y orden social, y que simplemente califican a los jóvenes de maldadosos, fieras, delincuentes, que son las imágenes que explican por qué para otro sector de la población los jóvenes son un *desastre*, encarnaciones de la *maldad*, como dicen algunos, agentes del *caos* y la *destrucción*, fuente del *miedo* y la *inseguridad*.

Pero hay otro grupo que reacciona de manera diferente. Tal vez su palabra se nutre con las mismas imágenes, pero en vez de condenar a los jóvenes por sus actitudes o sentirse atemorizados por ellos, se les despierta un sentimiento de *preocupación*, *ansiedad* o *angustia*, pro-

bablemente por lo que dice otro grupo que al hablar de juventud se reconoce ante un tema *complicado, difícil*, pero que al mismo tiempo es *importante, esencial*. A esto se agrega lo que dice otro grupo que también habla en negativo, pero no por la juventud en sí ni por un juicio sobre el comportamiento de los jóvenes de hoy, sino por una serie de fenómenos sociales que terminan afectando a los jóvenes. Aquí aparecen referencias a la *falta de comunicación* en la familia, la *desatención*, la ausencia de *amor entre los suyos*. Algunos adultos reconocen su distancia respecto a los jóvenes, el *desconocimiento* que tienen, y asumen una necesidad de *acercarse a los jóvenes*. Esa puede ser una de las explicaciones del *desamparo*, el *vacío* y la *soledad* que se atribuye a la juventud. Un segundo grupo de palabras hace referencia al *prejuicio* y la *discriminación* de que serían objeto los jóvenes. Y un tercero, más importante en número, se refiere al conjunto de problemas vinculados a la población joven de los sectores excluidos: *la desigualdad, la falta de estudio, el desempleo*. Probablemente por estas situaciones es que otro grupo de encuestados dice *sin proyectos, sin esperanzas, sin futuro* cuando piensa en los jóvenes, y por lo mismo otro grupo hace un llamado de atención diciendo que la juventud y sus problemas son o deberían ser una *prioridad*. Si la juventud es el futuro, entonces dénesele las condiciones para que despliegue esa energía y esa potencia latente. De lo contrario será difícil que jóvenes no la sigan *mal utilizando*, como dicen algunos, y que la juventud no termine siendo un *tesoro descuidado* o el *potencial del que nadie se da cuenta*.

2. DISCURSOS SOBRE JUVENTUD: QUIÉNES DICEN QUÉ

El ejercicio anterior muestra los principales relatos que se forman al leer las palabras que dijeron los encuestados. Su lectura muestra que entre esta variedad de términos posibles se van tejiendo relatos que en algunos casos se pueden llegar a conectar y complementar, pero que en otros se descubren como la cara opuesta de otros relatos que hablan sobre un mismo tema. La pregunta que queda flotando es cuáles de estos relatos son los que están más presentes entre la población de los diferentes países y si hay grupos específicos que sean sus portadores principales. El paso aquí fue agrupar las palabras que componen cada uno de estos relatos para armar unidades de análisis más amplias y comprensivas. Estas nuevas unidades debían tener consistencia discursiva y estadística al mismo tiempo. Eso lo hacía doblemente complejo. Era necesario equilibrar la formación de relatos que fueran

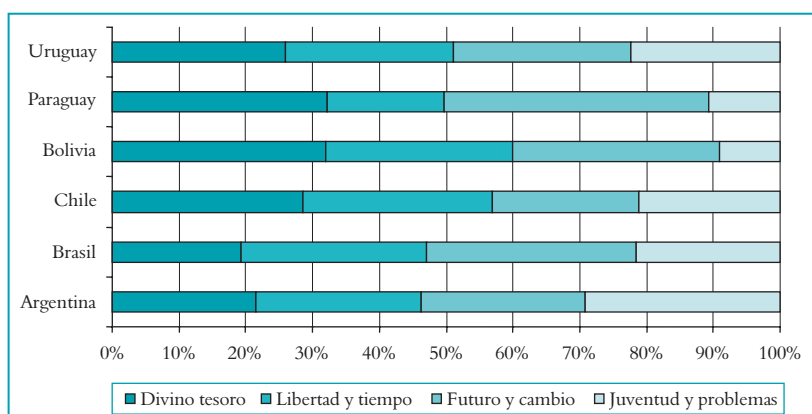
consistentes en términos de sentido, que evitaran la pérdida de casos, pero que no abusaran de la arbitrariedad implícita en este tipo de procedimientos forzando relaciones donde no las hay.

Con estos criterios se llegó a cuatro agrupaciones que se diferencian por el tipo de discurso o de relato que expresan sobre la juventud. El primero agrupa a todas las palabras que hablan de la juventud como una «etapa linda de la vida». Aquí se incluyen las referencias a la alegría y el buen vivir que simboliza la etapa de juventud, y también a los sentimientos de añoranza que la hacen un *divino tesoro*. Un segundo relato agrupa al conjunto de palabras que describen las particularidades de la condición juvenil, que incluye las referencias a la juventud como conjunto de vivencias de sociabilidad —salir con amigos, compartir—, las referencias a las prácticas de tiempo libre, los mayores grados de libertad y las menores cargas de responsabilidad que supone esta condición social. El tercero agrupa el conjunto de palabras que hacen referencia a la juventud como símbolo del futuro de los países y agentes del cambio. Y el cuarto, junta la extensa serie de términos que contienen juicios negativos sobre los jóvenes —desorientados, violentos, drogas— con las palabras que expresan un sentimiento de inquietud y preocupación por los jóvenes y su futuro, que en este caso se presenta como *juventud problema*, que más bien corresponde a lo que simbolizan los problemas que enfrenta la juventud.

En el gráfico 1 se puede ver cómo se distribuyen los relatos en cada país. Al comparar los porcentajes de población que componen uno y otro grupo, lo primero que se observa es que no hay un relato que domine claramente por sobre los otros y que sea común a los seis países. En Argentina, el mayor porcentaje se lo llevan las palabras que hablan de la juventud como referente de problemáticas sociales; en Brasil, Paraguay y Uruguay, las que se refieren a la juventud como promesa de futuro y cambio; en Bolivia y Chile, de la juventud como etapa linda de la vida. Lo segundo es que tampoco parece haber un solo relato que sea claramente dominante al interior de cada país. Por el contrario, los porcentajes de cada forma de definir la juventud son más o menos parejos en los seis países, salvo en dos: Bolivia y Paraguay. La particularidad de estos dos países es lo poco que se identifican sus poblaciones con un discurso en particular: el de la juventud como encarnación de problemas sociales. En Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, este discurso aparece con porcentajes que se mueven entre el 20 y el 30 por ciento, que está cerca de los porcentajes que alcanzan los demás relatos. Pero en Bolivia y Paraguay, las palabras que de alguna u

otra manera asocian juventud con conflictos o problemáticas sociales representan alrededor del 10% de la población, claramente más bajo que el de los demás países en la misma categoría. La impresión que queda es que en estos dos países los discursos apocalípticos sobre la juventud están relativamente ausentes. La pregunta es si hay algo que pueda ayudar a entender por qué. Una pista puede estar en lo que ocurre en Paraguay con una categoría en particular: *la juventud como encarnación del futuro y actores del cambio*. Este es el relato más extendido entre el conjunto de la población paraguaya, y al igual que en el caso de Bolivia, probablemente se explica por el papel que ha jugado la población joven en los procesos sociales y políticos que están en curso en estos dos países.

GRÁFICO 1: DISTRIBUCIÓN DE LOS RELATOS SOBRE JUVENTUD POR PAÍS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Estas tendencias se producen al comparar la forma en que se distribuyen los relatos sobre la juventud entre la población de los seis países. La pregunta es si esa distribución varía entre los diferentes grupos de población. Para eso se revisó la relación entre estos discursos y un conjunto de características de los encuestados. Lo primero que revelan los resultados es que son pocas las variables que generan grupos que se puedan asumir como portadores principales de uno u otro discurso sobre la juventud. El sexo, por ejemplo, logra ser significativo en Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay, y su efecto se explica por la mayor proporción de mujeres que se identifica con el discurso de la juventud

como *divino tesoro* y de hombres con el de la juventud como encarnación del futuro y agente del cambio social. Pero en Argentina y Bolivia, no es una característica que marque diferencias. La relación con el nivel de ingresos, por su parte, solamente es significativa en Argentina y Uruguay, y se explica por los relativamente altos porcentajes que alcanza el discurso de la juventud como promesa de cambio futuro entre los sectores de mayores ingresos, y por el mayor porcentaje de los sectores de menores ingresos que resalta los aspectos problemáticos de la juventud. Lo mismo ocurre con los niveles de escolaridad, que en estos dos países y en Chile son dos discursos que respectivamente aparecen con porcentajes más altos en los sectores de más y menos escolaridad. Sin embargo, en todos estos casos los niveles de diferencia respecto a los otros grupos son marginales y no permiten establecer relaciones consistentes ni en éstos ni en los demás países.

La única variable que alcanza una relación significativa en los seis países y que tiene un patrón de relación común es la edad. Lo que se observa es que en todos los casos el discurso de la juventud como *divino tesoro* tiende a concentrarse en la población de mayor edad, y principalmente mujeres, para quienes la juventud pareciera recordarles más que a los hombres un período lleno de evocaciones a estados anímicos agradables y a un estado corporal perdido. Eso mismo explica por qué entre los y las jóvenes de los seis países esta es una imagen todavía lejana. El otro relato que también asume en mayor medida la población de más edad es el de la *juventud como símbolo de problemas sociales*. La diferencia entre los porcentajes de los tramos de menor y mayor edad aquí también son importantes, sobre todo en Chile, Paraguay y Uruguay, en que esa diferencia se llega a duplicar. Todo pareciera indicar que es común a los seis países que la población de más edad se sienta más atemorizada por los comportamientos de los jóvenes y que se muestre más susceptible a las imágenes sobre una «juventud perdida», violenta y sin futuro, más cuando se trata de población adulta con menos años de escolaridad y que pertenece a sectores de menores ingresos.

TABLA 1: DISCURSOS SOBRE LA JUVENTUD POR PAÍS Y EDAD

País	CATEGORÍA	EIDADES EN TRAMOS					
		18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 y más
Argentina	Divino tesoro	13.4	20.0	18.5	23.1	24.7	29.4
	Libertad y tiempo	39.9	30.2	27.2	18.5	20.1	13.9
	Futuro y cambio	21.7	20.9	25.4	27.8	28.8	22.7
	Juventud y problemas	25.1	28.9	28.9	30.6	26.5	34.0
Brasil	Divino tesoro	14.1	17.2	18.5	17.9	23.1	28.0
	Libertad y tiempo	37.2	31.4	25.9	22.4	27.1	22.9
	Futuro y cambio	29.5	29.2	32.8	37.3	29.6	26.3
	Juventud y problemas	19.2	22.2	22.9	22.4	20.1	22.9
Chile	Divino tesoro	22.8	28.0	28.3	27.8	33.0	33.8
	Libertad y tiempo	38.8	35.5	28.3	26.5	21.0	17.9
	Futuro y cambio	24.0	21.0	23.4	21.1	23.0	18.6
	Juventud y problemas	14.4	15.4	20.1	24.6	23.0	29.7
Bolivia	Divino tesoro	28.6	27.7	28.1	36.2	42.4	36.7
	Libertad y tiempo	33.9	32.2	29.1	21.0	21.8	24.1
	Futuro y cambio	28.6	32.7	34.5	31.9	27.6	27.1
	Juventud y problemas	8.8	7.4	8.3	10.9	8.2	12.0
Paraguay	Divino tesoro	30.5	31.3	36.0	32.7	29.3	29.6
	Libertad y tiempo	27.3	18.5	16.2	14.1	9.4	13.8
	Futuro y cambio	35.9	44.1	37.8	42.6	45.0	36.0
	Juventud y problemas	6.2	6.2	10.0	10.6	16.2	20.6
Uruguay	Divino tesoro	16.1	22.1	19.6	25.8	27.0	36.2
	Libertad y tiempo	45.3	34.3	27.5	25.2	16.1	14.4
	Futuro y cambio	23.3	25.6	25.1	27.8	37.0	23.3
	Juventud y problemas	15.2	18.0	27.8	21.2	19.9	26.0

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

La otra tendencia que se repite en los seis países es que al comparar los porcentajes de los diferentes grupos de edad, son los más jóvenes quienes más elaboran su definición a partir de las prácticas de sociabilidad y las garantías de tiempo libre que supone la condición juvenil. La frecuencia con que las respectivas poblaciones jóvenes asocian su etapa con *salir, bailar, juntarse con amigos, divertirse* y tener *menos responsabilidades* hace de estos elementos aspectos fundamentales para entender cómo los jóvenes asumen su propia condición. Solamente en Paraguay deja de ser la más importante entre los jóvenes y es superada levemente por el discurso de la juventud como sujeto de cambio y futuro del país.

Lo que llama la atención de este último discurso sobre la juventud es que tanto en Paraguay como en la mayoría de los países restantes, su presencia aparece con más fuerza entre los adultos que entre los propios jóvenes. En Argentina, Brasil, Bolivia, Paraguay y Uruguay, los porcentajes más altos están entre los grupos con edades intermedias, hombres urbanos mayores de treinta y menores de sesenta años que tienen mayores niveles de escolaridad e ingresos. Esto pareciera indicar, entonces, que este discurso sobre la juventud se sostiene en buena medida porque parte de la población adulta le transfiere una responsabilidad colectiva a las generaciones jóvenes que no necesariamente es asumida con la misma fuerza entre los propios jóvenes. El único país que escapa a esta tendencia es Chile, en que los porcentajes comparativamente más altos en este discurso se dan entre la población joven. Pero esto no quiere decir que sea el país cuya población joven más se identifica con este discurso. Al contrario. Entre el conjunto de la población joven chilena que fue encuestada, el porcentaje que asume el discurso de la juventud como encarnación del futuro y agente del cambio está por debajo de los niveles que se aprecian en las generaciones jóvenes de Paraguay, Bolivia y Brasil. Además, y esto es importante, la diferencia respecto al porcentaje de la población adulta en la misma respuesta es tan leve que impide decir que los jóvenes chilenos asuman un rol histórico de manera autónoma. Al contrario. Una de las cosas que se observa al comparar la distribución de este discurso en particular —y de los demás también— es que por sobre las diferencias que efectivamente se observan entre los adultos y los jóvenes de cada país, *pareciera haber una especie de «espíritu histórico» que marca el contexto discursivo sobre la juventud y que hace que las diferencias entre países sean incluso más relevantes que las diferencias internas entre jóvenes y adultos*. Son, por lo tanto, las particularidades del contexto social e histórico de países como Paraguay y Bolivia lo que explica la transversalidad que alcanza esta apelación a la juventud como actor del futuro y el cambio social, y que a su vez permite entender la diferencia de magnitudes que aparece cuando se compara con los demás países.

3. LA JUVENTUD COMO IDENTIDAD

En el capítulo de *Historia del siglo xx* en que Eric Hobsbawm (1997) retrata los cambios culturales que caracterizan a la etapa postsegunda guerra mundial, uno de los procesos que ocupa un lugar central es la formación de una «cultura juvenil». Desde los nuevos estilos de vida

creados por grupos de jóvenes que aparecieron en los cincuenta y sesentas, con sus formas de ocupar el espacio urbano, sus estéticas y su discurso contracultural, hasta la idealización del cuerpo joven que introdujo la avalancha de mercancías dirigidas a jóvenes, la publicidad, el cine, la televisión, son ejemplos de los procesos que fueron haciendo de la «juvenilización» de la cultura uno de los procesos más potentes del período que analiza el historiador inglés (Hobsbawm, 1997). La juventud se fue cargando de significados, de componentes simbólicos que le cambiaron el significado mismo a la vivencia de la juventud. De ser una etapa de preparación para la vida adulta, pasó a representar una condición social y cultural con características propias, un estado que no se quería perder, una «finalidad en sí misma», como la llama Hobsbawm, al extremo de justificar un discurso que llegó a legitimar la propia muerte como evasión del mundo adulto.

En la medida que esta «cultura juvenil» fue progresivamente permeando las sociedades, fue inevitable que este tipo de ideario se empezaran a expresar también en los procesos de construcción de la identidad de los sujetos. Las referencias a un «espíritu» o una «mentalidad» característica de la juventud, por ejemplo, hicieron cada vez más frecuente que personas se dijieran jóvenes a los cincuenta años, como de hecho ocurre. Por eso era interesante aprovechar la encuesta para preguntar sobre este punto. Lo que se pidió a los entrevistados fue que dijieran cómo se definen a sí mismos, si es como adolescentes, jóvenes, adultos o personas mayores. De los 14 mil de la muestra, solamente 68 casos dijeron una alternativa diferente a las cuatro ofrecidas. Por magnitud, parecen irrelevantes; pero por significación, aportan cosas importantes. Por un lado, muestran las ambigüedades o contradicciones que produce la «juvenilización de la cultura» en la identidad del adulto. Que haya personas de 50 o más años que se definen como «mayor con espíritu joven» refleja cómo la figura del «espíritu juvenil» se convierte en fantasma cuando choca con el envejecimiento físico. Por otro lado, muestran las tensiones que implica el tránsito a la adultez entre los jóvenes, una tensión que se produce en todos los momentos de la etapa de juventud: por abajo, en los y las jóvenes de 18 ó 19 años que se definen como «adolescente tirando a joven»; y por arriba, en quienes con 25 y más años se reconocen como seres «indefinidos», «pre-adulto» o «entre joven y adulto», igual que otros casos que tienen 30, 45 o incluso más edad.

TABLA 2: IDENTIFICACIONES POR EDAD Y PAÍS

País	Categoría	Eduades en tramos					
		18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 y más
Argentina	Adolescente	31.8	5.2	3.0	1.6	0.3	0.6
	Joven	51.5	52.4	38.3	16.3	13.8	7.4
	Adulto	15.6	40.9	57.0	75.8	70.4	44.6
	Persona mayor	1.1	1.5	1.7	6.3	15.5	47.3
Brasil	Adolescente	18.2	6.5	4.2	1.7	1.7	0.9
	Joven	54.2	39.2	24.2	21.1	14.3	12.7
	Adulto	27.1	52.9	68.8	66.6	44.9	13.9
	Persona mayor	0.5	1.4	2.8	10.6	39.0	72.5
Chile	Adolescente	17.7	2.3	0.8	0.0	0.5	0.0
	Joven	73.8	67.1	32.1	14.6	5.3	5.7
	Adulto	8.5	30.6	65.3	78.0	72.7	29.1
	Persona mayor	0.0	0.0	1.9	7.4	21.5	65.2
Bolivia	Adolescente	15.3	4.2	3.0	0.3	0.0	0.9
	Joven	69.4	53.8	32.1	14.2	14.4	3.1
	Adulto	13.7	38.5	55.3	64.2	50.5	23.3
	Persona mayor	1.6	3.4	9.6	21.4	35.1	72.7
Paraguay	Adolescente	24.8	7.2	3.2	2.5	2.2	1.2
	Joven	59.6	55.4	25.6	20.4	13.3	10.9
	Adulto	14.9	36.2	63.0	66.1	58.2	28.6
	Persona mayor	0.7	1.1	8.2	10.9	26.2	59.3
Uruguay	Adolescente	25.3	6.2	5.1	0.0	0.4	0.6
	Joven	60.9	58.4	38.9	15.5	13.6	5.9
	Adulto	13.5	34.9	55.1	81.1	76.9	46.3
	Persona mayor	0.3	0.5	0.9	3.4	9.1	47.1

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Al observar los datos de la tabla, hay dos puntos que se pueden destacar. El primero es que en todos los países hay una clara relación entre cómo las personas se definen a sí mismas y la edad que tienen. La mayoría de los adultos efectivamente se reconoce como un adulto o una persona mayor y la mayor parte de los jóvenes se definen como adolescente o joven. Sin embargo, en todos los países también se observa que una fracción de la población joven se define a sí mismo como adulto o incluso como persona mayor. El país en que la tendencia es más débil es Chile, con poco más de 8 de cada 100 jóvenes menores de 25 años y poco más del 30 por ciento de los mayores de 25 que ya se asume como adulto; pero en Brasil, ya antes de los 25 años cerca de 27 de cada cien jóvenes se asume adulto y la proporción supera el

50% entre los jóvenes mayores de 25. Esta especie de desajuste entre la edad y la identidad también se produce entre personas etariamente adultas de los seis países, especialmente en Uruguay, Argentina y Chile, en que más del 30 y hasta cerca del 40 por ciento de los mayores de treinta años y menores de cuarenta todavía se define como personas jóvenes.

¿Qué puede ayudar a entender estas dos situaciones?, ¿a qué se puede deber que haya jóvenes que ya se asumen adultos y personas adultas que se dicen adolescentes o jóvenes? La encuesta ofrece la posibilidad de explorar el peso que puede tener algunas características de los encuestados en la formación de estas identidades. Para eso se consideró una batería de variables y se hizo un procesamiento que describe cuáles son los grupos de sujetos que más tienden a identificarse como adultos o como jóvenes.¹ Para el análisis se formaron solamente dos categorías: adolescente/joven y adulto/persona mayor. El análisis parte viendo cuáles son las variables que tienen alguna relación con una y otra identidad para luego someterlas a un análisis de conjunto. En un primer caso se evalúa cuál es el perfil de los jóvenes que se definen como adultos. En el segundo, cuál es el perfil de los adultos que tienden a identificarse como jóvenes.

Los resultados del primer análisis confirman algunos supuestos básicos sobre el «proceso de adultización». En líneas generales lo que se puede decir es que para que un joven se vaya *sintiendo* adulto, es fundamental que se vaya *haciendo* adulto. Ambos procesos van de la mano. La pregunta es *qué hace adulto*. Teóricamente una de las ideas más extendidas es que la juventud termina cuando comienza la vida productiva. El argumento se sostiene en que mediante el trabajo el sujeto se convierte en agente productivo, pasa a ser parte del mundo laboral, de los procesos impositivos, de la seguridad social; es decir, entra al «mundo adulto». En la práctica, sin embargo, el análisis de los datos sugiere que no queda del todo clara su relación con un cambio a nivel de la identidad. Por el contrario, se puede trabajar sin dejar de asumirse joven, lo que probablemente se deba a que una buena porción de los jóvenes efectivamente trabaja.

1 Los análisis corresponden a dos regresiones logísticas. Sobre regresiones logísticas, ver Vivanco (1999) y Pérez (2004).

TABLA 3: JÓVENES QUE SE ASUMEN ADULTOS POR CONDICIÓN SOCIAL

País	Trabaja		Estudia		Vive en pareja		Independiente		Hijos	
	Sí	No	Sí	No	Sí	No	Sí	No	Con	Sin
Argentina	27.2	24.4	28.7	11.2	38.7	19.5	36.5	18.9	38.7	17.3
Brasil	38.4	37.5	39.0	29.2	49.7	30.1	50.9	27.8	49.9	28.9
Chile	21.0	14.0	20.5	3.1	33.3	10.1	32.5	9.1	29.4	8.3
Bolivia	26.8	21.0	29.1	7.4	44.0	12.2	40.6	11.3	41.6	11.3
Paraguay	26.0	20.7	26.6	7.5	37.4	15.3	37.1	13.9	35.9	15.2
Uruguay	23.6	21.1	25.5	5.2	37.0	15.5	34.1	13.6	37.5	13.4

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

La situación es diferente con la condición de estudiante, que a pesar de ser minoritaria en los seis países, sí opera como un factor que pareciera mantener la identidad de joven. Lo mismo ocurre con quienes no estudian ni trabajan, y con quienes estudian y trabajan al mismo tiempo. En todos estos grupos la gran mayoría se define como joven y eso de alguna manera lleva a asumir que éstas son las condiciones de actividad más propiamente «juveniles». La de ama de casa, en cambio, no. Aquí ya se empieza a notar un cambio subjetivo importante. Para muchas mujeres la dedicación a las labores del hogar implica ir asumiendo una condición de adultez que se confirma en la medida que se avanza en edad.

De ahí se entiende, entonces, que la edad y el sexo sean dos de las variables que más contribuyen a predecir la autodefinición de los jóvenes. En el caso de la edad la relación es simple: los jóvenes se van sintiendo adultos en la medida que avanzan en edad. En el caso del sexo, el peso que adquiere esta variable se explica porque las mujeres tienden a asumir la adultez antes y con mayor frecuencia que los hombres, con un margen de diferencia que se mantiene aunque aumente la edad. La pregunta es qué ayuda a entender esta tendencia de las mujeres a asumirse adultas antes y en mayor medida que los hombres. *La respuesta lleva al plano de los cambios en las situaciones de vida personales que definen las cargas de responsabilidad.*

Con esto se hace referencia a tres cosas en particular: la independencia respecto al hogar de origen, la vida en pareja y la maternidad o paternidad. Todos son cambios en las situaciones de vida que acercan a una identidad adulta. No son condiciones absolutamente necesarias, pues siempre quedan grupos de jóvenes que son madres o padres que no por serlo se asumen como adultos, y jóvenes que todavía dependen

residencial y económicamente de sus padres que de todos modos se asumen como adultos, pero sin duda son pasos que modifican las significaciones sobre el sí mismo. La tendencia se da tanto entre hombres como entre mujeres. En ambos grupos las personas jóvenes con hijos, que viven de manera independiente y en pareja tienen más probabilidades de definirse como adultos que quienes aún no han sido padres, permanecen solteros y en el hogar de sus padres. Pero por alguna razón, quizá por pautas culturales que están fuera del alcance de esta encuesta, la tendencia es más fuerte entre las mujeres.

Si se miran los datos de la tabla 4 y se compara la definición de sí mismos que hacen madres y padres jóvenes, se observa que el cambio de identidad que produce el hecho de tener hijos es más fuerte entre las mujeres que entre los hombres, y que esa diferencia se mantiene aunque aumente la edad. La tendencia es transversal a todos los países, salvo Bolivia en el primer tramo de edad y Uruguay en el segundo.

TABLA 4: JÓVENES CON HIJOS E HIJAS: IDENTIDADES POR EDAD Y SEXO

País	Categoría	18 a 24 años		25 a 29 años	
		Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres
Argentina	Adulto	30.9	20.5	53.7	40.6
	Joven	69.1	79.5	46.3	59.4
Brasil	Adulto	42.4	29.4	61.8	54.2
	Joven	57.6	70.6	38.2	45.8
Chile	Adulto	22.5	17.9	37.8	32.1
	Joven	77.5	82.1	62.2	67.9
Bolivia	Adulto	33.0	34.2	48.3	47.9
	Joven	67.0	65.8	51.7	52.1
Paraguay	Adulto	35.4	17.1	41.5	34.4
	Joven	64.6	82.9	58.5	65.6
Uruguay	Adulto	30.9	27.8	38.7	47.7
	Joven	69.1	72.2	61.3	52.3

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Junto a estos cambios de condición, el análisis también intentó explorar si el posicionamiento en términos valóricos representa o no un factor que se pueda asociar a una «adultización» de la identidad entre los jóvenes. El análisis es exploratorio e incluye preguntas que tocan

tres temas específicos: la legitimación del consumo de marihuana, de la práctica del aborto, y la aceptación de las diversidades sexuales. La hipótesis es que los jóvenes que se dicen adultos probablemente están más alejados de posturas valóricas que reconocen espacios para el ejercicio de libertades individuales, bajo el supuesto de una relación entre «mentalidad adulta» y mayores grados de «conservadurismo». Los datos muestran que la postura frente a la legalización de la marihuana, del aborto y la aceptación de las diversidades sexuales no es un tema que pase necesariamente por el hecho que los jóvenes se definan como adultos o como jóvenes. En ambos grupos los niveles de aprobación y reprobación son bastante similares y, quizá más importante, en todos los casos siguen las tendencias mayoritarias de cada país.

TABLA 5: POSICIONES FRENTE A HOMOSEXUALIDAD, LEGALIZACIÓN DEL ABORTO Y LA MARIHUANA ENTRE JÓVENES POR IDENTIDAD

País	Categoría	Aborto		Homosexualidad		Marihuana	
		Adulto	Joven	Adulto	Joven	Adulto	Joven
Argentina	Reprueba	65.4	58.9	35.5	34.0	79.7	75.2
	Aprueba	34.6	41.1	64.5	66.0	20.3	24.8
Brasil	Reprueba	75.6	76.6	18.8	19.7	78.7	77.4
	Aprueba	24.4	23.4	81.2	80.3	21.3	22.6
Chile	Reprueba	71.3	60.3	48.4	41.5	72.6	60.2
	Aprueba	28.7	39.7	51.6	58.5	27.4	39.8
Bolivia	Reprueba	84.8	83.7	53.8	54.9	93.4	92.8
	Aprueba	15.2	16.3	46.2	45.1	6.6	7.2
Paraguay	Reprueba	84.2	85.5	46.2	44.8	93.6	93.4
	Aprueba	15.8	14.5	53.8	55.2	6.4	6.6
Uruguay	Reprueba	40.9	40.8	14.3	15.2	65.1	49.6
	Aprueba	59.1	59.2	85.7	84.8	34.9	50.4

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Los únicos países en que el hecho de sentirse adulto se traduce en algún grado de diferenciación valórica son Chile y Uruguay. En el primer caso, la postura de los jóvenes que se asumen adultos tiende a ser relativamente menos favorable frente al aborto y la legalización de la marihuana que quienes se asumen jóvenes. En el caso de Uruguay, solamente hay diferencias importantes en el porcentaje de uno y otro grupo que aprueba la legalización de la marihuana. En las demás cuestiones, la opinión no pasa porque una persona joven se pueda sentir

adulto o joven. Eso es lo que se observa en Paraguay, Argentina, Brasil y Bolivia, y es también lo que sugiere que, al menos entre los jóvenes, se puede poner en duda el tópico que naturaliza una relación entre juventud y posturas más liberales, y entre adultez y posturas conservadoras.

Ahora bien, si por un lado este ejercicio sugiere que las situaciones que inciden en que un joven se diga adulto tienen que ver más con características personales que ideológicas, habría que ver si la misma tendencia se observa cuando se hace el ejercicio contrario y se busca el perfil de los adultos que se dicen jóvenes. Para este ejercicio se consideró el mismo conjunto de variables que en el paso anterior. En este caso lo que mostraron los datos fue que la característica que más pesa para que parte de la población adulta se diga joven es la edad. En todos los países buena parte de los adultos que todavía se dicen jóvenes son hombres y mujeres que están entre los 30 y los 40 años. Esa década de vida pareciera marcar para muchos el período de transición, al menos en el plano subjetivo. Más allá de esa edad, la probabilidad de decirse joven se va alejando y se diluye hasta volverla una situación minoritaria, que posiblemente responda más a un discurso reivindicativo que a otra cosa. Y lo que también es importante, si bien es cierto hay una leve diferencia entre la proporción de hombres y mujeres que se dice joven, sobre todo en la misma decena de los 30 a los 40, la diferencia no es lo suficientemente marcada como para sostener que el sexo constituye un factor que genera diferencias en este plano de la identidad de la población adulta, y eso introduce una diferencia con respecto a lo que ocurría entre la población joven.

Un segundo aspecto es que no todas las cargas de responsabilidad ayudan a entender la forma como se definen la población adulta. Para esta población ser económica y residencialmente independientes y vivir en pareja son situaciones comunes y por lo mismo no marcan una diferencia importante en el modo en que se definen a sí mismos. La única situación que sí aumenta la probabilidad que un adulto todavía se asuma joven es el hecho de tener uno o más hijos, aunque en este caso la relación está condicionada por la edad o, más específicamente, por el hecho que la mayor parte de los adultos que aún no tienen hijos se concentran entre los 30 y los 40 años.

Las demás características van variando dependiendo del país. En Argentina y Paraguay, por ejemplo, la participación en agrupaciones culturales de distinto tipo aparece como una cualidad que al menos en estos dos países pareciera alimentar una identidad juvenil que está

más allá de la edad y que probablemente venga de ese «espíritu» joven que se asocia a la energía, el pensamiento utópico y la participación. Más o menos en la misma línea se puede interpretar el hecho que, a excepción de Paraguay, en el resto de los países la aceptación de libertades individuales también representa una característica que ayuda a entender que un adulto se pueda decir joven, una tendencia que es particularmente notoria cuando se compara la afinidad con la identidad joven que presentan los adultos mayores que respaldan la legalización de la marihuana.

Es necesario asumir que todos estos enunciados son producto de un cuestionario que apenas explora este tipo de temáticas, por lo general bastante complejas, pero aún así resulta interesante que al unir estas dos tendencias y compararlas con lo que ocurría con la población joven se puede llegar a plantear la siguiente hipótesis: si por un lado la postura respecto a la defensa de libertades todavía conflictivas como el libre uso de marihuana o las prácticas abortivas no representan necesariamente un elemento que ayude a entender por qué un joven se puede llegar a decir adulto, si parecieran ser importantes para entender por qué una parte de los adultos se identifica como joven, una juventud que pareciera ser más cercana a una mentalidad que a una condición física y que habitualmente se exprese como una cercanía ideológica o «espiritual» con las generaciones jóvenes y como un distanciamiento o incluso un rechazo a su propia generación, o al devenir de lo que fue su «espíritu».

Hay un último elemento que pareciera estar recubriéndose de significaciones especiales que le han terminado dando importancia al momento de explorar las formas en que parte de la población adulta construye su identidad: el uso de internet. A excepción de Bolivia, en que la diferencia no llega a ser demasiado importante, en el resto de los países los adultos que usan internet y que lo hacen con múltiples finalidades son personas que comparativamente tienden a definirse como jóvenes con mayor frecuencia que quienes permanecen ajenos al mundo digital. Esa asociación que se vio anteriormente entre el concepto de juventud y palabras como modernidad, tecnología e internet parecieran estar llevando a los adultos que participan de este mundo a sentir una conexión con la juventud y que tiene un efecto especialmente importante entre la población mayor de sesenta años que navega habitualmente por la red informática en casi todos los países, con la excepción de Bolivia.

Todo esto lo que sugiere es que la construcción de identidades tanto entre jóvenes como entre adultos es un proceso bastante más complejo que la sola referencia a una determinada edad. La edad es importante, eso quedó bastante claro, pero esta dimensión del sujeto que aquí se asume como parte de su identidad pareciera estar atravesada por múltiples elementos. Por lo mismo, lo hasta aquí expuesto está lejos de pretender agotar el análisis, pero sí puede ser tomado como referencia para entrar a un campo abierto que se podría seguir explorando desde múltiples entradas.

4. LA JUVENTUD: DEBERES SER

Entre la numerosa lista de palabras que se usaron para hablar de juventud, hay varias que expresaban una especie de *deber ser* que implícitamente se atribuye a la etapa de juventud. Conceptos como «plantearse metas» y «edad para surgir», términos como «edad para trabajar» y «criar niños», sustantivos más abstractos como «acción» y «lucha», o incluso juicios de valor como «desorientada» y «perdida», son algunos ejemplos que expresan diferentes formas de entender este *deber ser* que se impone a la juventud y que dicta los criterios para una «juventud normal».

Este ha sido uno de los puntos que han tratado de explorar las distintas encuestas nacionales sobre juventud en Chile (cf. INJUV, 2006). Uno de sus resultados más destacables muestra cómo en el transcurso de poco más de una década se han venido diluyendo los relatos «idealistas» de una juventud que se asigna la misión colectiva de «luchar por grandes ideales», y cómo al mismo tiempo se ha venido consolidando una concepción más planificadora, proyectiva y en buena medida también individualista que la asume básicamente como un período de preparación para el futuro, para tomar decisiones sobre qué hacer con la propia vida.²

La interpretación que se ha dado a este giro en la forma de asumir el período de juventud es que se puede entender como una muestra más del efecto cultural que han tenido los procesos sociales del Chile

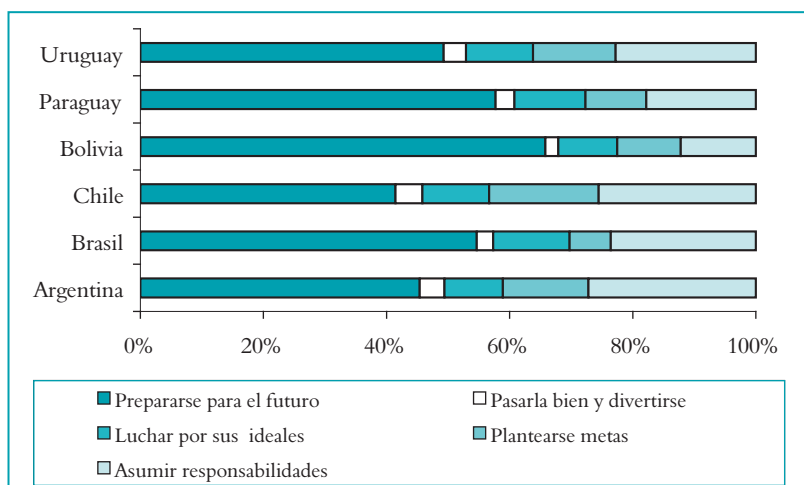
2 Ante la consulta sobre la característica más relevante que define la etapa de juventud, la opción «vivir grandes ideales» ha pasado de representar el 20% en 1994, al 6% en el 2003, mientras que la idea de una etapa de juventud para «decidir qué hacer en la vida» ha crecido desde un 37% en 1994, al 46% el 2003 (INJUV, 2006).

de los noventa, marcados simultáneamente por la dilución de los movimientos sociales, el desencanto de una transición política pactada y la hegemonía de las concepciones individualistas que impuso la aplicación de los principios del mercado a las esferas de la vida social. Eso en el caso de las sucesivas generaciones jóvenes chilenas.

La pregunta es si ocurre lo mismo en los otros cinco países y si las tendencias se mantienen cuando el análisis incluye también a la población adulta, que es la posibilidad que abre esta encuesta. La pregunta en este caso aborda cinco formas de entender este *deber ser* de la juventud. La primera expresa justamente esta lógica de la planificación a un mediano plazo que asume la juventud como una etapa de preparación para el futuro. La segunda se parece a la primera, pero enfatiza más lo que se podría definir como una juventud con arreglo a fines más concretos que se expresa en la idea de un período para «plantearse metas». La tercera representa el discurso de la juventud como sujeto histórico y agente de cambio social, y se resume en la idea de una juventud que asume «luchar por sus ideales» como el eje de su existencia. La cuarta representa el discurso de quienes piensan a la juventud como una etapa de relajación y disfrute del tiempo libre, que se resume en la idea de «pasarla bien y divertirse»; y por último está la frase que asume a la juventud como un período en que se deben «asumir responsabilidades».³

3 Lo complicado de esta frase es la interpretación de su sentido. En sí misma tiene dos interpretaciones posibles. Una que podría interpretarse como «asumir la responsabilidad de prepararse para el futuro», o en su opuesto, «no perder el tiempo ni desviar el camino», en una suerte de *carpe diem*. La otra se puede interpretar como el deber de hacerse responsable de sí mismo, de asumir la independencia, el sustento económico, o incluso formar familia. La primera apunta a una especie de «moratoria responsable», que podría traducirse como «cumplir con los estudios»; la segunda apunta al deber de asumir la adultez, de «hacerse adulto», «sentar cabeza», y que sea luego. De las dos pareciera que esta última es la que más se ajusta al sentido que adquiere el término *responsabilidad*, principalmente por el perfil de quienes más repiten esta frase. Más adelante se verá de quiénes se trata.

GRÁFICO 2: DEBER SER DE LA JUVENTUD POR PAÍS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Al correr las frecuencias, lo primero que llama la atención es que la estructura de distribución de las distintas categorías es muy similar entre los países. Las variaciones son más de porcentaje que de forma. La representación dominante sobre el *deber ser* de la juventud la define como un período de preparación para el futuro. Esa es la frase más frecuente en los seis países, sobre todo en Bolivia, Paraguay y Brasil. Por eso no es extraño que —como se verá más adelante— en todos se diga que la educación es lo que más necesitan los jóvenes para desarrollarse. También se repite en los seis países que el segundo *deber ser* en importancia sea que la juventud es un período para asumir responsabilidades. Los porcentajes varían de un país a otro, pero en todos es la segunda respuesta más frecuente. Las diferencias se producen al llegar a la tercera alternativa en importancia: en cuatro de los seis países ese lugar lo ocupa el «plantearse metas», y es marcadamente fuerte en el caso de Chile. Aquí la lógica de proyectar la vida con arreglo a fines pareciera haberse impuesto más que en otros países, mientras que Brasil y Paraguay son los dos únicos países en que la idea de una juventud que se la juega por sus ideales supera a la noción de una juventud que se plantea metas.⁴ Pasada esa diferencia, las tendencias vuelven a

4 La tendencia en Paraguay podría explicarse por el ambiente social que despertó la elección de Fernando Lugo y el fin a décadas de gobierno

encontrarse. La población de todos los países coincide en que el deber ser menos relevante corresponde al de una juventud dedicada a la diversión y el buen pasar. Esta es de todas la menos frecuente en los seis países, lo que muestra que la figura del joven que goza del ocio y se divierte es la que más se aleja del discurso normativo sobre la juventud.

Diferencias entre jóvenes y adultos se producen en todas las categorías de respuesta, y si se observa la tabla 6, se puede apreciar que hay un patrón de diferencias que se repite. Si hubiera que resumirlo habría que decir que los adultos de los seis países privilegian más que los jóvenes la preparación para el futuro y el asumir responsabilidades, mientras que hay más jóvenes que adultos que asumen la juventud como un período para planearse metas, luchar por ideales y divertirse, aunque esta última por lo general es poco significativa en ambas poblaciones.⁵ La única excepción a este patrón de tendencias se produce en Argentina, aunque solamente porque se invierten levemente las distribuciones en dos grupos específicos: el de quienes piensan que la juventud debiera luchar por sus ideales y el de quienes piensan que debiera asumir responsabilidades.

Un punto relevante es que más allá de este patrón de diferencias entre jóvenes y adultos, la estructura de distribución de ambas poblaciones en el conjunto de categorías es similar. Si hay una relación entre el grupo etario y las concepciones sobre el deber ser de la juventud se debe más a variaciones de porcentaje en las diferentes categorías de respuesta que a diferencias en su estructura o jerarquía. En efecto, tanto entre adultos como entre jóvenes la tendencia claramente dominante es privilegiar la preparación para el futuro, y eso a pesar que las diferencias en esta categoría son las más pronunciadas —bordean el 10% en todos los países, salvo en Paraguay, en que se reduce al 3%—. Ese solo dato sugiere que la idea de una juventud que se preocupa de su futuro en el presente, que invierte tiempo y energías en la construcción de su trayectoria individual, constituye ya una «norma cultural» que impregna la subjetividad de la mayor parte de los jóvenes y adul-

unipartidista, y quizá más importante, por el papel que ha jugado la población joven en el proceso.

- 5 Eso no quiere decir que en la práctica los jóvenes no se diviertan, sino más bien que representa una práctica accesorio, lateral, que no forma parte de los deberes ser que se asigna a la etapa de juventud, más allá de vivencias, experimentaciones e incluso aprendizajes que pudiera reportar en la práctica.

tos de los seis países. No hay ningún país en que haya otro discurso que le haga el peso, ni siquiera entre los jóvenes.

TABLA 6: DEBERES SER POR PAÍS Y CLASE DE EDAD

País	Categoría	Joven	Adulto	Total
Argentina	Prepararse para el futuro	39.3	48.1	45.4
	Pasarla bien y divertirse	6.9	2.7	4.0
	Luchar por sus ideales	8.9	9.8	9.5
	Plantearse metas	17.2	12.6	14.0
	Asumir responsabilidades	27.6	26.9	27.1
Brasil	Prepararse para el futuro	48.4	57.5	54.6
	Pasarla bien y divertirse	3.6	2.3	2.7
	Luchar por sus ideales	16.2	10.7	12.4
	Plantearse metas	9.9	5.2	6.7
	Asumir responsabilidades	22.0	24.3	23.6
Chile	Prepararse para el futuro	33.5	44.6	41.5
	Pasarla bien y divertirse	6.7	3.5	4.4
	Luchar por sus ideales	14.5	9.4	10.8
	Plantearse metas	24.5	15.2	17.8
	Asumir responsabilidades	20.7	27.4	25.6
Bolivia	Prepararse para el futuro	59.9	69.6	65.9
	Pasarla bien y divertirse	2.9	1.6	2.1
	Luchar por sus ideales	13.9	6.8	9.6
	Plantearse metas	12.1	9.1	10.3
	Asumir responsabilidades	11.2	12.9	12.2
Paraguay	Prepararse para el futuro	55.2	59.1	57.7
	Pasarla bien y divertirse	4.0	2.6	3.1
	Luchar por sus ideales	11.8	11.3	11.5
	Plantearse metas	14.5	7.3	9.9
	Asumir responsabilidades	14.5	19.7	17.8
Uruguay	Prepararse para el futuro	41.9	51.7	49.2
	Pasarla bien y divertirse	7.4	2.4	3.7
	Luchar por sus ideales	12.7	10.3	10.9
	Plantearse metas	19.5	11.3	13.4
	Asumir responsabilidades	18.5	24.3	22.8

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

La situación es similar en las demás categorías, aunque con variaciones mínimas. En Argentina, Brasil y Paraguay el orden de las prioridades en jóvenes y adultos tiene la misma forma y no presentan mayores diferencias. En los demás países las variaciones son mínimas. En Chile y Uruguay, la segunda alternativa en importancia para los adultos es asumir responsabilidades, mientras que para los jóvenes es plantearse metas. Por su parte Bolivia es el único de los seis países en que el segundo deber que se asignan los jóvenes es luchar por sus ideales y no asumir responsabilidades o plantearse metas, y eso los diferencia de los adultos bolivianos.

La pregunta que permanece abierta es si esta coincidencia general se repite entre los jóvenes o si hay algún factor que introduzca diferencias relevantes que sugieran algo. Hay que partir asumiendo que en casos como éste es difícil que se generen relaciones realmente importantes teniendo en cuenta que una sola categoría de respuesta —prepararse para el futuro— absorbe cerca de la mitad de los casos. Y de hecho así ocurre. En general las relaciones estadísticamente importantes son pocas y se producen en casos puntuales, aunque de todos modos es posible encontrar algunas tendencias que se repiten y que no conviene pasar por alto. La primera es que más allá de que en ninguno de los seis países el sexo constituye un factor que produce diferencias importantes, hay dos categorías de respuesta en que se repite una diferencia entre hombres y mujeres: en la noción de una juventud como tiempo para divertirse, que a excepción de Paraguay, suele ser más frecuente entre los varones; y en la de asumir responsabilidades, que en todos los países es más frecuente entre las mujeres.

La segunda tendencia es que si bien es cierto ni el nivel socioeconómico ni la escolaridad llegan a ser factores que generen diferencias estadísticamente importantes, en ambos casos aparecen algunas tendencias que sí conviene tener en cuenta para entender los elementos que se ponen en juego en la construcción de estos deberes que se atribuyen a la juventud. La primera es que entre los jóvenes que pertenecen a familias de menores ingresos es más frecuente que para las otras «juventudes» asumir que la juventud es un período para asumir responsabilidades, pero también para divertirse. La segunda es que entre los jóvenes que pertenecen a familias de mayores ingresos hay más casos que entre los jóvenes de otros segmentos que piensan que la juventud es un período para plantearse metas.

Algo parecido ocurre con la escolaridad. Entre los jóvenes que no completaron la primaria en sus respectivos países, es más frecuente

que en los más escolarizados pensar que el deber de la juventud es asumir responsabilidades y divertirse, mientras que entre los jóvenes con más años de estudios, sobre todo quienes alcanzan estudios superiores, es más frecuente pensar que lo que se debe hacer en la juventud es plantearse metas. La persistencia de estas variaciones entre jóvenes de diferente extracción social y «capital escolar» se puede tomar como evidencia *que las diferencias subjetivas con raíces estructurales traspasan las fronteras nacionales*. La primera expresa las tensiones subjetivas que produce la desventaja económica y escolar. Jóvenes que pertenecen a los grupos que corren con desventaja en ambas dimensiones parecen más dispuestos a ajustar sus expectativas y asumir que en su juventud tienen que hacerse responsables, que en estos casos, más que estudiar, significa trabajar, hacerse independientes y formar familia.

Eso responde a la pregunta que había quedado abierta hace un momento e ilustra por qué el discurso de «asumir responsabilidades» apunta al hecho de «hacerse adulto». No es casual, en este sentido, que en los seis países se observe que las mujeres de mayor edad, que viven en pareja, tienen hijos y son amas de casa constituyan el grupo que más se ajusta a la idea que la juventud es para asumir responsabilidades. Paralelamente, que entre los jóvenes de menores recursos económicos y escolares de cada país también se observe una mayor identificación con el discurso de la juventud como período para divertirse, mayor todavía entre hombres de menor edad, solteros, sin hijos y que no estudian ni trabajan, de alguna manera sugiere que la precariedad de recursos económicos y educativos lo primero que hace es alimentar una especie de «vaciamiento de sentido» que quizá puede repetirse como práctica entre los jóvenes de más recursos, pero que queda contenida y no necesariamente alcanza a convertirse en convicción y en forma de pensar la juventud. Si no hay futuro, si no hay mayores perspectivas, entonces hay que divertirse. No porque sea la mejor opción ni lo que se hubiese querido. Es porque no queda otra.

Es probable que con el transcurso de los años de juventud y la acumulación de experiencias, decepciones, y sobre todo, cargas de responsabilidad, se vaya produciendo un cambio de postura, que las ganas de diversión se vayan diluyendo y crezca la convicción que en la juventud se juega el futuro personal. Por ahí se puede entender que entre la juventud de menos recursos, el aumento de la edad y de las cargas de responsabilidad acerquen a la frase de una juventud como preparación para el futuro y alejen de la apología a la diversión, que talvez en el caso de los jóvenes de más edad o más cargas familia-

res pueda obedecer a un proceso, a una postura que se va asumiendo como lección aprendida, como lo que se debió haber hecho y no se hizo, pero todos debieran hacer.

Por el otro lado, el hecho que sea común a los seis países que sus jóvenes más escolarizados y con mayores recursos económicos presenten más afinidad que el resto con el discurso que acerca el deber de la juventud a la planificación, a la idea de «hacer un proyecto de vida» pareciera mostrar que para quienes cuentan con mayores recursos y cursan o cursaron estudios técnicos o universitarios hay un margen más amplio para ponerse «objetivos en la vida». Para planificar hay que tener ciertas certezas y los estudios representan un buen piso. De hecho, quienes más asocian la juventud con la responsabilidad de construir un proyecto de vida son estudiantes. Lo mismo ocurre con los recursos económicos, sobre todo si vienen de los padres. Así al menos se deduce cuando se observa que quienes viven con sus padres o en pareja en los seis países parecieran distanciarse de la idea de proponerse metas en mayor medida que quienes dependen de sus padres. En eso inciden también la edad y las cargas de responsabilidad. De hecho, la edad y la cargas de responsabilidad van haciendo retroceder la posibilidad de plantearse metas, sobre todo si ya se tienen hijos y se trabaja o se es ama de casa.

Todo pareciera indicar entonces que la forma en que los jóvenes asumen su propia juventud por lo general permanece ceñida a la lógica dominante de sus respectivas sociedades, que pareciera haberse convertido en un sentido común transversal para buena parte de la población de los seis países: *la lógica de la planificación de la vida*. Lo complejo es que para los jóvenes que trabajan —que son cerca de la mitad en cada país—, para los que ya tienen hijos —que son alrededor de un tercio—, o para las cerca de diez de cada cien mujeres jóvenes que son dueñas de casa, esta definición no necesariamente puede llegar a tener un correlato en la práctica, y eso sugiere que los deberes ser que se atribuyen a la juventud muchas veces responden a una construcción puramente discursiva que puede llegar a generar tensiones en los sujetos y en el conjunto de las sociedades.

5. IMÁGENES SOBRE LA JUVENTUD ACTUAL

Uno de los puntos que sugirió el análisis del conjunto de palabras que nombró la población al hablar de juventud es que eso no necesariamente implica hablar de un sujeto ni de un tiempo específico. Se

puede hablar de la juventud sin referirse necesariamente a los «jóvenes actuales». Juventud puede ser recuerdo de lo que uno mismo fue o de lo que era ser joven en otro tiempo; puede ser anticipo de lo que vendrá y puede, por cierto, referirse a los jóvenes actuales. Cuando el caso es este último, los significados se vuelven ambivalentes. Aparecen palabras positivas y negativas, visiones apologéticas y apocalípticas que expresan el choque de imágenes que produce la juventud.

¿Qué pasa cuando se intenta precisar el modo en que se construye socialmente al sujeto joven y se lo compara con la construcción sobre el sujeto adulto?, ¿qué tendencias se observan cuando se contrasta en una misma pregunta la imagen sobre jóvenes y adultos?, ¿son las mismas?, ¿en qué difieren?

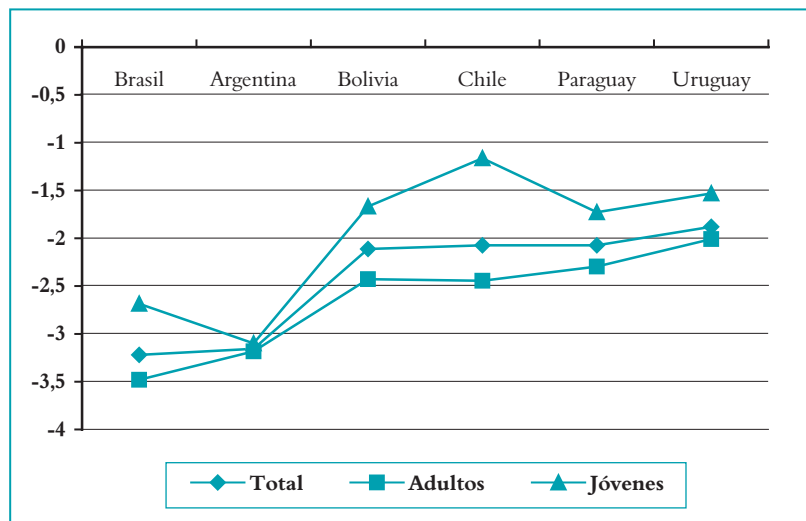
Para explorar en esta línea se consideró una serie de atributos que habitualmente se utilizan para hablar positiva y negativamente de los jóvenes. Todos estos atributos están contenidos en el listado de palabras que nombraron los encuestados al momento de referirse libremente a la juventud. El listado incluye once términos que preguntan si los jóvenes son más, menos o igual de responsables, peligrosos, violentos, solidarios, consumistas, idealistas, honestos, individualistas, participativos, ecológicos, trabajadores y creativos que los adultos, como una forma de aproximarse a un juicio comparativo general entre estas poblaciones y, al mismo tiempo, conocer los términos en que se marcan las posibles diferencias.

Como una forma de presentar resumida la información que se trabajó en este momento del análisis, el primer paso fue comprimir la serie de juicios comparativos en una sola unidad de medida que resume las opiniones en el conjunto de los atributos.⁶ La medida expresa la comparación promedio de cada encuestado al considerar su opinión en este conjunto de palabras. Partiendo de esa base, lo primero que se puede decir es que la imagen promedio sobre los jóvenes tiende a ser más negativa que la imagen sobre los adultos. Esa es una tendencia generalizada. Tal como se observa en el gráfico 3, en ninguno de los seis países los valores promedios llegan a ser positivos. El más cercano a 0 —la igualdad entre jóvenes y adultos— se produce en Uruguay, aunque sigue siendo negativo. En el otro extremo están Brasil y Argen-

6 La medida es un índice que expresa la suma de los valores de las categorías de respuesta de cada atributo sobre los jóvenes recodificados en -1 para atributos negativos, 1 para los atributos positivos, y 0 para la igualdad entre jóvenes y adultos.

tina, que es donde se observan los valores más bajos, al punto que en términos comparativos llegan a formar un grupo que se separa de los otros cuatro países y que hace estadísticamente significativa la relación entre la opinión comparada sobre los jóvenes y la variable país.

GRÁFICO 3: OPINIÓN PROMEDIO SOBRE LOS JÓVENES,
TOTAL, ADULTOS Y JÓVENES



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En principio se podría esperar que los juicios negativos se concentraran en la población adulta, y que al compararse con los adultos la evaluación de los jóvenes sobre sí mismos fuera más positiva. Y efectivamente así ocurre. En cinco de los seis países la edad efectivamente mantiene una correlación significativa con la opinión, sobre todo en Chile, en que la diferencia entre jóvenes y adultos se hace más notoria. La excepción es Argentina. Este es el único país en que la edad no hace variar las opiniones. De hecho, prácticamente no hay diferencias de opinión entre jóvenes y adultos. No porque la opinión sea favorable. Al contrario. La opinión negativa sobre los jóvenes es transversal, domina entre jóvenes y adultos sin distinción y con la misma intensidad. Sin embargo, y esto es lo más importante, cuando la población joven de estos seis países lee esta serie de atributos y se compara con los adultos, su opinión favorece a los adultos. No hay ningún país en que la opinión promedio

de los jóvenes sobre sí mismos sea positiva. Si bien en cinco de ellos la opinión general de los jóvenes se logra diferenciar de la que tienen los adultos, no es por que sea «buena», sino «menos mala». Por lo mismo, pareciera que lo que ocurre en Argentina no es más que la máxima expresión de una tenencia que se observa en los seis países.

La explicación a esta mirada negativa que domina tanto entre jóvenes como adultos escapa a las posibilidades de esta encuesta en particular. Es muy probable que las imágenes que circulan en la mayoría de los noticieros y de la prensa sean una fuente que alimenta la tendencia. La hipótesis la confirman varios estudios que han analizado la imagen sobre los jóvenes que presentan los *mass media*. Lo difícil es desmontar discursos que ya parecen generalizados. De hecho, aparte de la edad, no parece haber otra variable que guarde una relación suficientemente consistente con la opinión comparativa promedio. El comportamiento de otras variables que pudieran marcar una variación en las tendencias centrales es oscilante e impiden hablar de un patrón extendido. En algunos países la relación llega a ser significativa y en otros no. La condición socioeconómica, por ejemplo, solamente genera diferencias de opinión relativamente importantes en tres de los seis países —Argentina, Chile y Uruguay—, aunque siempre moviéndose entre las «malas» y «menos malas». Algo parecido ocurre con el género, que llega a ser significativa en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, pero no en Bolivia y Chile. La particularidad de esta última variable es que en todos los países son las mujeres las que en general evalúan menos mal a los jóvenes, cosa que no ocurre con otras variables en que los grupos que marcan la diferencia no siempre coinciden. Es lo que sucede con el nivel socioeconómico, por ejemplo, que no tiene un patrón de comportamiento claro, con países en que la opinión «menos mala» se da en el tercil de más altos ingresos y en otros en que se da en el de menores ingresos; o con las diferencias de opinión entre poblaciones urbanas y rurales, que en algunos países es menos mala en el sector rural —Argentina, Bolivia— y en otros en el urbano —Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay—.

Si hubiese que hacer un perfil de la comparación entre los jóvenes y los adultos de cada país a partir de las opiniones más frecuentes en cada atributo incluido en la lista, se podría decir que en Argentina la opinión promedio de la población es que los jóvenes son más irresponsables, consumistas, violentos y menos trabajadores que los adultos, pero más creativos e idealistas, igual que en Brasil. En Bolivia el perfil de la percepción general es muy similar, también se define a los

jóvenes como más irresponsables, consumistas, violentos, peligrosos y flojos que los adultos, pero más creativos, idealistas y participativos, lo mismo que en Paraguay, Uruguay y Chile, con la única diferencia que en este último caso a los atributos positivos se agrega el de ser más *ecológicos*. Esto muestra que los atributos en que los jóvenes salen comparativamente peor y mejor evaluados que los adultos son muy similares en los seis países. Por cierto que en cada atributo hay diferencias de grado, países en que las opiniones negativas son más frecuentes que en otros, pero tal como se vio con el promedio de la opinión agregada, las variaciones no impiden el dominio de las opiniones desfavorables.

TABLA 7: ÍNDICE AGREGADO DE ATRIBUTOS POR PAÍS

Categoría	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay
Responsables	-0.73	-0.68	-0.66	-0.53	-0.57	-0.57
Peligrosos	-0.49	-0.52	-0.46	-0.36	-0.44	-0.39
Violentos	-0.60	-0.58	-0.58	-0.48	-0.52	-0.51
Solidarios	-0.18	-0.37	-0.07	-0.18	-0.10	-0.06
Consumistas	-0.68	-0.69	-0.47	-0.50	-0.55	-0.65
Idealistas	0.11	0.06	0.37	0.17	0.14	0.14
Honestos	-0.20	-0.39	-0.25	-0.34	-0.25	-0.09
Individualistas	-0.40	-0.37	-0.39	-0.29	-0.38	-0.34
Participativos	-0.07	-0.09	0.23	0.18	0.19	0.17
Ecológicos	-0.09	-0.09	0.05	-0.24	-0.10	-0.02
Creativos	0.19	0.30	0.31	0.29	0.45	0.40
Trabajadores	-0.60	-0.53	-0.55	-0.25	-0.42	-0.47

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Lo mismo ocurre con las diferencias que se asocian al hecho de ser joven o adulto. La cantidad de atributos en que las opiniones de estos dos grupos se distancian es variable. Hay un grupo de países en que las diferencias entre jóvenes y adultos aparecen en casi todo el listado —Chile, Brasil, Uruguay—, mientras que en otros —Argentina, Bolivia, Paraguay— las tendencias en la mayor parte de los atributos tienden a ser más parejas y sin variaciones importantes. El dato relevante es que a pesar de estas diferencias, el valor del signo coincide, y en todos los países la opinión promedio tanto de los jóvenes como de los adultos es que los jóvenes son más violentos, peligrosos y menos trabajadores que los adultos.

Lo otro importante es que las opiniones de adultos y jóvenes también coinciden en los atributos positivos. Hay solamente dos atributos que se les reconoce a los jóvenes en todos los países: idealistas y creativos, sobre todo este último. Pero quizá lo más interesante es que las opiniones que los jóvenes son más creativos e idealistas que los adultos son las dos únicas en que coinciden adultos y jóvenes de todos los países. Incluso en los casos en que ser joven o adulto opera como un factor que genera diferencias de opinión significativas en estos dos atributos —Brasil, Chile, Uruguay— de todos modos se trata de diferencias de magnitud dentro de opiniones positivas que responden a su mayor frecuencia entre la población joven. A estos dos hay que agregar el de «participativos», que en líneas generales también se atribuye más a los jóvenes que a los adultos, salvo en dos casos: Argentina y Brasil, que son justamente los dos países en que los jóvenes salen comparativamente peor evaluados.

Todo esto corresponde al total de la muestra de cada país. Queda por ver lo que ocurre cuando se considera solamente a los jóvenes. ¿Hay diferencias entre ellos?, ¿a qué se asocian?, ¿es igual en todos los países? Para responder a estas interrogantes, lo primero es volver sobre las opiniones agregadas —el «índice de opinión agregada»— y explorar buscando posibles relaciones con otras variables. El análisis se hizo por país e incluyó un conjunto de variables de caracterización de distinto orden. Lo primero que llama la atención es que no parece haber factores de diferenciación lo suficientemente claros entre los jóvenes de los distintos países. A diferencia de lo que ocurría al considerar a toda la población, la edad entre los jóvenes no representa un factor que haga variar las tendencias de opinión. Tampoco son relevantes el género y la escolaridad, aunque al menos en este último caso se puede observar que en cuatro de los seis países —Argentina, Brasil, Chile, y Uruguay— la opinión tiende a ser más favorable entre los jóvenes que cursan o cursaron estudios de nivel superior. El nivel socioeconómico resulta relevante solamente en Argentina y Brasil, y en ambos la opinión favorable tiende a concentrarse en la población joven con mayores ingresos. Pero ni la situación geográfica de residencia, ni el hecho de participar de organizaciones sociales, ni la adhesión religiosa, ni la identidad étnica, ni el hecho de trabajar representan variables de diferenciación relevante entre los jóvenes.

Las únicas condiciones juveniles que permiten un análisis relativamente consistente para el conjunto de los países son los aspectos relacionados con las cargas de responsabilidad, fundamentalmente el

hecho de ser padres o madres y vivir en pareja —que incluye casados y convivientes—. Lo que se observa es que solteras y solteros sin hijos tienden a conformar el grupo que tiene la opinión más favorable sobre los jóvenes en el conjunto de los atributos, o más precisamente, la opinión «menos mala». El comportamiento de esta variable pareciera sugerir que en la medida que se van asumiendo responsabilidades o se van ejerciendo roles de adulto, se va produciendo también un cambio en la «mentalidad» que aleja de la opinión media del mundo juvenil y acerca a la del mundo adulto.

Si se observa el detalle de los atributos resulta que las opiniones promedio de las juventudes varían, aunque en la mayoría de los casos el efecto del país obedece a un tema de intensidad de la relación, no de sentido. La mayoría de las variaciones de opinión entre las juventudes de los países se explican por el valor neto de la opinión promedio, no por la valencia del signo. *La imagen que los jóvenes son más violentos, peligrosos, irresponsables, deshonestos, individualistas y consumistas que los adultos es común a las juventudes de los seis países.* En lo que varían es en la fuerza de la tendencia, que en estos atributos son particularmente negativas entre los jóvenes de Argentina y Brasil. Lo mismo ocurre en el caso de los atributos positivos. La población joven de los seis países se asume más creativa e idealista que los adultos, aunque aquí también se producen diferencias en la intensidad de la tendencia. Los únicos tres atributos en que no coinciden plenamente los valores del signo es en participativos, ecológicos y solidarios. En el primero, porque a diferencia de la opinión general que tienen los jóvenes de Bolivia, Paraguay, Uruguay y, sobre todo, de Chile, los de Argentina y Brasil son los únicos que se asumen menos participativos que los adultos. En los otros dos atributos la diferencia la marcan los jóvenes chilenos. Éstos son los únicos que se reconocen más ecológicos y solidarios que los adultos, dos atributos que sumados al de idealistas y participativos explican por qué los jóvenes chilenos no se evalúan tan mal como los jóvenes de los otros países cuando se comparan con los adultos. Lo interesante en este caso es que el carácter de estos atributos inevitablemente hace pensar en las imágenes que dejaron las movilizaciones estudiantiles de Mayo de 2006. Marchas masivas de jóvenes secundarios de todo el país reclamando primero por mejoras a la calidad de la educación pública y luego por un cambio a las bases del sistema escolar introdujeron un elemento que hasta entonces estaba ausente y que sin duda marcó los discursos sobre los jóvenes chilenos. Por lo mismo, lo que ocurre en Chile sugiere que la construcción de juicios

e imágenes sobre los jóvenes está marcada por el contexto histórico, o más específicamente, por la posición que ocupen los «actores juveniles» en el curso de los procesos sociohistóricos de un país.

6. SENTIMIENTOS DE DISCRIMINACIÓN

Uno de los principios que se han vuelto esenciales para la construcción de la democracia moderna es la no discriminación. La presencia de actitudes o formas de pensar que operan como fuente de distinciones que implican un trato de inferioridad a ciertos grupos de personas o que restringen sus derechos solamente por su pertenencia a categorías o grupos sociales específicos, es uno de los grandes desafíos para la integración de las sociedades latinoamericanas. Pensando en ese desafío, en este apartado se exploran los niveles de discriminación en estos seis países. La particularidad en este caso es que se trata de los niveles de *discriminación sentida* por la población, no de actitudes o disposiciones discriminatorias ni de hechos de discriminación concreta. La medida específica es la proporción de población que se ha sentido discriminada por alguna de las diez razones que aborda el cuestionario, que son las razones de sexo, edad, pobreza, apariencia, lugar de residencia, pertenencia étnica, color de piel, lengua, orientación sexual y situación de extranjero o inmigrante.

Lo primero que muestra el análisis de las frecuencias es que de todas las fuentes de discriminación, la pobreza es la más recurrente. Esto se observa en todos los países, y aunque las intensidades son variables, la tendencia permite anotar al menos dos puntos: por un lado indica que las diferencias estructurales son y probablemente sigan siendo las fuentes de discriminación más fuertes de nuestras sociedades, y al mismo tiempo, muestra que junto a su componente material, la pobreza tiene un efecto subjetivo que puede ser tanto o más difícil de revertir.

Un segundo punto que parece importante es que el caso de las discriminaciones por orientación sexual o por ser extranjero, si bien representan a fracciones relativamente pequeñas de la población, las dos son fuentes de discriminación que tienen un matiz y es que afectan a grupos específicos: homosexuales e inmigrantes, respectivamente. Por eso lo más conveniente para ver su grado de significación sería ver las respectivas magnitudes en esos grupos. En el caso de las discriminaciones por orientación sexual lamentablemente no hubo cómo hacer ese análisis. Sí en el caso de la discriminación por ser extranjero. Los datos consideran solamente a la población que señala haber migrado a

otro país en los últimos cinco años. Eso incluye tanto a personas que eran inmigrantes al momento de la encuesta como a personas que en el mismo período migraron y retornaron a sus países de origen. Por eso hay que tomarla como una aproximación inicial y exploratoria, pero que de todos modos muestra un punto importante: que aunque los emigrantes e inmigrantes representan a una fracción cuantitativamente menor, en ambos casos parece representar una fuente de discriminación bastante común.

TABLA 8: FUENTES DE DISCRIMINACIÓN POR PAÍS

Categoría	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay
Ser pobre	13.0	19.3	25.1	34.2	19.0	12.0
Lugar residencia	9.7	14.5	18.0	23.8	10.2	8.4
Apariencia	11.4	9.2	15.3	20.4	8.9	9.9
Color de piel	6.1	9.4	5.5	24.3	3.8	3.7
Pueblo originario	2.7	6.3	2.8	19.5	4.8	1.7
Idioma o acento	4.4	9.1	4.2	21.9	7.9	4.4
Edad	10.8	13.4	20.9	20.5	7.8	12.6
Sexo	6.3	7.8	12.5	20.2	7.4	8.1
Orientación sexual	0.6	1.5	1.5	4.3	0.5	1.1
Ser extranjero	51.9	39.6	29.5	28.1	61.2	24.1

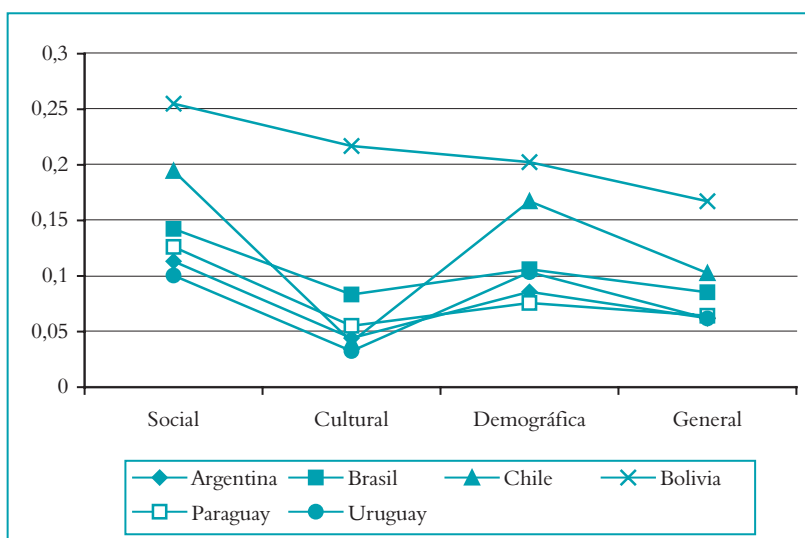
Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

El tercer punto importante es que el análisis conjunto de las diferentes fuentes de discriminación permite distinguir grupos de razones diferenciadas. Esas agrupaciones se forman en la medida que hay grupos de población que se han sentido discriminados por razones que se conectan. El primer tipo de fuentes de discriminación son las sociales. Aquí confluyen la pobreza, el lugar en que se vive y la apariencia. El segundo tipo agrupa las razones culturales, que incluyen sentimientos de discriminación por la pertenencia a pueblos originarios, por el color de piel y por la lengua. Una tercera fuente de discriminación es el perfil demográfico de las personas, definidos por la edad y el sexo. Por último quedan dos fuentes de discriminación más: la orientación sexual y el hecho de ser extranjero. Cada una de estas dos fuentes de discriminación arma un tipo aparte y ambas son las menos frecuentes, porque responde a identidades de sexo particulares.

Esta forma de agruparse que adoptan las razones para sentirse discriminado se repite en todos los países y eso abre la posibilidad de generar variables agregadas. Lo que se hizo fue construir tres subíndices

temáticos y uno general. Cada subíndice corresponde respectivamente a las razones de orden social, las culturales y las demográficas. El índice de discriminación general las junta y les agrega las discriminaciones por motivos de orientación sexual y por ser extranjero. Teniendo estas unidades de medida se pudo explorar los grupos a los que más afecta uno y otro tipo de discriminación en los diferentes países y observar también el nivel de discriminación general que se percibe en cada caso. Las tendencias aparecen resumidas en el gráfico 4.

GRÁFICO 4: TIPO DE DISCRIMINACIÓN POR PAÍS



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Lo primero que resalta al observar las curvas es que todas tienen su punto más alto en las razones de carácter social. Ya sea por ser pobre, por el lugar donde se vive o por la sola apariencia, la condición de clase concentra las principales causas de discriminación en los seis países. La diferencia es de magnitudes. Comparativamente se distinguen cuatro grupos de países que se diferencian por el promedio de población que se ha sentido discriminada por razones de este tipo: uno lo forman Uruguay y Argentina, los dos países con los niveles más bajos; el segundo, Paraguay y Brasil, con niveles intermedios; el tercero es Chile, que se aleja por arriba de los anteriores y se acerca al grupo de lo más alto que corresponde solamente a Bolivia. Este es el país en que más se nota que las principales trabas culturales para la

integración en nuestras sociedades vienen de las diferencias sociales. La particularidad de Bolivia es que es el único país en que la segunda fuente de discriminación más frecuente no son las razones demográficas vinculadas al sexo y la edad, como ocurre en los otros cinco países, sino las razones culturales ligadas a la pertenencia étnica. Eso le da la forma característica a la curva de este país. Lo otro que la diferencia es la posición en el plano. Bolivia registra los valores más altos en todas las fuentes de discriminación que distingue el análisis. Chile se acerca bastante en las discriminaciones por razones sociales y demográficas, pero se aleja en las culturales, y en el global o general, queda más cerca de Brasil que de Bolivia.

Más allá de estas diferencias, el punto quizá más relevante es que en todos los países las diferentes fuentes de discriminación están relacionadas entre ellas. Eso significa que además de representar a una fracción reducida de la población, parte importante de las personas que se han sentido discriminadas por su condición social también lo han estado por su pertenencia étnica y, en menor medida, también por razones de edad y sexo. Es decir, las diferentes formas de discriminación en nuestras sociedades parecieran verteerse sobre más o menos los mismos grupos o sectores de la población. La pregunta es cuál es el perfil de estos grupos, si hay fuentes de discriminación que se concentren más en unos que en otros y si son los mismos en los seis países.

El primer acercamiento a una respuesta es simplemente intuitivo. La naturaleza de las diferentes fuentes de discriminación anticipa cuáles pueden ser las características de los grupos en que se concentra cada tipo de sentimientos. Los datos de alguna manera lo confirman. Si se analiza cómo se distribuyen las discriminaciones por razones de sexo, por ejemplo, se observa que ésta es una razón claramente femenina. Etariamente la composición de este grupo es más o menos pareja: no necesariamente son las mujeres más jóvenes su principal componente, y solamente en Argentina, Brasil y Uruguay la edad opera como un factor que produce diferencias. Pero quizá lo más interesante se produce al ver el perfil educacional de las mujeres que se han sentido discriminadas: en los tres países en que la escolaridad produce diferencias, que también corresponden a Argentina, Brasil y Uruguay, *la discriminación tiende a concentrarse entre las mujeres de más escolaridad*, una tendencia que se observa en todos los segmentos de ingresos. Si a esto se suma que los porcentajes más altos se dan entre los 25 y los 40 años, la hipótesis que emerge es que el sentimiento de ser objeto de discriminaciones por razones de sexo entre las mujeres puede estar li-

gado más que nada con los límites que afectan la integración laboral de las mujeres profesionales, a lo que probablemente también se pueda agregar la discriminación por desigualdades salariales entre hombres y mujeres con una misma función y una serie de otros elementos que condicionan la vida de la mujer profesional que trabaja.

La fuente de discriminación en que parece fallar la intuición es en las razones vinculadas a la edad. La hipótesis inicial diría que por la falta de espacios, por la presencia de una serie de estereotipos, por el juicio a las estéticas juveniles y por otros elementos más, lo esperable sería que fueran los jóvenes quienes más se hubieran sentido discriminados por el hecho de tener la edad que tienen. Pero al parecer no es tan así. Si por un lado la relación entre esta forma de discriminación y la edad se produce en casi todos los países, sobre todo en Chile, Bolivia, Paraguay y Brasil, lo que arrojan los datos es que este sentimiento es más frecuente entre las personas de más edad que entre los jóvenes. Las razones pueden ser muchas, buena parte seguramente está fuera del alcance de esta encuesta, pero de acuerdo a los datos que disponemos, todo parece apuntar al «sentirse fuera» que experimentan las generaciones de más edad, o al menos una parte de ellas. Es ilustrativo, por ejemplo, que la escolaridad sea un factor que en estos segmentos de la población se relaciona bastante estrechamente con los sentimientos de discriminación por razones de edad, y que sean principalmente fuertes entre quienes completaron solamente el primer ciclo de enseñanza. Lo mismo ocurre con las personas mayores que usan internet, que en todos los países parecieran sentirse menos discriminados por su edad que sus pares de generación que permanece ajeno a las nuevas tecnologías para comunicarse e informarse. La importancia de estas tendencias es que de alguna manera pueden tomarse como un anticipo de los sentimientos que se podrían llegar a despertar entre la población joven que ha visto truncada su trayectoria escolar y que permanece desconectada de internet, dos situaciones que probablemente pueden llegar a ser incluso más agudas si se considera el peso que tienen la educación y la información como mecanismos de integración para las actuales generaciones jóvenes.

En el caso de las discriminaciones ligadas a la condición social los datos vuelven a confirmar lo que en principio se podría intuir. En todos los países son los sectores con menos recursos económicos y escolares los más vulnerables frente a este tipo de sentimientos, y eso sin que incida necesariamente el hecho de vivir en un sector rural o en uno urbano. También se puede anticipar el perfil de los grupos más

vulnerables a las fuentes de origen cultural. En este caso, las personas que más se han sentido discriminadas son quienes dicen pertenecer a algún pueblo originario y los que se identifican como afrodescendientes. Éstos son los grupos más vulnerables en todos los países, aunque las tendencias parecieran ajustarse a la composición étnica de las distintas sociedades: en Argentina, Chile, Paraguay y, sobre todo en Bolivia, los grupos que más se han sentido vulnerados por razones culturales son los pueblos originarios; en Brasil y Uruguay, en cambio, son los afrodescendientes, sobre todo por el color de piel. Lo complejo es que en todos los países se observa una alta correlación entre estas dos formas de discriminación, y en todos los países los descendientes de pueblos originarios y afrodescendientes tienden a concentrarse en los sectores con menores recursos y menos escolaridad. Eso hace a estos grupos doblemente discriminados: por razones sociales derivadas de la pobreza —condición compartida con la población pobre y desescolarizada que no necesariamente comparte su identidad étnica—, y por razones culturales, que sí se concentran en descendientes de pueblos originarios y afrodescendientes.

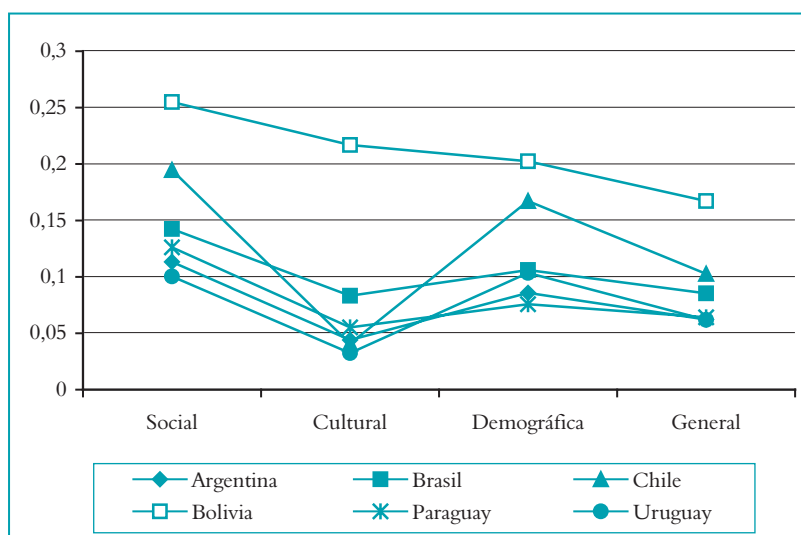
Lo que asoma en esta doble discriminación no es más que la historia de nuestras sociedades, sus formas históricas de dominación, la segregación social con bases étnicas. Quebrarlas implica un cambio cultural profundo, denso, difícil, que se cruza y no se separa de cambios estructurales, en la situación y la posición de los grupos que se sienten más discriminados, en sus condiciones materiales, laborales, educacionales.

Lo complejo es que pareciera todavía faltar para eso. Si así fuera, si esos cambios se estuvieran produciendo, se podría esperar que los jóvenes que se han sentido discriminados por este tipo de razones fueran menos que los adultos. Es por un mero tema de probabilidades por tiempo vivido, pero que no siempre se da. Al contrario. En Argentina, Brasil y Uruguay, las razones sociales y también las culturales son incluso más frecuentes entre la población de menos edad que entre la población más vieja. En Paraguay, ni las fuentes sociales ni las culturales establecen una relación relevante con la edad, y aunque en Chile y Bolivia se observa que estos tipos de discriminación son más frecuentemente sentidos por la población de más edad, sobre todo en las fuentes de carácter social, la diferencia es demasiado leve como para pensar que los jóvenes están menos expuestos a sentirse discriminados.

Esto obliga a asumir que las bases sociales de la discriminación social y cultural traspasa generaciones, se reproduce, y lo que es peor,

en algunos países parecieran incluso venir creciendo. Además, si el análisis se concentra solamente en la población joven de los seis países, lo que se observa es que en general la forma en que se distribuyen las distintas razones para sentir la discriminación en cualquiera de sus expresiones tiende a repetir lo que ocurre entre la población general. En todos los países las razones de sexo son más femeninas que masculinas. En los seis países las discriminaciones por razones etarias son levemente más frecuentes entre los jóvenes de menos edad. Las razones sociales y culturales también se ajustan a las tendencias generales de cada país: en los seis países las razones sociales se concentran entre los jóvenes de sectores de bajos ingresos y menos escolaridad, salvo en Uruguay, en que por alguna razón que habría que revisar, la discriminación social es mayor entre los jóvenes con más ingresos, con más años de escolaridad y que viven en sectores urbanos, que es otro punto que diferencia a Uruguay —también a Brasil— de los otros países. En el caso de las razones culturales la tendencia es más o menos la misma: también se concentran entre los jóvenes que pertenecen a algún pueblo originario o que son afrodescendientes, que pertenecen a familias con bajos ingresos, que tienen menos escolaridad y que viven en sectores rurales, a excepción de Chile y Brasil, en que están más concentrados en las ciudades que en el campo.

GRÁFICO 5: TIPO DE DISCRIMINACIÓN POR PAÍS ENTRE JÓVENES



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Todo esto significa que al centro del desafío para la democratización de nuestras sociedades está en evitar que este nexo entre las fuentes estructurales y culturales de discriminación se siga reproduciendo generacionalmente. Eso supone asumir que más allá de estos factores que diferencian internamente a los jóvenes de cada país, hay otro que también tiene importancia, pero que va por fuera: el país. Si se observa el gráfico 5 y se compara con el gráfico 4, lo que se observa es que tanto la forma de la curva de cada país como su posición en el plano están prácticamente calcadas. Estadísticamente se puede incluso sostener que para las distintas fuentes de discriminación, más que el hecho de ser jóvenes o adultos, lo que marca este tipo de experiencias es la presencia de dispositivos sociales y culturales que promueven la discriminación y que se extienden con mayor o menor intensidad al conjunto de la población de los distintos países. La situación más compleja pareciera vivirse en Bolivia, en Chile y en Brasil. Estos son los países en que resulta más frecuente que la población con menores recursos económicos y educacionales, y que pertenece a grupos étnicos específicos, sea objeto de actos o palabras que les remarcan su condición de inferioridad, un dato que en buena medida se corresponde con la alta fragmentación social y cultural de sus respectivas sociedades.

*Sociedades sul-americanas:
o que dizem jovens e adultos
sobre as juventudes*

Capítulo 4
**VALORES, SOCIABILIDAD
Y PARTICIPACIÓN SOCIAL**

Diego Segovia



VALORES, SOCIABILIDAD Y PARTICIPACIÓN SOCIAL

1. VALORES

EL ESTUDIO DE LOS valores es central para comprender la realidad social. Desde Weber y su *Ética protestante* se tiene una amplia tradición teórica al respecto, aunque tampoco se puede obviar el trabajo de Marx, el cual menciona que una estructura económica se sostiene mediante una relación dialéctica con la superestructura ideal. Y uno de los últimos aportes teóricos más importantes al respecto ha sido el de Bourdieu, quien afirma que cada sociedad está obligada a construir agentes sociales dotados de categorías de valoración, para que sea posible su permanencia en el tiempo. Considerando también a Durkheim y su «conciencia colectiva», el planteamiento de Bourdieu nos remite a las clases sociales en base a la predisposición valorativa, además de unos campos en los que los agentes disputan la construcción de valores universales.

Se parte aquí de una hipótesis central: que los valores juveniles son distintos, en gran medida, de aquellos de los adultos. Otros factores, como el país, el sexo, el nivel económico, el nivel educativo y el sector de residencia, a pesar de que afectarían también las escalas de valores, tendrían un impacto menos visible.

Algunos de los valores sobre los que se indagó tienen que ver con luchas que vienen realizando distintos movimientos sociales a lo largo y ancho del continente. Es por ejemplo el caso de la legalización del aborto, la igualdad entre hombres y mujeres, la democratización, la no discriminación hacia homosexuales o la legalización de la marihuana. Otros valores tienen que ver con un sistema de exclusión o de sanción a la desviación, como son la pena de muerte y los barrios cerrados para ricos.

La encuesta incluyó siete afirmaciones valorativas, que son las siguientes: a) Todos deberían poder expresar libremente sus ideas. b) No veo problemas en que un profesor o profesora homosexual haga clases a menores de edad. c) No veo problema en que los ricos vivan en barrios cerrados. d) El aborto debería ser legal, o sea, no debería ser considerado un crimen. e) Los hombres tienen que ocuparse de la limpieza de la casa y del cuidado de los niños y niñas al igual que las mujeres. f) Debe haber pena de muerte. g) El consumo de marihuana debe ser legal.

A las siete afirmaciones, se abrieron cuatro opciones de respuesta: totalmente en desacuerdo (1); en desacuerdo (2); de acuerdo (3); totalmente de acuerdo (4).

A continuación se analizan los porcentajes de respuestas según país y algunas variables independientes escogidas. Para simplificar el análisis se optó por hacer dos categorías, una que incluye «totalmente de acuerdo» y «de acuerdo», y la otra, los dos niveles de desacuerdo.

a) Todos deberían poder expresar libremente sus ideas

Con esta frase se trató de ver cuál es el grado de apertura hacia la opinión de todas las personas, lo cual podría ser considerado, hasta cierto punto, un indicador de lo democrático de una sociedad. Es cierto que la frase puede tener múltiples interpretaciones, pero entre los investigadores hemos considerado que el sentido más evidente es el del respeto a la opinión de cada uno.

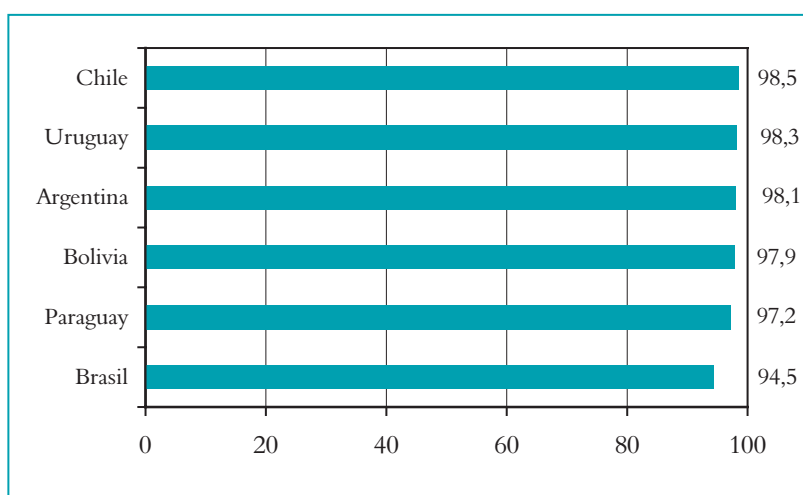
Aún cuando esta primera afirmación fue la que recibió mayor aceptación en todos los países, se debe considerar que mucha gente pudo haberse visto impulsada a responder lo que políticamente se considera adecuado. Así, una persona que manifiesta estar totalmente de acuerdo con que todos expresen libremente sus ideas no necesariamente respetará, en su entorno social, a todos cuantos quieran opinar.

Es mínima la diferencia que existe entre las opiniones en distintos países, aunque sí puede destacarse una diferencia de 4 puntos porcentuales entre el mínimo de Brasil y el máximo de Chile. Esta diferencia estaría indicando una mayor apertura a la libre expresión en este último país.

La renta se presenta como una variable que influye con cierta regularidad, aunque no muy intensamente, en las respuestas dadas a esta frase. La relación que se observa en todos los países es que a mayor renta, la apertura a aceptar la opinión de todos también es mayor.

Para comparar niveles educativos se crearon cuatro categorías: hasta primaria incompleta, primaria completa, secundaria y superior. En este caso, en todos los países resalta que quienes han alcanzado un mayor nivel educativo mencionan estar más dispuestos a aceptar las opiniones de todos.

GRÁFICO 1: TODOS DEBERÍAN PODER EXPRESAR LIBREMENTE SUS IDEAS
(PORCENTAJE DE «TOTALMENTE DE ACUERDO» Y «DE ACUERDO»)



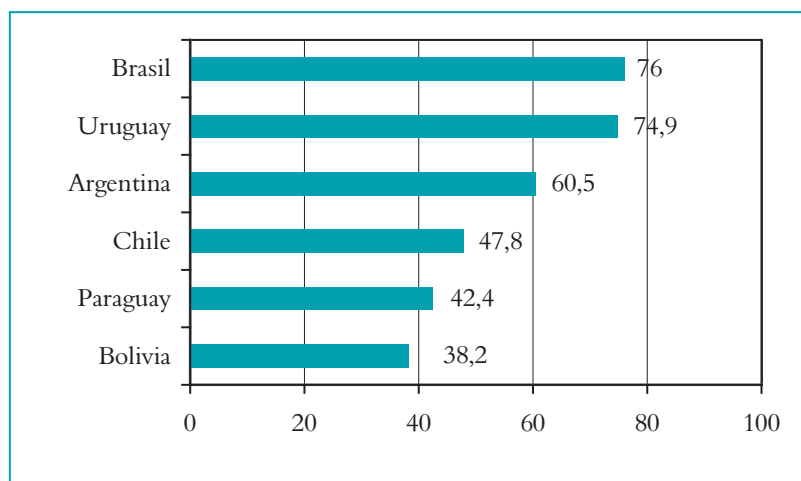
Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En casi todos los países la apertura es, aunque poco, mayor en el sector urbano que en el rural, exceptuando Paraguay, donde las respuestas son similares. El uso de internet parece afectar de manera positiva en este sentido, ya que aquellos que lo usan expresan, en todos los países, mayor acuerdo con la frase. Esta última variable introducida como independiente tiene que ver también con el nivel de renta y de educación, por tanto, estará condicionada a las mismas. En este caso por ejemplo, se puede presumir que es todo el conjunto el que influye en la mayor apertura. Aun así, se pueden dar casos en los que haya discrepancia entre quienes utilizan internet y las personas de estratos superiores de educación y renta, situación que estaría expresando una clara influencia de la esta tecnología en las actitudes y valores.

b) No veo problemas en que un profesor o profesora homosexual haga clases a menores de edad

El nivel de aceptación de la homosexualidad arroja promedios que tienden hacia los valores medios. A valores relativamente altos como los de Uruguay y Brasil se le contraponen los de Bolivia y Paraguay, alrededor del 40%. La frase puesta a consideración de los entrevistados quiso medir la aceptación de la homosexualidad en una situación intermedia, entre lo muy controvertido y lo nada controvertido. Es decir, los resultados del gráfico no pueden ser considerados como una aceptación total e igualitaria de las personas homosexuales, sino como un grado medio de tolerancia hacia el goce de derechos por parte de las mismas.

GRÁFICO 2: NO VEO PROBLEMAS EN QUE UN PROFESOR O PROFESORA...
(PORCENTAJE DE «TOTALMENTE DE ACUERDO» Y «DE ACUERDO»)

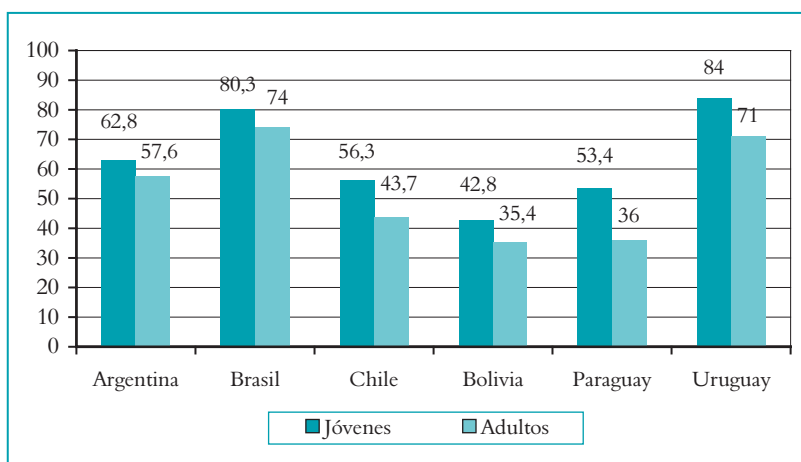


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

El sexo también parece ser una variable que explica algo en cuanto a la tolerancia de la homosexualidad, ya que en casi todos los países, aunque por muy poco, son las mujeres aquellas que se muestran más dispuestas a ello. Salvo en Chile, donde sucede lo contrario, y en Bolivia, donde es casi un empate, en los demás países se da esta situación. Llama la atención que incluso la diferencia es similar en los diferentes países.

Una diferencia importante sí está dada por la cuestión generacional. En todos los países son los menores de 30 años quienes, en medida considerable, se muestran más abiertos a aceptar esta situación.

GRÁFICO 3: NO VEO PROBLEMAS EN QUE UN PROFESOR O PROFESORA...
(PORCENTAJE DE «TOTALMENTE DE ACUERDO» Y «DE ACUERDO»,
POR JOVEN Y ADULTO)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

La renta per cápita también influye, aunque en menor medida que la edad sobre la aceptación del enunciado. A mayor renta, mayor sería la tolerancia hacia la homosexualidad en todos los países. También se observa una clara correlación positiva con el nivel educativo, ya que en todos los casos, aquellas personas que llegaron a niveles educativos superiores opinan más favorablemente acerca de los derechos de personas con distintas orientaciones sexuales. El sector de residencia es una variable que pesa bastante a la hora de evaluar las respuestas, siendo aquellos urbanos los que más abiertos a esta propuesta se muestran. A esta lógica escapa Bolivia, donde las respuestas de uno y otro sector son muy similares.

c) *No veo problema en que los ricos vivan en barrios cerrados*

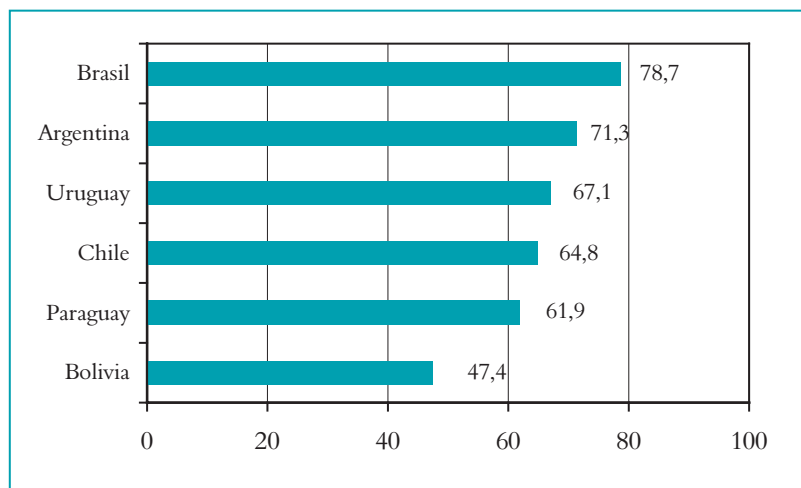
En muchos países latinoamericanos la exagerada concentración de las riquezas ha llevado a la creación de barrios cerrados donde los ricos puedan vivir con tranquilidad, alejados del peligro que representan los

excluidos. El estar de acuerdo con que esto suceda implicaría una actitud conservadora, ya que estaría justificando la creación de «burbujas de cristal» en las cuales puedan vivir aquellas personas que concentran gran parte de las riquezas del país.

Cabe mencionar que en algunos países como Paraguay, el debate acerca de los barrios cerrados no está muy difundido y los mismos ni siquiera se conocen tanto. Es más, también existen barrios cerrados de clases medias y bajas, y éstos son más conocidos. Por este motivo hay que mirar con cautela los resultados de los diferentes países, ya que de acuerdo a la realidad socioeconómica e histórica de cada uno, la frase puede adquirir connotaciones distintas.

Aun considerando lo anteriormente dicho, llama la atención que en uno de los países más desiguales del mundo como Brasil, esta proposición sea más aceptada que en el resto de los países considerados. Si se tienen en cuenta los datos sobre la desigualdad, medida por el Coeficiente Gini en el Informe Desarrollo Humano 2008 del PNUD, se puede observar una cierta correlación negativa con la aceptación del enunciado, excepto en Brasil. Es decir: a mayores desigualdades, menor aceptación de privilegios para los ricos.

GRÁFICO 4: NO VEO PROBLEMA EN QUE LOS RICOS VIVAN EN BARRIOS CERRADOS
(PORCENTAJE DE «TOTALMENTE DE ACUERDO» Y «DE ACUERDO»)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

TABLA 1: COEFICIENTE GINI POR PAÍS

País	Coefficiente Gini
Bolivia	60.1
Paraguay	58.4
Brasil	57.0
Chile	54.9
Argentina	51.3
Uruguay	44.9

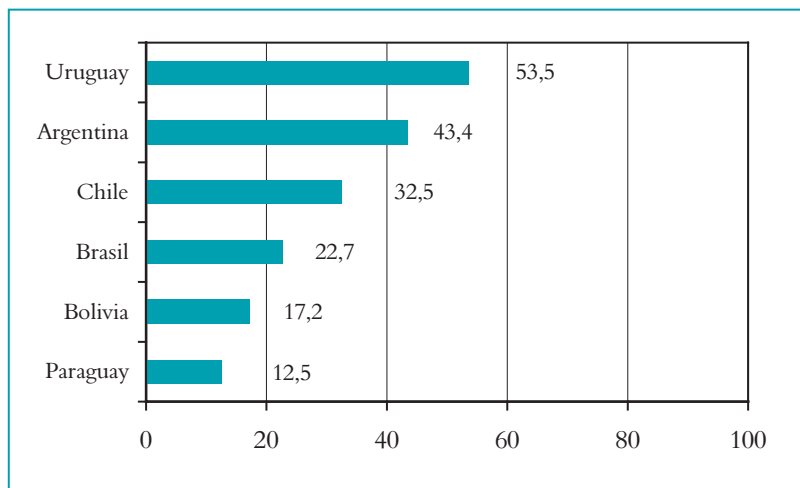
Fuente: PNUD, 2008.

En casi todos los países, la renta se presenta como un factor que incide en la aceptación del enunciado. Aunque por poco, quienes se ubican en los terciles más altos de la renta, son quienes más acuerdo mostraron, salvo en Uruguay y en Chile, donde los valores promedio entre terciles de renta diferentes fueron muy similares. Esta relación positiva entre el tercil y la aceptación de que los ricos vivan en barrios cerrados es, en cierta medida, previsible. Las personas de más altos ingresos, en países desiguales, pueden ser las que más amenazadas se sienten por la violencia u otros males sociales y, por tanto, ven como una alternativa válida los barrios cerrados. En niveles más altos de educación también se da una mayor aceptación de esta premisa, aunque la relación es muy débil, y en algunos países ni siquiera perceptible. El sector de residencia aparece influyente, ya que en áreas rurales es, en todos los países, menor el acuerdo que se expresa con esta idea.

d) *El aborto debería ser legal, o sea, no debería ser considerado un crimen*

La legalización o despenalización del aborto es otro tema aún controvertido en las sociedades latinoamericanas. Un ejemplo reciente fue el veto del presidente uruguayo a la ley que pretendía despenalizar ciertas prácticas abortivas y que ya había sido aprobada en el Congreso. A pesar de los datos existentes en organismos de salud y del trabajo que vienen realizando distintos movimientos feministas, la aceptación de esta propuesta todavía se ubica en un nivel medio bajo. En el caso de Uruguay, el país en que más gente aceptaría esta proposición, el promedio de respuestas apenas se desplaza un poco más allá del 50% de aceptación.

GRÁFICO 5: EL ABORTO DEBERÍA SER LEGAL
(PORCENTAJE DE «TOTALMENTE DE ACUERDO» Y «DE ACUERDO»)



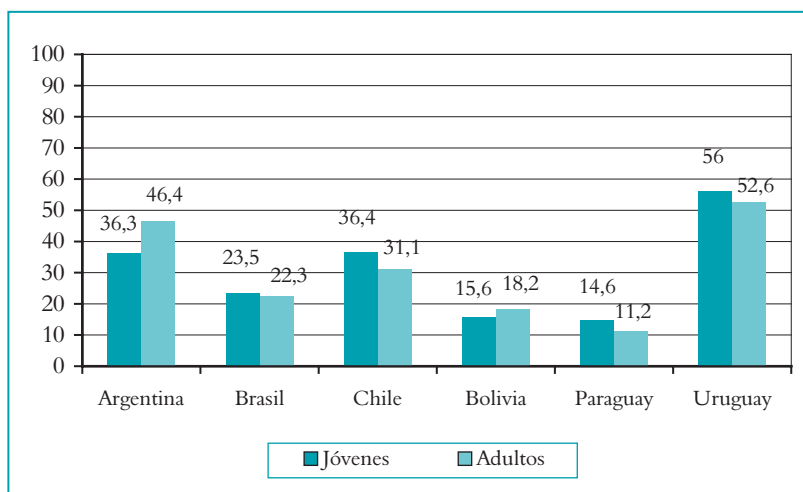
Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En este caso, al igual que con la aceptación de la homosexualidad, la religión parecería ser el factor explicativo más importante de las actitudes que prevalecen en cada país. Países con mayor proporción de personas creyentes son los que más rechazarían la legalización del aborto. Esto puede deberse a la extensión que cobran los valores impuestos por la religión a nivel social, construyendo así una moral colectiva que traspasa el límite de sus propias fronteras.

En todos los países existe una diferencia similar en la aceptación del aborto dada por el sexo, siendo las mujeres quienes menos de acuerdo se muestran con esta frase. Y la edad influye de manera dispar según los países, siendo en Argentina y Bolivia donde los adultos son quienes mayor acuerdo expresan; en tanto Paraguay, Chile y Uruguay son los jóvenes, mientras que en Brasil lo hacen por igual.

Exceptuando a Paraguay, en todos los países se da una relación positiva entre la aceptación del enunciado y los niveles de renta per cápita. Es decir: a mayor renta, mayor aceptación.

GRÁFICO 6: EL ABORTO DEBERÍA SER LEGAL
(PORCENTAJE DE «TOTALMENTE DE ACUERDO» Y «DE ACUERDO»,
POR JÓVENES Y ADULTOS)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

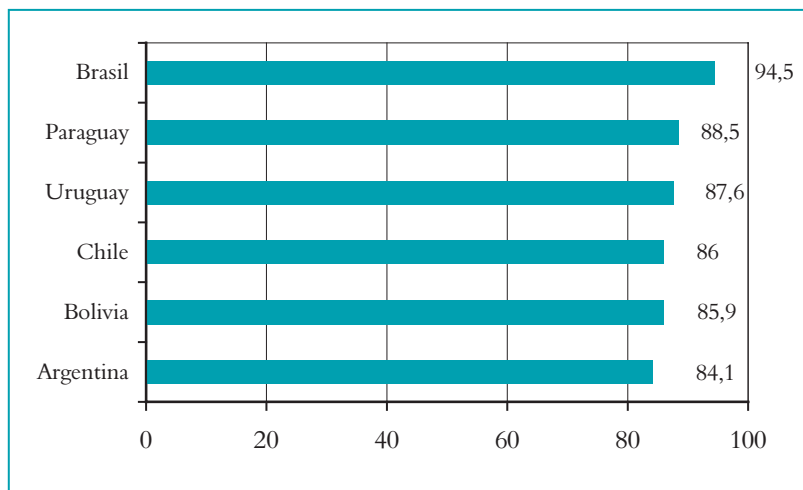
Existe también una clara relación positiva entre el nivel de escolaridad y esta afirmación. A mayores niveles de educación, más se está de acuerdo con la legalización del aborto, exceptuando el caso de Bolivia, donde las personas de todos los niveles educativos opinan de manera muy similar. El sector de residencia parece influyente en Argentina, Uruguay y Chile, siendo los residentes urbanos aquellos que más de acuerdo se declaran con la frase. En Brasil, Bolivia y Paraguay, sin embargo, no existen diferencias significativas entre las respuestas de uno y otro sector.

e) *Los hombres tienen que ocuparse de la limpieza de la casa y del cuidado de los niños y niñas al igual que las mujeres*

Las desigualdades de género es un problema común en los países del Cono Sur. La aceptación por parte de los hombres de compartir las tareas domésticas con las mujeres no significa una superación de esas desigualdades, a pesar de que puede significar un avance importante. Por otro lado, cabe señalar que los resultados muestran «opiniones», o sea, no quiere decir que la actitud y el comportamiento de las personas

encuestadas en su vida cotidiana refleje fielmente lo que su opinión manifiesta. Con ello, la aceptación de la proposición es bastante alta y donde sobresale la opinión de las y los brasileños.

GRÁFICO 7: LOS HOMBRES TIENEN QUE OCUPARSE DE LA LIMPIEZA...
(PORCENTAJE DE «TOTALMENTE DE ACUERDO» Y «DE ACUERDO»)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Una cuestión importante es que por lo general son las mujeres quienes más de acuerdo se encuentran con la frase en todos los países. La diferencia por sexo es casi igual en todos los países, a pesar de que se intensifica en el caso de Chile. La medida en que esta frase se acepta parece estar poco influida por la edad. Tampoco se puede hacer una lectura sintética de la relación que tiene esta cuestión con la renta, ya que el modo en que ésta influye es muy variable según los países. Sí parece existir una correlación más clara con el nivel de escolaridad, ya que las personas de estratos superiores, en mayor medida, opinan que es deber de hombres también ocuparse de la casa y de los hijos e hijas.

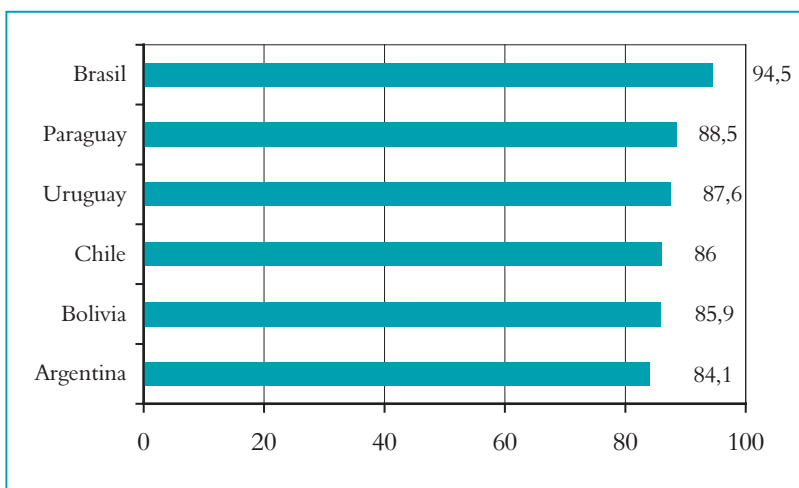
Por su parte, no se encuentra una relación regular entre el sector de residencia y la aceptación de la frase en los distintos países. Así, por ejemplo, en Argentina la frase es más aceptada por residentes rurales y en Paraguay lo es en igual medida entre ambos sectores. No obstante, en los demás países existe una marcada diferencia que da ventaja a los sectores urbanos en cuanto a la aceptación de la premisa. A pesar que la opinión no refleja directamente la actitud cotidiana, el hecho que

uno se declare de acuerdo con la frase puede indicar, por lo menos, una toma de conciencia de lo que políticamente sería correcto.

f) *Debe haber pena de muerte*

Muchos sociólogos han estudiado los mecanismos de sanción social. Durkheim, por ejemplo, distinguía entre aquellos regulados por el derecho represivo y aquellos regulados por el derecho restitutivo. Aseguraba que una de las diferencias fundamentales entre las sociedades primitivas y las modernas estaba justamente en la sustitución del primero por el segundo. La pena de muerte ha sido, sin duda, la peor de las sanciones que la sociedad represiva ha podido crear. Actualmente son pocos, aunque populosos, los países en los que se aplica esta sanción, pero el debate sobre la necesidad de implementarla ha ido desarrollándose a medida que las sociedades aparecen como más violentas y ciertos casos de criminalidad que ponen en duda la posibilidad de «restituir» a criminales o los daños hechos. En los países considerados, la aceptación de este tipo de sanción se ubica en el punto medio entre la aceptación y el rechazo. La aceptación de la pena de muerte está encabezada por Chile y quienes más la rechazan son los paraguayos.

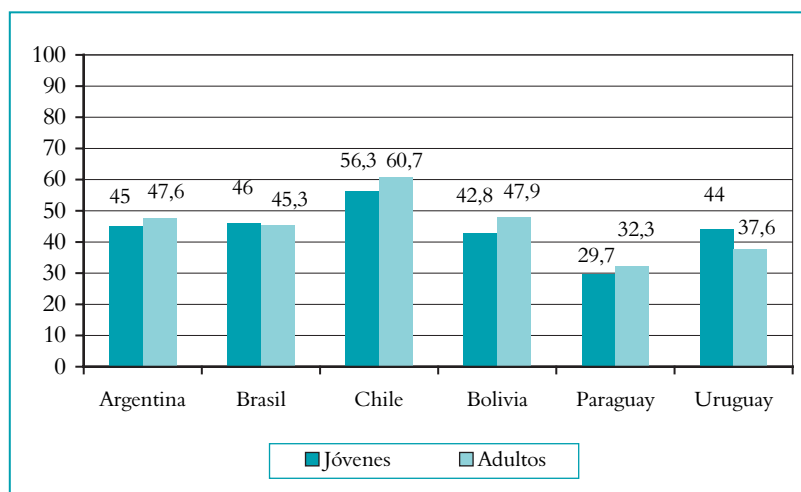
GRÁFICO 8: DEBE HABER PENA DE MUERTE
(PORCENTAJE DE «TOTALMENTE DE ACUERDO» Y «DE ACUERDO»)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

El sexo es una variable que no influye de manera regular sobre la aceptación de la pena de muerte. Así, por ejemplo, en Argentina y Brasil son más los hombres quienes se muestran favorables a la misma, en Paraguay son más las mujeres y en Chile, Bolivia y Uruguay los resultados son similares. La pena de muerte es más rechazada por jóvenes que por adultos, salvo en Uruguay donde sucede lo contrario, y en Brasil, donde los porcentajes son similares. La relación que existe con la renta no es regular, salvo en Paraguay, donde a mayor renta se da una mayor aceptación.

GRÁFICO 9: DEBE HABER PENA DE MUERTE, POR JOVEN Y ADULTO (PORCENTAJE DE «TOTALMENTE DE ACUERDO» Y «DE ACUERDO»)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

El nivel educativo influye de manera distinta en los países sobre la aceptación de la pena de muerte. Así se tienen los casos argentino y brasilero, en los que son los estratos medianamente educados los que más a favor se muestran. En Chile y Bolivia son los estratos medios y altos de educación los que mayor conformidad manifiestan y, mientras que en Paraguay la relación no es perceptible, en Uruguay son los estratos de población más altos aquellos que más se oponen a la aplicación de esta sanción.

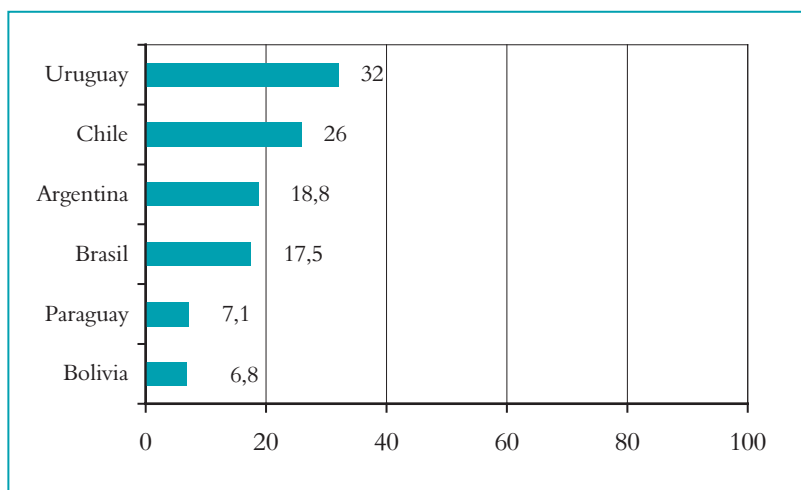
Si se miran las respuestas según el sector de residencia, se obtienen resultados dispares en los distintos países: en Brasil y Uruguay, la pena de muerte es más aceptada en los sectores rurales; en Argentina y

Bolivia los resultados son similares, mientras que en Paraguay y Chile la mayor aceptación está en el sector urbano.

g) *El consumo de marihuana debe ser legal*

Muchas son las razones que en los últimos años han llevado a distintos movimientos sociales a exigir la legalización del consumo de la marihuana. Desde algunas que argumentan cuestiones de salud, pasando por otras que exigen libertad y llegando a las que cuestionan el sistema económico controlado por el narcotráfico. A pesar de todo esto, la aceptación de la legalización de la marihuana es, entre las consideradas, la propuesta menos aceptada en los países del Cono Sur. Sí se destaca el caso uruguayo, como el país en donde más se aceptaría su legalización, y esto tiene que ver en alguna medida con la acción de los movimientos juveniles como se analizaba en las etapas previas de la investigación.

GRÁFICO 10: EL CONSUMO DE MARIHUANA DEBE SER LEGAL
(PORCENTAJE DE «TOTALMENTE DE ACUERDO» Y «DE ACUERDO»)

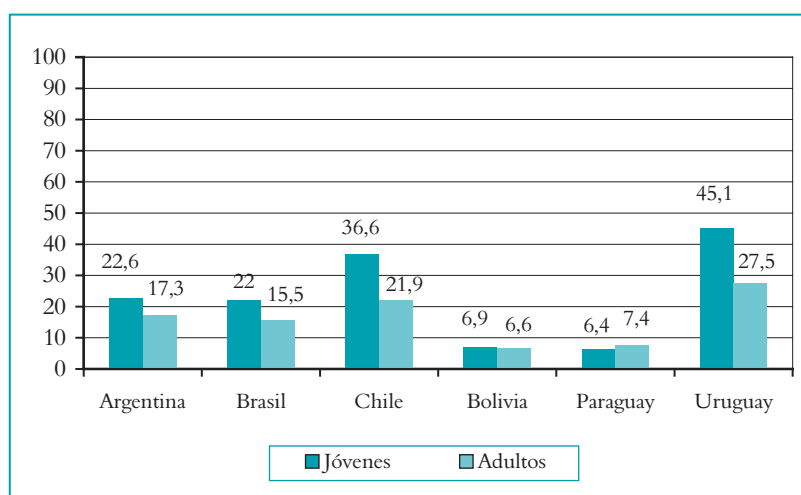


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En todos los casos son más los hombres que aceptarían la legalización de la marihuana, siendo la diferencia con las mujeres similar en todos los países. También son más los jóvenes que los adultos quienes

demuestran mayor acuerdo con el enunciado, salvo en Bolivia y Paraguay, donde los porcentajes son similares. La renta per cápita guarda una relación positiva con la aceptación de la legalización de marihuana, excepto en Bolivia donde ocurre lo contrario.

GRÁFICO 11: EL CONSUMO DE MARIHUANA DEBE SER LEGAL, POR JOVEN Y ADULTO (PORCENTAJE DE «TOTALMENTE DE ACUERDO» Y «DE ACUERDO»)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

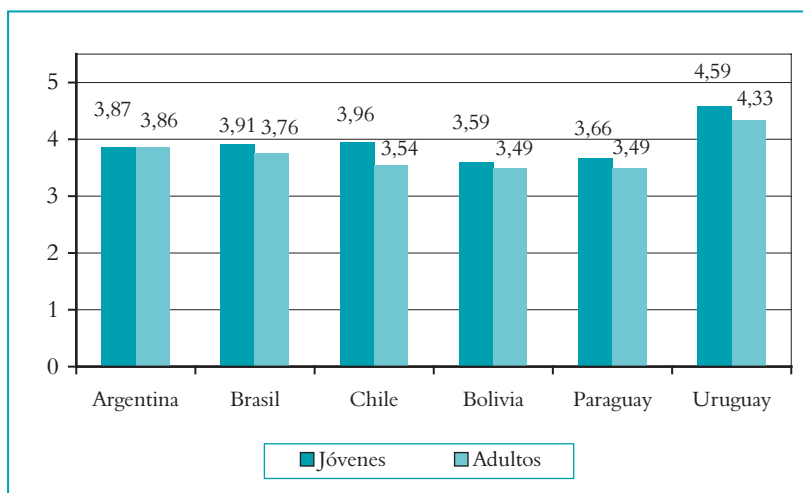
Exceptuando el caso boliviano, en todos los países se percibe (en algunos más y en otros menos), que la aceptación de la legalización de la marihuana es más alta entre personas de niveles más altos de educación. Argentina, Chile y Uruguay tienen una población urbana más favorable a que la marihuana se legalice. En Paraguay no existe una influencia significativa del sector de residencia, mientras que en Brasil y Bolivia son los sectores rurales aquellos más favorables a la propuesta.

h) Índice de liberalidad

Con base en los temas expuestos se ha construido un «índice de liberalidad», que puede ser leído como una síntesis del apartado. El mismo se construyó según la cantidad de respuestas más «liberales» que han dado los encuestados. Así, las respuestas consideradas positivas

en el índice fueron el acuerdo con la libre expresión, la aceptación de homosexuales, la legalización del aborto y la marihuana y la aceptación de tareas domésticas para hombres. Por su parte, el rechazo de la pena de muerte y de la segregación socioespacial dada por los barrios de ricos, fueron consideradas respuestas positivas. A cada respuesta positiva se le dio el valor 1, mientras que cada respuesta negativa fue computada con 0. Queda pues así definido un mínimo de 0 y un máximo de 7 para el índice de liberalidad. Lo que se presenta a continuación es el promedio que se dio en cada país entre los índices de cada individuo. Así, se puede observar que el país con posturas más liberales es Uruguay, y el último puesto está disputado por Bolivia y Paraguay. Aun con esto, excluyendo a Uruguay, los valores promedio son muy similares en todos los países y la diferencia dada por la edad no es considerable sino en Uruguay y Chile.

GRÁFICO 12: ÍNDICE DE LIBERALIDAD, POR JOVEN Y ADULTO
(PROMEDIOS SIMPLES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Del apartado se puede concluir que la edad marca posturas en pocos casos, como la homosexualidad y la marihuana, pero en la mayoría de los enunciados, la diferencia entre el pensamiento de jóvenes no difiere mucho del de los adultos. Sí existen diferencias significativas entre algunos países, pero en casi todos, se da la misma similitud entre

jóvenes y adultos. Las diferencias más marcadas parecerían darse por factores estructurales como el área de residencia o el nivel educativo o de renta. En los niveles de renta más altos se dan, por lo general, posturas más abiertas, lo mismo que ocurre con los niveles educativos, pero las diferencias son casi siempre muy reducidas como para hablar de una correlación fuerte. El sexo es otra variable que influye en determinados casos, pero no en la mayoría, y donde más influye es en cuestiones referentes a la sexualidad y la división de roles por género.

2. VALORES SOCIALES O POLÍTICOS

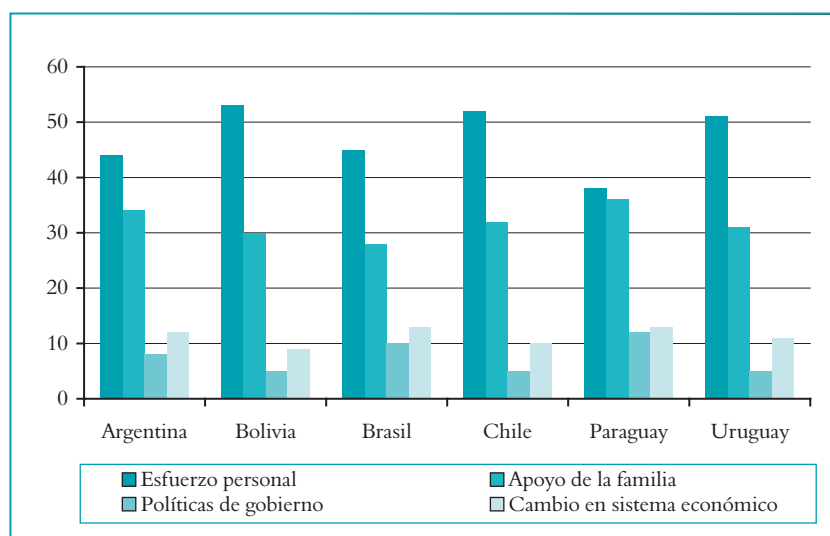
Además de indagar acerca de los valores recién vistos, la encuesta incluyó otras preguntas acerca de las cosas que consideran valiosas en la vida social, como medio para mejorar las propias condiciones de vida. Las respuestas a estas preguntas pueden indicar el tipo de valoraciones que existe en cada una de las sociedades estudiadas y el nivel de confianza que se tiene en las propias capacidades o en la comunidad para salir adelante.

Cuando se pregunta a la gente qué es lo más importante que tiene que pasar para que sus condiciones de vida mejoren, una gran mayoría recurre al plano de lo privado: al esfuerzo personal y/o al apoyo de familiares. En estas dos opciones se concentran entre el 71,7% de las respuestas de brasileños, con el valor más bajo, y el 82,3% de las de bolivianos y chilenos. A pesar que es altamente probable que esto sea un reflejo de la visión atomizada y fragmentada de la sociedad y la historia, construida por el discurso hegemónico de las últimas décadas en las sociedades latinoamericanas, no se debe caer en simplismos. Puede que haya países en los que, dada una estructura económica objetivamente más equitativa y, por tanto, más abierta a la movilidad social ascendente, las personas perciban que son sus esfuerzos, o que es la ayuda familiar la que podrá ayudar a mejorar sus condiciones de vida. Aún así, teniendo las sociedades consideradas enormes índices de desigualdad, parece más probable la hipótesis que las respuestas derivan del discurso dominante y los valores culturales individualistas que éste ha impuesto en muchos países. El mayor peso atribuible a este factor se deriva del hecho que no parecería existir una relación importante entre las respuestas que ponen más énfasis en el ámbito privado y los niveles de desigualdad.

Entre las opciones de respuesta a la pregunta figuraban también cuestiones político-económicas, como las «políticas del gobierno» o el «cambio de sistema económico». Éstas no tuvieron una proporción de

respuesta mayor al 24%, y sus valores más altos se dieron en Paraguay (23.9%) y Brasil (22.9%). Considerando los niveles de desigualdad ya mencionados, es llamativo que sea sólo una quinta parte de la sociedad la que cree que su propia situación puede cambiar dependiendo de las estructuras político-económicas. A pesar de que el esfuerzo personal también puede referirse a la participación política y, por tanto, podría no representar la visión fragmentada de la sociedad hipotizada, cabe aclarar que entre las opciones de respuesta se incluyó también la «participación en organizaciones sociales». Podría significar una actitud más pasiva, que espera que las cosas cambien desde arriba sin esforzarse. La preferencia más alta por esta opción se dio en Brasil, con apenas un 4%, seguido por Bolivia (3%) y Paraguay (2.5%). En Uruguay, Chile y Argentina la proporción fue del 1.5%.

GRÁFICO 13: LA OPCIÓN MÁS IMPORTANTE PARA MEJORAR SU VIDA ES...
(PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Es importante notar que las mujeres tienden mucho más, en todos los países, a decir que el apoyo de las familias es lo más importante para mejorar sus vidas. Paraguay es el único país en el que los hombres confían mucho más que las mujeres en el «esfuerzo personal», ya que en el resto de los países los porcentajes son similares.

En cuanto a la edad, en todos los países los jóvenes confían más que los adultos en «el esfuerzo personal» como medio para mejorar la propia vida. Esto puede significar un tránsito hacia sociedades más individualistas, así como también un desencanto de los adultos dado por la experiencia de sucesivas frustraciones que les ha hecho perder la fe en los propios esfuerzos. Por esto que, si bien en pequeña medida, las personas adultas tienden más a responder «las políticas del gobierno» o un «cambio en el sistema económico».

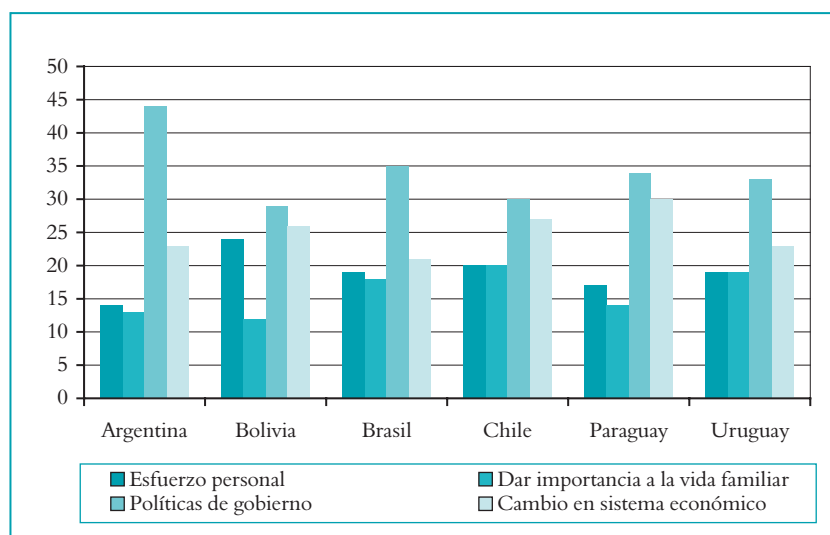
Existe además una relación positiva bastante marcada entre el estrato de renta per cápita y la confianza en «el esfuerzo personal». Algo similar ocurre cuando se miran las respuestas discriminadas según el nivel educativo. Mientras más alto se haya llegado, más confianza se tiene en los propios esfuerzos. Esto parece obvio, ya que solamente las personas que tienen una base económica sólida o un «capital simbólico rentable» pueden confiar en sí mismos para cambiar sus condiciones de vida. Por su parte, las personas en los terciles más bajos de la renta y en los niveles más bajos de la educación tienden a depositar mayor confianza en la ayuda familiar como medio para mejorar las propias condiciones de vida. A pesar de tener porcentajes bajos en todos los casos, quienes más han mencionado el cambio del sistema económico fueron las personas de menor ingreso, como es de prever, mientras que por las demás respuestas optaron similar proporción de personas.

De la misma manera, en el sector rural se tiene mucha más esperanza en la ayuda de las familias, mientras que en el urbano se confía más en los propios esfuerzos. Esto puede deberse a la predominancia de ciertos valores en una y otra área, siendo que en áreas rurales la vida es más comunitaria, familiar, mientras que en la ciudad se tiende a imponer el modo de vida individualista e independiente.

Además de indagar sobre lo necesario para el mejoramiento de la vida privada de las personas, se preguntó qué hace falta para que mejoren las condiciones de vida en el país. En este caso sí las respuestas tendieron más hacia lo colectivo, y estaban encabezadas por la opción «cambio de políticas del gobierno». A pesar de lo general de esta respuesta, se puede intuir que el campo de la política sigue siendo aquél que la gente considera el más importante a la hora de evaluar sus impactos sobre las condiciones de vida de las personas. A diferencia del «cambio en el sistema económico», que sigue en segundo lugar en todos los países, lo político involucraría más bien al sector gubernamental, mientras que lo económico involucraría más al sector privado. Aun cuando la mayor parte de las respuestas apunta hacia lo político

o económico, proporciones de entre el 28% y el 38,5% apuntan a lo familiar o lo individual. Ésta proporción es menor en Argentina, y mayor en Chile.

GRÁFICO 14: LA OPCIÓN MÁS IMPORTANTE PARA CAMBIAR EL PAÍS ES...
(PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

La coincidencia entre las visiones de chilenos en las dos preguntas referentes al mejoramiento de la vida individual y del país, optando mayoritariamente por vías individuales, hace suponer que en este país las personas tienen una visión más fragmentada de la sociedad. Esto se podría reforzar con lo visto acerca de la pena de muerte, ya que éste es el país cuya población en mayor proporción la aceptaría.

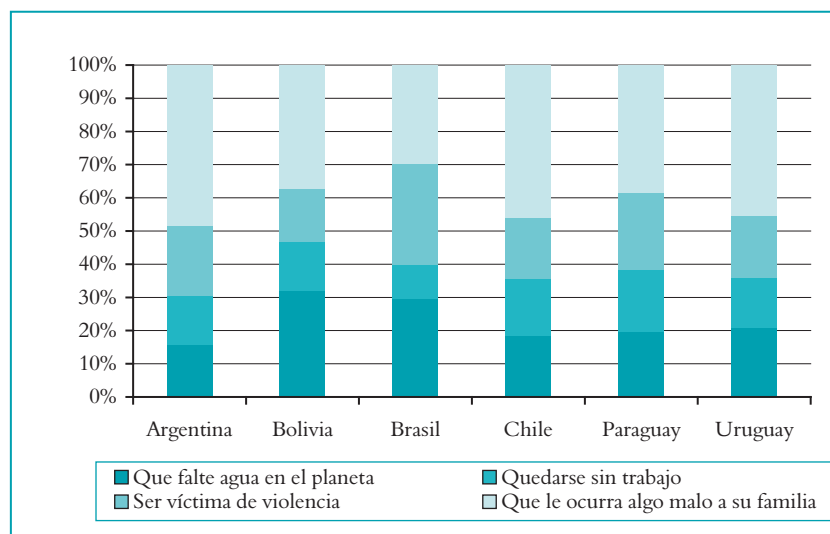
En este caso las respuestas de varones tendieron más a concentrarse en el «esfuerzo personal», mientras que las de mujeres en «dar importancia a la vida familiar». En cuanto a las políticas del gobierno y el sistema económico, dependiendo de los países se han dado distintas relaciones con el sexo. La edad no parece influir de manera regular en las respuestas. Sí parecería que existe en todos los países una tendencia de jóvenes a mencionar más el «esfuerzo» y de adultos a mencionar «la vida familiar».

Las personas de renta más alta han mencionado con mayor frecuencia «las políticas del gobierno», mientras que el «cambio del sis-

tema económico» fue más mencionado por personas de terciles bajos. Esto no se da con regularidad, pero existe un patrón similar en todos los países. Algo similar ocurre con los niveles educativos considerados: a más alto nivel se menciona más la política, y a más bajo, la economía. Las diferencias entre los sectores de residencia en los distintos países no son regulares ni muy pronunciadas, por tanto, se asume que la relación no es importante.

Siguiendo con el bloque temático, se preguntó acerca de los principales temores de las personas en la actualidad. Los mayores tienen que ver con la violencia, ya sea hacia uno mismo o hacia los familiares. Entre las opciones de la lista, la que más se marcó fue «que le ocurra algo malo a su familia», seguido por «ser víctima de violencia». Es llamativo que la tercera respuesta más mencionada fue «que falte agua en el planeta», incluso por delante de «quedarse sin trabajo».

GRÁFICO 15: SU MAYOR TEMOR EN LA ACTUALIDAD ES...
(PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Quedarse sin trabajo ha sido una opción preferentemente marcada por hombres, hecho que indica la presión cultural que sigue existiendo sobre los mismos para conseguir el sustento del hogar, probablemente dentro del marco general de la división sexual del trabajo. Por otra

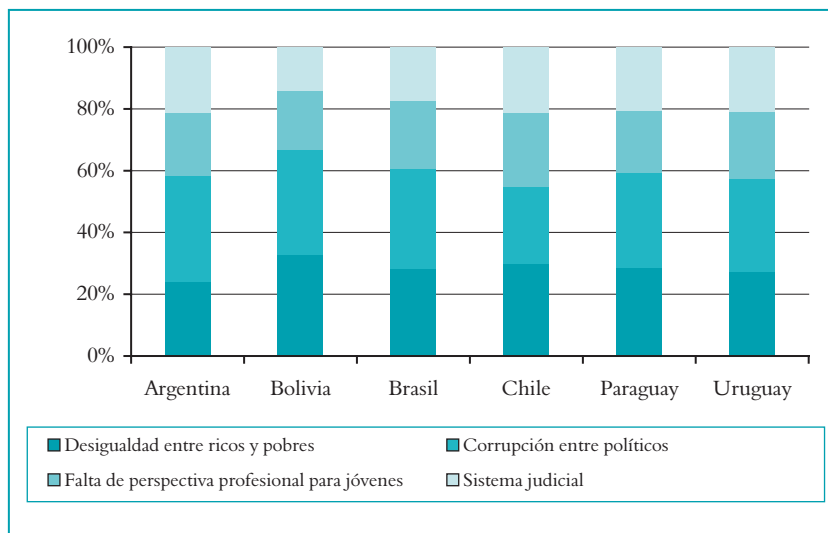
parte, en todos los casos las mujeres se han mostrado más preocupadas por «ser víctima de violencia» o «que le ocurra algo malo a su familia». Esto es congruente con lo anterior e indica la presencia aún fuerte de valores tradicionales, ya que son las mujeres quienes más expuestas se sienten a la violencia y, al mismo tiempo, son las que mayormente se preocupan por sus familias, hecho que sugiere que son ellas las que más se dedican al cuidado de las mismas.

El nivel educativo puede influir en algunos casos, siendo en Bolivia y Paraguay mayor el miedo de quedarse sin trabajo entre personas de poca educación formal. Aun así, no se observan correlaciones importantes ni estables.

La preocupación por que pueda faltar agua en el planeta es mayor en áreas rurales en Brasil, Argentina y Bolivia. En Chile es similar en ambos sectores, mientras que en Paraguay y Uruguay la situación es inversa. Por otro lado, en Argentina, Paraguay y Uruguay es mayor el miedo de quedarse sin trabajo en áreas rurales que en urbanas. «Ser víctima de violencia» es una preocupación más urbana en Argentina, Brasil y Chile, mientras que en Paraguay y Uruguay es más rural.

Por último, y yendo al campo político, se indagó acerca de lo que la gente piensa que son las principales amenazas para la democracia en el siglo XXI. Dependiendo del país, la lista puede estar encabezada por «corrupción entre políticos» o por «desigualdad entre ricos y pobres». Llama la atención que en los países más desiguales como Bolivia, Brasil y Paraguay, la principal amenaza es la corrupción y no la desigualdad. Hay estudios que demuestran que en los países más desiguales la tolerancia hacia regímenes autoritarios sería mayor, ya que la conformidad con la democracia es menor (Filgueira y Rossel, 2009).

GRÁFICO 16: LAS PRINCIPALES AMENAZAS A LA DEMOCRACIA DEL SIGLO XXI SON... (1)
(PORCENTAJES)



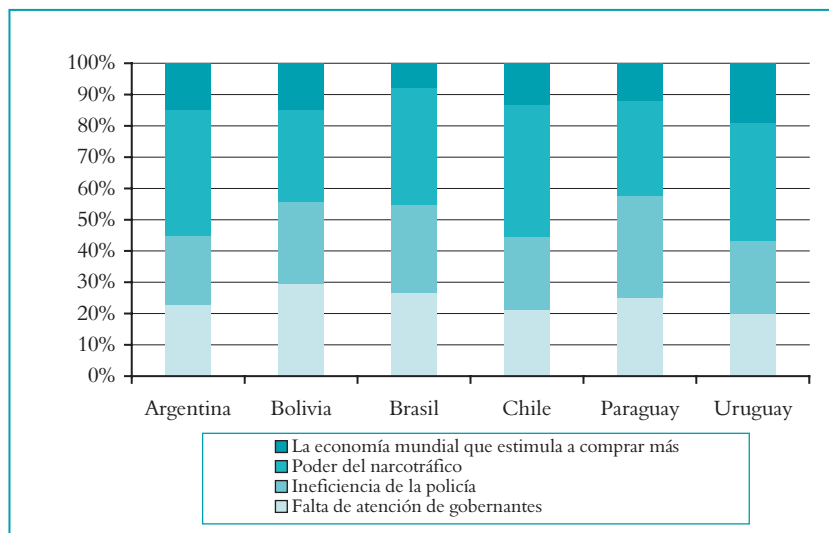
Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En los países más desiguales es la corrupción la preocupación más grande. Las denuncias de corrupción podrían sugerir una acción de legitimación hacia los medios de comunicación como defensores de los intereses de la ciudadanía, trasladando la discusión hacia otro eje: toda la miseria de nuestros países se debería a la «cultura de la corrupción» y no a las desigualdades o las injusticias estructurales.

El sistema judicial y la falta de perspectiva para los jóvenes han sido otros de los factores mencionados como las mayores amenazas a la democracia en la actualidad.

La lista de amenazas sigue con el «poder del narcotráfico», opción mencionada sobre todo en Brasil, aunque con proporciones altas también en Chile, Uruguay y Argentina. Llama la atención que en Bolivia y Paraguay, países catalogados como grandes productores y/o distribuidores de droga, el poder del narcotráfico sea menos percibido.

GRÁFICO 17: LAS PRINCIPALES AMENAZAS A LA DEMOCRACIA DEL SIGLO XXI SON... (2)
(PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

La «ineficiencia de la policía», la «falta de atención de gobernantes» y la «economía mundial que estimula siempre a comprar más» fueron otras de las amenazas más mencionadas entre los encuestados. Cabe aclarar que los valores suman más que el 100% ya que la pregunta se hizo sobre las tres amenazas que considera más importantes.

Entre las amenazas a la democracia mencionadas no se han percibido diferencias significativas según el sexo, salvo que ligeramente las mujeres se muestran más preocupadas por las «perspectivas para los jóvenes» y por el «poder del narcotráfico», mientras que los hombres enfatizan más sobre la «corrupción». La edad tampoco ha sido un factor determinante, aunque sí existe una mayor preocupación de los jóvenes por las desigualdades, mientras que los adultos mencionan más el sistema judicial.

Exceptuando el caso argentino, las desigualdades son percibidas como amenaza sobre todo en los niveles más bajos de la renta. Así también, la corrupción entre políticos y las falencias del sistema judicial son más mencionadas en los terciles más altos de renta.

La relación con el nivel educativo es compleja y poco clara. Muy levemente se puede percibir que las personas más educadas formal-

mente se preocupan más por el funcionamiento del sistema judicial y la corrupción entre los políticos, mientras que en muy escasa medida, se nota una mayor preocupación de los estratos inferiores por la desigualdad.

Entre las amenazas a la democracia más escogidas en el sector rural, en relación con las escogidas en el sector urbano, resalta la «desigualdad» en todos los países, excepto en Argentina. Por su parte, la falta de preparación o ineficiencia de la policía es una preocupación más urbana. El resto de las amenazas son similarmente mencionadas en los sectores urbano y rural.

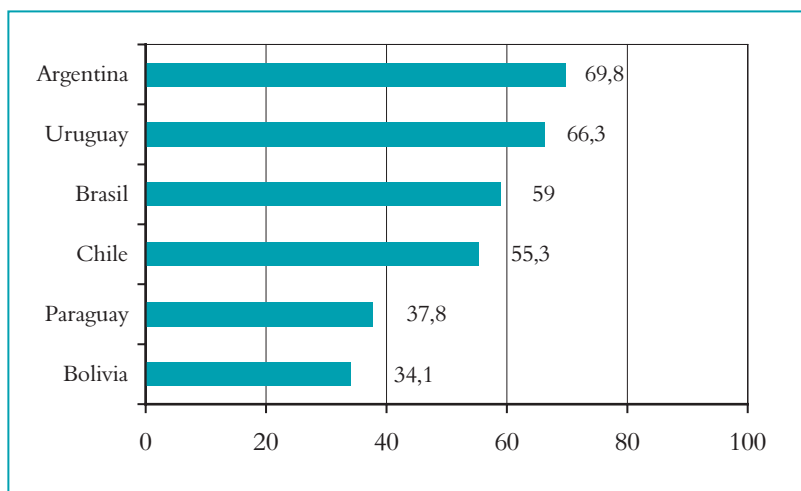
3. PARTICIPACIÓN SOCIAL

Los niveles de participación en organizaciones sociales pueden ser indicadores del capital social que existe en una sociedad. Existen distintos tipos de organizaciones, algunas más abiertas a la participación libre, otras más dogmáticas, unas orientadas hacia fines políticos o comunitarios y otras simplemente destinadas a generar espacios de recreación o proteger los intereses privados.

En este apartado se hace un análisis de la participación en lo que podrían ser consideradas algunas organizaciones tradicionales: sindicatos, partidos políticos, comisiones vecinales, entre otras. El que no se participe en éstas no quiere decir que no se participe absolutamente en ninguna otra.

Una primera idea de los niveles de participación se puede tener mediante la observación del gráfico 16. Allí se indica, cuál es la proporción de gente que no participa en ninguna organización en los países analizados. Se ve que la lista está liderada por Argentina y Uruguay, mientras que Bolivia y Paraguay tienen los niveles más bajos de no participación.

GRÁFICO 18: NO PARTICIPA EN NINGUNA ORGANIZACIÓN
(PORCENTAJES)



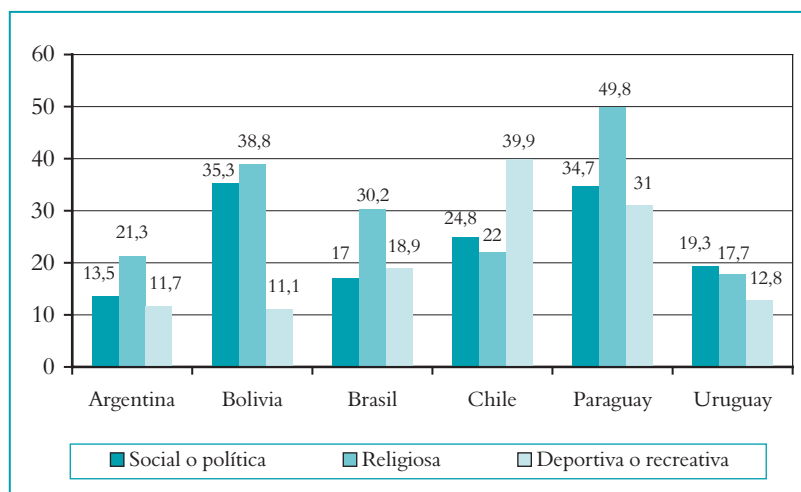
Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Se creyó conveniente, para ilustrar el nivel de participación, separar la participación en tres categorías: aquella social o política, la religiosa y la deportiva o recreativa. Estas organizaciones tienen características esencialmente diferentes. Las sociales o políticas tienen fines comunitarios, regionales o nacionales, por lo general buscan la reflexión sobre la sociedad que se quiere construir e instan a incidir políticamente. Las religiosas, en su mayoría, se centran más en lo privado, son dogmáticas, tradicionalistas, y si bien dejan cierto espacio a la reflexión personal, más que nada buscan la transmisión de ciertos valores que se consideran sagrados. Las deportivas o recreativas tienen un fin de distracción, por lo general juegan un rol importante para el desarrollo armónico de la persona, en salud física y mental, además de promover el trabajo en equipo. Estos tipos no quiere decir que unas no se mezclen con otras, las deportivas con el grupo religioso, o el grupo de voluntariado, pero los ejes centrales que mueven cada uno de los tipos de organización mencionados, son los expuestos.

A continuación se presentan las proporciones de personas que participan en organizaciones sociales según las categorías apenas definidas. Cabe mencionar que las categorías fueron creadas de la siguiente manera: todas las personas que participan en alguna organización

social o política fueron incluidas dentro de la categoría «social o política», sin importar si las mismas también participan en organizaciones religiosas o deportivas. Luego, de la misma manera se pusieron los porcentajes de gente que participa en organizaciones religiosas y deportivas. En algunos casos la suma de los tres porcentajes puede ser mayor a 100 ya que hay personas que pueden participar en más de una organización. Del gráfico se puede extraer que Bolivia es el país que lidera en cuanto a participación social o política, Paraguay en cuanto a participación religiosa y Chile en cuanto a deportiva o recreativa.

GRÁFICO 19: PARTICIPACIÓN SEGÚN TIPO DE ORGANIZACIÓN
(PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En todos los países estudiados la participación religiosa es, en mucho mayor medida, femenina; mientras que la participación en grupos deportivos o recreativos es de varones. El mensaje cultural de esto sería: «para las mujeres la doctrina y para los varones la diversión». En cuanto a las organizaciones sociales o políticas, la participación de uno y otro sexo varía según el tipo de organización y el país; sin embargo, en casi todos los casos la participación de hombres es mayor.

Los grupos religiosos también atraen mayor participación de adultos, mientras que los deportivos tienen más adherencia de jóvenes. Existe también una gran diferencia en cuanto a la participación en

organizaciones sociales y políticas, siendo la participación juvenil considerablemente menor a la de los adultos. Esto puede deberse a que el tipo de organizaciones sociales consideradas fue de estructuras esencialmente adultas. Es decir, organizaciones en las que adultos ejercen los roles de liderazgo, mientras que los jóvenes son destinados a las tareas de menor responsabilidad y protagonismo. También es probable que, en los últimos años, el descrédito de muchas organizaciones, dado a veces como resultado de las acciones poco transparentes de las mismas, y otras veces por el poder mediático empresarial que vio afectados sus intereses por su accionar, haya resultado en una menor adhesión juvenil. También cabe la hipótesis del «pensamiento único» que se ha instalado en las sociedades latinoamericanas y que ha terminado por fragmentar toda fuerza social por medio de la imposición de la lógica del mercado en todas partes y especialmente en el sector juvenil.

La renta no influye de manera significativa en la participación en grupos religiosos, a pesar que en Argentina y Uruguay, y en menor medida en Paraguay y Chile, se observa que son los estratos más bajos de la renta aquellos que participan más en grupos religiosos. En Brasil y Bolivia sucede lo contrario, aunque las diferencias son mínimas. En cuanto a los grupos de recreación o deportes, son casi siempre las personas de renta más alta las que participan, hecho que puede indicar la posesión de más tiempo y recursos para dedicarlos a las distracciones. En las organizaciones sociales o políticas es también mayor la participación de personas de ingresos medios o altos. Las hipótesis que se tienen al respecto son dos. Una, que la mayor disponibilidad de tiempo y recursos hace que las personas puedan dedicarse más a una organización que, propia ni directamente, ofrece sustento. Dos, que la participación en organizaciones condensa las redes sociales en las que uno participa, aumentando el capital social y permitiendo el mejoramiento de las condiciones de vida. Ambas hipótesis son dos caras de la misma moneda, aunque la explicación más acertada puede ser una síntesis de ellas.

El nivel educativo no es una variable que condicione la participación en organizaciones religiosas. En algunos países sí parece existir una ligera correlación negativa, ya que a mayor educación formal, menor participación religiosa. Sí existe una relación mucho más clara con la participación en grupos deportivos, siendo los niveles más altos de educación aquellos que más participan en este tipo de asociaciones. De nuevo aquí se puede hablar de mayores posibilidades de entreteni-

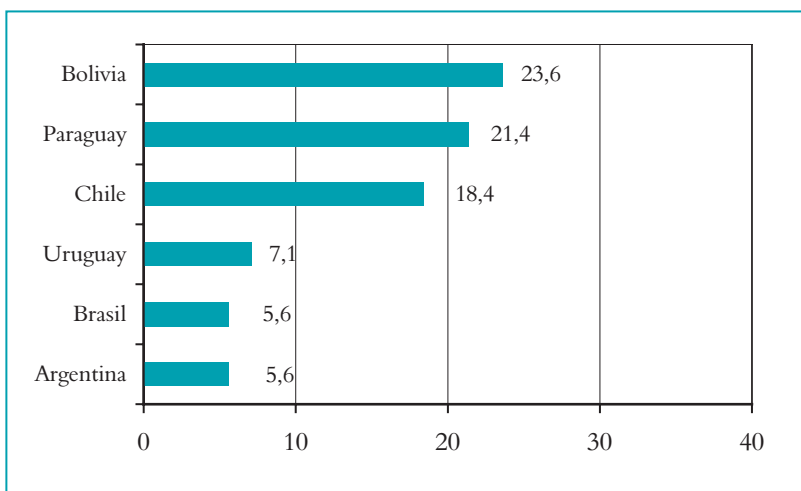
miento dadas por una base más sólida, tanto en cuanto capital material como cuanto en capital simbólico. En las organizaciones sociales, la educación superior parecería jugar un rol preponderante. En casi todos los países, las personas que han llegado a este nivel muestran niveles de participación mucho mayores, exceptuando Chile y Bolivia, donde la educación no parece afectar la predisposición a participar en organizaciones sociales o políticas.

La participación en grupos religiosos es especialmente alta en las áreas rurales de todos los países. Siendo las religiones ejemplos fundamentales de «autoridad tradicional» en lo que sería la tipología weberiana, esto confirmaría la presencia más fuerte de valores tradicionales (del cristianismo sobre todo) en el sector rural. Por otra parte, en Paraguay, Uruguay y Argentina es similar la participación en grupos recreativos y/o deportivos en áreas rurales y urbanas, mientras que en los demás países esta participación es más alta en áreas rurales. Lo mismo sucede con las organizaciones sociales y políticas, aunque en este caso la diferencia es similar en todos los países, siendo la participación en áreas rurales bastante mayor que en las urbanas. Esto puede explicarse debido al ritmo de vida que se lleva en las ciudades, con agendas muy apretadas por el trabajo, el estudio, el transporte..., que en comparación con aquel del campo, ofrece menos posibilidades de juntarse y/o distenderse durante el día.

A continuación se muestra en detalle la participación en distintos tipos de organizaciones según los países estudiados.

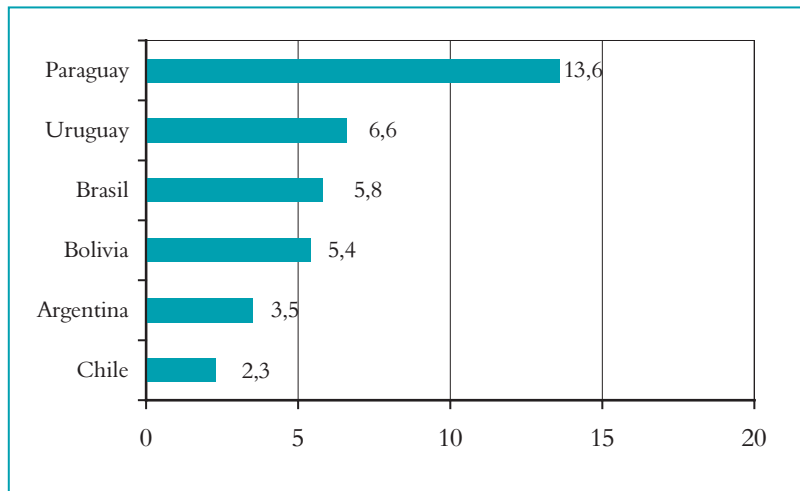
Asociación comunitaria, junta de vecinos o sociedad de amigos del barrio. La participación en organizaciones vecinales está encabezada por Bolivia con un 23.6% y seguida por Paraguay con un 21.4%. Argentina y Brasil son los países en los cuales menos difundidas están estas organizaciones, con un 5.6% de participación en ambos casos. Es llamativa la alta participación que se da en Bolivia y Paraguay, aunque Chile tampoco queda muy rezagado. Sí se puede decir que existe una diferencia considerable con los tres países restantes, que presentan un nivel mucho más bajo de participación.

GRÁFICO 20: PARTICIPACIÓN EN ASOCIACIONES COMUNITARIAS
(PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

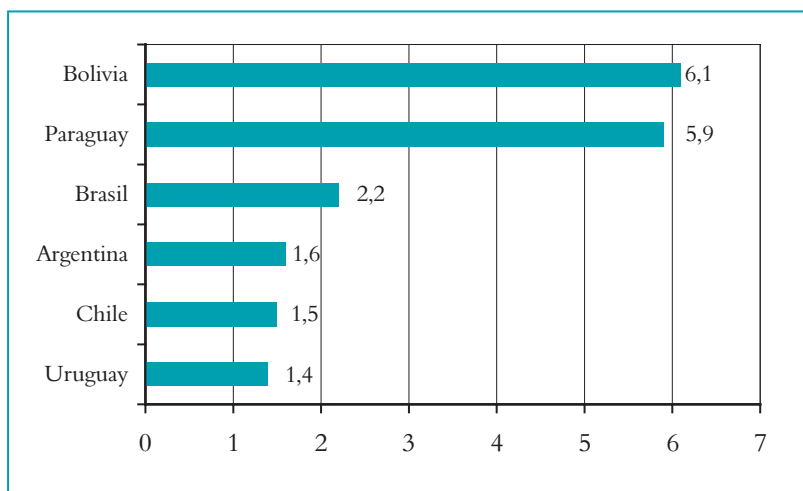
Partido político. En las últimas décadas los partidos políticos se vieron afectados por distintos procesos sociales que han tendido a desplazarlos del escenario principal de la participación social. Algunos autores hablan de una sustitución por los movimientos sociales, otros hablan que los medios de comunicación están jugando el rol que anteriormente jugaban los partidos. Sí es claro que los mismos se han debilitado en los últimos años, han perdido credibilidad, y con ella el protagonismo, hecho que hoy arroja niveles de participación no mayores al 14%. La lista es encabezada por Paraguay, donde el partido de gobierno funcionó hasta 2008 como plataforma de beneficios para sus afiliados, ya sea para recibir dinero, trabajo u otro tipo de favores. Esta razón puede explicar la gran distancia que existe con el segundo país en cuanto a participación en partidos, Uruguay, que se ubica ya en un nivel más cercano al promedio regional.

GRÁFICO 21: PARTICIPACIÓN EN PARTIDO POLÍTICO
(PORCENTAJES)

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Grupo de defensa del medio ambiente. La actual crisis del ambiente que se vive en el mundo ha hecho cada vez más intensa la participación de distintas organizaciones para defender las riquezas naturales y evitar catástrofes como las producidas por el cambio climático. La participación en este tipo de grupos, sin embargo, no pasa de ser una realidad de más del 6% de la población en los países considerados. Bolivia y Paraguay encabezan la lista, debido probablemente a la elevada proporción de población rural en estos países, población que asume mayor conciencia de la problemática ambiental ya que su propio sustento depende de la naturaleza. El que no se observe una relación directa entre la participación en organizaciones ambientalistas y el sector de residencia, sin embargo, puede estar queriendo decir que los agentes sociales del sector rural supieron crear mayor conciencia en los países donde mayor proporción de población campesina existe.

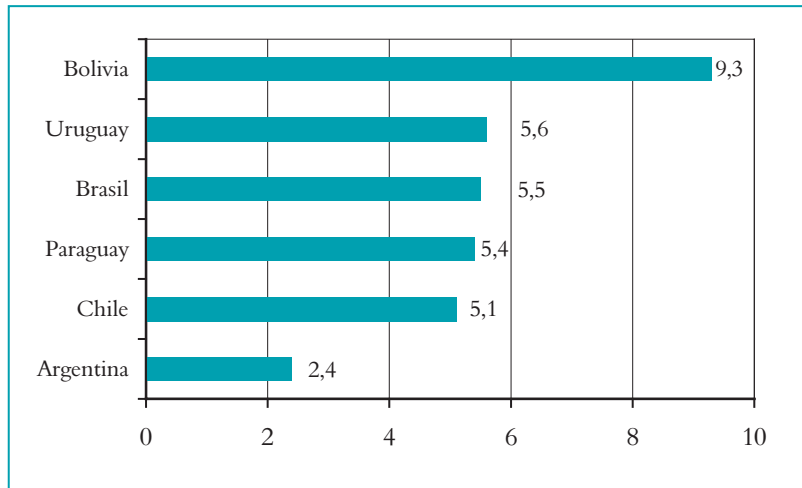
GRÁFICO 22: PARTICIPACIÓN EN GRUPO DEFENSA DEL MEDIO AMBIENTE
(PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Sindicatos, asociación profesional, de trabajadores o desempleados. Unas de las reformas que ha implantado el neoliberalismo en casi todos los países del Cono Sur han sido la precarización de las condiciones laborales y la aniquilación de los servicios sociales. La organización en sindicatos o asociaciones es el único medio que permitió y permite luchar contra este tipo de situaciones. Lo anterior ha logrado restar fuerza a estas organizaciones, mediante el alejamiento de potenciales socios. Bolivia es el país que más se organiza en este tipo de asociaciones, mientras que Uruguay, Brasil, Paraguay y Chile le siguen con porcentajes de entre el 5.1% y el 5.6%. Por debajo se encuentra la Argentina con sólo el 2.4%.

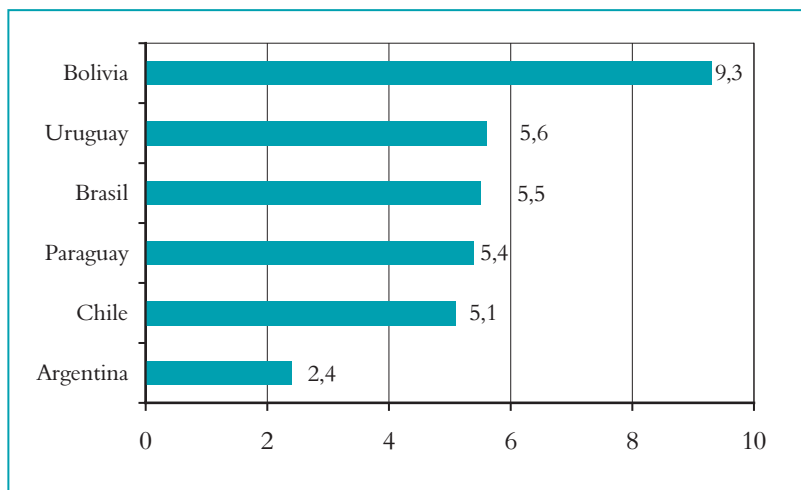
GRÁFICO 23: PARTICIPACIÓN EN SINDICATO, ASOCIACIÓN PROFESIONAL (PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Entidad o grupo que trabaja en defensa de grupos o minorías. En esta categoría se incluyó a todas las personas que trabajan por los derechos de minorías o grupos sociales marginados. Entre ellos se pueden mencionar a las mujeres, los homosexuales, indígenas, jóvenes, niños, adultas mayores. No está muy difundida la participación en este tipo de organizaciones, ya que Bolivia presenta el índice más alto con apenas un 3.4%.

GRÁFICO 24: PARTICIPACIÓN EN DEFENSA DE GRUPOS O MINORÍAS
(PORCENTAJES)

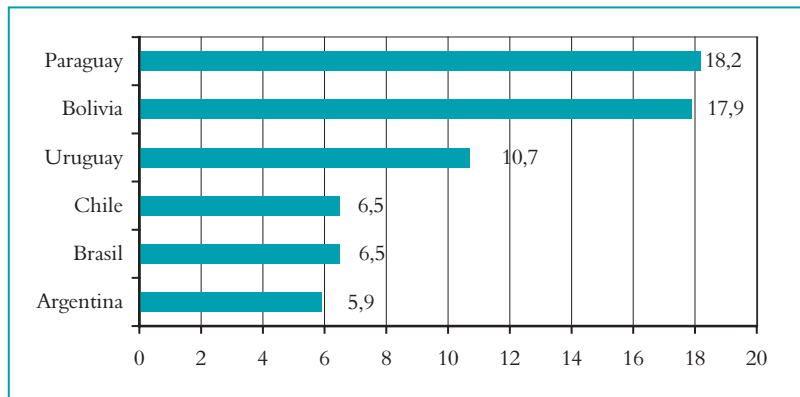


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Asociación estudiantil, centro de estudiantes. Las reformas educativas de los últimos años han tenido notables impactos sobre el estudiantado a escala planetaria. Una educación cada vez más cara, con contenidos cada vez más técnicos, al servicio del sector privado, con mayores injerencias del mundo empresarial. Los estudiantes, en medio de presiones económicas siempre mayores dadas por el creciente desempleo y la precarización del mercado laboral que afecta a ellos mismos o a sus padres y madres, podrían recurrir a la organización estudiantil en la lucha por garantizar su derecho a la educación.

Para medir la proporción de población organizada en asociaciones estudiantiles se ha reducido la mirada a la proporción de la muestra que declaró estar estudiando en este momento. A pesar de que en Chile o Argentina varias organizaciones estudiantiles han tenido mucha visibilidad en años anteriores, llama la atención que estos países muestran los niveles de participación más bajos de la región. Paraguay y Bolivia encabezan la lista, pero nunca es mayor que 20 el porcentaje de personas organizadas.

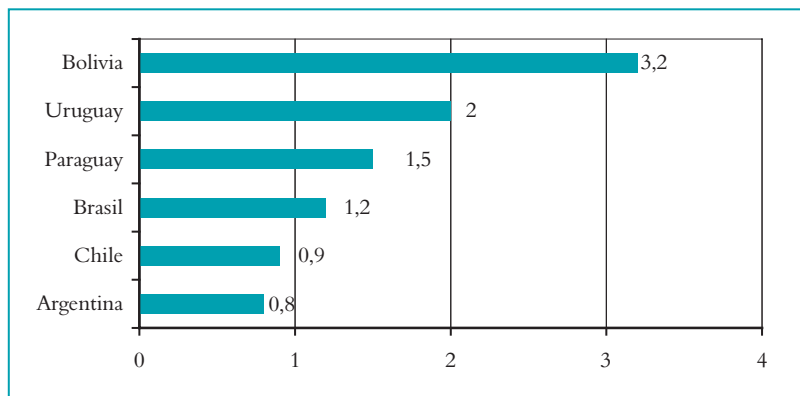
GRÁFICO 25: PARTICIPACIÓN EN ASOCIACIÓN ESTUDIANTIL
(PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

ONG o entidad de defensa de los derechos humanos. Otro tipo de participación que se consideró fue aquel que incluye a las ONGs o entidades de defensa de los derechos humanos. Como en el resto de los casos, Bolivia tiene el índice más alto, seguido por Uruguay y Paraguay.

GRÁFICO 26: PARTICIPACIÓN EN ONG O DEFENSA DERECHOS HUMANOS
(PORCENTAJES)

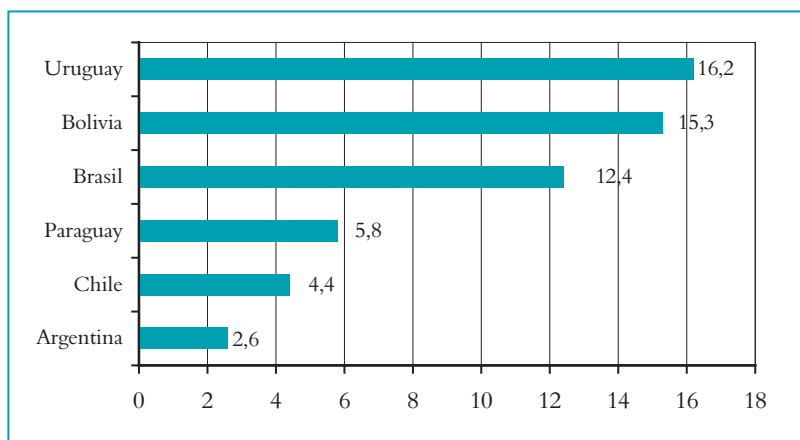


Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Asociación o movimiento del campo. Las últimas décadas en latinoamérica han sido de un constante flujo de población que se desplazó del campo a las ciudades. Varias fueron las políticas que dieron estos resultados. Entre ellas la promoción de los agronegocios y la agroexportación como vía de desarrollo prioritaria. Los movimientos del campo son los que han luchado por mantener su identidad campesina y fomentar el arraigo de las familias en sus territorios tradicionales. Sobre el total de población rural se considera a continuación la proporción de personas que se encuentran organizadas en movimientos o asociaciones del campo.

Uruguay, el país con menos población campesina, es el que mayor proporción de gente organizada tiene. Luego de este caso particular, se vuelve a cierta normalidad que presenta a Bolivia como el segundo país más organizado, seguido por Brasil, que probablemente presenta altos niveles de participación como consecuencia de la presencia de grandes organizaciones que aglutinan a una cantidad importante de campesinos como el Movimiento Sin Tierra (MST). Paraguay es el país que sigue, muy por debajo de Brasil con sólo el 5.8%. Cierran la lista Argentina y Chile, países con estructuras agrarias distintas.

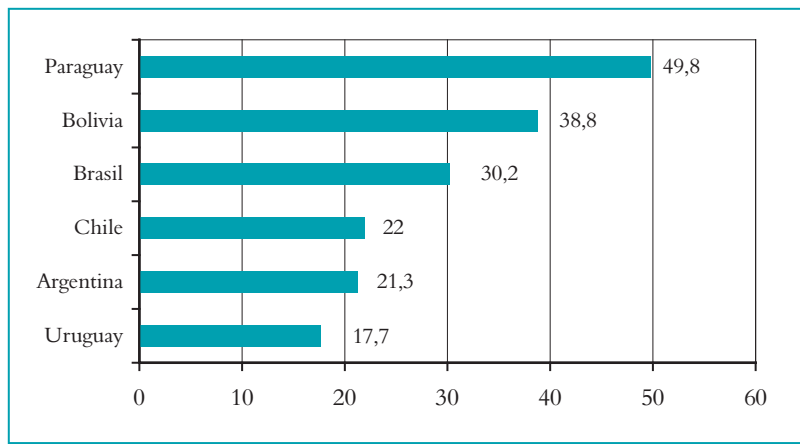
GRÁFICO 27: PARTICIPACIÓN EN ASOCIACIÓN O MOVIMIENTO DEL CAMPO (PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Grupo religioso. La larga tradición cristiana de latinoamérica se deja notar en los países analizados en el estudio. Esto es especialmente importante en los casos de Paraguay y Bolivia.

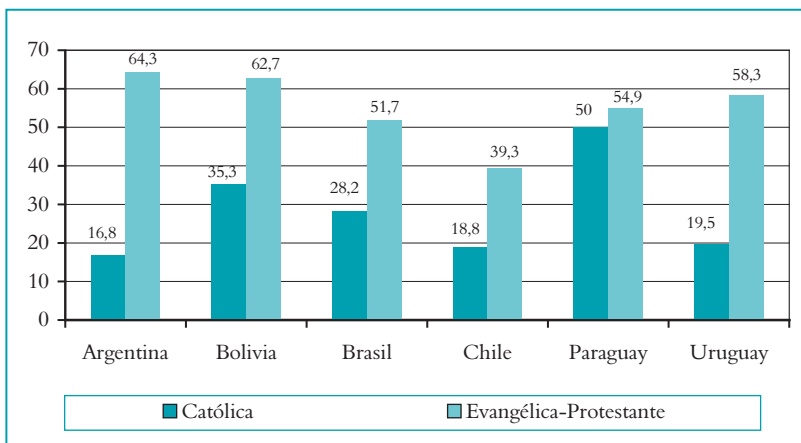
GRÁFICO 28: PARTICIPACIÓN EN GRUPO RELIGIOSO
(PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Si bien en términos absolutos, dada la mayor proporción de personas católicas en todos los países, la participación de católicos en grupos religiosos es mayor, en términos proporcionales, la participación de evangélicos-protestantes en muchos casos duplica, cuando no triplica la participación de católicos.

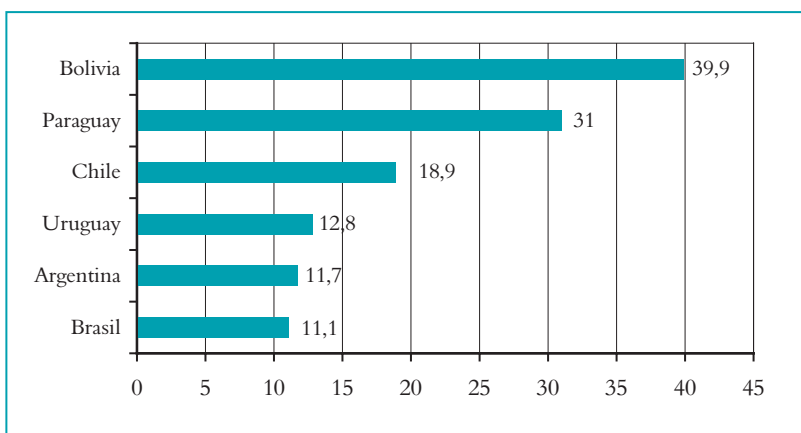
GRÁFICO 29: PARTICIPACIÓN SEGÚN RELIGIÓN
(PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Recreación y deportes. La participación en grupos deportivos y/o recreativos, si bien no tan difundida como la religiosa, es la que mayor proporción de gente atrae. Como en la mayoría de los casos, Bolivia y Paraguay presentan los índices más altos, mientras que Brasil y Argentina ocupan los últimos lugares.

GRÁFICO 30: PARTICIPACIÓN EN RECREACIÓN Y DEPORTES
(PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Además de preguntar sobre la participación actual, se indagó acerca de las intenciones que la gente tendría de participar en grupos u organizaciones sociales si tuviera el tiempo o la información necesaria. Se hipotizó que habría un alto nivel de deseo, aunque sea como «intención políticamente correcta». Los resultados, sin embargo, muestran que en varios países las intenciones de participación son muy escasas. Además, se puede observar que algunas organizaciones despiertan más simpatía que otras, y esto sucede casi en la misma medida en todos los países. Las organizaciones en que más se interesarían participar, en casi todos los países son las de defensa del medio ambiente y las ONGs o de defensa de derechos humanos. En Chile y Uruguay, las organizaciones que ocupan los primeros lugares, sin embargo, son las deportivas o recreativas. En todos los países, excepto Uruguay, los partidos políticos se ubican en el último nivel en cuanto al deseo de participación. Otras organizaciones con bajo nivel de atracción son los sindicatos o asociaciones profesionales.

**TABLA 2: INTERÉS DE PARTICIPAR EN ALGUNA ORGANIZACIÓN
(PORCENTAJE DE RESPUESTAS AFIRMATIVAS)**

Tipo organización	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay
Asociación comunitaria	46.6	44.6	26.1	51.1	62.4	44.0
Partido político	19.8	19.1	9.8	35.6	41.0	26.9
Defensa medio ambiente	56.4	57.2	44.3	71.3	69.4	51.7
Sindicato, asociación	23.3	37.0	21.5	47.0	50.6	25.2
Defensa grupo/minoría	49.4	40.6	29.9	56.1	58.6	44.3
Asociación estudiantil*	29.5	34.3	17.1	51.0	51.8	30.8
ONG, defensa DDHH	54.2	52.5	33.7	70.7	70.8	50.2
Movimiento campo*	28.8	30.7	21.9	52.0	55.8	25.6
Grupo religioso	25.8	38.9	25.1	41.8	41.5	17.2
Grup deportivo	53.9	47.4	54.8	37.9	47.6	57.8

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

* Calculado en base al total de casos de personas que no participan, incluyendo no estudiantes y personas de áreas urbanas.

**TABLA 3: RANKING DE ORGANIZACIONES
SEGÚN DESEO DE PARTICIPACIÓN POR PAÍS**

Tipo organización	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay
Asociación comunitaria	5	4	5	5	3	5
Partido político	10	10	10	10	10	7
Defensa medio ambiente	1	1	2	1	2	2
Sindicato, asociación	9	7	8	7	7	9
Defensa grupo/minoría	4	5	4	3	4	4
Asociación estudiantil*	6	9	9	6	6	6
ONG, defensa DDHH	2	2	3	2	1	3
Movimiento campo*	7	8	7	4	5	8
Grupo religioso	8	6	6	8	9	10
Grupo deportivo	3	3	1	9	8	1

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

* Calculado en base al total de casos de personas que no participan, incluyendo no estudiantes y personas de áreas urbanas.

La edad no influye de manera pronunciada en el deseo de participar en algún tipo de organización, aunque por lo general, en casi todos los países, las personas jóvenes son aquellas que más predispuestas se encuentran a participar, excepto en las organizaciones religiosas y del campo, donde las intenciones son similares o inferiores a las de los adultos. La renta no influye de manera regular, aunque se puede percibir que en los terciles más bajos existe, relativamente, una mayor simpatía por las asociaciones vecinales, los sindicatos y los movimientos del campo; mientras que en los más altos esto se da con las organizaciones ambientalistas. En cuanto a la educación, ésta parece pesar de manera decisiva en las organizaciones ambientalistas, de defensa de minorías, de estudiantes y de defensa de derechos humanos, donde la participación deseada es mayor en los estratos superiores. Esto puede deberse a la conciencia mayor de los problemas ambientales y al ensanchamiento de la visión de la sociedad que puede ofrecer la educación formal. La participación religiosa, sin embargo, es más querida por las personas de estratos educativos inferiores.

Participación en grupos culturales

El apartado sobre cuestiones culturales fue pensado para entender si las personas entrevistadas conocen grupos culturales de diversos tipos en sus ciudades, y si de ellos participan o participarían, además de cuáles grupos deberían contar con el apoyo del poder público. El sentido de tales preguntas fue, de un lado, buscar verificar si la amplitud de los grupos culturales es realmente grande, teniendo en cuenta el lugar que las manifestaciones culturales viene ocupando en múltiples estudios, acciones y políticas orientadas hacia jóvenes y adolescentes. Y por otro lado, se buscó percibir si existe un involucramiento diferenciado entre jóvenes y adultos en esos grupos, y percepciones distintas entre ellos sobre la necesidad de incentivar los grupos culturales por parte de los gobiernos.

Con esas premisas iniciales, fue bastante elevado el número de entrevistados que señala conocer grupos culturales en su ciudad, sobre todo aquellos ligados al deporte y la recreación, y la música, como puede verificarse en la tabla 4.

En Bolivia por ejemplo, el 68.7% de los consultados señalaron conocer grupos de deporte y recreación, y en Argentina el 46.1% dice conocer algún grupo de música en su ciudad. Otros grupos culturales como de teatro, malabares y circo; danza; diseño, pintura o graffiti; medios alternativos; artesanía; grupos literarios; y fotografía y cine, tuvieron índices más bajos y que varían bastante según el país. Sin embargo, y en general, esos porcentajes de conocimiento de grupos culturales se ubican por sobre el 20%.

**TABLA 4: PERSONAS QUE CONOCE GRUPOS CULTURALES
(PORCENTAJES)**

Tipo organización	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay
Música	46.1	35.9	29.3	48.4	46.4	44.9
Teatro/malabares/ circo	19.4	15.5	10.6	21.6	16.3	21.8
Danza	29.9	23.4	11.2	44.7	37.8	21.6
Pintura/graffiti	18.0	15.1	9.4	21.7	12.6	17.1
Medios alternativos	29.9	17.8	13.3	269.4	35.5	29.3
Artesanía	24.9	26.1	17.0	35.2	29.4	28.8
Literario	11.5	7.6	4.4	12.9	7.2	11.5
Fotografía	14.3	9.7	4.6	15.5	14.4	14.4
Recreación y deportes	42.2	33.7	37.9	68.7	62.2	44.2
Conoce por lo menos 1	63.4	57.8	54.2	78.8	78.4	63.8

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Hay algunas tendencias que se repiten en todos los países de acuerdo con algunas variables. Es así que algunos tipos de grupos culturales son más conocidos por las mujeres que los hombres, siendo el caso de los grupos de danza y también los de artesanía. De modo contrario, los hombres dicen conocer más los grupos de música, recreación y deportes, lo que puede estar indicando una distinción de género en términos del conocimiento sobre los diferentes tipos de consumos culturales.

Otro dato interesante es que en general los jóvenes conocen más grupos culturales que los adultos, con la única excepción de los grupos de artesanía que —en algunos países— son más conocidos por los adultos. Sumado a eso, los grupos de teatro, malabares y circo; diseño, pintura y graffiti; literarios, de fotografía y cine, son más conocidos por quienes habitan en áreas urbanas en todos los países, aunque en general las diferencias no son muy grandes. Todos los grupos culturales, exceptuando los de artesanía, son más conocidos en todos los países por quienes poseen la calidad de estudiantes, y también por las personas con estudios superiores.

Para aquellos que conocían grupos culturales, se les consultó si actualmente participaban o habían participado en tales grupos, por lo cual las respuestas corresponden a esas categorías de personas. Los mayores niveles de participación correspondieron a los grupos recreativos y deportivos en todos los países. En segundo lugar estuvo la par-

participación en grupos de música en Argentina, Chile y Paraguay; los grupos de artesanía en Brasil y Uruguay; y los grupos de danza en Bolivia, donde a su vez llama la atención los altos niveles de participación en Bolivia en grupos como de artesanía (16.6%) y música (15.0%). Los grupos literarios, de fotografía y cine fueron los que representaron los menores índices de participación en todos los países.

TABLA 5: PERSONAS QUE PARTICIPAN EN GRUPOS CULTURALES (PORCENTAJES)

Tipo organización	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay
Música	7.6	8.0	6.5	15.0	12.4	7.1
Teatro/malabares/circo	3.3	4.0	2.2	7.3	5.9	4.0
Danza	6.3	7.1	2.8	21.7	11.3	4.6
Pintura/graffiti	4.0	4.0	3.2	9.6	3.7	3.8
Medios alternativos	5.9	3.8	3.4	9.0	8.4	5.9
Artesanía	6.3	9.1	5.3	16.6	9.7	9.2
Literario	2.8	2.2	1.5	5.7	2.5	3.2
Fotografía	2.2	2.2	1.2	4.4	3.5	2.4
Recreación y deportes	23.8	18.1	23.3	49.6	41.4	26.0
Participa a lo menos 1	34.5	30.9	30.7	60.3	51.9	35.6

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

TABLA 6: RANKING DE GRUPOS CULTURALES SEGÚN PARTICIPACIÓN

Tipo organización	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay
Música	2	3	2	4	2	3
Teatro/malabares/circo	7	5	7	7	6	6
Danza	3	4	6	2	3	5
Pintura/graffiti	6	6	5	5	7	7
Medios alternativos	5	7	4	6	5	4
Artesanía	4	2	3	3	4	2
Literario	8	9	8	8	9	8
Fotografía	9	8	9	9	8	9
Recreación y deportes	1	1	1	1	1	1

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

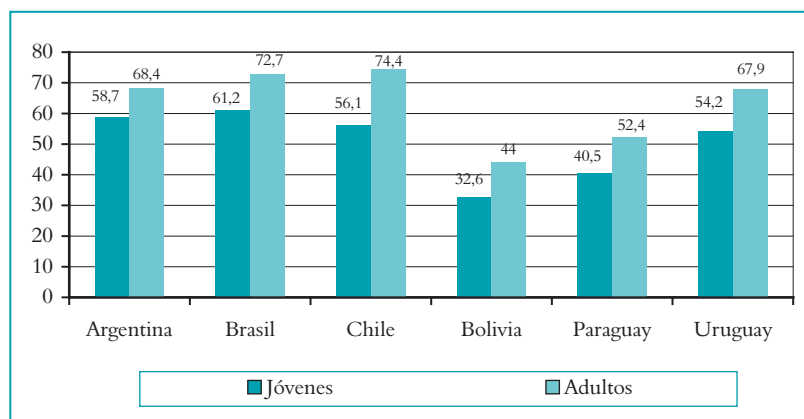
Algunas tendencias verificadas sobre el conocimiento de grupos culturales se repetirán en el caso de la participación efectiva (actual o pasada). Los grupos culturales de danza y artesanía cuentan con mayor participación entre las mujeres, al igual que en grupos de diseño, pintura y graffiti. Por su parte, los hombres participan más que las mujeres en grupos de recreación y deportes, musicales y en medios alternativos.

En el caso de los grupos de música, en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, la participación entre los jóvenes es superior a la de los adultos, y lo opuesto se verifica en Bolivia y Paraguay. Lo mismo sucede con los grupos de teatro y danza, dibujo y pintura, pero la tendencia se da en todos los países. Entre los grupos de artesanía la participación de los adultos es muy similar a la de los jóvenes en todos los países, con diferencias menores entre países que no permiten establecer una tendencia común.

En general hay una tendencia de mayor participación entre aquellos que poseen un nivel de educación superior, aunque en el caso de los grupos de artesanía son aquellos con educación primaria incompleta los que más participan. También de forma genérica es posible afirmar que participan más quienes estudian.

Recientemente se vio que la participación juvenil es menor que la adulta en grupos u organizaciones sociales tradicionales. Afirmer que la participación juvenil, en general, es menor que la adulta, sin embargo, puede ser un error si no se consideran otros tipos de asociaciones juveniles, como por ejemplo aquellas que reivindican el arte en sus distintas variantes. A continuación, se verán los niveles de participación que existen en distintos grupos culturales y, analizando desde el prisma generacional, se verá que la participación juvenil tiende mucho más hacia este tipo de organización que hacia las anteriormente expuestas.

GRÁFICO 31: NO PARTICIPA EN GRUPOS CULTURALES, POR JOVEN Y ADULTO (PORCENTAJES)



Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Una tercera cuestión relativa a los grupos culturales buscó saber sobre cuál de los tipos de grupos merecería un mayor apoyo gubernamental. En ese sentido, las respuestas siguieron las anteriores tendencias generales en cuanto a los tipos de grupos: en todos los países, los grupos de recreación y deportes deberían ser los más apoyados por el gobierno.

TABLA 7: TIPO DE ACTIVIDADES QUE DEBERÍA CONTAR CON EL MAYOR APOYO DEL GOBIERNO (PORCENTAJES)

Tipo organización	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguay	Uruguay
Música	8,4	11,3	11,4	7,0	16,7	12,3
Teatro/malabares/circo	4,0	8,9	3,9	2,6	4,4	4,1
Danza	3,3	4,3	1,5	2,4	5,8	1,9
Dibujo/Pintura/graffiti	2,6	3,5	2,3	1,9	1,0	1,7
Medios alternativos	10,9	7,5	7,7	13,1	9,0	10,9
Artesanía	5,9	9,7	5,5	18,1	18,2	7,1
Grupo literario	5,9	5,6	4,3	5,2	3,7	3,7
Fotografía y cine	3,1	1,7	2,3	0,8	1,0	3,8
Recreación y deporte	46,5	41,3	56,1	39,1	36,5	45,5
Ninguna	2,1	1,0	1,0	2,1	0,9	2,1
No sabe	6,1	4,5	3,4	6,1	2,7	5,9

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Las segundas y terceras ubicaciones de apoyo varió de país en país. En Argentina los medios de comunicación alternativos se ubicaron en segundo lugar (10.9%), seguidos por los grupos de música (8.4%). En Brasil los grupos de música (11.3%) ocupan el segundo lugar, luego artesanía (9.7%) y teatro, malabares y circo (8.9%). En Chile los grupos de música también quedan en segundo lugar (11.4%), seguidos por los medios de comunicación alternativos (7.7%). En Bolivia los grupos de artesanía (18.1%) se ubican en segundo lugar, y los medios de comunicación alternativo (13.1%) en tercero. En Paraguay los grupos de artesanía (18.2%) y los grupos musicales (16.7%) alcanzan las siguientes preferencias. Y en Uruguay fueron los grupos musicales (12.3%) en la segunda ubicación y luego los medios de comunicación alternativos (10.9%).

Las diferencias entre jóvenes y adultos se verifican en algunos casos: los jóvenes indican más que los adultos grupos de música y medios de comunicación alternativos como los que deberían recibir mayor apoyo gubernamental. Por su parte los adultos señalan más que los jóvenes los grupos de artesanía y recreación y deportes, no habiendo en Paraguay distinciones entre jóvenes y adultos para este último tipo de grupo cultural.

Los medios de comunicación alternativos fueron más indicados por quienes estudian, y los grupos de artesanía por quienes no lo hacen. La indicación de los grupos de artesanía es mayor entre aquellos que poseen menor grado de instrucción en todos los casos, así como también son los de menor ingreso económico los que indican más estos grupos para que reciban apoyo gubernamental.

4. CONCLUSIONES

De las cuestiones apenas presentadas se pueden extraer conclusiones, algunas de ellas serán provisorias y requerirán posteriores esfuerzos para consolidarse.

En primer lugar, en cuanto a los valores considerados en las sociedades del Cono Sur, se concluye que existen, por lo general, pocas diferencias entre las distintas generaciones, aunque sí algunas variaciones según los países. El valor más aceptado es la «libre expresión de las propias ideas», sin que en esto influya la edad o el país de residencia, seguido por la aceptación que «los hombres deben ocuparse de las tareas domésticas así como las mujeres». El no ver problemas a que «los ricos vivan en barrios cerrados», fue el tercer enunciado

con mayor aceptación, aunque con diferencias considerables entre los distintos países. Aquellos con mayores niveles de desigualdad (medida por el coeficiente Gini de ingreso), con excepciones, parecerían ser aquellos cuya población se muestra más reacia a aceptar esta situación. Un cierto nivel de tolerancia a la homosexualidad sería el valor que se ubica en cuarto lugar y en esto influye tanto el país como la edad de las personas. Por su parte, la juventud parece asumir con más naturalidad la diversidad sexual en la sociedad. «Debería haber pena de muerte» fue la frase que generó un nivel de aceptación que se ubica en el quinto lugar de nuestra escala. Se puede decir que la misma tuvo un nivel de aceptación medio bajo, distinto según los países, aunque no muy influenciado por la edad u otros factores. El «no considerar crimen al aborto» tuvo un nivel de aceptación más bajo que la pena de muerte, sin que se hayan notado diferencias generacionales importantes, aunque algunos países mostraron mayor apertura en cuanto a esto. El enunciado menos aceptado fue la legalización de la marihuana y aquí sí la edad influyó, ya que los jóvenes son quienes mayormente aceptaron la propuesta y, sobre todo, en países donde más desarrollado llegó a ser el debate en torno al tema.

En líneas generales, la pertenencia a una determinada sociedad, con su cultura y los debates éticos que allí se desarrollan, parecen influir mucho más que la brecha generacional en la actitud valorativa que se tendrá hacia ciertas cuestiones.

En segundo lugar, en cuanto a los valores sociales o políticos, se concluye que la confianza en las fuerzas privadas (esfuerzo propio, apoyo de la familia) para mejorar la propia vida y la sociedad en general parece desplazar a un segundo plano a las cuestiones propiamente societarias como la política o el sistema económico. Si bien cuando se habla de mejorar el país se recurre a la política o al sistema económico con mayor frecuencia, la diferencia que hay con las fuerzas privadas no es tan grande como la que existe cuando se habla de la propia vida. Es decir, relativamente, lo privado como fuerza motriz de los cambios positivos en la sociedad es más mencionado que lo público como motor de cambios en el ámbito privado.

En tercer lugar, en cuanto a las amenazas para la democracia del siglo XXI, se tiene que la primera de ellas es «la corrupción», la segunda «la desigualdad», la tercera «el sistema judicial» y la cuarta «la falta de perspectiva profesional para jóvenes». Llama la atención que la corrupción supere a la desigualdad, siendo que entre los países considerados se encuentran algunos de los más desiguales del mundo.

En cuarto lugar, en cuanto a la participación social, las personas jóvenes, en casi todos los casos y en todos los países, muestran niveles menores de participación en organizaciones de tipo tradicional como asociaciones vecinales, partidos o sindicatos. Sin embargo, la participación en grupos culturales es mayor, por lo general, en jóvenes, hecho que indica un posible cambio generacional en los patrones de participación.

Finalmente, lo que se puede percibir en cuanto a los valores y la participación en las sociedades del Cono Sur, es que las diferencias generacionales, por lo general, influyen menos que el país de residencia y, cuando influyen, denotan un comportamiento más centrado en la propia persona o el propio grupo que en el entorno social. Esto puede ser positivo en la generación de elementos para la contención y la afirmación de la propia identidad; sin embargo, existe el riesgo de ser arrastrados por la *mainstream* de la sociedad fragmentada, que no se plantea objetivos más allá de la propia individualidad o del propio grupo.



*Sociedades sul-americanas:
o que dizem jovens e adultos
sobre as juventudes*

Capítulo 5
DEMANDAS JUVENIS

Patrícia Lânes



DEMANDAS JUVENIS

1. ANTECEDENTES E MARCOS CONCEITUAIS

AS DEMANDAS JUVENIS CONSTITUEM um dos eixos centrais da presente pesquisa e das fases e investigações que a antecederam. Se, em um primeiro momento, privilegiou-se a aproximação e o reconhecimento dessas demandas a partir de jovens organizados em grupos, organizações, movimentos e coletivos,¹ agora algumas das demandas identificadas foram reapresentadas para jovens e adultos das sociedades envolvidas no estudo, buscando-se não apenas verificar se tais demandas constituem anseios ou necessidades dos jovens e/ou da população como um todo, como também abrindo a possibilidade de entender quais outras dimensões e necessidades são socialmente reconhecidas como vinculadas a direitos ou ao bem-estar do jovem nesses países.

Antes de iniciarmos a apresentação e análise dos dados coletados sobre o tema pelos *surveys* realizados nos seis países que integram a investigação, faz-se necessária uma breve elucidação sobre o que estamos aqui chamando de demandas. Recuperando o debate de Graças Rua acerca das políticas públicas voltadas para a juventude brasileira na década de 1990, podemos pensar que as demandas estariam na origem das políticas públicas, tendo que ser apresentadas «por atores políticos ou sociais, direta ou indiretamente interessados, que transitam e interagem no ambiente e no sistema político» (Graças Rua, 1998:732). Desse ponto de vista, as demandas dos jovens podem ser enunciadas no espaço público não apenas por atores juvenis organizados, mas, também, por outros atores políticos e sociais que, voltando à autora,

1 Ver relatórios das fases anteriores da investigação (situações-tipo e grupos focais), disponíveis em www.juventudesulamericanas.org.

«têm alguma coisa em jogo no tocante a uma questão e que possuem algum tipo de recurso de poder». As demandas que, por uma série de fatores e correlações de poder, logram tornarem-se problemas políticos podem vir a ser objeto de políticas públicas. No entanto, enquanto isso não ocorre, Graças Rua aponta que o que se tem são «estados de coisas», ou seja:

Situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar autoridades políticas (Graças Rua, 1998:732-733).

Há, portanto, demandas capazes de mobilizar diversos atores que por meio de diferentes estratégias de ação conseguem acionar setores distintos das sociedades envolvidas, seja no âmbito governamental, não governamental ou a partir da adesão da população ou de grupos sociais de maneira mais ampla. Tais demandas têm mais chance de se tornarem alvo de resposta por meio de políticas públicas. Alguns autores ponderam, no entanto, que muitas vezes as respostas dadas por tais políticas são parciais e pontuais e acabam por esvaziar o caráter mais universal ou estrutural de determinadas demandas (Vivar, Silva y Dávila, 2007). Em outros casos, as demandas podem passar a ser formuladas exatamente a partir das respostas que acreditam poder ser dada para elas em determinada conjuntura, ou seja, perdem seu potencial transformador e passam a ser reféns de uma lógica de resposta imediata. Essas possibilidades, no entanto, não raro convivem e acabam por conformar o contexto onde as demandas são formuladas e podem passar do *status* de «estado de coisas» para «problemas políticos». Nesse caso, faz-se necessário, de todo modo, um ou mais atores sociais e políticos capazes de enunciá-las e de transformá-las em objeto de luta e disputa social. Portanto, o que muitas vezes estamos chamando de demanda como «problema político» pode ser, naquele momento, apenas «estado de coisa», ou seja, determinadas necessidades que podem até já ter sido identificadas, mas que ainda não foram (e podem nunca vir a ser) bandeira de algum ator social capaz de trazê-la para o espaço público/arena política.

Aqui teremos a percepção da população em geral sobre temas que, em alguns casos, se tornaram bandeira de luta de movimentos protagonizados (também) por jovens ou outros atores sociais que estão inseridos nesta arena (ONGS, fundações empresariais, organismos in-

ternacionais, universidades...) e sobre outros que têm lugar mais periférico nesse cenário, seja por aparecerem recorrentemente associados a uma demanda central, seja por (ainda) se encontrarem muito mais como «estado de coisa» que como «problema político».

Nas etapas que precederam a pesquisa de opinião aqui analisada, um grupo de demandas foi identificado por ter aparecido com maior recorrência entre os coletivos investigados, conforme revela o quadro a seguir.

DEMANDAS (INICIALMENTE MAPEADAS)

- ★ *Educação* com qualidade (acesso e continuidade e na trajetória escolar).
- ★ Oportunidades de *trabalho digno e criativo*.
- ★ Acesso aos bens *culturais* e às condições de produção artística juvenil.
- ★ Gratuidade no *transporte* público para jovens (nas cidades, entre campo e cidade).
- ★ *Segurança* (no que diz respeito aos direitos humanos e à valorização da diversidade juvenil).
- ★ Cuidado com o *meio ambiente* para assegurar qualidade de vida para os(as) jovens no campo e na cidade.
- ★ *Saúde*² (acesso a serviços de saúde que tenham em conta a atual condição juvenil, contemplando direitos reprodutivos e sexuais, prevenção DST/Aids, programas e ações de redução de danos etc).

Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Nesta etapa da investigação, algumas dessas demandas foram aprofundadas (caso das demandas por educação e trabalho, como ficará claro adiante) e outras aparecem associadas a muitos outros temas, como políticas públicas, valores, participação e integração regional. Para entender o lugar de tais demandas, seria necessário conhecer os coletivos, grupos e movimentos que participaram dos momentos an-

2 Esta demanda não foi objeto de estudo no primeiro momento (situações-tipo), mas foi incluída como foco de investigação visto que esteve bastante presente durante a realização da fase que se seguiu (grupos focais).

teriores da pesquisa, o que será impossível no presente relatório. No entanto, é importante ressaltar que, nas fases anteriores, buscou-se uma diversidade de atores a partir das identidades mobilizadas para a participação, formas de atuação, bandeiras e pautas prioritárias, relação inter e intrageracionais e, a partir da perspectiva trazida por Graças Rua, distintas demandas: umas mais próximas a «estado de coisas» e outras de «problemas políticos».³ E ainda que não haja acordo sobre chamá-la de demanda, a busca por espaços de participação e reconhecimento (dentro e fora das organizações e movimentos pesquisados) foi apontada de forma recorrente e encontrava-se estreitamente ligada a maior ou menor legitimidade de outras demandas e reivindicações em espaços de organização não estritamente juvenis (caso de boa parte dos movimentos e organizações pesquisados).⁴

2. EDUCAÇÃO: QUALIFICANDO A DEMANDA

Desde o primeiro momento da pesquisa, a educação apareceu como um dos eixos centrais entre as demandas dos jovens organizados. É possível dizer que sobre ela há mais acúmulo e o maior número de atores organizados capazes de enunciá-la publicamente. Sobre educação é também onde parece haver um maior consenso em termos de demandas para os jovens. No entanto, como qualificar de qual educação estamos falando? Na lista de demandas apresentadas anteriormente, fala-se em educação com qualidade, a essa característica pode se somar pública e gratuita como aspectos vinculados pelos atores estudados que a apontam publicamente. Entre os movimentos e coletivos investigados, educação e trabalho foram, sem dúvida, as demandas mais recorrentes. Articuladas à demanda por educação, surgiram as ideias de oportunidade, acesso e direito. Importante pontuar que a recorrente referência à educação como demanda da juventude não significa que ela tenha sido apontada em primeiro lugar em todos os casos estudados: seu grau de relevância na fala dos jovens dependeu muito do tipo de grupo no qual estavam inseridos. Por outro lado, e associado a isso, o tipo de qualida-

3 Para a descrição completa dos atores investigados, ver os relatórios das situações-tipo, os relatórios nacionais elaborados a partir desses estudos (2007), bem como os relatórios nacionais redigidos tendo como base a análise dos grupos focais (2008). Todo esse material encontra-se disponível no sítio eletrônico da pesquisa: www.juventudesulamericanas.org.

4 Ver, especialmente, relatórios das situações-tipo (2007) do Uruguai e do Brasil.

de e acesso almejados por esses jovens também foi diversificado, a depender das características e inserções dos jovens ouvidos, reafirmando a necessidade de se oferecer respostas diferenciadas que possibilitem diferentes modos de acesso e continuidade na formação escolar. Se parte da centralidade da educação na vida dos jovens está vinculada ao tipo de concepção que temos hoje de juventude, onde *estar na escola é um definidor central da condição juvenil*; o tipo de educação fomal hoje oferecido também é responsável por muitas frustrações entre os jovens que não têm a possibilidade de concretizar sonhos e desejos referentes à entrada no mercado de trabalho e à ascensão social. Se muitos dos jovens organizados veem na escola um espaço potencial de transformação social, reconhecem também que hoje ela é, na prática, um espaço de reprodução de desigualdades e discriminações.

A educação de baixa qualidade é citada entre os maiores obstáculos para que os jovens vivam melhor o presente e conquistem o futuro. Ela e violência/falta de segurança foram apontadas pela maior parte dos entrevistados em todos os seis países, revezando-se em primeiro e segundo lugares.⁵ No Brasil, no Paraguai e no Uruguai, a violência é mais citada, enquanto na Argentina, no Chile e na Bolívia, a educação de baixa qualidade vem antes. A seguir, são apontadas as dificuldades relativas ao trabalho/emprego e à pobreza se revezando nos países em terceiro e quarto lugares: na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, as dificuldades em relação ao trabalho são elencadas na frente; enquanto no Chile e na Bolívia, a pobreza é mais citada.

A importância da educação na vida dos jovens na percepção das sociedades pesquisadas reafirma a relevância de se buscar entender e qualificar melhor a relação entre educação e juventude e de que forma seria possível transformar a educação de que dispõe os jovens hoje, já que, quando oferecida de forma precária, é vista como entrave, como mostra a questão anterior. A partir de outras duas questões, procurou-se perceber que tipo de dificuldade os entrevistados percebem como sendo o maior limitador para o jovem estudar e quais características julgam necessárias para se ter uma educação de boa qualidade.

5 A questão dava a opção de se apontar até dois problemas e as alternativas eram: transporte precário e caro, indiferença e falta de ação dos jovens, conflitos políticos, violência/falta de segurança, não respeito aos seus direitos, educação de baixa qualidade, dificuldades relativas ao trabalho/emprego, preconceito/discriminação racial/étnica, dificuldade de acesso à arte e à cultura, pobreza ou nenhuma delas.

Ao serem perguntados sobre a maior dificuldade que um jovem de seu país enfrenta para estudar, a maior parte dos entrevistados da Argentina, Bolívia, Chile e Paraguai responderam «falta de dinheiro para transporte e outros gastos». No Brasil, indicaram o desinteresse dos próprios jovens como principal dificuldade e, no Uruguai, a «dificuldade de conciliar estudo e trabalho» fica praticamente empatada com a «falta de dinheiro para transporte e outros gastos». Na tabela 1 os dados ficam mais claros.

TABELA 1: MAIOR DIFICULDADE QUE UM JOVEM ENFRENTA PARA ESTUDAR (RESPOSTA ÚNICA - PERCENTUAL)

Categoria	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguai	Uruguai
Falta de dinheiro para transporte e outros gastos	30.2	27.0	38.7	42.7	53.7	28.2
Desinteresse dos próprios jovens	27.7	36.3	26.0	18.7	12.5	23.9
Dificultad e de conciliar estudo e trabalho	25.3	26.0	22.9	15.2	24.0	28.5
Falta de apoio dos pais ou companheiros(as)	15.9	10.2	11.2	23.0	9.3	18.5
Nenhuma das anteriores	0.6	0.2	1.0	0.2	0.4	0.9

Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

A identificação da falta de dinheiro para transporte e outros gastos como uma das principais dificuldades reforça os resultados de fases anteriores da pesquisa, nas quais a questão do acesso teve um de seus principais aspectos associado ao transporte e à viabilidade econômica de se frequentar a escola. Para a questão do transporte, vários grupos e movimentos juvenis formularam saídas como o maior controle sobre o preço do transporte coletivo, a meia passagem ou o passe livre para estudantes. Dois importantes exemplos são apontados em etapas anteriores no Brasil e no Paraguai, onde foram investigados a «Revolta do Buzu», que aconteceu na cidade de Salvador, em 2003, e mobilizou cerca de 20 mil pessoas, em sua maioria estudantes secundaristas; e as manifestações pelo «boleto estudantil», protagonizadas também por estudantes secundaristas articulados pela Federación Nacional de

Estudantes Secundarios (FENAES). Somado a isso, e se pensarmos nas diversidades presentes entre os jovens, temos as questões específicas daqueles que vivem em áreas rurais, pequenas cidades ou periferias onde há poucas escolas e os meios de transporte coletivos são escassos, precários e irregulares, o que dificulta ainda mais o acesso. Nesse caso, é interessante notar que em todos os países a falta de dinheiro para transporte e outros gastos são elencados em maior proporção entre os entrevistados de áreas rurais que aqueles de áreas urbanas.

TABELA 2: ENTREVISTADOS QUE APONTAM A «FALTA DE DINHEIRO PARA TRANSPORTE E OUTROS GASTOS» COMO MAIOR DIFICULDADE QUE UM JOVEM ENFRENTA PARA ESTUDAR, SEGUNDO SITUAÇÃO DO SETOR (PERCENTUAL)

Categoria	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguai	Uruguai
Urbano	28.9	26.6	37.6	39.0	51.7	26.9
Rural	43.5	30.0	44.7	50.0	57.3	46.2

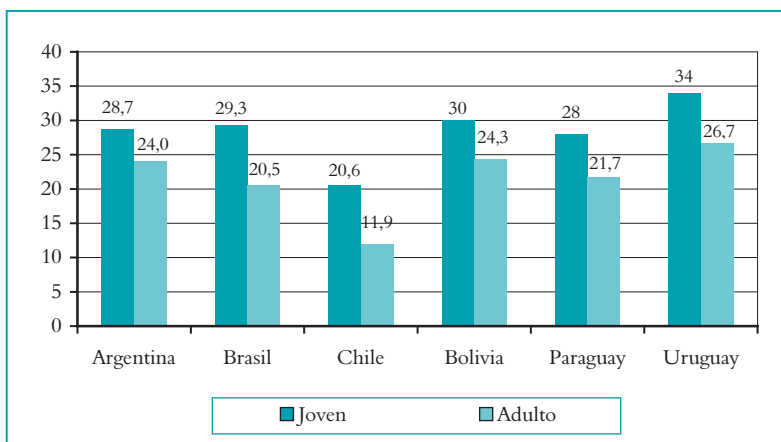
Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

No que diz respeito ao grau de instrução dos pesquisados, há variações interessantes que se podem notar em alguns países. No caso da Argentina, por exemplo, a falta de dinheiro para transporte e outros gastos, elencado em primeiro lugar no cômputo geral, está em terceiro para os ouvidos com ensino superior, sendo apontado depois mesmo do desinteresse dos próprios jovens. A tendência é de que quanto maior o grau de instrução, menor a identificação dessa como maior dificuldade enfrentada pelo jovem para estudar. Já a dificuldade para conciliar estudo e trabalho é apontada de forma inversa entre os ouvidos do mesmo país. Entre os menos escolarizados, fica em terceiro lugar (empatado com falta de apoio dos pais ou companheiros) e em primeiro entre os mais escolarizados, seguido pelo desinteresse dos próprios jovens e só então é citada a falta de dinheiro. No caso do Brasil, apesar de o desinteresse dos jovens ser citado em primeiro lugar no geral, a dificuldade para conciliar trabalho e estudo também cresce percentualmente conforme cresce o grau de instrução do entrevistado. No entanto, entre aqueles com primeiro grau completo, há praticamente um empate entre três dificuldades: dificuldade de conciliar estudo e trabalho, desinteresse dos jovens e falta de dinheiro. Com relação ao Chile, ainda que a falta de dinheiro seja apontada em primeiro lugar, a proporção dos que apontam o desinteresse dos jovens como maior

dificuldade para estudar diminui à medida que aumenta a escolaridade do entrevistado assim como aumenta a proporção dos que apontam a dificuldade de conciliar trabalho e estudo na medida em que aumenta a escolaridade. O mesmo ocorre entre os ouvidos na Bolívia, no Paraguai (onde há empate entre primeiro grau completo e secundário) e Uruguai. No caso da Bolívia, a falta de dinheiro apresenta uma relação inversamente proporcional ao aumento de escolaridade. O mesmo ocorreu no Uruguai quanto à falta de apoio de pais e companheiros. Com exceção do Paraguai, em todos os demais países, a proporção de pessoas que indicam a dificuldade de conciliar estudo e trabalho aumenta conforme aumenta a renda. E, inversamente, a falta de dinheiro para transporte e outros gastos é apontada como dificuldade principal em maior proporção nos tercis mais baixos, com exceção do Brasil, onde há um empate percentual na escolha dessa dificuldade para o jovem estudar entre os tercis baixo e médio. Se a comparação para esse mesmo item for feita entre os entrevistados que estudam e que não estudam, os que estudam apontam essa dificuldade em maior proporção que os que não estudam.

O caso da diferenciação entre jovens (18 a 29 anos) e adultos (30 anos ou mais) fica bastante evidente nessa questão. Em todos os casos, é possível notar que a proporção de jovens que indicam a dificuldade de conciliar estudo e trabalho é proporcionalmente maior que a de adultos, em uma diferença que varia entre quatro e 14 pontos percentuais, como é possível observar em gráfico 1.

GRÁFICO 1: ENTREVISTADOS QUE APONTAM A OPÇÃO « DIFICULDADE PARA CONCILIAR ESTUDO E TRABALHO» COMO MAIOR DIFICULDADE QUE UM JOVEM ENFRENTA PARA ESTUDAR SEGUNDO JOVEM/ADULTO (PERCENTUAL)



Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Essa é a única tendência que se apresenta de forma constante em todos os países, independentemente do lugar que ocupe tal opção na relação geral. Vejamos caso a caso. No caso da Argentina, a falta de dinheiro é apontada como causa principal para dificuldades dos jovens estudarem. No entanto, entre os jovens entrevistados, ela cai para segundo lugar, praticamente empatada com a dificuldade em se conciliar estudo e trabalho que, para os adultos, aparece em terceiro lugar, ficando atrás também do desinteresse dos próprios jovens. No Brasil, o desinteresse dos jovens fica em primeiro lugar tanto entre jovens como entre adultos, mas, entre os jovens vem seguido da dificuldade de conciliar estudo e trabalho, enquanto para os adultos a falta de dinheiro aparece em segundo lugar. No Chile, a falta de dinheiro aparece em primeiro lugar também entre ambos grupos etários, no entanto, à semelhança do Brasil, para os jovens a dificuldade para conciliar estudo e trabalho aparece em segundo lugar, enquanto para os adultos é o desinteresse dos próprios jovens que vem na frente. Já entre os bolivianos também é a falta de dinheiro o mais apontado como dificuldade para se estudar, no entanto, entre os adultos a falta de apoio de pais e companheiro aparece em segundo lugar, enquanto que para os jovens é a dificuldade de conciliar trabalho e estudo que aparece nessa posição, ainda que

praticamente empatada com a falta de apoio de pais e companheiro. O Paraguai é o único país onde as proporções se mantêm nas duas faixas de idade, ainda que com diferenças percentuais entre jovens e adultos. No caso do Uruguai ocorre o fenômeno oposto: a diferença entre jovens e adultos é tanta nesse caso que difere, até mesmo, o que é indicado como primeira dificuldade para uns e outros. Ainda que a tendência geral indique praticamente empate entre a dificuldade de conciliar estudo e trabalho e a falta de dinheiro para transporte e outros gastos, entre os jovens a dificuldade de conciliar estudo e trabalho aparece em primeiro lugar (34%), bem distante da falta de dinheiro, que fica em segundo com 27.5%; enquanto que entre os adultos a falta de dinheiro aparece em primeiro com uma pequena diferença em relação à dificuldade de se conciliar estudo e trabalho.

Fica clara a percepção de que conciliar estudo e trabalho está mais presente entre os jovens, ainda que diferenças sociais e culturais entre os países pesquisados confirmem a ela lugares distintos entre os ouvidos de maneira geral. E, ainda assim, há uma coincidência quanto ao grau de escolaridade dos jovens de todos os países que disseram ser a dificuldade para conciliar trabalho e emprego a maior que um jovem enfrenta para estudar: a maior parte tinha ensino médio (secundário). Interessante notar que entre os jovens organizados ouvidos em outros momentos da pesquisa, a articulação entre escola e trabalho também apareceu para muitos como questão central, sintetizada em um dos relatórios do Brasil como a necessidade de uma educação «que caiba na vida do) jovem», pensando na necessidade que muitos deles têm de ingressar ainda jovens no mercado de trabalho. O mais comum é que escola e trabalho não dialoguem entre si, levando o jovem a ter que escolher entre um e outro, ou fazer de sua trajetória um percurso de idas e vindas entre esses dois mundos. Aqui é possível retomar o debate sobre a qualidade da educação visto que, em primeiro lugar, quatro dos seis países apontam a falta de recursos financeiros para custos básicos, como transporte, como principal empecilho para que o jovem estude; aliado a isso, os próprios jovens indicam a relevância da dimensão da articulação entre trabalho e estudo em suas vidas. Ou seja, são dimensões materiais muito concretas que estão aqui sendo apontadas como grandes dificuldades para que os jovens estudem e, nesse quadro, o desinteresse dos próprios jovens, apontado com relevância em muitos países, sobretudo pelos adultos, também deve ser compreendido em um quadro de pouco estímulo e onde as condições mínimas para o acesso à educação formal vêm sendo sistematicamente negadas aos jovens.

Na outra questão feita enfocando educação, foi pedido que os entrevistados identificassem os dois itens mais importantes, de acordo com sua opinião, para que a educação em seu país fosse de boa qualidade.⁶ A tabela 3 resume as respostas.

TABELA 3: CARACTERÍSTICAS MAIS IMPORTANTES PARA QUE A EDUCAÇÃO SEJA DE BOA QUALIDADE (RESPOSTA MÚLTIPLA ATÉ 2 OPÇÕES, PERCENTUAL)

Categoria	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguai	Uruguai
Melhor infraestrutura e equipamentos (banheiros, salas, pátio, biblioteca, computadores)	39.1	34.7	45.2	49.4	43.5	27.7
Maior participação dos estudantes nos estabelecimentos de ensino (escolas, universidades)	19.2	30.1	22.5	28.5	23.8	22.6
Nível de interesse e dedicação dos professores	33.7	31.1	34.6	34.9	36.6	43.9
Atividades esportivas, culturais e recreativas	8.9	12.3	14.8	8.5	8.5	15.5
Mais disciplina nos estabelecimentos de ensino	43.2	20.0	35.7	29.4	33.7	35.0
Melhores salários para os professores	24.6	40.4	14.0	16.4	21.9	26.3
Melhor gestão/administração nos centros educativos	13.1	16.3	16.9	14.8	13.5	15.4
Maior controle na criação de instituições de ensino	13.4	11.5	13.2	14.5	16.7	10.0
Nenhuma das anteriores	0.2	0.0	0.3	0.2	0.2	0.4

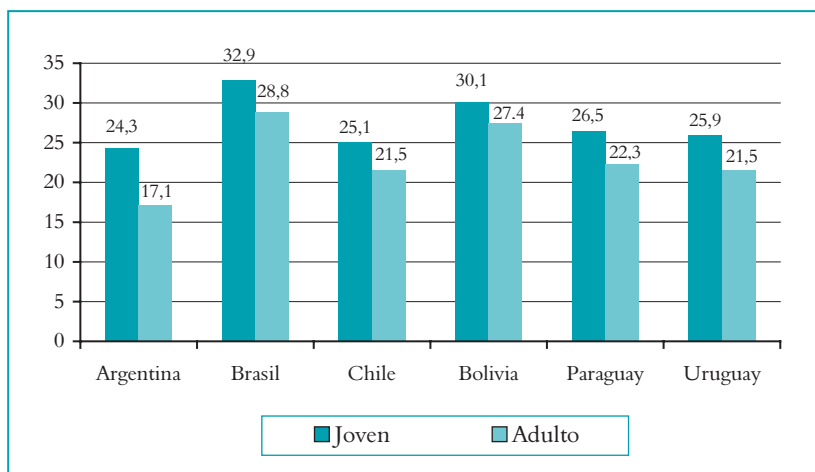
Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

A tabela 3 demonstra que as variações foram muitas, dependendo do país em questão. Vejamos cada um dos casos para que seja possível inferir aproximações e diferenças. Com exceção do Uruguai, haver

6 Nesse caso, não foi pedido que hierarquizassem as escolhas, mas apenas que apontassem as duas opções que lhe pareciam mais importantes.

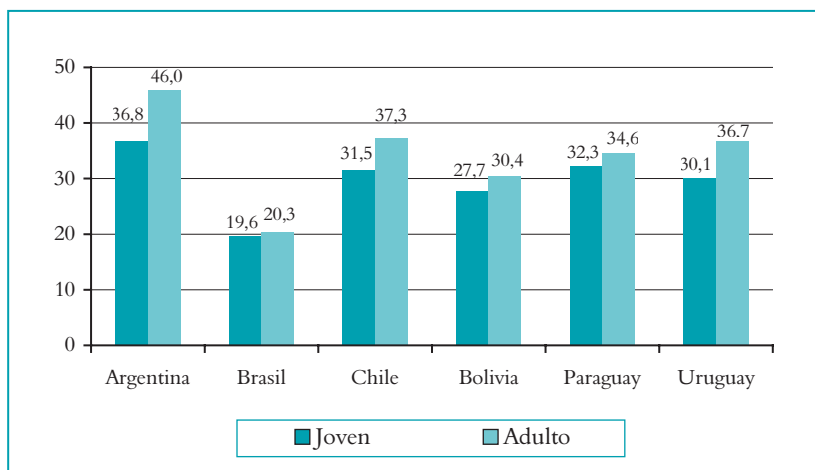
melhor infraestrutura nos estabelecimentos de ensino é citado entre os dois fatores mais importantes para se ter uma educação de boa qualidade em todos os países. Na Argentina, a melhor infraestrutura, vem logo atrás da primeira colocada: mais disciplina nos estabelecimentos educativos. No Chile e no Paraguai, essas duas opções também aparecem entre as mais escolhidas, mas, em ambos os casos, o nível de interesse e dedicação dos professores também compõem a tríade de preferências dos pesquisados, sendo que, no Paraguai, fica em segundo lugar nas citações. Na Bolívia, a melhor infraestrutura aparece em primeiro lugar, seguida do nível de interesse e dedicação dos professores. Nesse país, em terceiro lugar aparecem praticamente empatados mais disciplina nos estabelecimentos de ensino e maior participação dos estudantes nos estabelecimentos educativos, sendo que estes percentuais chegam a 32.4% e 25.8%, respectivamente, entre os que estudam. Importante notar que, em todos os países, excetuando a Argentina, a indicação da maior participação dos estudantes ultrapassa a marca dos 20 pontos percentuais entre as citações dos entrevistados, chegando em seu percentual mais alto no Brasil, onde chegou a ser mencionada por 30.1% dos entrevistados, ficando em quarto lugar entre aquilo que ajudaria a gerar uma educação de qualidade. Na sua frente, ficaram melhores salários para professores, melhor infraestrutura física e equipamentos e o nível de interesse e dedicação dos professores. Neste caso, mais uma vez, vale uma breve comparação entre os mais jovens e os adultos.

GRÁFICO 2: ENTREVISTADOS QUE APONTAM A OPÇÃO «MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO» COMO UMA DAS CARACTERÍSTICAS MAIS IMPORTANTES PARA SE TER UMA EDUCAÇÃO DE BOA QUALIDADE (PERCENTUAL)



Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

GRÁFICO 3: ENTREVISTADOS QUE APONTAM A OPÇÃO «MAIS DISCIPLINA NOS ESTABELECIMENTOS EDUCATIVOS» COMO UMA DAS CARACTERÍSTICAS MAIS IMPORTANTES PARA SE TER UMA EDUCAÇÃO DE BOA QUALIDADE (PERCENTUAL)



Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Como é possível visualizar nos gráficos 2 e 3, a opção pela maior participação dos estudantes nos estabelecimentos de ensino é maior, em todos os países, entre os jovens que entre os adultos, chegando a seu maior percentual no Brasil, onde, apesar de ficar em quarto lugar no cômputo geral, fica em segundo entre os jovens, quase empatada com melhores salários para os professores. O inverso ocorre quanto à maior disciplina nos estabelecimentos de ensino, essa opção é preferida pelos adultos, se comparado aos jovens, em todos os países, chegando a 46% entre os adultos na Argentina, repetindo o primeiro lugar no geral. «Melhores salários para os professores» também aparece em maior percentual entre os adultos que entre os jovens em todos os países estudados.

Interessante notar que em todos os casos o nível de interesse e dedicação dos professores está entre as três primeiras características apontadas pelos entrevistados para que se tenha uma educação de qualidade e, nos casos da Argentina, Uruguai e Brasil, a importância de se valorizar o lugar do professor ou da docência é reafirmado pela alta indicação de melhores salários para os professores que, nesses países, é apontada por mais de 20% dos entrevistados, chegando a 40.4% no Brasil, onde aparece em primeiro lugar.

3. DEMANDA POR TRABALHO: PERCEPÇÕES E ACESSO

É possível afirmar que trabalho foi outro grande tema que apareceu nas fases anteriores da investigação. Ao contrário da demanda por educação, no entanto, a demanda por trabalho não aparece de forma tão freqüente a partir de um porta-voz organizado coletivamente. De modo distinto, ela está no discurso de atores e coletivos que trazem como bandeira outras questões e demandas como educação e cultura, por exemplo. Se em torno do tema da educação, pode-se afirmar que há, ao menos, um consenso aparente de que os jovens devem estudar; quando a questão é o trabalho, há um forte debate em torno de quando e como o trabalho deve começar a aparecer na vida do jovem, já que é tradicionalmente percebido como elemento central na transição da juventude para a vida adulta.

Sabe-se que nas diferentes sociedades aqui estudadas, oportunidades e direitos, quando existentes, estão desigualmente distribuídos se levamos em conta o sexo, a classe, a raça/etnia, local de moradia, etc., das pessoas em questão. Se, para muitos adolescentes e jovens, o trabalho pode ser uma opção que, havendo determinadas caracte-

rísticas e parâmetros, poderia, inclusive, se articular à educação para preparação da entrada futura no mercado de trabalho de forma permanente (caso dos estágios, por exemplo), para a maioria, o trabalho aparece cedo como destino vinculado à possibilidade de garantia de necessidades básicas de sobrevivência pessoal e familiar, mas também de emancipação financeira. Combinado a esses fatores, o fantasma do desemprego assombra essa geração com muito mais força. Os índices gerais de desemprego são cada vez mais altos e entre os jovens, ainda maiores, o que acaba por restringir suas possibilidades de escolha e fazer com que boa parte deles ingresse em trabalhos precários, com baixa remuneração e alto grau de informalidade.

Quando perguntados sobre o que seria mais importante para a juventude hoje,⁷ em todos os seis países, os entrevistados colocaram «ter mais oportunidades de trabalho» em primeiro lugar, seguido por «estudar e ter um diploma universitário». Na Argentina, na Bolívia, no Paraguai e no Uruguai, «ser escutado e atendido pelos governantes» aparece em terceiro lugar; enquanto no Chile e no Brasil aparece em quarto, logo a seguir de «garantia e segurança de melhores salários», que nos demais países fica em quarto lugar. Mais uma vez, trabalho e educação aparecem como prioridades, com distância bastante acentuada em relação ao terceiro colocado em quase todos os países (com exceção de Chile e Uruguai), como é possível observar na tabela 4.

7 Entre as opções de resposta (única) estavam ter mais oportunidades de trabalho; liderar/participar de movimentos pela transformação social, garantia e segurança de melhorar salários/ganhos financeiros, ser escutados e atendidos pelos governantes, viajar e trabalhar no exterior, estudar e ter um diploma universitário, ou nenhuma delas.

TABELA 4: O MAIS IMPORTANTE PARA A JUVENTUDE HOJE
(RESPOSTA ÚNICA, PERCENTUAL)

Categoria	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguai	Uruguai
Ter mais oportunidades de trabalho	48.2	61.4	47.9	38.8	59.2	61.3
Estudar e ter um diploma universitário	29.6	20.2	16.9	32.7	22.7	11.4
Ser ouvido e atendido pelos governantes	10.2	5.7	12.2	14.5	9.0	9.8
Garantia e segurança de melhores salários/ganhos financeiros	5.6	6.7	15.7	5.1	4.9	7.6
Liderar/participar de movimentos pela transformação política do Brasil	3.8	4.1	5.0	5.0	2.1	3.2
Viajar e trabalhar no exterior	1.5	1.7	1.9	3.4	1.8	5.5
Nenhuma das anteriores	1.0	0.3	0.5	0.6	0.3	1.1

Fonte: «Pesquisa Juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Foram feitas especificamente duas questões para buscar perceber como as sociedades em questão entendem hoje o trabalho e quais qualidades acreditam estar vinculadas à maior possibilidade de acesso dos jovens a ele. A primeira buscava compreender, a partir de uma palavra/ideia principal, a compreensão dos pesquisados acerca de trabalho. Dentre as opções apresentadas (necessidade, direito, independência, realização pessoal, obrigação e exploração), «necessidade» foi a que apareceu em primeiro lugar em todos os países.

TABELA 5: PALAVRA QUE MAIS SE APROXIMA COM
O QUE PENSA SOBRE TRABALHO (RESPOSTA ÚNICA, PERCENTUAL)

Categoria	Argentina	Brasil	Chile	Bolivia	Paraguai	Uruguai
Necessidade	38.2	37.2	47.6	52.3	48.5	37.2
Direito	21.7	16.8	15.3	17.4	15.9	24.9
Realização pessoal	16.3	19.3	15.8	13.4	14.6	13.9
Independência	11.2	15.1	9.5	6.1	4.4	11.5
Obrigação	10.1	10.5	8.8	9.2	14.6	10.2
Exploração	2.4	1.2	2.9	1.5	1.8	2.3
Nenhuma das anteriores	0.1	0.0	0.1	0.2	0.2	0.2

Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Na Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, a ideia de «direito» aparece em segundo lugar, assim como no Chile, onde está praticamente empatada com realização pessoal (15.3% e 15.8%, respectivamente). No caso do Paraguai, logo em seguida a «direito» aparecem «realização pessoal» e «obrigação». O Brasil destoa, já que «realização pessoal» aparece em segundo lugar como ideia mais associada a trabalho, seguida de «direito» e «independência». Interessante notar que, em todos os países, a associação entre trabalho e a ideia de exploração é muito baixa de modo geral, não ultrapassando, em nenhum caso, três pontos percentuais.

Entre homens e mulheres ouvidos, há algumas diferenças. Com exceção de Argentina e do Chile, nos demais países, as mulheres percebem mais o trabalho como uma necessidade que os homens. O contrário se dá quando a associação é com a ideia de obrigação. Nesse caso, a associação entre trabalho e essa ideia está mais presente entre os homens em todos os países. No caso do grau de instrução dos entrevistados, as diferenças são constantes e bastante acentuadas. Aqui estão alguns exemplos. A articulação de trabalho à ideia de necessidade aumenta à medida que diminui o grau de escolarização, e isso ocorre em todos os países, havendo diferenças entre aqueles de ensino superior e primeiro grau incompleto que chegam perto dos 30 pontos percentuais. O mesmo ocorre entre os que não estavam estudando, que associaram trabalho à necessidade muito mais que aqueles que estavam estudando. Quando o que está em jogo é o perfil socioeconômico do entrevistado, quanto maior o patamar social, menor a associação com a ideia de necessidade.

Na Argentina e no Chile, a associação entre trabalho e direito aumenta conforme aumenta o grau de instrução. A tendência geral oco-

rre, no entanto, quando a ideia é a de realização pessoal. Nesse caso, quanto maior o grau de instrução, maior a associação em todos os países. Outra tendência geral é que quanto menor o grau de instrução, maior a associação com a ideia de obrigação (o mesmo ocorre com o patamar socioeconômico na Argentina, Brasil e Uruguai), o que revela uma clara distinção entre a vivência do trabalho entre os mais e os menos escolarizados. Isto se repete entre quem não estava estudando no momento da pesquisa, esses, mais que os que estavam estudando, associaram trabalho à obrigação. A ideia de direito tem uma interessante característica em relação ao tercil de renda do entrevistado. Na Argentina, no Chile e no Uruguai, quanto maior a renda, maior a associação feita entre trabalho e direito. No caso do Brasil se dá o inverso: é entre os que se encontram no tercil mais baixo que a ideia de direito aparece com mais força. Na Bolívia e no Paraguai não há, nesse caso, diferenças significativas quanto à renda.

Há ainda algumas diferenças e aproximações significativas entre jovens e adultos quanto a essa questão. De maneira mais geral, é a ideia de independência que nos permite verificar uma constância em todos os países: em todos eles, os jovens associam mais que os adultos trabalho à independência, o que ajuda a confirmar, no caso dos jovens, a atribuição ao trabalho não só da garantia de necessidades básicas, mas também de maior autonomia em relação, por exemplo, à unidade familiar de origem e de emancipação.

Na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai são os adultos que mais associam direito a trabalho, enquanto na Bolívia e no Paraguai praticamente não há diferença entre gerações nesse caso. Em todos os países, exceto Argentina, a ideia de realização pessoal também aparece mais entre jovens que entre adultos, o que pode estar apontando também para uma expectativa diferente entre jovens e adultos em relação ao trabalho, já que os mais novos tendem a estar no início de sua vida profissional, projetando desejos e aspirações em relação ao trabalho em que estão envolvidos ou que almejam para si. Entre os que estudavam e que não estudavam também há algumas distinções. Houve, por exemplo, uma maior adesão entre os que estudavam à ideia de realização pessoal em todos os países, ainda que na Argentina a diferença fosse pequena. O mesmo ocorre com a noção de independência que também aparece com mais força entre os que estudavam em todo os países.

Outra questão buscou averiguar qual qualidade o entrevistado julgava mais importante para um jovem conseguir trabalho a partir de seis alternativas: nível de escolaridade, experiência, conhecimento de

novas tecnologias, recomendação de pessoas influentes, aparência e idade, como é possível visualizar na tabela 6.

TABELA 6: QUALIDADE MAIS IMPORTANTE PARA QUE UM JOVEM CONSIGA TRABALHO (RESPOSTA ÚNICA, PERCENTUAL)

Categoria	Argentina	Brasil	Chile	Bolívia	Paraguai	Uruguai
Experiência	27.3	36.8	23.5	50.6	33.9	26.6
Nível de escolaridade	35.3	37.4	38.5	12.9	26.6	27.9
Recomendação de pessoas influentes	13.2	10.2	14.9	10.2	19.3	14.3
Aparência	4.8	2.6	6.4	2.2	2.6	5.3
Conhecimento de novas tecnologias	14.7	11.0	12.6	20.0	16.2	21.6
Idade	4.1	1.9	3.5	3.2	1.0	3.1
Nenhuma das anteriores	0.7	0.1	0.5	0.8	0.5	1.2

Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Experiência ou nível de escolaridade estão em primeiro lugar em todos os países. Enquanto na Argentina e no Chile, o nível de escolaridade é citado em primeiro lugar e experiência em segundo; na Bolívia e no Paraguai, a experiência torna-se a opção mais citada. No caso do Paraguai, ela é seguida pelo nível de escolaridade; já entre os bolivianos, o conhecimento de novas tecnologias irá aparecer em segundo lugar e o nível de escolaridade em terceiro. No Uruguai e no Brasil, nível de escolaridade e experiência aparecem em primeiro e segundo lugares com percentuais bastante próximos. Nos dois países, o conhecimento de novas tecnologias aparece em terceiro lugar, sendo que, no segundo caso, praticamente empatado com recomendação de pessoas influentes. Este último aparece em terceiro lugar entre as mais citadas no Chile e no Paraguai.

Esses dados são interessantes visto que, primeiro, indicam que a escolaridade ainda é socialmente percebida como elemento fundamental para se conseguir postos de trabalho (ainda que isso não mais se verifique na prática em todos os casos) e, em segundo lugar, reforçam a percepção de jovens ouvidos nessa e em outras pesquisas de que, ao tentarem conseguir o primeiro emprego, a experiência é elemento fundamental que obriga muitos deles a vivenciarem o impasse de não conseguirem trabalho por não terem outras experiências, ao

mesmo tempo em que não são dadas oportunidades para que essas experiências se realizem.

Em todos os países, o conhecimento de novas tecnologias é mais valorizado pelos homens que pelas mulheres como qualidade para que um jovem consiga trabalho. Esta característica é mais valorizada conforme aumenta o patamar socioeconômico do entrevistado no Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Já a experiência é mais valorizada entre os de menor nível econômico, com exceção do Chile. Em termos geracionais, em todos os países, o conhecimento de novas tecnologias é mais valorizado pelos adultos que pelos jovens, ainda que com pouca diferença entre eles no geral, sendo que no Uruguai, Argentina, Brasil e Chile são os mais novos (18 a 24 anos) que menos acreditam que seja a qualidade mais importante para que um jovem consiga trabalho. Essa informação pode estar indicando que a vivência dos próprios jovens para conseguir trabalho está desmistificando a centralidade muitas vezes atribuída pelo senso comum ao conhecimento de novas tecnologias, principalmente entre os mais pobres que têm menos acesso a oportunidades de trabalho em que tal exigência seja imprescindível.

4. MANIFESTAÇÕES DAS DEMANDAS NO ESPAÇO PÚBLICO

Outras dimensões estão presentes quando o assunto são as demandas. Se, por um lado, podemos reconhecê-las e compreendê-las a partir de aspectos relacionados a seu conteúdo, também é possível buscar pistas a seu respeito a partir das formas pelas quais se manifestam em diferentes âmbitos do espaço público. Sendo assim, uma das questões buscou sondar a concordância sobre algumas manifestações de demandas lideradas ou envolvendo diretamente jovens nos diferentes países. Nesse caso, diferentemente das demais perguntas, cada país elegeu sua lista de manifestações de acordo com sua conjuntura e com as demandas e formas de organização já estudadas nas etapas anteriores da pesquisa. Desse modo, é possível perceber que as formulações de tais manifestações por vezes enfatizam nos conteúdos das demandas e, em outros casos, a maneira pela qual se manifestam. E esses dois aspectos merecem atenção ao se buscar entender o grau de concordância ou discordância a cada uma delas entre os entrevistados. Tais manifestações estão aqui reunidas por temática ou demanda e não por país, uma vez que cada relatório nacional traz análise pormenorizada da adesão ou rejeição a essas expressões públicas das demandas juvenis que, ao todo, somam 25 manifestações.

Reiterando a discussão anterior, a demanda que mais aparece expressa nas distintas manifestações investigadas nos seis países é a demanda por educação em suas diversas nuances: qualidade, acesso, transparência nos recursos investidos e a questão do transporte associado à educação (meia passagem, passe livre), entre outras. Entre os jovens que protagonizam tais manifestações aparecem os estudantes secundaristas e os universitários. Das 25 manifestações de demandas juvenis, quatro países elegeram 11 que estão de alguma forma vinculadas à educação.

GRÁFICO 4: CONCORDÂNCIA COM MANIFESTAÇÕES
DA DEMANDA EDUCAÇÃO (PERCENTUAL)

MANIFESTAÇÃO	CONCORDA*	DISCORDA**
ARGENTINA		
Participação dos jovens no debate sobre a Lei de Educação Nacional no Congresso.	83.6	16.4
Marchas estudantis pelo reclamo de gás nas escolas e pelo passe escolar	76.5	23.5
Estudantes ocupam o Colégio Nacional Buenos Aires exigindo maior participação.	50.7	49.3
BRASIL		
Manifestações de estudantes nas ruas pela meia passagem ou passe livre nos transportes coletivos.	85.3	14.7
Ocupação de universidades públicas por estudantes reivindicando transparência e honestidade no gasto de recursos públicos e melhores condições de ensino.	83.9	16.1
Abaixo-assinados pelas cotas para negros nas universidades públicas.	72.0	28.0
CHILE		
Marchas estudantis pela diminuição da passagem escolar.	69.8	30.1
A ocupação de colégios por demandas estudantis..	50.2	49.8
PARAGUAI		
Os protestos e o fechamento de ruas realizados por estudantes universitários para exigir o «Boleto Estudiantil Universitario».	84.8	15.2
A ocupação da Universidad Católica por parte dos estudantes, exigindo a destituição do reitor Moreno Rufinelli pelos seus vínculos com a ditadura de Stroessner.	68.3	31.7

* Concorda + concorda totalmente

** Discorda + discorda totalmente

Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

No geral, as múltiplas manifestações de demandas associadas à educação tiveram alto grau de concordância entre entrevistados dos quatro países. E, guardadas as muitas diferenças históricas e de conjuntura social e política, tal grau de concordância pode, mais uma vez, estar expressando a centralidade de tal demanda para os jovens na percepção das sociedades investigadas. Vejamos, no entanto, os maiores índices de discordâncias nos casos aqui apresentados. No caso do Chile, apesar da concordância prevalecer em ambas as manifestações, é interessante notar que se tem uma sociedade mais dividida que as demais no geral, quando se trata de expressar duas importantes demandas: a diminuição do custo da passagem para estudantes e demandas estudantis. Aqui, também é necessário pontuar que, no segundo caso, a ocupação das escolas/colégios obteve lugar importante na formação das demandas por educação de qualidade caracterizada como «demandas estudantis». Desse modo, a maior divisão em relação à tal demanda pode também estar expressando uma certa rejeição à maneira como as demandas foram expressas no espaço público (ocupações) e não às demandas em si. De todo modo, no caso do Chile, que conviveu, em 2006, com movimento que chegou a envolver mais de 800 mil estudantes secundaristas em todo o país, tal polarização é um dado importante para se pensar a realidade chilena. Nesse mesmo sentido, houve maior concordância entre os que estudavam e entre os jovens, se comparados aos adultos. A concordância também cresce conforme aumenta o grau de escolaridade do entrevistado.

Interessante notar que a outra manifestação que teve baixa adesão em concordância, dessa vez na Argentina, foi também a ocupação, neste caso, de um colégio em particular por maior participação, o que pode, mais uma vez, indicar certa rejeição à estratégia de manifestação, ainda que o conteúdo da demanda fosse distinto. Nesse caso, assim como no Chile, os jovens e os entrevistados que estudavam estiveram mais de acordo com a manifestação.

No Brasil e no Paraguai também aparecem manifestações que se valem da ocupação não de escolas, mas de universidades. Nesses casos, a maior diferença em relação aos outros dois é como estão expressos os motivos de tais ocupações: no caso brasileiro, trata-se de uma ocupação por transparência e honestidade dos recursos públicos na educação, tema bastante caro à população que mobiliza ao se contrapor à corrupção e à má utilização dos gastos públicos (e, nesse caso, quem estuda concorda mais); no caso paraguaio, a ocupação é motivada pela denúncia do vínculo do então reitor à ditadura, outro tema caro, mais

ainda na atual conjuntura do país, e mobilizador da opinião pública. Por último, no caso do Brasil, a manifestação associada à educação com menor concordância (ainda que tenha sido alta) foi a dos abaixo-assinados pelas cotas para pessoas negras em universidades públicas. Vale salientar que tal debate é mobilizador de acaloradas discussões e debates no país, mesmo nos meios de comunicação, por tocar em uma questão bastante controversa para a população brasileira: o mito da democracia racial, o que explica, em parte, a menor concordância em comparação aos demais. Já a demanda pela meia passagem, passe livre ou outras formas de facilitação do acesso ao transporte para os estudantes recebe alta adesão nos quatro países e explicita um aspecto comum à demanda educação em todos eles.

Manifestações associadas a demandas da juventude rural ou camponesa aparecem em quatro casos: dois deles no Paraguai, um na Argentina e outro no Brasil, todas associadas à luta dos movimentos camponeses ao acesso e a condições de permanência à terra.

GRÁFICO 5: CONCORDÂNCIA COM MANIFESTAÇÕES DE DEMANDAS DA JUVENTUDE RURAL CAMPONESA (PERCENTUAL)

MANIFESTAÇÃO	CONCORDA*	DISCORDA**
ARGENTINA		
A Juventude da Federação Agrária fechou as estradas para diésel não às retenções..	55.2	44.8
BRASIL		
Participação dos jovens nas marchas do Movimento Sem Terra (MST) reivindicando reforma agrária.	50.7	49.3
PARAGUAI		
As ocupações de terra por parte das organizações camponesas com participação de jovens.	47.0	53.0
Participação de jovens em protestos contra o uso de agrotóxicos.	83.0	17.0

* Concorde + concorda totalmente

** Discorde + discorda totalmente

Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

As manifestações de alguma forma associadas à juventude rural/camponesa organizada ou à realidade rural mostram adesão muito menor se comparada aos exemplos de expressão pública de demandas vinculadas à educação. Com exceção da questão da utilização dos agrotóxicos, apontada no Paraguai com ampla concordância, as demais mani-

festações mostram um grau bastante elevado de divisão da opinião da população nos três países. Primeiro, seria necessário observar que a questão da utilização dos agrotóxicos, ainda que intimamente vinculada com a realidade da população camponesa/rural, associa-se também a demandas ambientais como a preservação do meio ambiente e a qualidade do alimento consumido pela população, podendo ser percebida, ainda, como questão de saúde pública. No caso da Argentina, há dados de conjuntura importantes para se compreender a grande polarização que envolve a manifestação. Durante a primeira metade de 2008, houve conflito em torno das medidas adotadas pelo governo para implementar um regime de retenção das exportações agropecuárias. Os protestos foram encabeçados por dirigentes de importantes organizações agrárias e as principais medidas por eles tomadas foram a interdição de estradas e a não comercialização de produtos, o que gerou desabastecimento e aumento de preços, polarizando a opinião pública em torno à questão. A polarização encontrada aqui quanto à manifestação da juventude da Federação Agrária, organização que reúne principalmente pequenos e médios produtores, pode ser, portanto, compreendida a partir desse contexto, ainda que a concordância entre os jovens tenha sido maior que entre os adultos. As questões da ocupação de terras por camponeses organizados no Paraguai e das marchas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela reforma agrária tocam em uma questão fundante em ambas as sociedades: a posse da terra e a propriedade privada, questões pouco tocadas pelo Estado ao longo de séculos e objeto de luta social pelo direito à terra também há muito tempo. No Brasil, as marchas são aprovadas pela metade dos entrevistados (ainda que entre os jovens e moradores de áreas rurais a concordância tenha sido maior), enquanto no Paraguai, a maior parte deles não concorda com as ocupações.

Chile e Uruguai apresentaram um caso cada de expressão de demandas associadas diretamente à questão da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, como é possível verificar no gráfico 6.

GRÁFICO 6: CONCORDÂNCIA COM MANIFESTAÇÕES DE DEMANDAS
RELACIONADAS AOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS (PERCENTUAL)

MANIFESTAÇÃO	CONCORDA*	DISCORDA**
CHILE		
As mobilizações pela entrega da pílula de emergência («pílula do dia seguinte»).	59.2	40.8
URUGUAI		
Manifestações juvenis pela despenalização do aborto.	54.4	45.6

* Concorda + concorda totalmente

** Discorda + discorda totalmente

Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Apesar de, em ambos os casos, o percentual de entrevistados que concordam com tais manifestações ser superior ao dos que discordam, nota-se também, quanto às questões da despenalização do aborto e da distribuição da «pílula do dia seguinte», uma grande polarização nos dois países. O debate sobre a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como sobre a autonomia do corpo da mulher é bastante controvertido e marcado por longas lutas sociais. O caso recente do Uruguai sobre o aborto é exemplo disso: apesar da conquista da despenalização do aborto no Parlamento, reconhecendo o direito da mulher de interromper a gravidez nas primeiras 12 semanas de gestação, a lei foi vetada em seguida pelo presidente da República, Tabaré Vázquez, evidenciando interesses em jogo e posturas ideológicas, marcadas, até mesmo (e, talvez, sobretudo) pela influência da Igreja Católica. No país, há 20 anos, vêm sendo apresentados projetos de lei para substituir a lei, aprovada em 1938, que penaliza a realização de abortos.

O Chile também passou por uma história recente de proibição de distribuição da pílula do dia seguinte pelo sistema público. Ainda em 2008, o governo chileno dispunha de 45 mil doses de pílulas de emergência que estariam disponíveis no sistema público de saúde, assegurando a toda mulher a possibilidade de optar por um método de emergência. A polêmica girou em torno das possíveis consequências sobre o feto. Opositores à medida alegavam defender o direito à vida e sua proteção desde o momento da concepção. Outra questão levantada foi a quem e em quais casos seria distribuído o medicamento e o protocolo necessário para recebimento do mesmo. Jovens participaram de manifestações contra e a favor à distribuição da pílula e os índices de concordância e discordância sobre as manifestações de apoio a ela revelam a polarização da sociedade chilena sobre o assunto. Em ambas

as questões e em ambos os países, no entanto, os jovens concordam mais que os adultos, chegando a uma diferença de quase 20 pontos percentuais no Chile e de mais de 10 pontos no Uruguai. A religião do entrevistado também pesa, sendo que aqueles que não têm nenhuma religião ou se dizem ateus ou agnósticos também concordam em maior proporção com as duas manifestações.

As nove demais manifestações refletem diferentes demandas que têm importância para os países em questão ou tratam de aspectos específicos da conjuntura da luta social dos jovens dos diferentes países ou de movimentos mais amplos (e, em alguns casos, históricos) que passam a incorporar jovens e que indicam a pluralidade de lutas e reivindicações em que os jovens estão envolvidos. Soma-se a isso a conjuntura social e política e a história recente de cada um deles (o gráfico 7 resume as demais manifestações).

GRÁFICO 7: CONCORDÂNCIA COM DEMAIS MANIFESTAÇÕES JUVENIS (PERCENTUAL)

MANIFESTAÇÃO	CONCORDA*	DISCORDA**
ARGENTINA		
Jovens do grupo HIJOS convocaram um <i>escrache</i> denunciando um ex-torturador e genocida.	63.8	36.2
Marcha de <i>motoboy</i> s para exigir a legalização de seu sindicato.	47.7	52.3
BOLÍVIA		
Marcha de jovens pelo fechamento de bares perto de centros educativos.	87.3	12.7
Mobilizações juvenis pela manutenção «da paz», «da democracia» e «da unidade» no país.	75.7	24.3
Ações juvenis pela reivindicação das autonomias regionais.	47.2	52.8
BRASIL		
Mobilizações de jovens reivindicando abertura de espaços e eventos para práticas culturais, esportivas e de lazer.	93.3	6.7
CHILE		
Voto voluntário nas eleições.	81,1%	18,9%
URUGUAI		
Estratégias juvenis para terem cargos na direção dos partidos políticos (eleições internas no PN e PC, carta aberta de jovens da FA e outras).	73.2	26.8
Manifestações juvenis pela legalização da maconha.	35.4	64.6

* Concorda + concorda totalmente

** Discorda + discorda totalmente

Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

As manifestações apresentadas pela Argentina enfocam diferentes aspectos da luta social do país. O primeiro deles, associado à forte luta pela punição dos militares e outros envolvidos com assassinatos e desaparecimentos ocorridos durante o período de ditadura militar, já havia sido ressaltado em um dos estudos realizados na etapa inicial da investigação sobre o agrupamento HIJOS. Agrupamento este que volta agora como protagonista de uma das suas estratégias de ação mais utilizadas: *os escraches*. O grupo é formado por filhos de desaparecidos durante a ditadura e se utiliza do *escrache*, manifestação pública com intervenções artísticas, para realizar uma «condenação social» de extorturadores e genocidas que não foram legalmente penalizados, identificando sua casa para que seus vizinhos saibam quem são e o que fizeram. Para além da finalidade dos *escraches*, em muitas ocasiões, o método em si gera controvérsias entre o restante da população, o que fica evidente pela divisão sobre a questão, ainda que a concordância tenha superado os 60%. Nesse caso, a concordância também é mais alta entre jovens.

Já a outra manifestação foi protagonizada por motoqueiros, ou seja, trabalhadores que realizam serviços de entrega nos grandes centros urbanos do país. Essa atividade é um dos trabalhos não formais onde mais se inserem jovens hoje na Argentina. No início, tratava-se de uma atividade temporária que permitia a eles continuar com seus estudos e/ou outras atividades. No entanto, com o passar do tempo, a escassez de emprego formal e o aumento da demanda por esse tipo de serviço foi crescendo e se consolidando como importante setor para os trabalhadores. Como fruto de seu crescimento, em 1998, o setor consolidou uma representação denominada Sindicato Independente de Mensageiros e Cadetes (SIMECA) que, em 2001, iniciou luta para se constituir legalmente. Desde então, tem organizado manifestações pelo reconhecimento legal do sindicato e enfrentado repressão policial. No entanto, não foi ele a ser reconhecido legalmente, mas uma agremiação pertencente à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Como só é permitido um sindicato por ramo de atividade e uma vez que a confederação já possui reconhecimento legal, foi ela a se constituir representante legal da categoria, ainda que não tenha representatividade real. A sociedade encontra-se dividida sobre o tema, no entanto, entre os jovens, a concordância foi maior.

As três manifestações apresentadas aos bolivianos fazem parte da conjuntura recente do país e dizem respeito a questões bastante específicas. A grande adesão às marchas de jovens pelo fechamento de

bares e cantinas próximos a centros educativos pode estar associada à necessidade de resposta aos profundos problemas de insegurança pelos quais passa o país atualmente. Ainda que a demanda imediata seja o fechamento dos estabelecimentos indicados, a «demanda de fundo» pode ser a segurança. A também ampla concordância com as mobilizações juvenis pela manutenção da paz, da democracia e da unidade do país revela a adesão popular a princípios que vêm sendo ameaçados ao mesmo tempo em que são percebidos como estruturantes do momento social e político pelo qual atravessa o país. A última manifestação, que são as ações de jovens bolivianos reivindicando as autonomias regionais em grande parte do país (Santa Cruz, Beni, Pando, Tarija), é objeto de discordância pela maior parte dos entrevistados, ainda que haja acentuada polarização, o que pode estar indicando as fraturas ideológicas regionais vigentes já há alguns anos na Bolívia em torno a um modelo de desenvolvimento nacional.

No Brasil, a expressão de demandas por espaços e eventos de cultura, lazer e esportes foi a manifestação com maior aceitação entre os ouvidos, ainda que seja possível observar que, em outros momentos de nossa análise, a cultura não apareça com tamanha centralidade para os jovens na percepção dos entrevistados. São os jovens e os localizados no tercil mais baixo de renda que concordam em maior proporção com esta manifestação.

No caso do Chile, o voto voluntário nas eleições também foi a manifestação investigada com menor rejeição entre os chilenos consultados. O tema é importante para a realidade chilena visto que há, desde 2004, um projeto de lei no Senado para aprovar o registro automático dos eleitores e o voto voluntário (lei recentemente aprovada). A institucionalidade juvenil do Chile (INJUV) argumenta que a lei é um avanço, já que caminha para um sistema que garante a participação de todos os cidadãos, sobretudo quando há um envelhecimento do padrão eleitoral, já que 80% dos jovens não participaram das últimas eleições municipais (2008), por exemplo. Por outro lado, argumenta-se também que a forma de participação cívica via votação se encontra desgastada entre os jovens e que a garantia do direito ao voto deveria vir acompanhada de iniciativas que envolvessem outras formas de participação juvenil, que, não sendo necessariamente institucionais, poderiam se constituir como referências políticas para eles. A adesão é maior entre os jovens (diminuindo conforme aumenta a faixa etária) e entre os localizados no tercil mais baixo de renda.

As outras duas manifestações apresentadas aos uruguaios expressam demandas investigadas em fases anteriores da pesquisa. A demanda por maior participação de jovens atuantes em partidos políticos mostrou-se como forte reivindicação nos diversos partidos e correntes investigadas e é percebida pela população em geral de forma positiva, o que pode estar indicando a concordância com estratégias de renovação dos partidos. A questão da legalização da maconha, que também foi objeto de estudo em fase anterior, demonstra, ao contrário, um grande grau de discordância, ainda que tenha sido possível perceber a grande mobilização da população em evento público que, em 2007, chegou a reunir 6 mil pessoas, na sua maioria jovens, em Montevideu (Molino de Pérez) para um festival musical apoiando a legalização da maconha. Nesse caso especialmente, a concordância se deu em maior proporção entre os homens, entre os que estudavam, entre os que viviam em áreas urbanas, entre os que se declararam ateus, agnósticos ou sem religião e cresceu à medida que é maior o tercil de renda. Há também diferença bastante acentuada (de 18 pontos percentuais) entre jovens e adultos, revelando maior concordância entre os jovens.

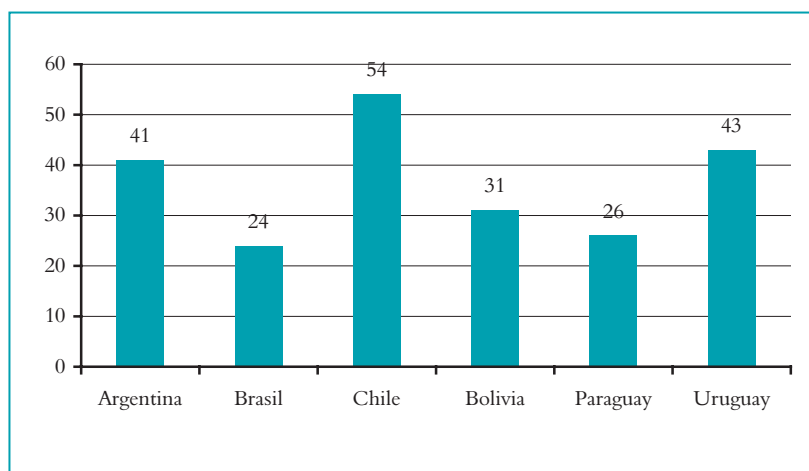
Como pôde ser visto anteriormente, as demandas agregadas nos últimos gráficos indicam a diversidade de demandas e formas de expressão em que se encontram envolvidos os jovens dos seis países pesquisados hoje. Por um lado, lutas históricas são atualizadas, caso do acesso e qualidade da educação, do acesso à terra/reforma agrária ou, mesmo, pela garantia e ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos (bandeira histórica dos movimentos feministas e de mulheres); por outro, novas agendas e reivindicações são incorporadas, como o acesso à cultura, ao lazer e ao esporte, a luta pelos direitos humanos ou as lutas, ainda mais atuais, assumidas por jovens que são razão e consequência da nova conjuntura política da Bolívia.

5. OPORTUNIDADES E DESIGUALDADES

Por último, apresentamos neste capítulo alguns aspectos associados ao debate sobre juventude e suas semelhanças e diferenças internas. Do ponto de vista da investigação, além de ajudar a aprofundar alguns assuntos, incluindo a relação entre estudo e trabalho e as novas tecnologias da informação, também foi uma maneira de abordar questões intrageracionais, ou seja, conhecer de que maneira as sociedades aqui pesquisadas e, em especial, seus jovens e seus adultos, percebem diferenças ou semelhanças entre as diversidades e desigualdades que

compõem o que chamamos de «juventude» (e que alguns autores irão chamar de «juventudes»): mulheres jovens e homens jovens; jovens negros, indígenas e brancos; jovens moradores de áreas rurais e urbanas, etc. Cada uma das frases apresentadas chama a atenção para algum aspecto que faz parte hoje do debate sobre o tema. A primeira dela, «os jovens devem só estudar e não trabalhar», retoma assuntos dos pontos anteriores, trazendo de forma bastante direta o debate sobre a relação entre trabalho e estudo para os jovens dos vários países.

GRÁFICO 8: CONCORDÂNCIA COM A FRASE «OS JOVENS DEVEM APENAS ESTUDAR E NÃO TRABALHAR», POR PAÍS (PERCENTUAL)



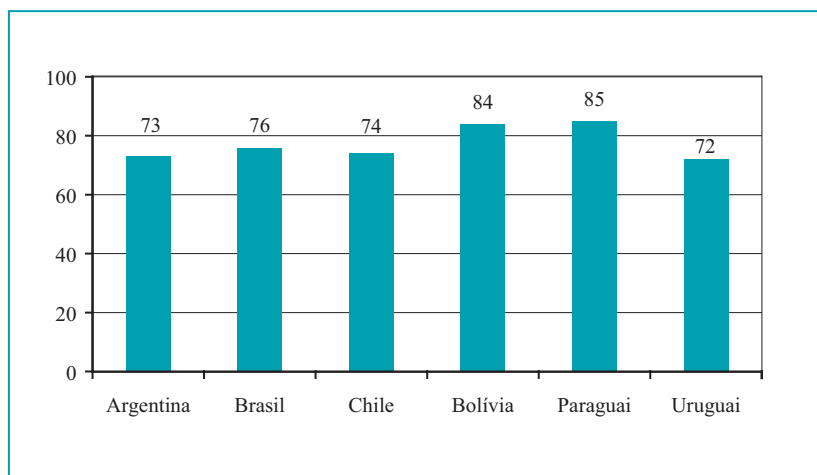
Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Sobre esta frase, como se observa no gráfico 8, os entrevistados de todos os países não estiveram de acordo em sua maioria: com exceção do Chile, em todos os demais casos, os que discordaram representaram mais de 50%. Apesar do alto grau de discordância, o Chile foi o único país onde o grau de concordância com a frase supera o de discordância, ou seja, há mais chilenos que acreditam que os jovens deveriam apenas estudar que o oposto. A Argentina foi o segundo país em grau de concordância, seguida pelo Uruguai. Há, portanto, nesses países, uma sociedade mais dividida sobre o tema e mais permeável a aceitar que os jovens apenas estudem. No caso dos outros três países, a realidade é bastante diferente: neles, os índices de discordância ultrapassam os 60% e, no caso do Brasil e do Paraguai, os 70%, revelando claramente

uma maior unidade frente ao tema e à importância (ou necessidade) do trabalho entre os jovens. Como foi visto anteriormente, o trabalho é associado, em primeiro lugar, em todos os países, à ideia de necessidade ao mesmo tempo em que a falta de dinheiro para gastos relacionados ao estudo e à dificuldade em conciliar estudo e trabalho são apontadas entre as principais dificuldades que um jovem enfrenta para estudar. Ou seja, aqui, o dilema entre o mundo do trabalho e o mundo dos estudos ressurge à luz das dificuldades que os jovens enfrentam em seu cotidiano para ter acesso à educação: falta de dinheiro que pode levar à busca por trabalho que, por sua vez, pode se tornar um novo entrave visto que escola/universidade e trabalho/emprego não dialogam.

A frase seguinte «as mulheres jovens têm as mesmas oportunidades de encontrar trabalho que os homens jovens» buscou apontar algumas percepções sobre desigualdades de gênero entre os jovens. Ao contrário da afirmativa anterior, essa frase teve alto grau de concordância, superando os 70% em todos os países. O grau de desacordo foi maior na Argentina, no Chile e no Uruguai, países onde mais de 25% dos entrevistados foram críticos à afirmativa. Na Bolívia e no Paraguai, esse percentual de discordância foi de cerca de 15%, como se verifica no gráfico 9.

GRÁFICO 9: CONCORDÂNCIA COM A FRASE «AS MULHERES JOVENS TÊM AS MESMAS OPORTUNIDADES DE ENCONTRAR TRABALHO QUE OS HOMENS JOVENS», POR PAÍS (PERCENTUAL)

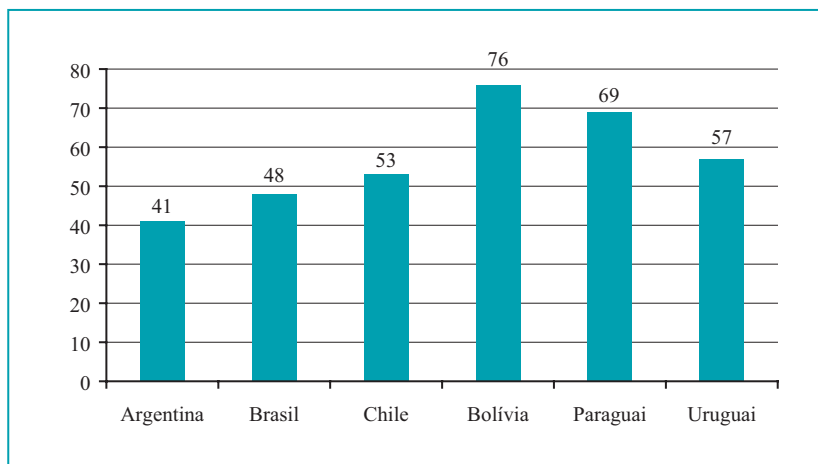


Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

É interessante notar que, ainda que haja um alto grau de concordância que poderia indicar uma superação das desigualdades entre mulheres e homens jovens em certo grau, outros estudos apontam para uma realidade distinta. O relatório Trabalho decente e juventude, lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2007, aponta que o desemprego entre jovens na América Latina é muito maior entre mulheres que entre homens. Além disso, diversos estudos continuam demonstrando que às mulheres, desde muito jovens, cabem as responsabilidades ligadas ao trabalho doméstico (Quisbert, 2007). Com exceção de Bolívia e Paraguai, os homens concordaram mais com a afirmativa e as mulheres apresentaram maior índice de discordância. Nesses dois países, os percentuais de concordância e de discordância de homens e de mulheres são bastante próximos e, no caso dos que estiveram totalmente de acordo com a frase, o de mulheres ultrapassa o de homens. No que diz respeito à geração, os jovens estão mais em desacordo com a frase que os adultos, ainda que em geral os números sejam bastante próximos. Na Argentina, no Chile e no Uruguai, há uma tendência do grau de desacordo aumentar conforme aumenta o grau de escolaridade do entrevistado. Excetuando Chile e Bolívia, o mesmo se verifica quanto ao perfil socioeconômico: há maior desacordo sobre a frase à medida que aumenta o patamar socioeconômico.

A frase seguinte, «hoje em dia, os jovens brancos, indígenas e negros têm as mesmas oportunidades», buscou conhecer as percepções acerca das desigualdades de oportunidades existentes entre jovens de etnia/raça distintas. É importante iniciar pontuando que, entre os países investigados, há diferenças marcantes em termos de composição étnico-racial, que estão articuladas à história de cada um deles. No entanto, guardadas as diferenças, será interessante perceber tendências comuns sobre o tema. No geral, a frase apresentou alto grau de concordância em todos os países, acima de 40% em todos os casos. Mas na Argentina e no Brasil, o índice de desacordo ultrapassa o de acordo, como é possível verificar no gráfico 10.

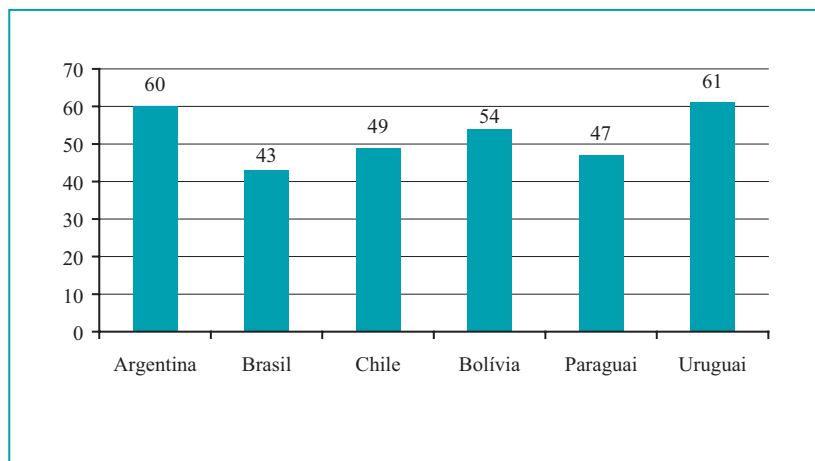
GRÁFICO 10: CONCORDÂNCIA COM A FRASE «HOJE EM DIA, OS JOVENS BRANCOS, INDÍGENAS E NEGROS TÊM AS MESMAS OPORTUNIDADES», POR PAÍS (PERCENTUAL)



Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

No geral, em todos os países, aqueles entrevistados que estudavam estavam mais em desacordo com a afirmativa que os que não estudavam. E quanto maior o grau de escolaridade, maior o desacordo. Interessante notar, ainda, que o desacordo também é maior, em todos os países, entre aqueles de maior patamar socioeconômico. O que pode estar indicando um alto grau de acordo com a afirmativa? De um lado, pode estar indicando que mudanças políticas recentes que acontecem em países como Brasil e Bolívia podem estar tendo impacto positivo no sentido de valorizar positivamente diferentes raças e etnias, a partir de iniciativas e políticas que podem estar dando maior visibilidade à questão e uma sensação de mudança. A outra possibilidade é que, ao contrário, a invisibilidade social de raças/etnias tradicionalmente percebidas como «minorias políticas» acabe por dar a sensação de que a questão inexistente ou de que já foi «resolvida».

GRÁFICO 11: CONCORDÂNCIA COM A FRASE «COM AS NOVAS TECNOLOGIAS, OS JOVENS DO CAMPO TÊM O MESMO ACESSO À INFORMAÇÃO QUE OS JOVENS DA CIDADE», POR PAÍS (PORCENTUAL)



Fonte: «Pesquisa Juventudes Sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

A última afirmativa buscou aliar o tema das novas tecnologias da comunicação com as desigualdades existentes entre jovens que vivem em centros urbanos e em áreas rurais. A afirmativa foi formulada da seguinte maneira: «com as novas tecnologias, os jovens do campo têm o mesmo acesso à informação que os jovens da cidade». Sobre essa frase, em metade dos países pesquisados (Argentina, Bolívia e Uruguai), o percentual de acordo ultrapassa o de desacordo. Nos outros três países (Brasil, Chile e Paraguai), o grau de desacordo é maior, o que evidencia que não há uma tendência geral nas sociedades investigadas. Excetuando Paraguai, onde não há diferença significativa entre mulheres e homens nesse caso, nos demais países, os homens estão mais de acordo com a frase que as mulheres, entre as quais é maior o índice de desacordo. Quando analisamos a questão a partir das diferenças e semelhanças entre gerações, percebemos que, em todos os países, menos o Paraguai, onde praticamente não há diferenças entre acordo e desacordo de jovens e adultos, os adultos estão mais de acordo com a frase, enquanto os jovens, mais em desacordo.

6. APONTAMENTOS FINAIS

O debate sobre as demandas apresentado brevemente no início deste capítulo pode ser enriquecido pelas informações aqui apresentadas. Por um lado, foi possível perceber que determinadas demandas, como aquelas associadas à educação, têm maior visibilidade dada por diferentes atores sociais (muitos deles juvenis) e acúmulo em seu debate, o que nos permite aferir que, na maior parte das vezes, constituem-se sim como problemas políticos, na linha argumentativa de Graça Ruas. Os dados aqui apresentados reforçam a centralidade da demanda por educação e ajuda a qualificá-la visto que a baixa qualidade da educação aparece como um dos maiores problemas (ao lado de violência) que impede que os jovens vivam melhor o presente e conquistem o futuro.

Na percepção dos entrevistados de quatro países (Argentina, Bolívia, Chile e Paraguai), a falta de dinheiro para transporte e outros gastos aparece com destaque entre as dificuldades que os jovens enfrentam para estudar demonstrando a importância da questão econômica para a garantia do acesso à educação. Outras dificuldades, como a de se conciliar estudo e trabalho e o desinteresse dos próprios jovens, também têm importância nesse cenário. No entanto, os jovens apontam mais que os adultos a dificuldade para conciliar estudo e trabalho, já os adultos apontam, no geral, em maior proporção que os jovens, a falta de dinheiro e o desinteresse dos jovens.

Sobre as características que poderiam garantir uma educação de boa qualidade, há distinções bastante acentuadas entre os países. No entanto, haver mais disciplina nos estabelecimentos de ensino, melhor infraestrutura física e equipamentos e o interesse e dedicação dos professores são citados com bastante força em praticamente todos os países. Há, novamente, diferenças entre opiniões de jovens e adultos. Enquanto os primeiros apontam, em maior proporção, a maior participação dos estudantes, os adultos tendem a apontar, mais que eles, a maior disciplina nos estabelecimentos de ensino e melhores salários para os professores.

A educação também é objeto do maior número de manifestações juvenis investigadas, e em geral, as 11 expressões públicas de múltiplas reivindicações e pautas vinculadas a essa demanda possuem alto grau de concordância nos quatro países onde foram perguntadas.

As demandas associadas ao trabalho também aparecem com força, ainda que, como foi visto, foram objeto de apenas uma manifestação juvenil investigada, na Argentina, que também se vinculava à organi-

zação social, já que uma categoria profissional, formada sobretudo por jovens, reivindicava a legalização de seu sindicato. Ou seja, ainda que venha se constituindo como um tema importante no debate sobre os direitos dos jovens hoje, não houve aqui a apresentação de múltiplos atores enunciando tal demanda no espaço público.

Por outro lado, e reforçando a importância do tema no debate acerca da juventude nos diferentes países, ter mais oportunidades de trabalho foi apontado como o que seria mais importante para a juventude hoje. A compreensão acerca do trabalho se vincula, sobretudo, à ideia de necessidade, e essa noção é ressaltada ainda com mais força entre os mais pobres e os menos escolarizados. Os jovens, mais que os adultos, associam o trabalho a ideia de independência e realização pessoal, enquanto os adultos o vinculam mais a direito, ainda que Bolívia e Paraguai sejam exceções nesse caso. Para se conseguir trabalho, a experiência e o grau de escolaridade são o que mais conta na opinião dos entrevistados. Sobre a relação entre educação e trabalho, a partir da frase «os jovens devem só estudar e não trabalhar», em todos os países, a discordância superou a concordância, com exceção do Chile, onde os que discordaram representaram mais de 50%, evidenciando um impasse nesse debate: *quando e de que maneira deve se dar a inserção dos jovens no mercado de trabalho*.

Houve ainda quatro manifestações juvenis ligadas à questão rural que, no geral, mostram o profundo grau de divisão das sociedades quanto à questão da terra e demandas vinculadas à ela. Outras duas questões, no Uruguai e no Chile, buscavam perceber a aprovação de manifestações de demandas ligadas aos direitos sexuais e reprodutivos e estas, apesar da concordância ser maior que a discordância, evidenciaram sociedades divididas sobre esses temas. As demais manifestações expressaram demandas vinculadas aos direitos humanos, trabalho, participação, cultura, democracia, a partir de aspectos bastante diversificados, apresentando, assim, patamares distintos de adesão, de acordo com o tema e a realidade do país. No entanto, para além do conteúdo das demandas evidenciadas nas manifestações públicas, houve, ainda, a forma de expressão da demanda, que também apresentou uma variação bastante expressiva, indo de abaixo-assinados a manifestações, marchas, *escraches*, protestos, interdição de ruas ou estradas e ocupações de escolas e universidades.

As quatro frases apresentadas para buscar conhecer, sobretudo, a percepção da população sobre diferenças internas aos jovens mostrou que as pessoas percebem sociedades menos desiguais, pelo menos no

que diz respeito à juventude, que se poderia supor. A concordância supera a discordância em todos os países para a frase «as mulheres jovens têm as mesmas oportunidades de encontrar trabalho que os homens jovens». A frase «hoje em dia, os jovens brancos, indígenas e negros têm as mesmas oportunidades» apresentou também alto grau de concordância (acima de 40% em todos os casos), ainda que, na Argentina e no Brasil, o índice de desacordo tenha superado o de acordo. A frase que buscava entender possíveis diferenças ao acesso à tecnologia e à informação entre jovens da cidade e do campo («com as novas tecnologias, os jovens do campo têm o mesmo acesso à informação que os jovens da cidade») foi a que mais dividiu opinião, se comparamos os países: na Argentina, na Bolívia e no Uruguai o percentual de acordo ultrapassa o de desacordo; enquanto no Brasil, no Chile e no Paraguai a discordância foi maior.



*Sociedades sul-americanas:
o que dizem jovens e adultos
sobre as juventudes*

Capítulo 6
**POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA LOS JÓVENES**

Verónica Filardo y Laura Noboa



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LOS JÓVENES¹

EN EL CAPÍTULO SE analiza las respuestas de los ciudadanos de los seis países del cono sur de América Latina (Brasil, Argentina, Uruguay, Bolivia, Chile y Paraguay), focalizando en las opiniones respecto a las políticas públicas que los distintos gobiernos impulsan para mejorar la calidad de vida de los jóvenes.

El análisis aborda tres importantes asuntos. En primer lugar, se presentan las evaluaciones ciudadanas en relación a cuán activos son los gobiernos a la hora de promover acciones y programas focalizados en la juventud o las juventudes. Seguidamente, se muestran las prioridades que los habitantes asignan a las distintas áreas sectoriales en que pueden dividirse los programas. Finalmente, se informa sobre el grado de conocimiento que actualmente existe en los distintos países sobre las acciones concretas que hoy en día desarrollan los gobiernos. El análisis se realiza privilegiando las diferencias y coincidencias entre los países. Adicionalmente, se tendrá en cuenta asociación de las respuestas con algunas variables de estratificación social, tales como el sexo, el nivel educativo, el sector (rural o urbano), el ingreso y —muy especialmente— la edad.

1. EVALUACIÓN DE LOS GOBIERNOS EN MATERIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LOS JÓVENES

La encuesta plantea una escala que gradúa tres opiniones: i) «el gobierno no conoce ni se preocupa por las necesidades de los jóvenes», ii) «el gobierno conoce las necesidades de los jóvenes, pero no hace nada» y iii) «el gobierno apoya y promueve programas y acciones dirigidas a la juventud».

1 Con la colaboración inicial de Gabriel Chouhy.

Considerando las respuestas por país se encuentra que la primera, francamente negativa, recoge entre el 8% y el 17% de las adhesiones. Situándose en el máximo Bolivia y en el mínimo Uruguay.

La segunda opción —que supone una percepción de déficit en la atención (implementación de medidas, programas o acciones), pero no en la identificación de las necesidades de los jóvenes por parte de los gobiernos— concentra a más del 45 % de los ciudadanos de todos los países, señalando disconformidad. Se presentan, no obstante diferencias sustantivas por país en este aspecto. Paraguay recoge el 80% de las opiniones y Uruguay un 45%. En el otro extremo, que refleja la aprobación por parte de los encuestados de las acciones del gobierno de cada país referentes a políticas para jóvenes, se encuentran entre el 7% y el 43%, marcándose nuevamente diferencias entre los países, que sitúan como extremos a Paraguay y a Uruguay.

TABLA 1: PORCENTAJE DE PERSONAS POR PAÍS QUE RESPONDEN:
«HOY EN DÍA EL GOBIERNO DE MI PAÍS...»²

Categoría	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Uruguay
No conoce ni se preocupa de las necesidades de los jóvenes	17	24	10	18	13	8
Conoce las necesidades de los jóvenes, pero no hace nada	74	46	69	64	79	45
Apoya y promueve programas y acciones dirigidas a la juventud	8	26	20	18	7	43
Ninguna de ellas	2	5	1	1	1	3

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Considerando la distribución de las opiniones en base a esta escala, es posible identificar tres grupos de países: por un lado se encuentra Uruguay como el país mejor evaluado (estrictamente en términos de políticas públicas dirigidas a jóvenes), con un nivel de conformidad que alcanza casi a la mitad de la población de ese país. En segundo lugar se encuentra el grupo integrado por Chile, Bolivia y Brasil, que cuentan con una opinión favorable en torno al 20% de los ciudadanos. El tercer grupo se caracteriza por una evaluación ciudadana franca-

2 Sobre respuestas válidas (excluye sin dato y no contesta).

mente negativa de los gobiernos en cuando al conocimiento y acción sobre las necesidades de los jóvenes, y se integra por Argentina y Paraguay (que no superan el 9% de opiniones favorables).

Los resultados señalan la percepción ciudadana de un claro déficit de atención y/o de implementación de acciones por parte de los gobiernos de la región a las necesidades de los jóvenes, en todos los países, aunque con diferencias significativas entre ellos. La tabla 2 muestra la distribución de personas según país que consideran que su gobierno apoya y promueve programas y acciones dirigidas a los jóvenes.³ En la misma, pueden observarse las diferencias entre los países.

TABLA 2: PORCENTAJE DE PERSONAS POR PAÍS QUE AFIRMAN:
«HOY EN DÍA EL GOBIERNO DE MI PAÍS APOYA Y PROMUEVE PROGRAMAS
Y ACCIONES DIRIGIDAS A LA JUVENTUD»⁴

Categorías		Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Uruguay
Total		8	26	20	18	7	43
Sexo	Masculino	8	27	21	18	7	42
	Femenino	7	25	20	17	8	44
Edad	Joven	7	25	16	13	5	38
	Adulto	8	26	22	19	9	45
Nivel educativo	Primaria incompleta	9	28	22	20	7	33
	Primaria completa	6	29	20	16	6	37
	Secundaria	7	27	17	18	8	46
	Superior	9	19	19	15	9	57
Ingreso en terciles	Más bajo	8	32	20	16	7	36
	Mediano	8	26	20	17	7	44
	Más alto	7	20	20	19	8	49
Sector	Urbano	8	23	19	17	8	44
	Rural	8	31	25	21	6	33

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Atendiendo a diferentes atributos de los encuestados, ¿cuáles son los que determinan mayor proporción de aprobación?

En todos los países se observa una menor proporción relativa de jóvenes que de adultos, con una evaluación positiva de las acciones del gobierno en materia de juventud. Esta diferencia etaria resulta especialmente relevante en Chile, Brasil y Uruguay. La menor acepta-

3 El mismo está calculado sobre el total de respuestas válidas.

4 Sobre respuestas válidas (excluye sin dato y no contesta).

ción por parte de la población potencialmente beneficiaria (jóvenes) de estas políticas gubernamentales debe ser especialmente tenida en cuenta, ya que está hablando o bien de una insuficiencia en su calidad y cobertura, o bien de un problema de difusión y legitimación entre sus destinatarios.

En relación con las demás variables de estratificación consideradas, se observan diferencias en la evaluación positiva de las políticas de juventud en prácticamente todos los países de la región, con arreglo al nivel de escolaridad y el ingreso de las personas (que a su vez sostienen alta asociación entre ellas).⁵ Así, en Chile, Brasil y Uruguay se registran mayores niveles de conformidad entre quienes alcanzaron la educación superior frente a quienes no culminaron la enseñanza primaria. En Bolivia sucede exactamente lo contrario: los menos educados presentan una mayor proporción de personas que considera que el gobierno desarrolla políticas activas en el área de juventud. Con el ingreso sucede algo similar: en Uruguay y Chile los de mayor renta valoran más positivamente las políticas dirigidas a los jóvenes que los más pobres, mientras que en Bolivia son precisamente los de menor renta los que mayor conformidad presentan al respecto.⁶

Si ahora nos ocupamos del área geográfica donde viven los entrevistados, se constata que en Chile, Brasil y Bolivia los habitantes del medio rural tienden a tener una visión más positiva del rol del gobierno que aquellos que viven en la ciudad. Lo contrario sucede en Uruguay: en dicho país, los sectores urbanos consideran que el gobierno apoya y promueve acciones para los jóvenes en una mayor proporción que sus conciudadanos del campo. Finalmente, el análisis en base al sexo no registra diferencias relevantes para ninguno de los países.

5 Los V de Kramer de la asociación entre nivel educativo en 4 tramos y tercil de ingresos varía (con significación plena) entre 0.21 y 0.3 para todos los países.

6 Una posible interpretación del comportamiento de Bolivia en esta variable —que fuera discutida en el grupo de trabajo— es que en este país la respuesta sobre las acciones del gobierno a favor de los jóvenes esté «contaminada» por el apoyo en general al gobierno, que sienta sus bases en los sectores de menores ingresos, situación que se agudizaría dada la coyuntura política que se vivía en el país al momento de la encuesta. Esta interpretación no se contradice con el bajo conocimiento y recordación de políticas concretas, que para el caso de Bolivia no supera el 5% en el total de los encuestados, siendo aún menor el porcentaje que conoce o recuerda alguna para el caso del tercil de ingresos más bajos.

2. PRIORIDADES SECTORIALES

Una segunda cuestión a analizar refiere a las prioridades que los habitantes de los países asignan a las distintas áreas sectoriales en que pueden dividirse estos programas. La tabla 3 resume, para cada país la proporción de personas que seleccionaron entre las tres más importantes a cada una de las nueve áreas de políticas juveniles incluidas en el formulario, a saber: i) transporte gratuito o con descuento, ii) acceso a la tierra para agricultores jóvenes, iii) inclusión educativa, iv) cultura, deporte y espacios públicos, v) inclusión laboral, vi) apoyo a la inclusión social de jóvenes con antecedentes criminales, vii) políticas de salud para jóvenes, tratamiento de VIH y embarazo adolescente, viii) reducción de daños con drogas, y ix) inclusión de minorías (jóvenes, discapacitados, mujeres, indígenas, negros). Además de los totales por país, los resultados se presentan desagregados por los dos grandes grupos de edad.

TABLA 3: DE ESTE LISTADO DE PROYECTOS Y ACCIONES DEL GOBIERNO DIRIGIDAS A LOS JÓVENES, QUISIERA QUE ME DIJERA CUÁLES SON LAS TRES MÁS IMPORTANTES? (PORCENTAJE DE PERSONAS QUE UBICAN A CADA CATEGORÍA ENTRE LAS TRES MÁS IMPORTANTES)

Proyectos y Acciones	Argentina		Bolivia		Brasil		Chile		Paraguay		Uruguay	
	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A
Deserción e inclusión educativa	53	56	44	49	45	44	48	49	45	44	46	43
Salud, maternidad y SIDA	52	51	44	41	40	41	40	37	51	48	54	46
Inclusión laboral	43	42	29	27	45	46	41	37	40	42	40	38
Inclusión de minorías	33	30	28	28	31	31	21	22	28	23	24	19
Transporte gratuito	35	28	36	37	32	31	41	39	42	46	39	32
Reducción de daños por drogas	25	26	32	26	20	23	27	31	27	20	33	35
Cultura, deportes y espacios públicos	18	20	29	26	23	19	31	29	19	16	20	21
Apoyo inserción jóvenes con antecedentes	20	16	24	21	40	37	28	28	19	20	23	23
Acceso a la tierra	11	19	30	35	17	21	17	19	28	39	18	35

J: Joven / A: Adulto

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

En líneas generales, del análisis de los totales por país se desprende que, a juicio de los ciudadanos, *las priorizadas son las áreas sociales tradicionales cuya expansión caracterizó a la primera generación del Estado desarrollista*. Es así que las áreas de educación, salud y trabajo, ocupan en casi todos los países, los tres primeros lugares en su escala de prioridades; y esta clara jerarquización frente a demandas de nuevo cuño, como los derechos humanos, el transporte o la cultura, puede interpretarse como una reacción ante el desmantelamiento de los Estados sociales que dominó la ola neoliberal de los años 80 y 90.

Finalizada la primera fase de institucionalización de los Estados nacionales, a comienzos del siglo xx, las jóvenes naciones latinoamericanas comenzaron (con mayor o menor éxito según el caso, más tarde o más temprano) a abandonar el modelo de Estado típicamente liberal (reducido a las funciones de «juez y gendarme») dominante durante el siglo xix. El crecimiento de las capas medias, la urbanización y la fuerte presencia inmigratoria exigieron la generalización de la enseñanza (con el objetivo manifiesto de formar los ciudadanos), la expansión de los servicios de salud, y una mínima protección del trabajo (frente a una clase obrera de incipiente gestación).

El proceso adquirió decidido impulso en la época de la posguerra, durante el auge del modelo de sustitución de importaciones. Especialmente en el cono sur de América (quizá con la excepción de Paraguay y Bolivia), se desarrolló un incipiente «Estado desarrollista»,⁷ que garantizó cierta cobertura de salud, educación gratuita y acceso al empleo para sectores importantes de la población. Fue durante el último cuarto del siglo xx que, primero al amparo de las dictaduras militares y luego bajo el influjo del consenso de Washington, los países del sur de América iniciaron un sostenido proceso de retraimiento de las funciones sociales tradicionales de este Estado social (privatización de la enseñanza y la salud pública, desregulación laboral, entre otras). Las crisis económicas y sociales acaecidas en los albores del presente siglo marcaron el fin de la era neoliberal y el ascenso de gobiernos de orientación progresista, con un fuerte énfasis (al menos discursivo) en la recomposición de las demandas generadas durante todo el siglo xx y largamente incumplidas en las últimas décadas.

Por tanto, no debe llamar la atención que precisamente estas áreas sean hoy las que ocupan los primeros lugares en el orden de prioridades

7 La heterogeneidad de situaciones en América Latina no permitiría englobar a todos los países en el término «Estados de Bienestar».

ciudadanas: el desarrollo de servicios de atención a la salud (en particular, el embarazo adolescente y los programas de VIH) ocupa el primer lugar en la lista de áreas prioritarias en Paraguay y Uruguay, el segundo lugar en Argentina y Bolivia, y el tercer lugar en Brasil y Chile. La reinserción de los desafilados del sistema educativo y el combate a la deserción escolar ocupa el primer lugar en Argentina, Chile y Bolivia, y el segundo puesto en Brasil, Paraguay y Uruguay. Finalmente, la inclusión laboral de los jóvenes constituye la primera prioridad para los ciudadanos brasileños, y la tercera prioridad para argentinos, chilenos y uruguayos.

Demandas que podrían definirse como de «segundo orden» (en el sentido que se tornan relevantes una vez satisfechas las necesidades de salud, trabajo y educación) como el transporte ocupan lugares secundarios. Dentro de este segundo conjunto de demandas, el transporte ocupa un lugar importante (segundo en Chile y tercero en Bolivia y Paraguay). La importancia de las demás áreas resulta marginal en la mayoría de los países: el acceso a la tierra ocupa el último lugar en Brasil, Argentina y Chile; la inclusión de las mal llamadas «minorías» (jóvenes, mujeres, negros, indígenas o discapacitados) es la última prioridad de los uruguayos; el desarrollo de la cultura y los espacios públicos cierra la lista de los paraguayos, y es pequeña la proporción de bolivianos que considera prioritaria la inclusión social de los jóvenes con antecedentes criminales.

Para las temáticas seleccionadas, un análisis de las consideradas prioritarias según edad no muestra, salvo excepciones, brechas sustantivas (de 10 puntos porcentuales o más) que indiquen diferencias importantes en la estructuras de prioridades según edad.

Las acciones gubernamentales orientadas a la cultura, deporte y espacios públicos, inclusión laboral, inclusión de infractores, inclusión educativa y mitigar la deserción, y salud, maternidad y SIDA, son tan importantes para jóvenes como adultos, con las excepciones de Bolivia en el área de educación (que presenta diferencias marginales de 5 puntos porcentuales a favor de los adultos⁸) y de Uruguay en el área de la salud (que adquiere mayor importancia entre los jóvenes).

En el otro extremo, la temática con mayores diferencias en la estructura de prioridades de jóvenes y adultos en la región es con relación al acceso a la tierra (aspecto posicionado en el cuarto, quinto y sexto lugar del ranking en Bolivia, Paraguay y Uruguay, respectivamente, y en último lugar del ranking en Argentina, Brasil y Chile).

8 El 49% de los adultos la mencionan entre las tres acciones más importantes, frente a un 44% de los jóvenes bolivianos.

En toda la región este aspecto es más prioritario entre los adultos, y en cuatro de los seis países de la región analizados (Uruguay, Paraguay, Argentina y Bolivia) se presentan brechas significativas de 17, 10, 8 y 6 puntos porcentuales a favor de los adultos. Puede plantearse aquí la hipótesis de que esto esté influenciado según la región de residencia (urbano/rural), y sea un tópico mencionado principalmente por adultos residentes en zonas rurales frente a la migración campo/ciudad que toca fuertemente a las edades más jóvenes ante la falta de opciones y posibilidades de desarrollo personal y laboral en las zonas rurales.

Por último, demandas de segundo orden como la inclusión de minorías, transporte gratuito y reducción de daños por drogas, son más mencionados como prioritarias por los jóvenes de dos o tres países de la región. Así, los jóvenes argentinos, paraguayos y uruguayos valorizan más que sus mayores las acciones en pro de la inclusión de minorías, mientras lo mismo ocurre en Bolivia y Paraguay frente a la reducción de daños por drogas. El transporte gratuito es más demandado por jóvenes en Argentina y Uruguay, mientras en Paraguay aparece una diferencia marginal a favor de los adultos.

TABLA 4: BRECHAS EN LAS ESTRUCTURAS DE PRIORIDADES, SEGÚN EDAD (JOVEN/ADULTO) POR PAÍS (PORCENTAJES)

Proyectos y Acciones	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Uruguay
Deserción e inclusión educativa	3	5	-1	1	-1	-3
Salud, maternidad y SIDA	-1	-3	1	-3	-3	-7
Inclusión laboral	-1	-3	1	-4	3	-2
Inclusión de minorías	-4	0	0	1	-5	-5
Transporte gratuito	-7	1	-1	-2	4	-7
Reducción de daños por drogas	1	-5	3	5	-6	2
Cultura, deportes y espacios públicos	1	-3	-4	-2	-3	1
Apoyo inserción jóvenes con antecedentes	-4	-2	-3	1	1	0
Acceso a la tierra	8	6	3	2	10	17

Nota: Valores positivos indican mayor importancia dada por los adultos y valores negativos indican mayor prioridad dada por los jóvenes.

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

a) *Educación, salud y trabajo*

Viendo las tres temáticas más señaladas en función de otras variables de corte, la *educación como prioridad*, no manifiesta diferencias en ninguno de los países en función del sexo de los entrevistados. Sólo en Uruguay, Brasil y Chile (en ese orden) el ingreso del hogar y el nivel educativo de los entrevistados muestra diferencias; y éstas son a favor de los más ricos y más educados. Las diferencias en Uruguay son en las dos variables más del doble que la presentada por Chile. El sector (urbano-rural) hace diferencias en Brasil y en Uruguay, siendo un 8% mayor en ambos casos el porcentaje de los que optan por esta temática en el sector urbano que en el rural. En el resto de los países no hace diferencia.

TABLA 5: IMPORTANCIA DADA A TEMÁTICAS DE EDUCACIÓN COMO PROYECTO O ACCIÓN GUBERNAMENTAL, SEGÚN VARIABLES DE CORTE (PORCENTAJES)

Categorías		Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Uruguay
Total		55	47	44	49	45	44
Sexo	Masculino	55	47	44	49	43	44
	Femenino	56	47	45	49	46	44
Edad	Joven	53	44	45	48	45	46
	Adulto	56	49	44	49	44	43
Nivel educativo	Primaria incompleta	55	49	42	47	45	41
	Primaria completa	60	46	48	48	45	37
	Secundaria	53	44	47	50	43	46
	Superior	55	49	49	52	42	54
Ingreso en terciles	Más bajo	55	45	42	46	47	40
	Mediano	56	49	42	48	43	42
	Más alto	55	47	49	52	44	50
Sector	Urbano	56	47	46	49	44	45
	Rural	53	47	37	48	46	37

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

TABLA 6: DIFERENCIAS PORCENTUALES ENTRE CATEGORÍAS DE SEXO, NIVEL EDUCATIVO, INGRESO Y SECTOR EN EDUCACIÓN COMO PROYECTO O ACCIÓN GUBERNAMENTAL POR PAÍS⁹

Categorías	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Uruguay
Sexo	1	1	1	-1	3	0
Nivel educativo	0	1	7	5	-3	13
Ingreso	-1	2	6	5	-3	10
Sector	-3	0	-8	-2	3	-8

Nota: Valores positivos indican diferencias a favor de la última categoría en cada variable de corte.

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Se aprecia que acciones vinculadas a *la salud* de los jóvenes tiene un señalamiento mayor entre las mujeres que entre los hombres, salvo en Bolivia y Brasil, donde las diferencias no superan los 5 puntos porcentuales. El nivel educativo presenta diferencias porcentuales pronunciadas atendiendo al nivel superior frente a aquellos que sólo alcanzan hasta primaria incompleta. Superan los 11 puntos porcentuales de diferencia en todos los países salvo en Brasil y Chile. El ingreso de los hogares es una variable que revela diferencias porcentuales entre los del tercil más alto frente a los del tercil inferior que superan los 10 puntos en Argentina y Bolivia. La región, considerada como «urbano» y «rural» también marca diferencias en cuanto a la priorización de la temática salud de los jóvenes. En los sectores urbanos la proporción es mayor que en el rural en todos los países, salvo Brasil y Chile en que no se aprecian diferencias. En Argentina y Uruguay estas diferencias se sitúan entre 12 y 13 puntos porcentuales a favor del sector urbano, y en Bolivia y Paraguay en el 8% en el mismo sentido.

9 Valores positivos en sexo indican mayor importancia dada por las mujeres y valores negativos indican mayor prioridad dada por los hombres. Valores positivos en nivel educativo indican mayor importancia dada por personas con nivel superior que si tienen hasta primaria. Valores positivos en ingreso mayor importancia dada por personas del tercil más alto frente a las del tercil más bajo. Valores positivos en sector indican mayor importancia dada en el campo y valores negativos indican mayor prioridad dada en las ciudades.

TABLA 7: IMPORTANCIA DADA A TEMÁTICAS DE SALUD COMO PROYECTO O ACCIÓN GUBERNAMENTAL, SEGÚN VARIABLES DE CORTE (PORCENTAJES)

Categorías		Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Uruguay
Total		51	42	41	38	49	48
Sexo	Masculino	48	40	39	35	47	44
	Femenino	54	43	43	41	52	52
Edad	Joven	52	44	40	40	51	54
	Adulto	51	41	41	37	48	46
Nivel educativo	Primaria incompleta	43	37	42	35	46	38
	Primaria completa	47	38	38	40	49	48
	Secundaria	54	43	41	39	55	50
	Superior	58	48	42	38	64	52
Ingreso en terciles	Más bajo	43	38	42	38	48	49
	Mediano	55	40	40	36	49	48
	Más alto	56	47	42	39	51	48
Sector	Urbano	53	47	42	39	51	48
	Rural	40	37	40	35	44	37

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

TABLA 8: DIFERENCIAS PORCENTUALES ENTRE CATEGORÍAS DE SEXO, NIVEL EDUCATIVO, INGRESO Y SECTOR EN SALUD COMO PROYECTO O ACCIÓN GUBERNAMENTAL POR PAÍS¹⁰

Categorías	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Uruguay
Sexo	6	3	4	6	6	8
Nivel educativo	15	11	1	2	19	14
Ingreso	13	10	0	1	3	-2
Sector	-13	-8	-1	-3	-8	-12

Nota: Valores positivos indican diferencias a favor de la última categoría en cada variable de corte.

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

- 10 Valores positivos en sexo indican mayor importancia dada por las mujeres y valores negativos indican mayor prioridad dada por los hombres. Valores positivos en nivel educativo indican mayor importancia dada por personas con nivel superior que si tienen hasta primaria. Valores positivos en ingreso mayor importancia dada por personas del tercil más alto frente a las del tercil más bajo. Valores positivos en sector indican mayor importancia dada en el campo y valores negativos indican mayor prioridad dada en las ciudades.

El sexo no marca diferencias sustantivas entre aquellos que priorizan (entre los tres primeros lugares) al *trabajo* de los jóvenes como un área que requiere actuación de los gobiernos. Tampoco logra distancias el ingreso de los hogares de los entrevistados. En cambio sí se muestran algunas diferencias entre los que tienen nivel superior y los que no alcanzan a completar el nivel primario de educación en Argentina y Chile a favor de los más educados. En cambio en Uruguay (que presenta la diferencia porcentual de mayor valor absoluto) lo hace en sentido inverso: se registra mayor proporción de los que optan por priorizar el trabajo de los jóvenes entre los que tienen menor nivel educativo. En cuanto al sector (urbano/rural) se detecta nuevamente que Uruguay representa un caso atípico: si las diferencias están en el orden de 7% a favor del sector urbano en el tema trabajo de los jóvenes, para Uruguay es el sector rural en donde se responde en mayor proporción (una diferencia de 11 puntos porcentuales).

TABLA 9: IMPORTANCIA DADA A TEMÁTICAS DE EMPLEO Y TRABAJO COMO PROYECTO O ACCIÓN GUBERNAMENTAL, SEGÚN VARIABLES DE CORTE (PORCENTAJES)

Categorías		Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Uruguay
Total		43	28	45	38	41	39
Sexo	Masculino	42	29	47	39	41	39
	Femenino	43	27	44	38	41	39
Edad	Joven	43	29	45	41	40	40
	Adulto	42	27	46	37	42	38
Nivel educativo	Primaria incompleta	41	26	45	34	44	46
	Primaria completa	43	23	45	42	37	33
	Secundaria	41	31	45	38	37	42
	Superior	46	29	49	39	39	38
Ingreso en terciles	Más bajo	42	29	44	38	38	38
	Mediano	40	28	45	37	44	40
	Más alto	45	27	47	38	42	39
Sector	Urbano	43	30	46	39	41	38
	Rural	37	23	42	32	42	49

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

TABLA 10: DIFERENCIAS PORCENTUALES ENTRE CATEGORÍAS DE SEXO, NIVEL EDUCATIVO, INGRESO Y SECTOR EN TRABAJO COMO PROYECTO O ACCIÓN GUBERNAMENTAL POR PAÍS¹¹

Categorías	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Uruguay
Sexo	2	-2	-3	-2	0	-1
Nivel educativo	5	3	4	6	-5	-8
Ingreso	4	-3	3	0	4	1
Sector	-6	-7	-4	-7	2	11

Nota: Valores positivos indican diferencias a favor de la última categoría en cada variable de corte.

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Por tanto, del análisis de estas tres temáticas se desprende que frente a las demandas de protección social al Estado de corte más tradicional (educación, salud y trabajo), en este caso focalizada en los jóvenes, sólo las acciones relativas a la *salud* son sensibles al sexo de los entrevistados, siendo las mujeres las que priorizan más que los hombres esta área (salvo en Brasil y Bolivia en que las diferencias son menores a 5 puntos).

El *ingreso* de los hogares de los entrevistados no muestra (al compararse el primer y el último tercil) diferencias en la priorización del área *trabajo*. Sí lo hace en cuando a *educación* en tres países (Uruguay, Brasil y Chile en ese orden) a favor de los más ricos. En relación a *salud*, el ingreso muestra diferencias sólo en Argentina y Bolivia, siendo priorizado más frecuentemente en el tercil más rico en relación al más pobre.

El *nivel educativo* marca diferencias a favor de los más educados frente a los menos en la temática de *trabajo* en Argentina y Chile, y en sentido contrario (priorizan más esta área los menos educados) en Uruguay. También lo hace en el área educación en Brasil, Chile y Uruguay (en sentido positivo) y en el área *salud* (en Paraguay, Argentina, Uruguay y Bolivia; en ese orden y en sentido positivo).

11 Valores positivos en sexo indican mayor importancia dada por las mujeres y valores negativos indican mayor prioridad dada por los hombres, Valores positivos en nivel educativo indican mayor importancia dada por personas con nivel superior que si tienen hasta primaria, Valores positivos en ingreso mayor importancia dada por personas del tercil más alto frente a las del tercil más bajo y Valores positivos en sector indican mayor importancia dada por en el campo y valores negativos indican mayor prioridad dada en las ciudades.

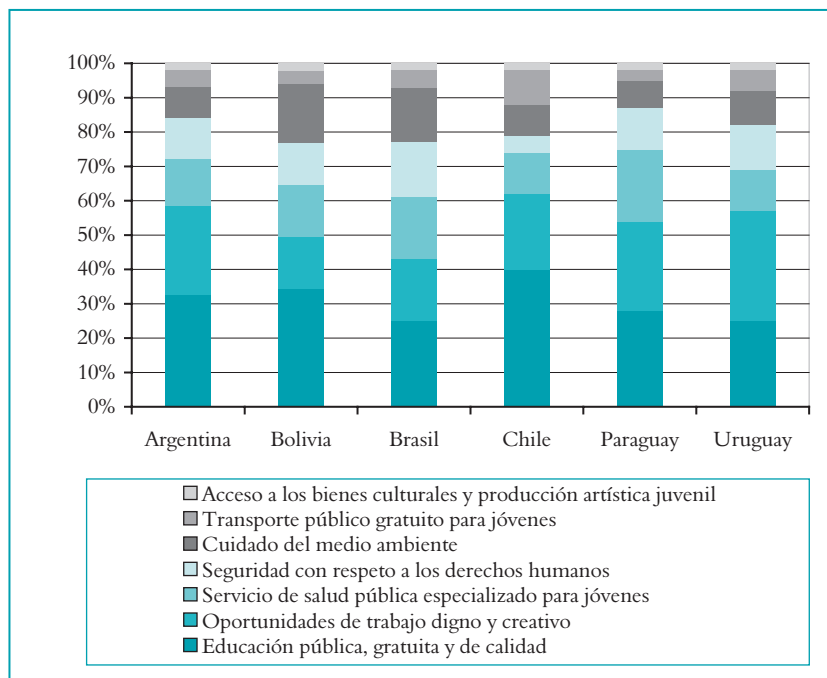
En cuanto al *área geográfica*, ésta señala diferencias en la priorización del *trabajo* para jóvenes en Bolivia, Chile y Argentina siendo señalado en mayor medida dentro del sector urbano. En un sentido contrario, en Uruguay es mayor la proporción del sector rural que prioriza el trabajo entre las tres acciones gubernamentales más importantes dirigidas a jóvenes. Atendiendo a la *salud*, es un área que se prioriza más en el sector urbano que en el rural en todos los países salvo Chile y Brasil en que no se aprecian diferencias. En cuando a la educación como línea de acción del gobierno para los jóvenes hay diferencias a favor del sector urbano sólo en Uruguay y Brasil.

b) ¿Si fuera presidente cuál sería su prioridad entre las siguientes opciones?

Al preguntar a los ciudadanos de cada país cuál sería su prioridad si fuera presidente, la estructura de valoraciones antes analizada se reproduce; en esta oportunidad educación, trabajo y salud se destacan entre las temáticas más priorizadas en la región. De ellas, la acción política hacia el desarrollo o fortalecimiento de una «educación pública, gratuita y de calidad» es destacada como prioridad en toda la región a excepción de los uruguayos, quienes optan mayormente por fortalecer las «oportunidades de trabajo digno y creativo».

No obstante, en 5 de los 6 países analizados (Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay) el binomio educación-trabajo opera fuertemente y es priorizado por la mitad o más de sus habitantes. En el caso brasilero, la distribución según prioridades de políticas muestra un panorama más heterogéneo: si bien el 25% de ellos priorizan la «educación pública y de calidad» el segundo puesto está prácticamente empatado por cuatro áreas de política sectorial (con apoyo de un 16% a un 18% como política prioritaria): trabajo, salud pública especializada para jóvenes, seguridad frente a los derechos humanos, y cuidado del medio ambiente.

GRÁFICO 1: RANKING DE IMPORTANCIA DE ÁREAS DE ACCIÓN
Y PROYECTOS DE GOBIERNO DIRIGIDAS A LOS JÓVENES
(EL MÁS IMPORTANTE SI FUERA PRESIDENTE) (PORCENTAJES)



Por su parte, un análisis de las diferencias en la estructura de prioridades de políticas para jóvenes según edad, muestra que sólo en el caso paraguayo las diferencias en las distribuciones son estadísticamente significativas. De hecho, las variables centrales que marcan diferencias no son el sexo o la edad, sino el nivel educativo, el ingreso —en terciles— y el sector (urbano/rural). Por su parte, en cuatro de los seis países de la región (Bolivia, Brasil, Chile y Uruguay) la participación en organizaciones sociales y/o políticas marca diferencias en cuál sería el principal accionar si fuera presidente. En la tabla 11, las celdas con color indican para cada país cuándo una variable de corte marca diferencias significativas en la estructura de prioridades del país.

TABLA 11: SIGNIFICACIÓN DE LAS RELACIONES ENTRE PRIORIDADES DE TIPOS DE POLÍTICAS HACIA LOS JÓVENES, SEGÚN DISTINTAS VARIABLES DE CORTE

Categorías	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Uruguay
Sexo						
Edad						
Nivel educativo						
Tercil de ingreso						
Sector						
Participación						

Nota: Las celdas resaltadas indican una relación significativa según una distribución Ji2.

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

Los gráficos 2 a 7 muestran las distribuciones las áreas prioritarias de políticas para jóvenes según las variables de corte que resultaron significativas.

GRÁFICO 2: RANKING DE POLÍTICAS PRIORITARIAS DIRIGIDAS A LOS JÓVENES (EL MÁS IMPORTANTE SI FUERA PRESIDENTE), SEGÚN VARIABLES DE CORTE SIGNIFICATIVAS ARGENTINA

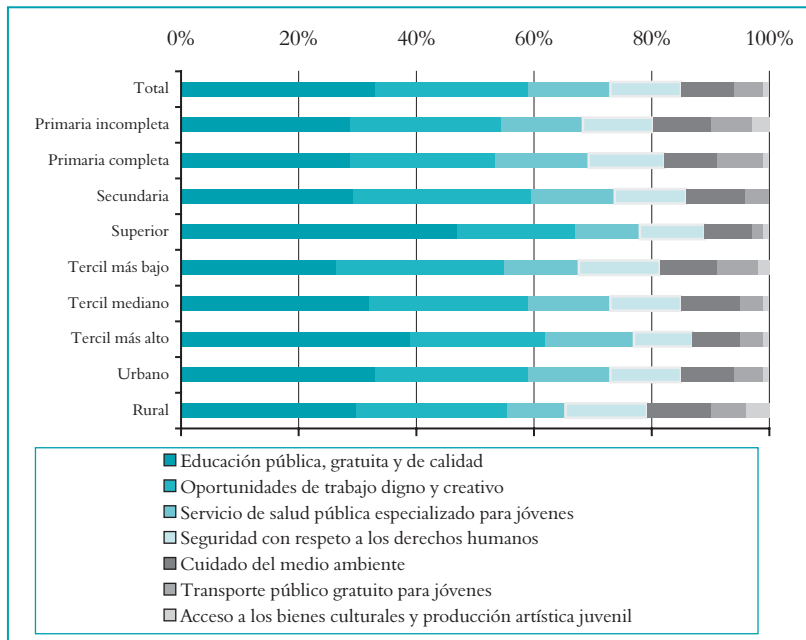


GRÁFICO 3: RANKING DE POLÍTICAS PRIORITARIAS DIRIGIDAS
A LOS JÓVENES (EL MÁS IMPORTANTE SI FUERA PRESIDENTE),
SEGÚN VARIABLES DE CORTE SIGNIFICATIVAS
BOLIVIA

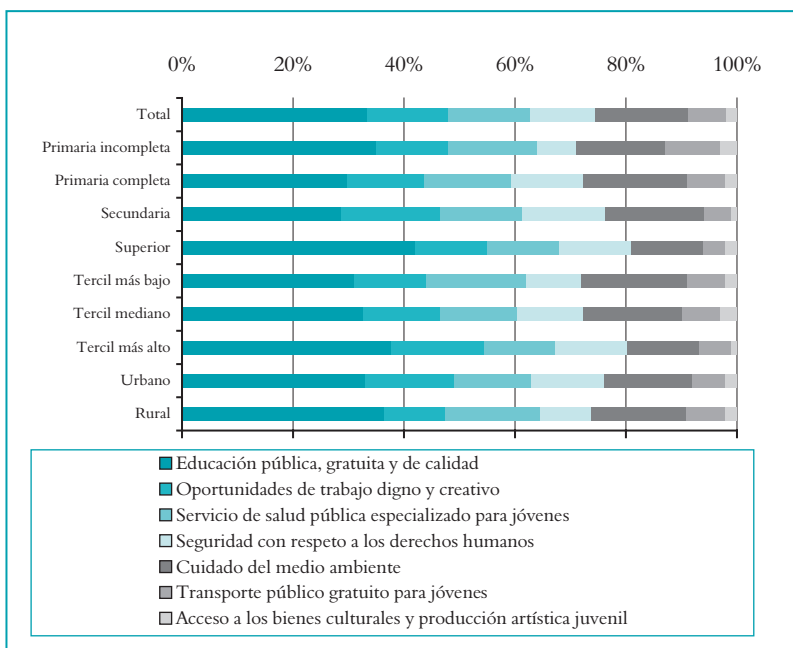


GRÁFICO 4: RANKING DE POLÍTICAS PRIORITARIAS DIRIGIDAS A LOS JÓVENES (EL MÁS IMPORTANTE SI FUERA PRESIDENTE), SEGÚN VARIABLES DE CORTE SIGNIFICATIVAS
BRASIL

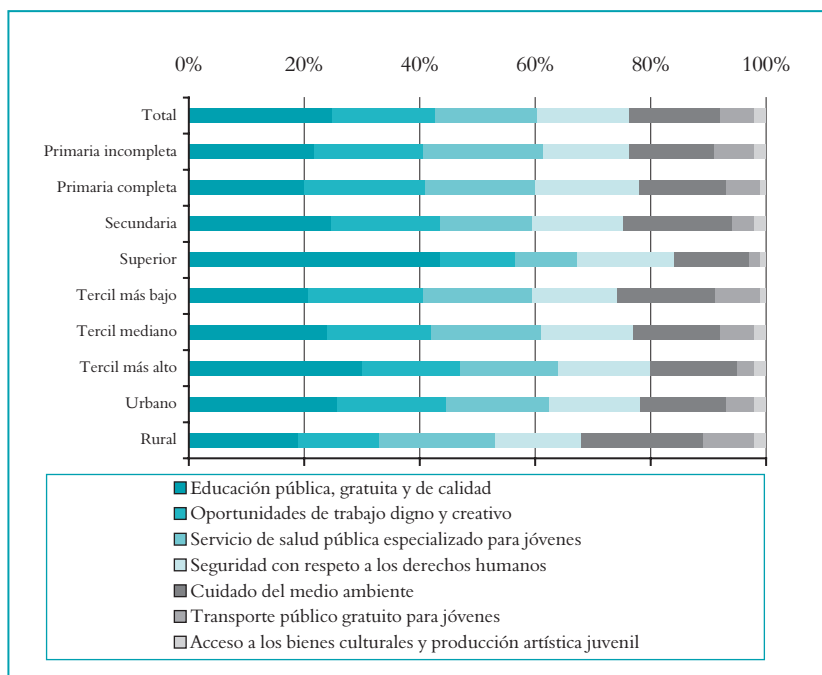


GRÁFICO 5: RANKING DE POLÍTICAS PRIORITARIAS DIRIGIDAS
A LOS JÓVENES (EL MÁS IMPORTANTE SI FUERA PRESIDENTE),
SEGÚN VARIABLES DE CORTE SIGNIFICATIVAS
CHILE

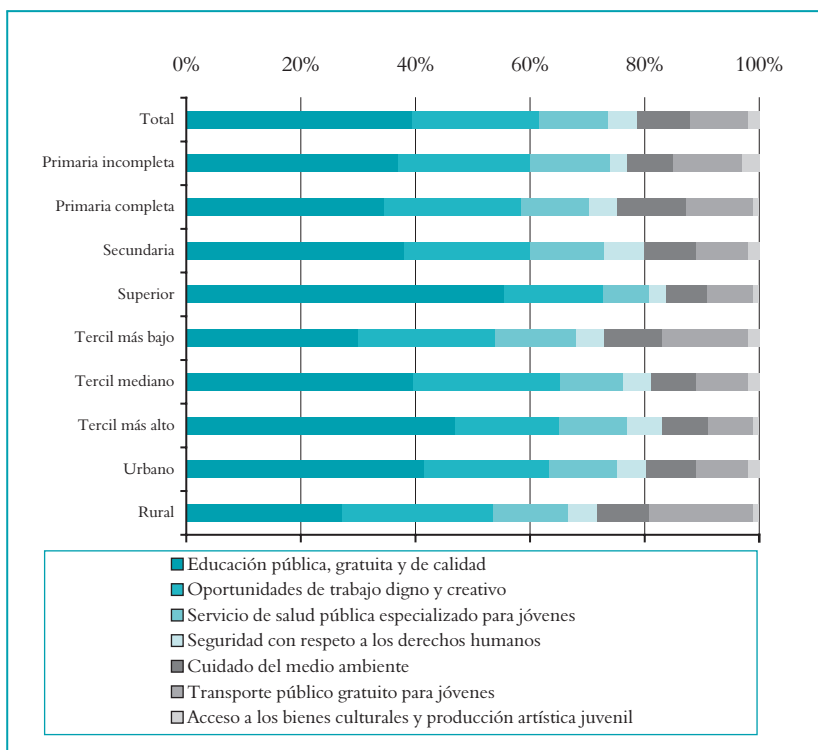


GRÁFICO 6: RANKING DE POLÍTICAS PRIORITARIAS DIRIGIDAS A LOS JÓVENES (EL MÁS IMPORTANTE SI FUERA PRESIDENTE), SEGÚN VARIABLES DE CORTE SIGNIFICATIVAS PARAGUAY

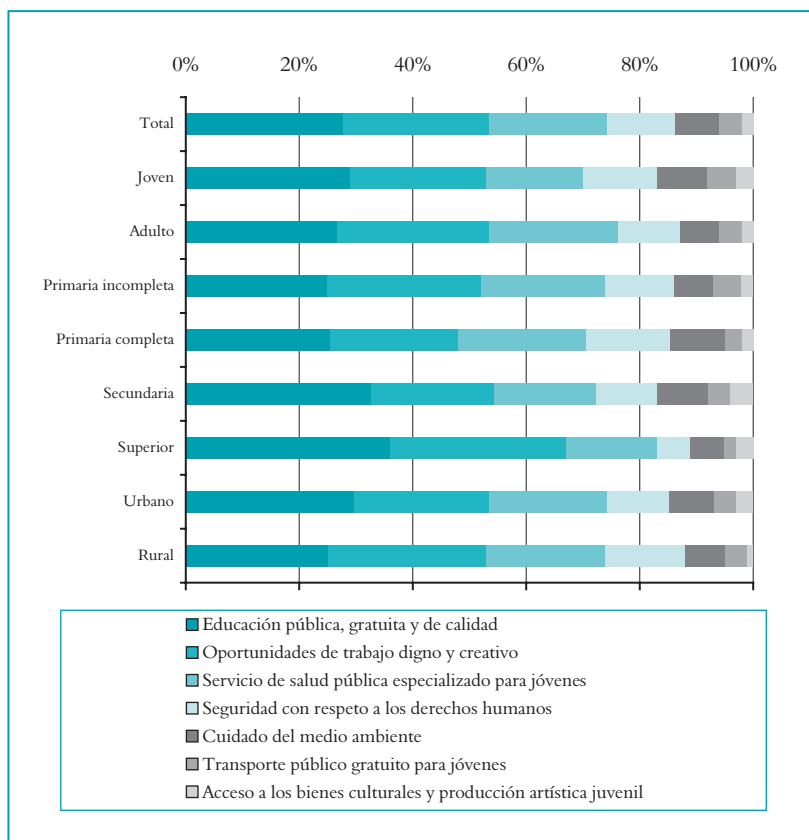
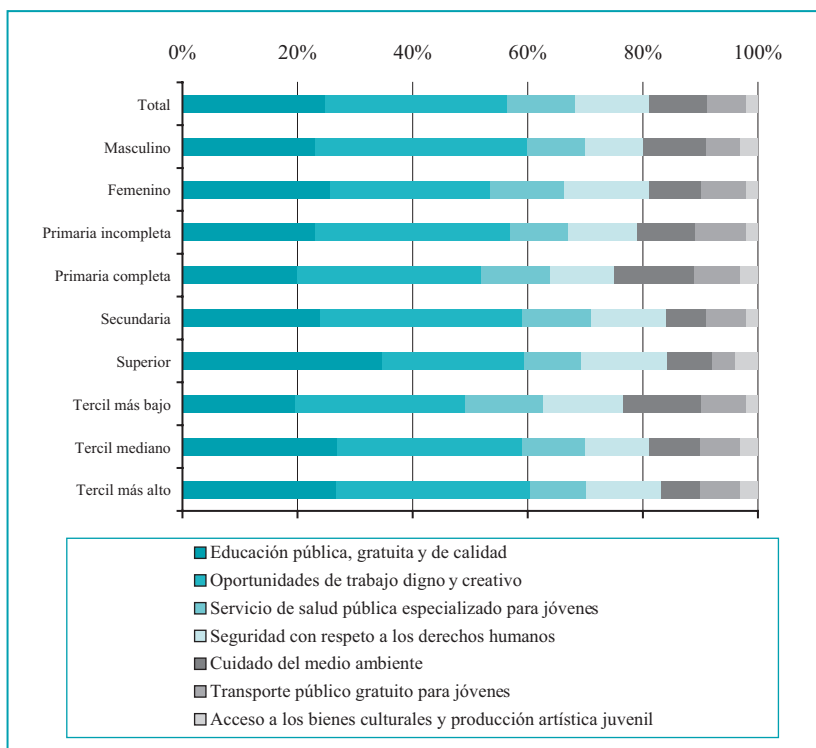


GRÁFICO 7: RANKING DE POLÍTICAS PRIORITARIAS DIRIGIDAS
A LOS JÓVENES (EL MÁS IMPORTANTE SI FUERA PRESIDENTE),
SEGÚN VARIABLES DE CORTE SIGNIFICATIVAS
URUGUAY



La demandas en el área *educación* están presentes en mayor medida entre ciudadanos con niveles educativos más altos (principalmente quienes tienen educación superior) y de mayor ingreso, mientras el transporte público gratuito para jóvenes y oportunidades de trabajo aumenta en general en los niveles más bajos y de menor ingreso.

Por último, las diferencias que existen según participación o no en organizaciones sociales y/o políticas en Bolivia, Brasil, Chile y Uruguay son heterogéneas. Si bien las diferencias son en general leves, el transporte es mencionado mayormente entre bolivianos, uruguayos y brasileños que no participan en organizaciones. A su vez, los no participantes bolivianos priorizan más la salud, los uruguayos marcan más la cultura, los brasileños más el trabajo y los chilenos más la educa-

ción. En un sentido opuesto, la educación es más mencionada entre los bolivianos y uruguayos que participan en organizaciones.

3. CONOCIMIENTO DE POLÍTICAS GUBERNAMENTALES PARA JÓVENES

Dos aspectos se destacan de un análisis global sobre el conocimiento ciudadano (en términos de recordación/no recordación) acerca de las políticas para jóvenes que se estuvieran desarrollando en los países de residencia. Por una parte, en general los niveles de conocimientos son bajos: alcanzando en el mejor de los casos a un 20% de recordación de al menos un proyecto estatal dirigido a jóvenes. Sin embargo, vale señalar que en muchas ocasiones las menciones hacen referencias a programas llevados adelante por organizaciones no gubernamentales, o instituciones de la sociedad civil o religiosas. Se verifican casos de menciones de programas que no son dirigidas a los jóvenes sino a los niños, y una gran proporción refiere simplemente a las áreas de actuación y no necesariamente a programas o proyectos concretos. Por otra parte, el conocimiento general de las políticas divide la región entre países con niveles de recordación leve o moderada: Uruguay, Brasil y Chile, Uruguay con 20%, 19% y 13%, respectivamente; y países con niveles de recordación extremadamente baja: Argentina, Bolivia y Paraguay (7%, 5% y 3%, respectivamente).

Uruguay y Brasil se destacan en la región como países con ciudadanías más informadas acerca de las políticas para jóvenes en curso, donde 1 de cada 5 ciudadanos dicen conocer al menos una. Les sigue Chile, en que poco más de 1 cada 7 responden conocer algún proyecto orientado a jóvenes.

La tabla 12 muestra para cada país el porcentaje total de personas que mencionan al menos una política pública para jóvenes que se estuviera implementando al momento de la encuesta y su distribución según distintas variables de estratificación (sexo, edad, nivel educativo, ingreso, región).

TABLA 12: PORCENTAJE DE PERSONAS QUE MENCIONAN
AL MENOS UN PROYECTO DEL GOBIERNO DIRIGIDO A JÓVENES,
SEGÚN PAÍS Y VARIABLES DE ESTRATIFICACIÓN

Categorías		Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Uruguay
Total		7	5	19	13	3	20
Sexo	Masculino	7	6	19	12	4	21
	Femenino	7	4	20	14	3	20
Edad	Joven	7	5	24	15	3	20
	Adulto	7	5	17	12	3	20
Nivel educativo	Primaria incompleta	5	3	12	8	2	8
	Primaria completa	6	3	18	9	2	16
	Secundaria	7	5	27	14	4	23
	Superior	10	10	36	27	13	31
Ingreso en terciles	Más bajo	7	3	17	8	1	16
	Mediano	7	5	19	14	3	18
	Más alto	8	16	21	16	5	26
Sector	Urbano	7	6	20	13	4	21
	Rural	5	4	14	11	2	9

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

El *sexo* no establece diferencias en el conocimiento y mención de políticas orientadas a jóvenes en ninguno de los países. La *edad* (clasificada en dos tramos de 18 a 29 y de 30 y más) solamente ofrece diferencias en Brasil a favor de los más jóvenes. A su vez el *nivel educativo*, entre aquellos que alcanzan niveles superiores de educación frente a los que sólo alcanzan hasta primaria incompleta, supone diferencias en todos los países a favor de los más educados. Estas distancias son notoriamente mayores en Uruguay y Brasil (que superan 36 puntos porcentuales de diferencia). El *ingreso* sólo marca distancias a favor de los más ricos frente a los más pobres en Uruguay, Chile y Brasil (16%, 10% y 5%, respectivamente), mientras que el sector (urbano/rural) lo hace en Uruguay y Brasil a favor de las ciudades con 15 y 7 puntos de diferencia, respectivamente.

TABLA 13: DIFERENCIAS PORCENTUALES ENTRE CATEGORÍAS DE SEXO, NIVEL EDUCATIVO, INGRESO Y SECTOR ENTRE QUIENES MENCIONAN AL MENOS UN PROYECTO DEL GOBIERNO DIRIGIDO A JÓVENES, SEGÚN PAÍS¹²

Categorías	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguay	Uruguay
Sexo	0	-3	1	1	-1	-1
Edad	0	0	-6	-2	0	1
Nivel educativo	5	7	23	18	11	23
Ingreso	1	3	4	9	4	10
Sector	-2	-2	-6	2	-2	-11

Nota: Valores positivos indican diferencias a favor de la última categoría según variable de corte.

Fuente: «Estudio juventudes sudamericanas». IBASE y PÓLIS, 2009.

a) Los proyectos orientados a jóvenes mencionados

No es posible realizar un análisis estadístico riguroso de la información que se obtuvo de la pregunta abierta «¿Conoce algún proyecto del gobierno dirigido a los jóvenes en su país? (Si responde que sí) ¿Podría mencionar el nombre del proyecto?», debido a encontrarse respuestas que no ajustan a los criterios (se hacen referencias a proyectos dirigidos a infancia, o a familias, o bien no son implementados por el gobierno, y existen menciones generales a líneas de acción, pero no a programas o proyectos). Esto indica que además de los bajos valores de recordación obtenidos en prácticamente todos los países, existe poca claridad de la ciudadanía para identificar los programas dirigidos «específicamente a jóvenes».

Sin embargo, de la información recolectada pueden extraerse algunos elementos relevantes para los diferentes países. En Argentina, país en el que el 7% del total de encuestados menciona al menos un proyecto,¹³ se alude a programas vinculados a la educación —becas o programas de apoyo para volver a estudiar—,¹⁴ al trabajo —capacita-

12 Debe recordarse sin embargo, que los porcentajes de respuesta en algunos de los países es extremadamente bajo.

13 Se incluyen en este 7% los que contestan programas dirigidos a la infancia, o sólo líneas de acción.

14 No necesariamente dirigido a «jóvenes» son programas dirigidos a niños y/o a niños y adolescentes. De hecho, en Argentina los programas que reciben más menciones son «Volver a la escuela» que atiende a ni-ños y adolescentes de 6 a 14 años, y «Todos a estudiar» que se dirige a adolescentes y jóvenes de 15 a 18 años de edad.

ción para el trabajo o productivos— relativos a la salud y adicciones y a actividades deportivas.

En Brasil, se registra una gran dispersión de respuestas en el 19% del total de entrevistados que mencionan al menos un programa. A pesar de ello el 6,2% de los entrevistados nombran a PROJOVEM que es un programa del gobierno federal destinado a la inclusión de los jóvenes, lanzado en el 2005 y que se enmarca en un proceso de institucionalización de las políticas de juventud en ese país. El programa está destinado a jóvenes de entre 18 y 29 años con retraso escolar, pretendiendo incrementar la escolarización y la calificación profesional de sus beneficiarios/protagonistas. Bolsa Familia es el que le sigue en número de menciones, aunque no puede ser clasificado como programa específico para los jóvenes. Se dirige a familias con niños en edad escolar (y recientemente incorpora hijos adolescentes de hasta 17 años). Bolsa Escola (semejante al anterior, de carácter regional), Programa Mi Primer Empleo y PRO-UNI (Programa de inclusión de jóvenes de baja renta en universidades) continúan la lista de menciones de Brasil.

En Chile, las áreas de proyecto o programas más mencionadas refieren a incentivo al deporte y recreación, prevención de drogas y alcohol, becas estudiantiles, capacitación laboral y empleo, y cultura. Como instituciones públicas vinculadas a su ejecución aparecen menciones al Instituto Nacional de la Juventud (INJUV), Servicio Nacional de Menores (SENAME) y el Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP).

Bolivia, presenta un bajo porcentaje de entrevistados que responden la pregunta (6%), sin detectarse algún programa que concentre respuestas. Las áreas a las que se vinculan las acciones del gobierno dirigidas a los jóvenes refieren a alfabetización y educación, actividades culturales, deporte, salud, inserción laboral y becas estudiantiles.

En Paraguay, sólo el 2% de los entrevistados mencionó algún programa, y no siempre referido a jóvenes. Becas de estudio es a lo que se alude en la mayoría de las respuestas.

En Uruguay, (20% de los entrevistados menciona algún proyecto o programa) se detecta la identificación con el Instituto Nacional de la Juventud (INJU) como referencia institucional clara referida a políticas para jóvenes. No obstante, quienes lo nombran (la mayoría de las menciones) no identifican un programa. El Plan Ceibal sigue en número de menciones. Éste es un programa, lanzado en el 2007, de gran difusión pública y que supone la entrega de una computadora a

cada niño de las escuelas públicas (durante todo el período escolar). Es un programa enfocado a los niños (en edad escolar) y no a jóvenes (aunque se estima que en futuro se extenderá a la educación media). Sigue la lista el Movimiento Tacurú que es una ONG. Tacurú trabaja con jóvenes de bajos recursos, muchos de sus programas se ejecutan vía licitaciones de distintos organismos del gobierno central y local (particularmente Montevideo). Tiene como ONG gran reconocimiento social y anclaje territorial. Adquieren relevancia programas dirigidos tanto a la prevención (Knock out a las drogas) como rehabilitación de consumidores de drogas (Portal Amarillo); ambos son programas públicos. Aulas Comunitarias continúa la lista, y es un programa dirigido a jóvenes que no ingresan o abandonan el sistema educativo en el nivel medio, con el objetivo de su reinserción.

4. A MODO DE SÍNTESIS

En primer lugar, en general en todos los países involucrados en este estudio las prioridades temáticas en materia de políticas para jóvenes por parte de la ciudadanía responden a preocupaciones modernas (educación, trabajo, salud).¹⁵ Un segundo grupo de temas, constituido por transporte gratuito o con descuento, reconocimiento e inclusión de «minorías», la reducción de daños con drogas, ocupan puestos secundarios, destacándose «transporte gratuito» en Paraguay, Bolivia, como la tercer temática prioritaria, mientras en Chile comparte el segundo lugar junto con salud y trabajo.

Independientemente de cómo fueron posicionados en el ranking, las cuestiones más priorizadas entre los jóvenes (frente a la importancia dada por los adultos) son diversas en la región según país: transporte gratuito en Argentina, reducción de daños con drogas en Bolivia, cultura y deportes en Brasil —aunque con una diferencia leve—, inclusión laboral en Chile —también con leve diferencia—, inclusión de minorías y reducción de daños con drogas en Paraguay, y salud, maternidad y SIDA, inclusión de minorías y transporte gratuito o con descuento en Uruguay.

15 Otra preocupación moderna como es el acceso a la tierra, es mencionada como prioridad por 2 de cada 10 argentinos, brasileños y chilenos, y por poco más de 3 de cada 10 bolivianos, paraguayos y uruguayos (ocupando el cuarto puesto en los dos primeros países y el quinto en el tercero).

En segundo lugar, los niveles de conocimiento de políticas sectoriales dirigidas a los jóvenes son bajos o nulos según país, destacándose Uruguay y Brasil, respectivamente con las mayores recordaciones (que en todo caso alcanzan apenas a 1 de cada 5 ciudadanos), seguidos de Chile donde 1 de cada 7 de sus ciudadanos menciona al menos una política. En Argentina, Bolivia y Paraguay los niveles de recordación son prácticamente inexistentes (entre 7% y 3%).

De los tres países con recordación leve o moderada, un análisis de la recordación según la edad muestra que ésta sólo hace diferencia en Brasil, donde son los jóvenes quienes recuerdan en mayor medida alguna política dirigida a ellos. A su vez, la recordación es diferencial por nivel educativo e ingreso en los tres casos, mientras es en las zonas urbanas brasileñas y uruguayas donde las políticas sectoriales de este tipo se recuerdan mayormente.

En tercer lugar, no sólo debe notarse el bajo o muy bajo conocimiento (medido a través de recordación) de proyectos o programas de los gobiernos dirigidos a los jóvenes de cada país, sino que se visualiza dificultad para diferenciarlos de otras áreas, en particular infancia y apoyo a familias de bajos recursos. Esto ocurre en todos los países. También opera una confusión en la órbita institucional desde la que las acciones se implementan. El análisis cualitativo de las menciones muestra cómo éstas van desde políticas estrictamente diseñadas e implementadas desde el Estado, políticas o acciones con financiamiento o intervención parcial del Estado, y acciones o emprendimientos ajenos al gobierno.

Por otra parte, en toda la región las temáticas de las políticas o acciones más mencionadas hacen referencia a las siguientes áreas: trabajo, educación, cultura; deportes, y drogas (este último caso en Uruguay y Brasil).

En cuarto lugar, independientemente del accionar concreto en cada país, la evaluación ciudadana de los gobiernos en su preocupación y compromiso con la atención de las necesidades de estos sectores de la población muestra: i) Bajos niveles de aceptación a nivel regional (por debajo del 50% en todos los países). ii) Altas heterogeneidades en los niveles de aceptación según país. iii) Opiniones diferenciales entre los distintos países según edad (Brasil, Chile y Uruguay), nivel educativo e ingreso (Bolivia y Uruguay), y región (Bolivia, Brasil, Chile y Uruguay), aunque con distintos sentidos.

En efecto, en todos los países se encuentra que la mayoría de ciudadanos considera que su gobierno no hace lo necesario para respon-

der a las necesidades de los jóvenes: en todos los casos más de la mitad de los ciudadanos considera que el gobierno no conoce ni se preocupa por las necesidades de los jóvenes o, en su defecto, las conoce pero no hace nada al respecto. No obstante, la percepción sobre la preocupación y acción gubernamental varía sustantivamente según país, encontrándose en los extremos a Paraguay y Uruguay con diferencias de casi 40 puntos porcentuales en los niveles de acuerdo con una acción gubernamental preocupada y activa en las políticas hacia los jóvenes. De hecho pueden reconocerse tres grupos de países según los niveles de acuerdo con que el gobierno apoye y promueva programas y acciones dirigidas a la juventud. En un extremo se encuentra Uruguay como el país que recibe la mejor evaluación de las políticas de juventud por parte de los ciudadanos (43%). A él le siguen un grupo de países con niveles de evaluación positiva en torno al 20%: Bolivia, Brasil y Chile (con evaluaciones del 26%, 20% y 18%, respectivamente). En el extremo inferior se encuentran Argentina y Paraguay, como los países con peor evaluación de la acción gubernamental en esta materia (sólo el 8% y 7% de aprobación, respectivamente).

Debiera considerarse entre las tareas de los gobiernos de todos los países aquí analizados el realizar un esfuerzo en el desarrollo de políticas, revisión de las mismas o bien de legitimación de las existentes, si es que éstos se plantean como objetivo desarrollar redes de protección de los jóvenes cuya importancia cuente con el reconocimiento y la aceptación de la población.

Con respecto a las diferencias según los atributos de los encuestados relativas a la aceptación se encuentra en Brasil, Chile y Uruguay, mayor aceptación de las políticas por parte de los jóvenes. A su vez, la aceptación según el nivel educativo y el ingreso de los hogares actúan con sentido diferente en los países estudiados. Si para Uruguay a mayor nivel educativo y a mayor ingreso, mayor aceptación de las políticas para los jóvenes, en Bolivia son los menos educados y los de menor renta los que en mayor medida aprueban la gestión gubernamental en esta área. En Chile la aprobación varía según nivel educativo, pero con un comportamiento heterogéneo. En las zonas rurales bolivianas, brasileñas y chilenas hay mayor aprobación, mientras en el caso uruguayo son las zonas urbanas quienes aprueban mayormente. En ningún caso se presentan diferencias según sexo.

La encuesta enfoca en la percepción de la ciudadanía sobre la actuación del gobierno de cada país específicamente en las acciones orientadas a los jóvenes. Es difícil evaluar si en algún caso (y si ocu-

riera, con qué intensidad) la respuesta estuviera mediada por la aceptación al gobierno nacional en general. Por otra parte, las políticas sobre las que focaliza este trabajo son las que explícitamente se dirigen a jóvenes. Sin embargo, pueden existir casos que sin hacer foco sectorial en los jóvenes, los tengan como beneficiarios y/o protagonistas.

Puestos en la situación hipotética de ser presidente y tomar medidas a favor de los jóvenes de su país, *los entrevistados de toda la región priorizan educación y trabajo*. El 50% o más de los entrevistados de todos los países, sin distinción de edad y sexo, sostiene los dos pilares tradicionales de integración social (educación y trabajo) como las cuestiones centrales para los jóvenes actualmente. Brasil se diferencia del conjunto en una distribución casi en quintos en las acciones preferentes: educación de calidad (25%), trabajo (18%), salud pública especializada para jóvenes (18%), seguridad con respeto a los derechos humanos (16%), y cuidado del medio ambiente (16%). El resto (6%) opta por transporte público y gratuito para jóvenes.



*Sociedades sul-americanas:
o que dizem jovens e adultos
sobre as juventudes*

Capítulo 7

**INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA:
OPINIÕES E MOBILIDADE**

Eliane Ribeiro



INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: OPINIÕES E MOBILIDADE

Nós, cidadãos e cidadãs da Nossa América, organizados em redes e instituições que trabalham pela defesa e ampliação dos direitos em nossas sociedades, preocupados com o presente e o futuro da região, nos encontramos durante o VI Foro Fórum Social Mundial para examinar as condições em que é possível avançar em direção a uma genuína integração que se baseie no respeito à dignidade e aos direitos dos povos, no reconhecimento de que as pessoas, por meio de suas representações coletivas, são sujeitos de poder nas decisões sobre políticas nacionais e regionais.

Declaração de Caracas, janeiro de 2006

CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS MANTIVERAM DURANTE séculos os países sul-americanos profundamente afastados uns dos outros, sobretudo pelos singulares processos de colonização. Consequentemente, no momento atual, pensar em construir um futuro compartilhado e apostar no surgimento de uma cidadania que ultrapasse as fronteiras nacionais não é tarefa simples, embora possa ser uma das possibilidades viáveis para enfrentar, de forma cooperativa, os desafios impostos nessa região.

O debate sobre integração econômica, política e social no continente sul-americano é bastante recente. A visibilidade que conquistou, na última década, foi provocada, especialmente, pela criação do Mercosul, que incluiu nas agendas dos países membros a questão da integração, como aspecto importante a ser contemplado no âmbito de

suas políticas externas. Para tanto, contribuíram os processos de globalização, que instigaram, por um lado, expressivas trocas econômicas e comerciais e, por outro, aprofundaram assimetrias e desigualdades, geradoras de marginalização econômica, social e política de parcela significativa da população que habita o continente.

Nesse contexto, ganha alento a ideia de pensar a região de forma menos fragmentada, buscando unir potencialidades para fazer frente ao cenário internacional. Como lembra Boaventura Sousa Santos,

Individualmente, cada um de nós pode pensar que tem solução. Aliás, no século xx inteiro, cada país tentou encontrar a solução sozinho. Cada um achava que poderia ser mais amigo de uma grande potência, porque a partir dessa amizade teria solucionado os seus problemas. Os indicadores mostram que não houve evolução. E quem era rico ficou mais rico e quem era pobre ficou mais pobre. Se essa lição valer para o nosso comportamento daqui para a frente, eu quero dizer que não haverá saída individual para nenhum país. (Santos, 2001).

Para Luiz Eduardo W. Wanderley (2002), as lutas por criação de mecanismos mundiais, como a taxação de operações financeiras globais (o imposto Tobin), o julgamento de crimes contra a humanidade por cortes de justiça internacionais, o surgimento do Fórum Social Mundial, entre outros, são exemplos de casos por meio dos quais a democracia cosmopolita e a cidadania mundial direcionam-se para uma «sociedade civil global», ampliando ainda mais os territórios regionais e limitando os espaços para os Estados-nação.

Nessa conjunção, no chamado Cone Sul o Mercosul tem se colocado como um possível instrumento político para diálogos e câmbios entre distintos atores sociais. Embora seja consenso que essa integração sul-americana ainda esteja sendo construída, prioritariamente, a partir da liberalização comercial, privilegiando o mercado e as grandes empresas, algumas iniciativas importantes têm ocorrido na perspectiva de ampliar outras integrações, vinculadas mais diretamente aos direitos humanos e sociais. Nesses anos de articulação, o espaço para a participação cidadã vem sendo conquistado e ampliado por meio de lutas sociais, sobretudo no Fórum Econômico e Social do Mercosul e dos impactos dos encontros do Fórum Social Mundial da sociedade civil. Em anos mais recentes, o chamado «Mercosul político» tem caminhado, ainda timidamente, na construção de uma agenda integrada de direitos humanos, que não pode ser desprezada. Questões que à

primeira vista não estariam ligadas aos processos formais de integração ganham relevância e podem ser abordadas da perspectiva regional sul-americana. Sem dúvida, a integração é hoje um campo de disputa, por meio do qual se pode presenciar uma significativa diversidade de lutas nas quais se encontram e se enfrentam distintos projetos: econômicos, políticos e sociais. De outra feita, o cenário é propício para que a cidadania, por sua vez, passe a conhecer formas mais sustentáveis de participação e representação.

Assim, partilhando esse cenário, os jovens sul-americanos insurgem como atores importantes para a consolidação dos processos democráticos no continente. A juventude, como categoria política e social, vem ganhando algum destaque no âmbito da região, especialmente no Mercosul, culminando em julho de 2006 na criação da Reunião Especializada de Juventude (REJ), um espaço de assessoramento do Grupo Mercado Comum (GMC) para os temas relativos à juventude. A REJ inaugura o tema da juventude na agenda oficial dos países do Mercosul, ainda com uma presença limitada, especialmente no nível de construção e monitoramento de políticas públicas.

Um aspecto importante, relativo ao processo de integração, diz respeito às formas de circulação da população jovem: mobilidades, redes de conhecimento e apoio em distintos países, articulações e, especialmente, a não-circulação. Do ponto de vista dos ajustes internacionais criados para facilitar a circulação das pessoas na região, pode-se registrar o acordo para criação do visto dos países do Mercosul, o mecanismo para o exercício profissional temporário e o acordo para facilitação de atividades empresariais entre Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai. Mesmo assim, a circulação intrapaíses da região ainda é bem menor do que em direção à América do Norte e à Europa. Tal circulação, especialmente entre jovens, é sem dúvida um estágio ainda não consolidado na região, necessitando, portanto, de informações mais detalhadas, atuais e relevantes sobre a situação desse público. Contudo, algumas barreiras devem ser destacadas: processos diferenciados de colonização, diferenças de língua (espanhol, português, línguas indígenas — guarani, quíchua, aimará, etc. —), geografia física do continente (cordilheira, floresta, geleiras, desertos), distribuição política dos espaços (o Brasil ocupa a metade do continente), e sobretudo, descrédito na possibilidade de conjugar trabalho com algum tipo de mobilidade, entre outras.

Embora, em distintos casos, a mobilidade ou circulação entre países apareça como alternativa viável para os jovens, sua maior ou

menor capacidade de se consolidar, sem riscos de vulnerabilidade para aqueles que se mudam, dependerá, essencialmente, *das características socioeconômicas y atributos individuales, así como el contexto de origen y destino* de cada jovem (CEPAL e OIJ, 2004), ou seja, para os pobres há sempre um risco maior, ao passo que, para os jovens das camadas médias e altas, pode servir de acumulação de distintos capitais, sobretudo, social, cultural e econômico. Atentar para a pouca circulação intrapaíses da região é essencial para compreender as barreiras ainda apresentadas para os diferentes povos.

Desse modo, são muitos os desafios para a construção de uma integração política e social da América do Sul, incluindo a livre e democrática circulação dos povos. Certamente, os atributos necessários vão muito além das questões que compõem as esferas governamentais, legais e institucionais. Tais fatores estão também postos para a sociedade civil. Pesquisa do Latinobarômetro sobre integração na América Latina, realizada em 2007, constatou uma profunda dificuldade de cidadãos dos países da região em aceitar uma integração, quando, para tanto, surge a necessidade de o país fazer algum tipo de concessão. Contudo, trata-se de incluir, nas agendas e pautas dos países da região, a visão dos jovens como sujeitos de direitos, transformando-os de meros «beneficiários» ou «usuários» em sujeitos que têm direitos, pois sua relação com o Estado se estabelece na forma como se garantem seus direitos, o que configura um componente de primeira ordem para qualquer concepção do desenvolvimento social no século XXI. O enfoque de direitos é uma ferramenta jurídica que se instala na estrutura genética do Estado para assegurar que os direitos da juventude sirvam de bússola no desenho das políticas públicas (CEPAL, OIJ, FLACSO e UNFPA, 2008).

Nesse ponto, a integração também vem sendo pensada como estratégia importante para impulsionar conquistas para as juventudes dos diversos países, intercambiando e influenciando os avanços democráticos de determinados países com outros ainda em processos menos consolidados. Espera-se que uma relação mais próxima e consolidada possa influenciar a constituição de institucionalidades regionais, que garanta direitos e oportunidades aos jovens da região, na ampliação da qualidade de vida, tanto intra como entre países, ampliando redes, articulações e circulações.

Com esse conjunto de questões e preocupações, o capítulo foi elaborado com a intenção de se conhecerem os níveis e graus de compreensão da população, de diferentes gerações, sobre o tema e, tam-

bém, os processos de circulação e mobilidade que os habitantes da região vêm vivenciando, com especial ênfase nas disposições juvenis. A partir desse enquadramento, organizou-se um bloco de perguntas intitulado «integração sul-americana», que levantou quais as iniciativas importantes/não importantes para a integração dos países da América do Sul (acordos para aumentar o comércio entre os países da América do Sul; programas que facilitem a jovens sul-americanos estudar e trabalhar em outro país da região; construção de estradas, ferrovias, gasodutos e outras obras que liguem os países do continente; iniciativas que promovam uma integração mais solidária entre os povos da região; iniciativas que dêem mais acesso aos livros, filmes e músicas produzidos nos outros países da América do Sul); a capacidade de circulação entre os países da região, da América do Sul e da América do Norte e Europa; e como acreditam que estarão, daqui a dez anos, sua situação pessoal, familiar, sua cidade, seu país e a América do Sul.

1. INICIATIVAS PARA A INTEGRAÇÃO:
AINDA UM «ESTADO DE COISAS»

Embora, de um modo geral, possa se afirmar que, a partir da uniformidade das respostas sobre o tema, conforme a tabela 1, a integração sul-americana ainda é uma abstração para jovens e adultos, distante de seus cotidianos, apresentando níveis e graus de visibilidade e entendimento ainda bastante adstrito entre diferentes segmentos da população, alguns dados merecem ser apreciados para subsidiar possíveis ações futuras.

TABELA 1: ÍNDICES DE APOSTAS EM INICIATIVAS PARA A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA, SEGUNDO JOVENS E ADULTOS DE DIFERENTES PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)

Categoria	Argentina	Bolivia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
Acordos para aumentar o comércio entre os países da América do Sul.	80.1	86.5	82.8	78.5	89.6	86.6
Programas que facilitem a jovens sul-americanos estudar e trabalhar em outro país da região.	80.5	86.3	80.5	80.2	83.3	81.6
Construção de estradas, ferrovias, gasodutos e outras obras que liguem os países do continente.	86.1	87.0	84.0	72.6	90.2	78.1
Iniciativas que promovam uma integração mais solidária entre os povos da região.	81.7	86.2	87.0	75.3	80.6	82.5
Iniciativas que deem mais acesso aos livros, filmes e músicas produzidos nos outros países da América do Sul.	66.0	55.5	78.4	67.0	57.7	66.8

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Sobre as iniciativas importantes para aproximar os países da América do Sul, jovens e adultos de todos os países, nas suas respostas, seguiram uma mesma tendência: investimento em comércio, infraestrutura, trabalho e programas de estudo. Para 80.1% dos argentinos, 86.5% dos bolivianos, 82.8% dos brasileiros, 78.5% dos chilenos, 89.6% dos paraguaios e 86.6% dos uruguaios, o acordo para aumentar o comércio entre os países é uma iniciativa importante. Investir em programas que possam facilitar os jovens sul-americanos a estudar e/ou trabalhar em outros países da região foi considerado relevante para a grande maioria: na Argentina 80.5%, na Bolívia 86.3%, no Brasil 80.5%, no Chile 80.2%, no Paraguai 83.3% e no Uruguai 81.6%.

A iniciativa que propõe a construção de estradas, ferrovias, gasodutos e outras obras que liguem os países do continente foi para 86.1% dos argentinos, 87% dos bolivianos, 84% dos brasileiros, 72.6%

dos chilenos, 90.2% dos paraguaios e 78.1% dos uruguaios avaliada como importante. Já a proposta de iniciativas que promovam uma integração mais solidária entre os povos da região ficou assim representada: 81.7% dos argentinos, 86.2% dos bolivianos, 87% dos brasileiros, 75.3% dos chilenos, 80.6% dos paraguaios e 82,5% dos uruguaios.

A iniciativa de integração menos importante tanto para jovens como para adultos de todos os países está relacionada com o maior acesso a livros, filmes, músicas produzidos nos outros países da América do Sul: 66% na Argentina, 55.5% na Bolívia, 78.4% no Brasil, 67% no Chile, 57.7% no Paraguai e 66.8% no Uruguai. O menor índice de rejeição a essa iniciativa está no Brasil: 17.3% de jovens e adultos. Nessa questão, a diferença entre jovens e adultos também não foi significativa.

O que se percebe a partir dos cruzamentos realizados é que a maioria dos respondentes, independentemente da variável de perfil abordada, considera importantes todos os aspectos apresentados. Para esses quatro primeiros casos, os percentuais encontram-se, com uma frequência considerável, acima dos 75%. No entanto, percebe-se, por exemplo, em todos os países pesquisados, que quanto maior o nível socioeconômico dos respondentes, maiores são os índices percentuais dos que consideraram os aspectos como importantes. Nota-se também que os respondentes que trabalham tendem a considerar os aspectos apresentados como mais importantes do que aqueles que não trabalham. De forma recorrente, respondentes do sexo masculino tenderam a considerar os aspectos apresentados como sendo mais importantes do que as respondentes do sexo feminino.

Vale ressaltar, por outro lado, uma perceptível alteração dessa tendência quando se trata da questão da integração cultural entre os países da América Latina. Sendo assim, no tocante a iniciativas que deem mais acesso aos livros, filmes e músicas produzidos nos outros países da América do Sul, para todos os cruzamentos de variáveis, os níveis percentuais daqueles que as consideram importantes decaíram para a casa dos 60 ou mesmo 50 pontos percentuais.

Recorrentemente, os maiores índices percentuais (acima dos 80%) referem-se à construção de obras que liguem os países do continente e às iniciativas de integração mais solidária entre os povos.

Nessa questão, observa-se uma conformidade no índice de respostas, sendo a maioria das medidas dispostas com o mesmo grau de importância. Tal dado pode também estar relacionado a um alto grau de desconhecimento sobre o significado da temática «integração sul-

americana». Assim, os resultados podem apontar para a constatação de que a questão ainda está colocada como um «estado de coisas», ou seja, um problema em construção, sem visibilidade nítida na esfera pública, limitado ainda a grupos bastante específicos. No relatório da pesquisa qualitativa que antecedeu esta publicação (*Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações-tipo e organizações juvenis*, IBASE/PÓLIS, 2008), realizado com jovens organizados, constatou-se que essa questão ainda não se apresenta como uma demanda, pensada e elaborada. Na maioria das vezes, quando abordados sobre o tema, o silêncio era recorrente entre os entrevistados.

2. CIRCULAÇÃO DOS POVOS ENTRE REGIÃO E CONTINENTES: OPORTUNIDADES E RISCOS

De um modo geral, pesquisas têm evidenciado que a migração entre os jovens é marcada, de um lado, por um conjunto de oportunidades e, de outro, por um conjunto de riscos, conforme alerta o relatório *Os desafios com as jovens e os jovens da Ibero-América*, publicado em 2008 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

A pesquisa em questão não centrou seu levantamento em processos migratórios, mas, especialmente, em tipos de circulação, para saber como e por onde os jovens estão ou pretendem circular. Para tanto, buscou-se construir uma série de índices de mobilidade, para melhor visualizar essas formas de circulação de jovens e adultos, ou seja, para onde estão viajando, como também as razões pelas quais viajam (turismo, trabalho e estudo).

A partir dos resultados dos índices construídos, pode-se afirmar que a população jovem circula de forma bastante limitada intrapaíses da região. O país que traz o maior índice global de circulação entre outros países da América do Sul e de outros continentes é o Uruguai, e o Brasil apresenta o menor índice de circulação.

Os que mais vão para Argentina são os uruguaios (45.1%) e os paraguaios (39.5%), sendo que 18.6% procuram aquele país para trabalhar. A Bolívia é o país menos conhecido: mais de 90% dos entrevistados de todos os países declararam não conhecer a Bolívia. Para lá vão poucos argentinos (7.3%) e chilenos (3%), sendo que 1,2% dos argentinos vão por trabalho, mesmo assim em número bastante reduzido.

Os chilenos são os que menos conhecem o Brasil, assim declararam seus respondentes (95.3%). Cerca de 37% dos uruguaios, 33.2% dos paraguaios e 10.9% dos bolivianos afirmam já ter vindo ao Brasil. O Chile recebe argentinos (11.6%), uruguaios (8.9%) e bolivianos (7%); os outros países não são expressivos. Ao Paraguai já foram 15.9% dos argentinos, 8.9% dos brasileiros e 8.9% de uruguaios. Já no Uruguai encontramos 15.9% de argentinos e 3.4% de paraguaios que afirmam já ter estado naquele país. O Peru, mesmo não estando no foco da pesquisa, por não fazer parte dos países que estão direta ou indiretamente na órbita do Mercosul, foi um país que apareceu como resposta espontânea para 6% dos bolivianos.

Quando perguntados sobre se já estiveram na América do Norte ou na Europa, encontramos um número bastante expressivo entre os uruguaios (11.7%), conforme mostra a tabela 2.

TABELA 2: ÍNDICE DE MOBILIDADE DOS JOVENS E ADULTOS
À AMÉRICA DO NORTE OU EUROPA, SEGUNDO PAÍSES DA REGIÃO
(PERCENTUAL)

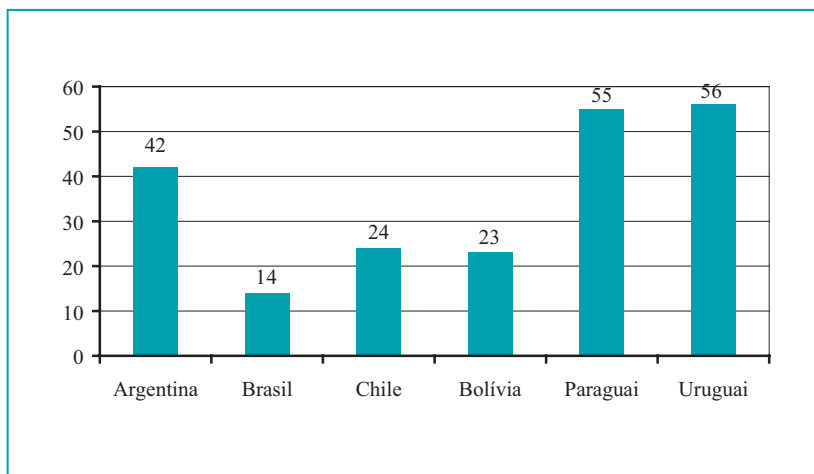
Argentinos	Bolivianos	Brasileiros	Chilenos	Paraguaios	Uruguaios
6.5	5.1	3	3.4	2.2	11.7

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

A maioria dos uruguaios declara já ter ido para Espanha e, entre os brasileiros, existe uma tendência para os Estados Unidos.

Quanto à mobilidade geral, os países com os maiores índices de respondentes que já viajaram para outros países do mundo são, respectivamente, Uruguai (56%), Paraguai (55%) e Argentina (42%). O Brasil, por outro lado, é o país que apresenta menor índice de mobilidade, com um índice de 14%.

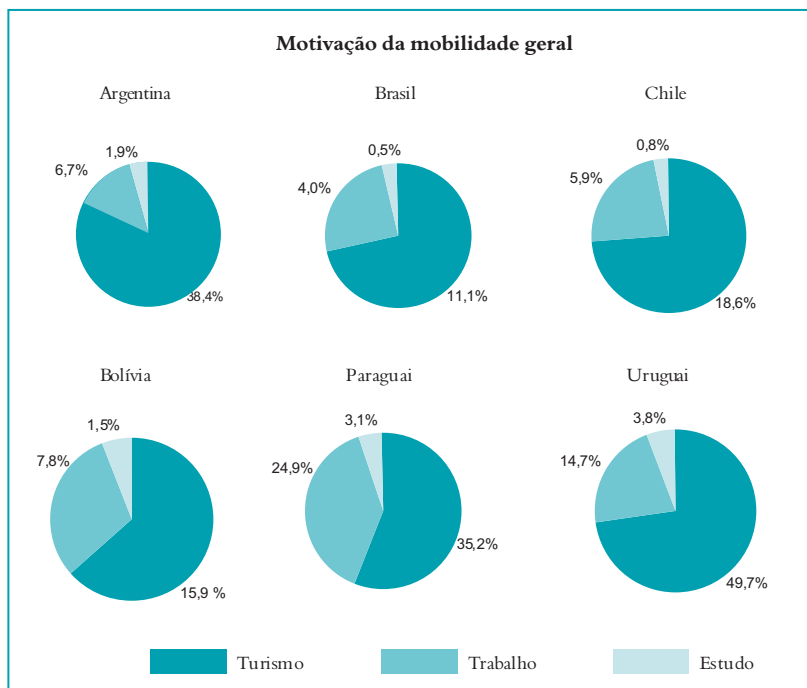
GRÁFICO 1: ÍNDICE DE MOBILIDADE GERAL PARA OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E OUTROS CONTINENTES, SEGUNDO PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)



Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Quando perguntados sobre a motivação das viagens efetuadas a outros países, a maioria dos respondentes apontou o turismo como sendo a principal, seguida pelo trabalho e, por último, pelos estudos. Em se considerando a proporção entre os índices percentuais parciais por país investigado, o Uruguai representa o país em que mais se viaja por motivos turísticos (49.7%), seguido da Argentina (38.4%) e do Paraguai (35.2%). Os paraguaios, por sua vez, são os que mais viajaram por razões de trabalho.

GRÁFICO 2: ÍNDICE DE MOTIVAÇÃO DA MOBILIDADE GERAL
POR TRABALHO, TURISMO E ESTUDO, SEGUNDO OS PAÍSES DA REGIÃO
(PERCENTUAL)

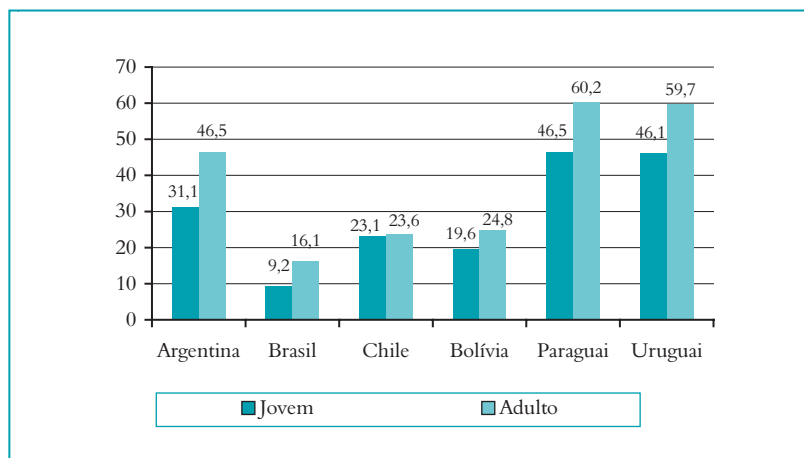


Nota: a área do gráfico representa o percentual entre as viagens efetuadas e o número é relativo ao percentual de pessoas.

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Para todos os países investigados, os adultos apresentam maiores índices de mobilidade do que os jovens (Paraguai 60,2%, Uruguai 59,7%, Argentina 46,5%, Bolívia 24,8% e Brasil 16,1%), exceto o Chile que apresenta basicamente os mesmos índices entre jovens e adultos (23,1% e 23,6%).

GRÁFICO 3: MOBILIDADE GLOBAL ENTRE OS PAÍSES, SEGUNDO JOVENS E ADULTOS (PERCENTUAL)



Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Quando comparados os jovens e adultos em relação à sua motivação para as viagens realizadas, percebe-se, de acordo com o gráfico 2, que ambos são motivados preponderantemente por razões de turismo, em seguida por trabalho e, por último, pelos estudos. Em todos os países investigados, os adultos apresentam maiores índices percentuais que os jovens, com exceção do Chile para as razões de turismo (18.1% dos adultos em relação a 20% dos jovens).

TABELA 3: ÍNDICE DE MOBILIDADE GLOBAL ENTRE OS PAÍSES DA REGIÃO, POR TURISMO, TRABALHO E ESTUDO, SEGUNDO JOVENS E ADULTOS (PERCENTUAL)

Motivação	Argentina		Brasil		Chile		Bolívia		Paraguai		Uruguai	
	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A
Por turismo	20.9	42.4	7.7	12.7	20.0	18.1	15.3	16.3	33.0	36.5	43.4	51.8
Por trabalho	3.4	8.1	2.1	4.9	2.7	7.1	4.5	9.9	15.7	30.1	6.3	17.6
Por estudos	1.8	2.0	0.3	0.6	2.2	0.3	1.5	1.5	3.0	3.1	2.5	4.2

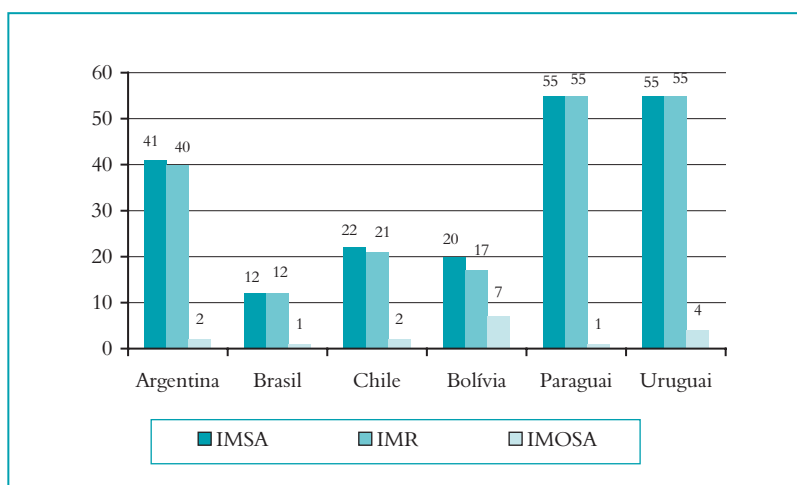
J: Jovem / A: Adulto

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Um dado de grande interesse evidenciado pela pesquisa é o de que a mobilidade na América do Sul ocorre, preponderantemente, entre os

próprios países investigados. Assim, quando se consideram os uruguaios (55%), paraguaios (55%) e brasileiros (12%) que afirmaram ter viajado para países da América do Sul, percebe-se que todos realizaram viagens a um dos países que compõem a amostra da pesquisa (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), resultando em índices iguais. Mesmo nos casos em que os índices apresentam alguma diferença, a mesma fica em torno de 1% (margem de erro), com exceção da Bolívia, onde essa diferença é de 3%. Para todos os países investigados, a visita a outros países da América do Sul que não compõem a amostra da pesquisa apresenta índices consideravelmente mais baixos.

GRÁFICO 4: ÍNDICE DE MOBILIDADE, INCLUINDO TODOS OS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL, TODOS OS PAÍSES DO MERCOSUL E OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL, SEGUNDO OS PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)



Índice de mobilidade sul-americana (IMSA), índice de mobilidade regional (IMR) e índice de mobilidade para outros países da América do Sul (IMOSA), conforme anexo metodológico.

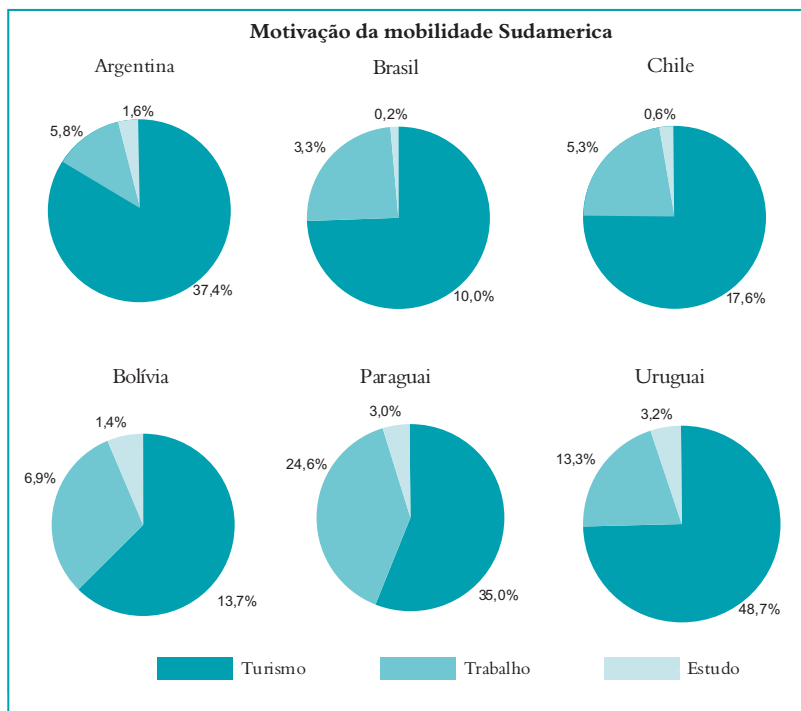
Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Os dados apresentados no gráfico 4 evidenciam que as populações dos países que compõem a pesquisa, aqueles que estão na órbita do Mercosul, viajam majoritariamente entre esses mesmos países. Os índices de mobilidade regional, ou seja, o índice que apresenta o somatório que inclui como destino os seis países pesquisados é praticamente igual ao índice global, ou seja, o somatório que inclui viagens a qualquer

país da América do Sul. Vale ressaltar que tais aproximações podem refletir identidades que merecem ser mais bem conhecidas. Os altos índices de mobilidade para os próprios países da América do Sul também podem estar relacionados com a intensa mobilidade que ocorre nas regiões de fronteira, onde muitas vezes a população vive em um determinado país e trabalha em outro bem próximo. Como exemplo, as regiões de fronteira entre Brasil e Paraguai, Argentina e Paraguai, Bolívia e Brasil, entre outras.

A tendência se mantém mesmo quando se consideram as motivações para viagens realizadas apenas a países da América do Sul. O turismo apresenta-se como sendo a principal, seguido do trabalho e, por último, dos estudos. Uruguai (48.7%), Argentina (47.4%) e Paraguai (35%) apresentam os maiores índices respectivamente. Chile (17.6%), Bolívia (13.7%) e Brasil (que apresenta o menor índice, de 10%) possuem percentuais consideravelmente mais baixos.

GRÁFICO 5: ÍNDICE DE MOTIVAÇÃO DE MOBILIDADE PARA AMÉRICA DO SUL, POR RAZÕES DE TURISMO, TRABALHO E ESTUDO, SEGUNDO OS PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)

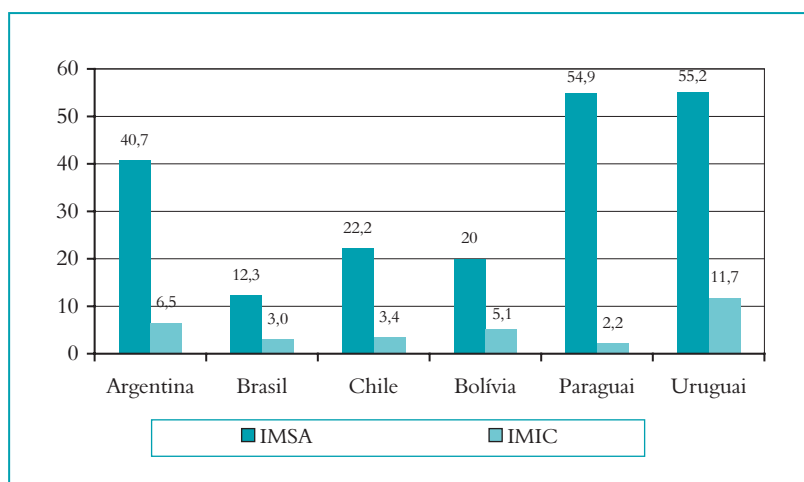


Nota: a área do gráfico representa o percentual entre as viagens efetuadas e o número é relativo ao percentual de pessoas.

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Quando comparados aos índices de mobilidade para outros continentes, os índices de mobilidade para a própria América do Sul são maiores para todos os países investigados (Uruguai 55.2%, Paraguai 54.9%, Argentina 40.7%, Chile 22.2%, Bolívia 20% e Brasil 12.3%). A maior diferenciação individual entre índices é expressa pelo Paraguai (52.7%), ao passo que, no Brasil, presencia-se a menor delas (9.3%).

GRÁFICO 6: ÍNDICE DE MOBILIDADE PARA A AMÉRICA DO SUL E PARA OUTROS CONTINENTES, SEGUNDO PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)



Índice de mobilidade sul-americana (IMSA) e índice de mobilidade intercontinental (IMIC), conforme anexo metodológico.

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Se considerada globalmente, a maioria dos respondentes afirma não ter viajado a outros países, sendo que o Uruguai (56.3%) e o Paraguai (55.2%) representam as exceções. A Argentina (41.9%), o Chile (23.5%) e a Bolívia (22.8%) ocupam posições intermediárias, ao passo que o menor índice de mobilidade geral pode ser observado no Brasil (13.9%). Observa-se que, entre os que afirmaram ter viajado para outros países, a principal motivação é o turismo. Assim, 49,7% dos uruguaios, 38,4% dos argentinos, 35,2% dos paraguaios, 18,6% dos chilenos, 15,9% dos bolivianos e 11,1% dos brasileiros afirmaram ter viajado por razões turísticas. A segunda principal razão é o trabalho, que apresenta índices consideravelmente mais baixos que a primeira. Para essa variável, o Paraguai possui o maior índice (24,9%), seguido do Uruguai (14,7%), Bolívia (7,8%), Argentina (6,7%), Chile (5,9%), e Brasil (4%). A motivação menos frequente para todos os respondentes que viajaram é a dos estudos. Apenas 3,8% dos uruguaios, 3,1% dos paraguaios, 1,9% dos argentinos, 1,5% dos bolivianos, 0,8% dos chilenos e 0,5% dos brasileiros viajaram por razões de estudos.

TABELA 4: ÍNDICES DE MOBILIDADE GLOBAL, POR RAZÕES DE TURISMO, TRABALHO E ESTUDO, SEGUNDO PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)

Categoria	Argentina	Brasil	Chile	Bolívia	Paraguai	Uruguai
Índice de mobilidade global	41.9	13.9	23.5	22.8	55.2	56.3
Índice de mobilidade por turismo	38.4	11.1	18.6	15.9	35.2	49.7
Índice de mobilidade por trabalho	6.7	4.0	5.9	7.8	24.9	14.7
Índice de mobilidade por estudo	1.9	0.5	0.8	1.5	3.1	3.8

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Considerada a categoria «mobilidade global» dos respondentes, em relação à variável «sexo», o que se percebe é que os respondentes do sexo masculino viajam preponderantemente por razões de trabalho e isso pode ser percebido em todos os países investigados. Respondentes do sexo feminino afirmam viajar preponderantemente por razões turísticas (Uruguai, Chile e Bolívia) ou para estudos (Paraguai, Argentina e Brasil).

TABELA 5: PERFIL DA MOBILIDADE GLOBAL POR RAZÕES DE TURISMO, TRABALHO E ESTUDO, SEGUNDO SEXO E PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)

País	Razões	Sexo	
		Masculino	Femenino
Argentina	Turismo	50.5	49.5
	Trabalho	71.5	28.5
	Estudo	48.1	51.9
Brasil	Turismo	55.4	44.6
	Trabalho	75.9	24.1
	Estudo	54.3	45.7
Chile	Turismo	50.0	50.0
	Trabalho	72.9	27.1
	Estudo	63.0	37.0
Bolívia	Turismo	57.7	42.3
	Trabalho	74.0	26.0
	Estudo	61.6	38.4
Paraguai	Turismo	49.2	50.8
	Trabalho	62.9	37.1
	Estudo	46.3	53.7
Uruguai	Turismo	47.8	52.2
	Trabalho	69.0	31.0
	Estudo	60.9	39.1

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Essa tendência se mantém para ambos os sexos quando a categoria considerada é a da «mobilidade sul-americana», ou seja, quando se refere a viagens efetuadas a países que fazem parte da América do Sul apenas. A única alteração em relação ao quadro anterior ocorre com respondentes argentinos do sexo feminino, que afirmaram viajar principalmente por razões turísticas (49.5%) contra 46.7% que afirmaram viajar por razões de estudo.

Quando abordadas as categorias de «intenção de mobilidade global» e «intenção de mobilidade sul-americana», em relação à variável «sexo», respondentes do sexo masculino continuam a afirmar o trabalho como sendo a principal razão pela qual viajariam a outros países (com exceção do Uruguai, para a intenção de mobilidade global, em que a maioria afirmou que viajaria por razões de estudo 51.2%). Respondentes do sexo feminino mantêm sua tendência a viajar por razões turísticas ou estudantis.

O cruzamento da categoria «mobilidade global» com a variável «faixa de idade» mostra que, para a maioria dos jovens de 18 a 24 anos, do Chile (37%), da Argentina (14%) e do Brasil (13.3%), a razão principal para as viagens para outros países é o estudo. No entanto, é preciso ressaltar que, nesses países, para os jovens, o turismo representa também uma razão considerável de mobilidade. Para os respondentes de 25 a 29 anos de idade, os estudos também são a principal razão da mobilidade. Isso pode ser observado no Chile (37%), Bolívia (22.9%), Paraguai (14.4%) e Argentina (14.3%), sendo que, apenas no Brasil (10%) e no Uruguai (10%), o turismo vem em primeiro lugar. Os respondentes de 30 a 39 anos mantêm a mesma tendência dos mais jovens. Na Argentina (onde, aliás, todos os respondentes com 39 anos ou menos afirmaram ser o estudo a principal razão), no Brasil e no Uruguai o estudo aparece como a principal razão de mobilidade. No Chile e na Bolívia, aparece o turismo, e no Paraguai, o trabalho.

A questão do trabalho é mais marcante entre os respondentes de 40 a 49 anos e de 50 a 59 anos. Isso pode ser observado no Uruguai (29.3% e 18.7%, respectivamente), Bolívia (28.4% e 14.2%, respectivamente), Argentina (27.8% e 16.7%, respectivamente) e Chile (26.7% e 19.4%, respectivamente). A principal razão para a mobilidade, apontada por respondentes de mais de 60 anos, na maioria dos países, é o turismo (Uruguai 28.7%, Argentina 21.4%, Brasil 17.3%, e Paraguai 15.4%). Apenas o Chile (onde, aliás, todos os respondentes a partir dos 40 anos afirmaram ser o trabalho a principal razão) e a Bolívia, onde a principal razão é o estudo, fogem a essa tendência.

TABELA 6: PERFIL DE MOBILIDADE GLOBAL POR RAZÕES DE VIAGEM E FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)

País	Razões	Faixa etária (em anos)					
		18-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60 ou mais
Argentina	Turismo	13.5	8.9	19.7	20.2	16.4	21.4
	Trabalho	6.0	9.1	19.5	27.8	16.7	20.9
	Estudo	14.0	14.3	34.7	16.9	11.4	8.7
Brasil	Turismo	11.7	10.0	19.4	28.2	13.4	17.3
	Trabalho	9.0	7.2	26.6	24.6	17.7	14.8
	Estudo	13.3	6.6	5.5	-	14.6	-
Chile	Turismo	17.4	12.3	22.4	16.6	14.3	17.0
	Trabalho	7.0	5.6	19.4	26.7	19.4	21.8
	Estudo	37.0	37.0	17.4	8.7	-	-
Bolívia	Turismo	24.7	12.0	22.1	20.2	8.2	12.8
	Trabalho	15.1	6.8	20.5	28.4	14.2	15.0
	Estudo	15.3	22.9	12.4	20.6	12.4	16.5
Paraguai	Turismo	21.2	13.1	17.1	18.0	15.3	15.4
	Trabalho	12.6	10.6	22.2	22.9	16.7	15.1
	Estudo	20.8	14.4	21.0	25.5	10.1	8.1
Uruguai	Turismo	12.1	10.0	14.5	20.8	13.9	28.7
	Trabalho	4.8	6.1	19.3	29.3	18.7	21.9
	Estudo	7.4	9.6	23.8	27.6	9.8	21.9

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Quando se considera a categoria de «mobilidade na América do Sul», cruzando-a com a variável «faixa de idade», a configuração dos índices não sofre alterações significativas. O cruzamento entre a categoria de «intenção de mobilidade geral» e a variável «faixa de idade» reportou dados interessantes em relação ao Brasil, Chile, Paraguai e Bolívia. Nesses quatro países, respondentes com 30 anos ou mais assinalaram o turismo como principal razão para a intenção de mobilidade (apenas no caso da Bolívia a faixa etária de 30 a 39 anos assinalou o trabalho como principal). Na Argentina, as faixas etárias de 25 a 29 anos (15.4%), 30 a 39 anos (19%) e 40 a 49 anos (19.1%) assinalaram o trabalho como a principal motivação para a intenção de mobilidade.

O cruzamento da categoria «índice de mobilidade global» com a variável «renda *per capita*» reportou que para os tercís «baixo» e «me-

diano» a principal motivação é o trabalho (Brasil 28.6%, Chile 31.2%, Bolívia 37.3%, Paraguai 31.3% e Uruguai 33%), seguida dos estudos (Argentina 49.1%, Brasil 14.6% e Chile 20.2%). Quando o tercil abordado é o mais alto, a razão principal é o estudo (Chile 69.7%, Bolívia 71.8%, Paraguai 64.6% e Uruguai 73.4%), seguida do turismo (Argentina 49.6% e Brasil 66%). Quando considerados os índices de mobilidade, apenas na América do Sul, não se constataram alterações significativas das motivações. Isso também ocorre, de forma geral, quando se aborda a intenção de mobilidade, seja a mobilidade global (para qualquer país ou continente) ou a restrita à América do Sul.

TABELA 7: PERFIL DA MOBILIDADE GLOBAL, POR RAZÕES DE TURISMO, TRABALHO E ESTUDO, SEGUNDO CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO (PERCENTUAL)

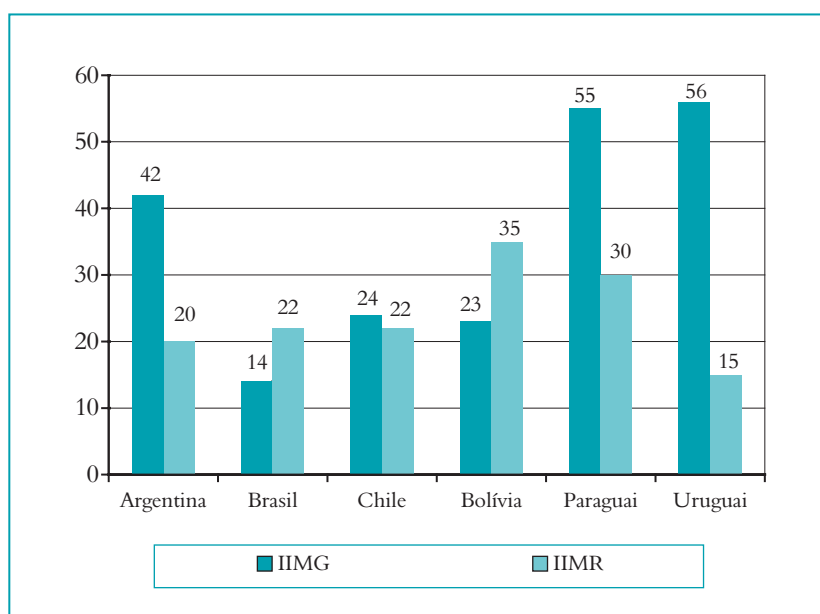
País	Razões	Faixa etária (em anos)		
		Tercil mais baixo	Tercil mediano	Tercil mais alto
Argentina	Turismo	23.1	27.3	49.6
	Trabalho	24.0	35.5	40.5
	Estudo	21.2	49.1	29.7
Brasil	Turismo	9.4	24.5	66.0
	Trabalho	11.6	28.6	59.8
	Estudo	14.6	27.8	57.6
Chile	Turismo	15.1	23.1	61.7
	Trabalho	19.1	31.2	49.8
	Estudo	20.2	10.1	69.7
Bolívia	Turismo	16.3	30.8	52.9
	Trabalho	16.0	37.3	46.6
	Estudo	13.3	14.9	71.8
Paraguai	Turismo	18.9	35.9	45.2
	Trabalho	31.3	33.4	35.2
	Estudo	12.0	23.4	64.6
Uruguai	Turismo	17.8	30.9	51.3
	Trabalho	23.1	33.0	43.9
	Estudo	14.0	12.6	73.4

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

3. DESEJO DE VIAJAR

Quando se considera o desejo de viajar para outros países, percebe-se que os bolivianos (42%), paraguaios (34%) e brasileiros (31%) são os que mais anseiam.

GRÁFICO 7: ÍNDICE DE INTENÇÃO DE MOBILIDADE: GLOBAL COMPARADO COM O REGIONAL, SEGUNDO PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)



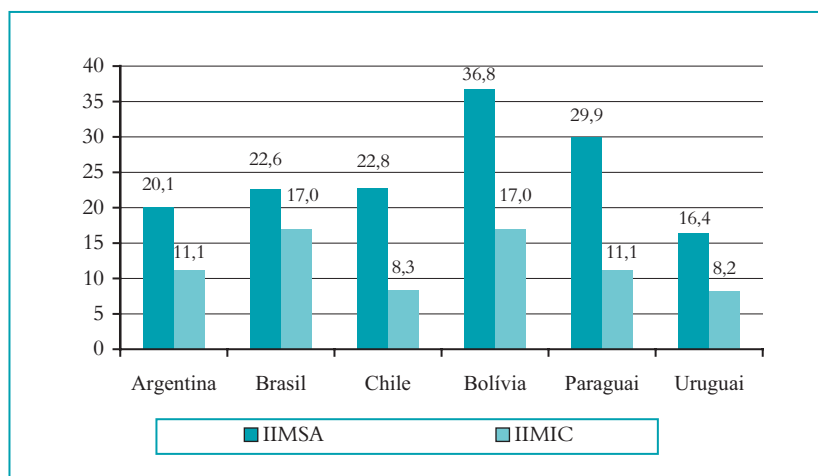
Índice de intenção de mobilidade geral (IIMG) e índice de intenção de mobilidade regional (IIMR), conforme anexo metodológico.

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Em todos os países investigados, percebe-se um maior desejo de viagens para países da própria América do Sul, em relação a outros continentes. Em relação à intenção de mobilidade entre países da América do Sul, a Bolívia é o país que apresenta o maior índice (35%), seguido do Paraguai (30%), Chile (22%), Brasil (22%), Argentina (20%) e, por último, Uruguai (15%). Note-se que, em relação ao índice referente a viagens intercontinentais, a Bolívia e o Brasil encontram-se empatados com 17%, o que também ocorre com a Argentina e o Paraguai (11.1%). O Chile e o Uruguai apresentam, respectivamente, os me-

nores índices, também com diferenças percentuais bastante pequenas (8.3% e 8.2%, respectivamente).

GRÁFICO 8: ÍNDICE DE DESEJO DE VIAJAR PARA OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL COMPARADO COM OUTROS CONTINENTES (EUROPA E AMÉRICA DO NORTE), SEGUNDO PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)

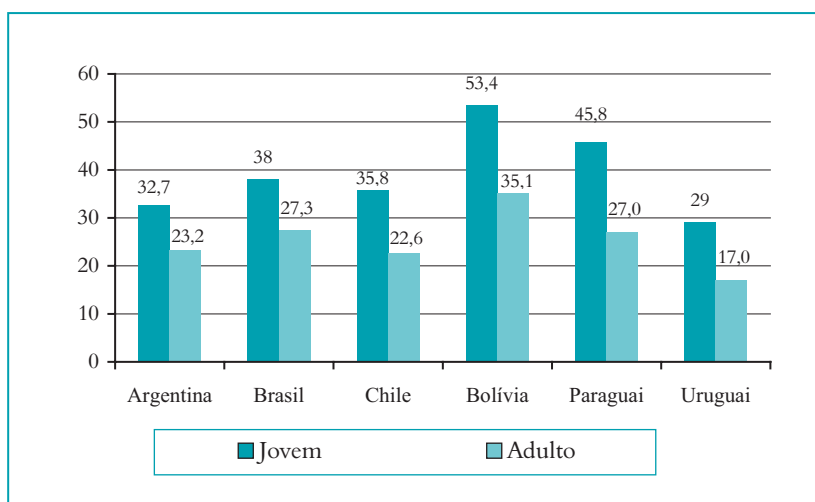


Índice de intenção de mobilidade sul-americana (IIMSA) e índice de intenção de mobilidade intercontinental (IIMIC), conforme anexo metodológico.

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Quando se consideram os índices de intenção de mobilidade global entre jovens e adultos, percebe-se que eles são mais altos entre os jovens em todos os países investigados. A Bolívia apresenta o mais alto índice de intenção de mobilidade entre os jovens (53.4%), seguida do Paraguai (45.8%), Brasil (38%), Chile (35.8%), Argentina (32.7%) e por último Uruguai (29%). Quando se considera a intenção de mobilidade entre os adultos, a Bolívia continua a ocupar o primeiro lugar (35.1%). No entanto, o Brasil (27.3%) ultrapassa o Paraguai (27%). A Argentina (23.2%) também supera o Chile (22.6%), e o Uruguai, mais uma vez, apresenta o menor índice de intenções de mobilidade (17%).

GRÁFICO 9: ÍNDICE DE INTENÇÃO DE MOBILIDADE GLOBAL
POR JOVENS E ADULTOS, SEGUNDO PAÍSES DA REGIÃO
(PERCENTUAL)



Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Destaca-se, ainda, o baixíssimo nível de circulação existente no Brasil para outros países da América do Sul, com índices profundamente diferentes dos outros países. De forma geral, em praticamente todos os cruzamentos de variáveis, observa-se que a grande maioria dos respondentes de cada país (em torno de 90%) nunca esteve em qualquer dos outros países apresentados. No entanto, essa tendência sofre uma sensível alteração, quando se consideram os respondentes paraguaios e uruguaios. Nesses casos, observa-se um aumento do percentual de respondentes que estiveram, sobretudo, na Argentina e no Brasil. No tocante a outros países da América do Sul, bem como países de outro continente, reafirma-se a tendência dos respondentes nunca os terem visitado. No entanto, ressalta-se que, quanto maior a renda dos respondentes, maiores são os percentuais dos que já visitaram outros países.

Quando perguntados se já visitaram outro país da América do Sul, com exceção dos países da pesquisa, o país mais frequentemente apontado é o Peru. Já em relação a países de outro continente que planejam visitar, os países mais frequentemente apontados são Espanha e Estados Unidos, respectivamente.

4. AS REDES

Quando perguntados se teriam algum familiar ou amigo vivendo em outro país da América do Sul, observa-se o grande contingente de paraguaios (71%) e bolivianos (44.7%) nessa condição, conforme a tabela 8.

TABELA 8: ÍNDICE DE MOBILIDADE DE FAMILIARES E AMIGOS, SEGUNDO PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
Familiar	11.5	44.7	3.4	16.4	71.0	31.5
Amigo	6.8	7.8	3.2	7.8	18.3	16.0

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

A mesma pergunta, dirigida aos países da América do Norte e Europa, agrava as diferenciações e a situação de circulação para a região.

TABELA 9: ÍNDICE DE MOBILIDADE DE FAMILIARES E AMIGOS PARA PAÍSES DA AMÉRICA DO NORTE OU EUROPA, SEGUNDO PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
Familiar	21.8	38.8	13.8	18.9	40.4	35.7
Amigo	13.3	10.6	11.4	9.7	16.3	22.7

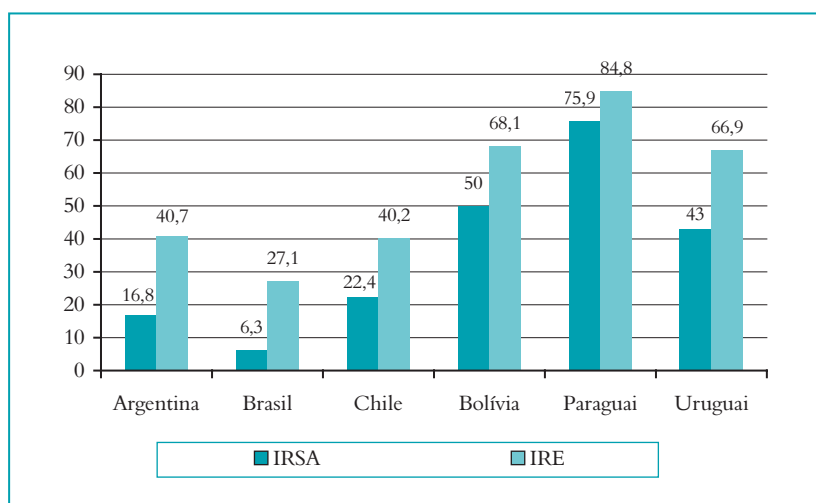
Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

No tocante à existência de parentes e/ou amigos vivendo no exterior, nota-se que os respondentes que trabalham apresentaram maiores percentuais em relação aos que não trabalham. No geral, respondentes do sexo feminino apontaram mais frequentemente a existência de parentes ou amigos no exterior do que os respondentes do sexo masculino. No que diz respeito à renda, nota-se que, quanto maior ela é, maior é o percentual de afirmações quanto à existência de parentes ou amigos vivendo no exterior.

Quando questionados se possuem familiares e/ou amigos vivendo em outro país da América do Sul, América do Norte ou Europa, respondentes argentinos, brasileiros e chilenos afirmaram, em sua maioria, não os ter. Essa tendência pôde ser observada em todos os cruzamentos de variáveis de perfil efetuados. Por outro lado, com re-

lação a esses três países, ainda que com representatividade percentual inferior, os que responderam afirmativamente à pergunta apontaram possuir preponderantemente parentes vivendo em outros países da América do Sul e, em uma parcela um pouco menor, na América do Norte e Europa.

GRÁFICO 10: CONHECIMENTO DE FAMILIARES E AMIGOS VIVENDO NA AMÉRICA DO SUL COMPARADO COM A EUROPA E AMÉRICA DO NORTE, SEGUNDO PAÍSES DA REGIÃO (PERCENTUAL)



Índice de «redes» na América do Sul (IRSA) e índice de «redes» no estrangeiro (IRE), conforme anexo metodológico.

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

Foi possível localizar desvios na tendência anteriormente apresentada para argentinos, brasileiros e chilenos, quando analisadas as respostas de paraguaios, bolivianos e uruguaios, respectivamente. No tocante aos respondentes desses três países, o que se percebe é que, para a maioria dos cruzamentos de variáveis, há a existência de parentes vivendo, sobretudo, em outros países da América do Sul, seguidos dos que vivem em outros países da América do Norte ou Europa. É preciso notar que, de acordo com os dados apresentados, o Paraguai é o que apresenta maiores percentuais de respondentes com familiares e/ou amigos vivendo em outros países.

Por fim, ressalta-se o fato de que nenhum cruzamento de variável do perfil em especial, se tomada de forma isolada, reportou uma va-

riação expressiva nas tendências já expostas sobre a existência de parentes e/ou amigos vivendo em outros países.

5. E O FUTURO?

Diferenças significativas entre os países surgem quando se indaga como estarão, daqui a dez anos, a sua família, a sua cidade, o seu país e a América do Sul. De um modo geral, *a população do Chile tem um olhar mais pessimista para o futuro*; em seguida vêm a Bolívia e a Argentina, nessa ordem. *Entre os mais esperançosos, em todas as situações, estão os brasileiros e paraguaios.*

Nesse tópico, independentemente das variáveis de perfil analisadas, os maiores percentuais são caracterizados por um otimismo em relação à situação atual. Assim, a maioria dos respondentes acredita que estará numa situação melhor que a atual no tocante a todas as situações apresentadas. Paraguai e Brasil são respectivamente os países com maior índice de otimismo.

Os respondentes que trabalham aparecem como ligeiramente mais otimistas do que os que não trabalham em todas as situações apresentadas. Os homens aparecem sutilmente mais otimistas do que as mulheres no que diz respeito à situação pessoal. *Já as mulheres são mais otimistas para todas as outras situações apresentadas.*

De maneira geral, os jovens são mais otimistas, apresentando os maiores percentuais para a opção «melhor do que agora». No entanto, a diferença percentual é ainda maior nas opções «situação pessoal» e «família». Confirmando a tendência exposta para a variável «idade», observou-se que, para situação pessoal e família, *quanto menor a faixa etária, mais otimista são os respondentes*. Para as opções «cidade», «país» e «América do Sul», são as faixas etárias entre 25 e 59 anos as mais otimistas.

Percebe-se ainda que, quanto maior a escolaridade, mais otimistas são os respondentes a respeito de sua situação pessoal e família. De forma geral, os respondentes que estudam também são mais otimistas em relação aos que não estudam. Quando se considera a situação pessoal e a família, as diferenças percentuais entre eles se acentuam ainda mais. Por fim, as variáveis religião e cor não reportaram variações significativas.

Em todos os países investigados, os jovens apresentam-se como mais otimistas que os adultos em relação à sua situação pessoal e à sua família. O Brasil é o país que apresenta os maiores índices para os

jovens em relação a essas duas variáveis (92% e 92%), seguido do Paraguai (88% e 86.7%), Chile (82.6% e 78.7%), Uruguai (80.7% e 77.5%), Argentina (76.7% e 75.2%) e Bolívia (76.7% e 74.8%). *No Chile, o otimismo dos jovens supera o dos adultos em todas as variáveis abordadas.* No Uruguai, o otimismo dos jovens (62.6%) não supera o dos adultos (62.8%) apenas para a variável «cidade», e apenas por 0,2 pontos percentuais.

TABELA 10: ACREDITAM QUE DAQUI HÁ 10 ANOS VÃO ESTAR MELHOR DO QUE AGORA, POR SITUAÇÃO PESSOAL, FAMILIAR, PELA SUA CIDADE, PAÍS E AMÉRICA DO SUL, SEGUNDO PAÍSES DA REGIÃO, JOVENS E ADULTOS (PERCENTUAL)

Motivação	Argentina		Brasil		Chile		Bolívia		Paraguai		Uruguai	
	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A	J	A
Sua situação pessoal	76.7	56.2	92.0	78.0	82.6	54.0	76.7	59.5	88.0	82.9	80.7	59.6
Sua família	75.2	63.0	92.0	84.9	78.7	64.7	74.8	66.4	86.7	86.5	77.5	67.6
Sua cidade	55.6	56.2	79.4	79.4	58.5	56.8	62.6	62.9	80.7	84.3	62.6	62.8
Seu país	47.8	52.4	75.9	77.0	54.7	52.8	55.5	56.6	76.5	82.8	64.7	63.8
América do Sul	50.9	54.4	75.8	76.1	56.7	48.9	61.3	61.6	72.7	81.7	65.6	62.4
Médias simples												
Jovem/adulto	61.2	56.4	83.0	79.1	66.2	55.4	66.2	61.4	80.9	83.6	70.2	63.2
Total país	58.8		81.1		60.8		63.8		82.3		66.7	

Fonte: «Pesquisa juventudes sul-americanas». IBASE e PÓLIS, 2009.

No entanto, como se observa na tabela 10, essa tendência sofre alterações e chega até mesmo a se inverter na maioria dos casos quando o tema é a cidade, o país ou a América do Sul. Quando se trata das expectativas em relação a essas três variáveis, percebe-se uma considerável redução dos índices de otimismo, tanto entre jovens como entre adultos. Contudo, os adultos tendem a ser mais otimistas. Dentre eles, destacam-se o Paraguai, que mantém os maiores índices de otimismo entre adultos (cidade 84.3%, país 82.8% e América do Sul 81.7%), seguido do Brasil (cidade 79.4%, país 77% e América do Sul 76,1%).

6. INTEGRAÇÃO REGIONAL: UM ESPAÇO A CONSTRUIR

Sem dúvida, as questões relacionadas com as juventudes vêm conquistando significativos espaços e posições nas agendas sociais e políti-

cas da região estudada. Entretanto, aspectos relativos à integração sul-americana podem ser tratados como um «estado de coisas»: situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação, constatação de novas necessidades e demandas, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas (Rua, 1998).

As informações aqui apresentadas fotografam um tempo em que as opiniões e percepções sobre o tema ainda aparecem de forma fragmentada, muito pouco estabelecida. A própria idéia de região ainda não está consolidada, conforme os dados coletados.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de a circulação da população jovem, entre os países da região, ainda ocorrer de forma bastante limitada. A diferença entre os países em que os jovens já estiveram (a maioria sendo da própria região) e os países em que desejam estar futuramente (América do Norte e Europa) demonstra que a região sul-americana ainda é percebida como um local de poucas oportunidades. Por fim, pode-se inferir que, apesar dos avanços econômicos e comerciais no âmbito da integração sul-americana, ainda existe um longo caminho para que os jovens possam ser sujeitos de direitos dos benefícios e melhorias acumuladas na região, intrapaíses e além das fronteiras, tendo como opção a aposta em projetos de vida nas sociedades sul-americanas.



*Sociedades sul-americanas:
o que dizem jovens e adultos
sobre as juventudes*

CONSIDERACIONES FINALES

Eliane Ribeiro
Felipe Ghiardo
Verónica Filardo



CONSIDERACIONES FINALES¹

EL ESTUDIO PRESENTANDO NOS ofreció una buena posibilidad de caminar, con una mirada atenta y sensible, por el universo de los jóvenes de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. La opción por la aplicación simultánea de un mismo instrumento de recolección de datos en esos seis países sudamericanos, con el objetivo de avanzar en el conocimiento de las diferencias y semejanzas entre los países en general y de la temática de los jóvenes en particular, representó un desafío para todos los asociados, que de manera colaborativa constituyeron una red de investigación un esfuerzo de integración regional. Este hecho es uno de los frutos más importantes del trabajo.

El diseño de un cuestionario que permitiese las diferencias de los perfiles entre los países, así como las cuestiones comunes y las específicas, significó echar mano de estrategias que tornaran comparables los resultados entre los países. Las dificultades de estandarización de indicadores, así como el análisis comparativo de los resultados —remitiendo a situaciones no siempre comparables— y de contextualización de los mismos, en función de procesos institucionales y nacionales específicos, significan sin duda, un esfuerzo que vale la pena rescatar.

En un primer momento se procedió a una «división del trabajo» en la cual cada uno de los integrantes del equipo de investigadores elaboró el análisis de un bloque temático. De este modo, cobraron relevancia la pluralidad de enfoques y la creatividad en el análisis de cada módulo, con algunos criterios comunes a tener en cuenta. La «diversidad» y apertura fueron opciones conscientes y valoradas, aunque

1 Agradecemos la colaboración del profesor MIGUEL FARAH NETO, de la Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, por su valioso aporte en la traducción y revisión del texto.

implicasen diferencias entre los capítulos, en función de las mayores o menores posibilidades analíticas de cada capítulo.

Una vez realizado este primer recorrido por los módulos del estudio, el trabajo colectivo predominó en el intercambio de materiales y en la discusión de los resultados. La fase de interpretación global amplió la discusión para toda la red de investigadores, incluyendo a quienes no integraban directamente el grupo de trabajo de procesamiento del cuestionario, y que también tuvieron la oportunidad de hacer sugerencias y opinar sobre los principales hallazgos del estudio.

Otro de los aportes significativos de la investigación, fue la estrategia de aproximación de la problemática de los jóvenes, no sólo por medio de la propia visión de éstos. El estudio aborda a la población total de cada uno de los seis países, de modo de poder revelar opiniones, actitudes y también situaciones sociales, tanto de aquellos considerados jóvenes, como de los que ya dejaron de serlo. En este sentido, uno de los vectores analíticos se constituyó por las diferencias (y/o semejanzas) encontradas en relación a las distintas «clases de edad», tanto en el conjunto de los países estudiados como en cada uno de ellos en particular.

Es así que la investigación tuvo dos ejes centrales en su propuesta. El primero fue la comparación y el análisis del conjunto de los países sudamericanos: sus puntos de convergencia y divergencia, lo que puede ser considerado «común» en lo heterogéneo y lo que se puede considerar heterogéneo en lo similar. Lo que es necesario distinguir y lo que se puede agrupar. El segundo fue la utilización de un enfoque relacional. Las cuestiones de los jóvenes no sólo importan a ellos, en la medida en que son producto de un juego de relaciones y de luchas simbólicas, en las cuales también los adultos están involucrados. Por tanto, el objetivo del trabajo se situó en aproximarse al lugar de los jóvenes y de sus demandas en el conjunto social de cada país y de los seis países como un todo. Es así que fueron entrevistados 14.000 jóvenes y adultos.

Entendiendo las clases de edad (infancia, juventud, adultez, vejez) como construcciones sociales (histórica y geográficamente situadas), producto de una lucha simbólica por las propiedades que se atribuyen a cada una de ellas, se componen de un conjunto de posicionamientos, definiciones de papeles sociales y el «lugar de cada quien», que solamente el abordamiento completo del conjunto social permite captar. Ése fue el objetivo de este trabajo, y en ese plano, fueron situados los resultados obtenidos.

La primera pregunta que orientó el trabajo fue «¿qué tan similares/diferentes son los jóvenes de América del Sur?». Podemos avanzar en la respuesta analizando sus características sociodemográficas tradicionales (nivel educacional alcanzado, condición de actividad, experiencias migratorias, composición e ingreso de las familias a las cuales pertenecen, entre otras). También podemos analizar las percepciones, opiniones, actitudes y comportamientos que tienen los jóvenes sudamericanos en relación a sus procesos de transición para la vida adulta, las problemáticas que enfrentan como jóvenes en su participación social y políticas, entre otras. Veremos, entonces, hasta qué punto los jóvenes sudamericanos comparten atributos y características estructurales (posición en el espacio social) y hasta dónde «piensan» (el mundo) de manera parecida. De la misma forma, podemos ver cuáles son los «clivages» que los distancian.

La segunda pregunta clave condujo a la indagación sobre si ser joven o adulto supone distancias substantivas con relación a las opiniones y representaciones en diversas cuestiones sociales (culturales, políticas), la integración regional, incluso sobre cuáles son las demandas específicas de la «juventud». Interesó investigar si los jóvenes evalúan las políticas públicas para la juventud de forma diferente de los adultos en un mismo país. Se propuso incluso explorar cómo los jóvenes definen «juventud» y cuán diferente la definen los adultos. Es así que este segundo vector se centra en las diferencias que pueden ser encontradas entre clases de edad (joven y adulto), definidas en primera instancia por tramos etarios.

Junto a esas preguntas que guiaron la investigación, se tuvo por objetivo el producir un conocimiento riguroso, científico, y sobre todo, *conocimiento útil* para ser aplicado en el diseño de políticas públicas y en la acción colectiva.

Deseamos que los resultados de este estudio posibiliten abrir debates, colocar el tema de los derechos de los jóvenes como cuestión social en la agenda pública de los países considerados de la región. Pretendemos potenciar procesos actualmente en curso —aunque no suficientemente consolidados— que habiliten el «campo político de la juventud» en la región.

PRINCIPALES RESULTADOS

La investigación abordó países con estructuras sociodemográficas muy distintas, como lo demuestran algunos ejemplo: la población de Para-

guay entre 15 y 29 años llega al 64%, en tanto en Uruguay sólo representa el 46%; la población indígena es un 68% en Bolivia y en Chile corresponde al 14%. La población afrodescendiente alcanza el 14% en Brasil, y no pasa del 5% en los otros países. El peso que adquiere la religión también genera distancias: 90% de la población de Paraguay se declara católica, y entre el 62% y 79% de la población de Chile, Brasil, Argentina y Bolivia; en Uruguay encontramos un 45% que se declaran católicos y un porcentaje semejante de «sin religión, ateos o agnósticos», cuando la cifra más alta de esta categoría en los demás países es la de Chile en el orden del 17%.

Esta diversidad, resaltada en un estudio de corte comparativo, se torna aún más impactante, en la medida en que tal análisis permite explorar cuestiones no habituales, y particularmente, «mirar» cada uno de los seis países a la luz de lo que ocurre en la región, no sólo para interpretar los «variaciones», sino especialmente para detectar procesos que son comunes y que habilitan la colocación de discusiones sobre los derechos de ciudadanía de conjuntos amplios de la población que trascienden las fronteras nacionales. Pero sin duda que tal perspectiva no se opone a la necesaria comprensión de los procesos locales que también requieren interpretación.

De los resultados del estudio resalta la constatación de las diferencias existentes entre los jóvenes, tanto en el nivel nacional como el regional, poniendo en cuestión la idea de la homogeneidad juvenil (procesos y trayectorias de emancipación, educativas y de trabajo diferentes). De la misma forma, se encuentran elementos que comparan y los «aproximan», distinguiéndolos de los adultos, constituyendo marcas generacionales (uso de internet en particular y de nuevas tecnologías en general, comportamientos migratorios —tanto internos como al extranjero—, que suponen frecuencias relativas más altas entre los jóvenes que entre los adultos).

En la comparación entre jóvenes y adultos, del punto de vista socio-demográfico, socioeconómico y sociocultural, se evidencian diferencias tanto entre estratos generacionales (jóvenes/adultos) como entre países, producto de la diversidad de situaciones que engloba la región desde lo demográfico, político, étnico, económico y cultural. Ejemplo de estas diferencias son los desplazamientos migratorios, hacia dentro y fuera de los países y de la propia región latinoamericana entre jóvenes y adultos, que son consecuencia de las desigualdades económicas y sociales.

Las diferencias en torno a la situación de trabajo de los jóvenes en relación a los adultos, en los niveles de experiencia, desempleo e inac-

tividad, son resultantes, también, de las asimetrías presentes entre los distintos sistemas educacionales y en las políticas públicas de los países analizados. A pesar de los esfuerzos desarrollados por los Estados, en el sentido de realizar reformas desde principios de la década de los 90 en los diferentes niveles (enseñanza primaria, secundaria y superior), el alcance y logro de los objetivos trazados aún se encuentra distante.

La exclusión digital es otra cuestión que demanda ser enfrentada. Por un lado, el acceso a los medios de información y el uso de internet revelan desigualdades, tanto cuando se comparan los diferentes países estudiados entre sí, como cuando son comparados con otras realidades con más elevados estándares o niveles de desarrollo, comparación ésta que muestra una brecha más amplia que la primera.

Por otro lado, se constata una «brecha generacional» entre jóvenes y adultos en cada país en el acceso y uso de internet. Para ambas brechas, se hace necesaria la concurrencia de un conjunto de políticas públicas que se orienten en el sentido de reducirlas, pudiendo plantearse la pregunta sobre si las políticas deben intervenir en ese campo y si poseen instrumentos que favorezcan mayores niveles de equidad en los accesos y usos de la red global de internet.

VISIONES Y DISCUSIONES SOBRE LA JUVENTUD

Uno de los primeros pasos en el análisis fue explorar las imágenes sobre la juventud que circulan entre la población de los seis países. El análisis mostró la multiplicidad de imágenes, conceptos, opiniones o incluso sensaciones que genera la juventud como palabra. También mostró que al agrupar la diversidad de palabras en un conjunto concentrado de relatos sobre la juventud, no hay ninguno que domine completamente en todos los países. La situación se repite al interior de cada país: tampoco aparece un solo relato que sea claramente dominante. Y en este mismo plano, tampoco se puede definir un grupo de población con un perfil suficientemente claro tras cada relato que lo hagan los portadores principales de uno u otro discurso sobre la juventud, y eso más allá de las diferencias que se encontraron entre adultos y jóvenes.

En lo que sí parece producirse mayor coincidencia es en lo que en su momento se definió como los «deberes ser» de la juventud, o lo que «debieran hacer» los jóvenes en su etapa de juventud. En este punto, la idea que la juventud es el tiempo en que se define el futuro aparece claramente dominante tanto para los jóvenes como para los adultos de

todos los países. Sea preparándose para el futuro, planteándose metas o asumiendo responsabilidades, lo que se impone es una especie de norma que define a los *jóvenes normales*, más preocupados de su futuro individual que del colectivo e idealmente alejados de la diversión, y que por lo mismo es también una fuente de inspiración para quienes hablan de una «juventud perdida» o «desorientada» cuando se les pide que digan algo sobre la juventud.

Las opiniones también convergen cuando se compara a los jóvenes con los adultos en una serie de atributos «socialmente significativos», que en el caso de esta encuesta se utilizó como una forma para explorar la opinión sobre los jóvenes. En este sentido fueron muy pocas las cualidades en que las actuales generaciones jóvenes salen mejor evaluadas que los adultos. En todos los países se les reconoce su capacidad creativa, su actitud participativa, a veces su conciencia ecológica, pero también en todos se dice que son más violentos, peligrosos, individualistas, consumistas, irresponsables, flojos; sobre todo en Argentina y Brasil, los dos países en que la opinión general resultó particularmente negativa. Dentro de cada país hay ciertamente un margen de diferencia entre la opinión de la población joven y la adulta, pero como se señaló en su momento, eso no significa que la opinión de los jóvenes sobre sí mismos sea buena, sino solamente «menos mala».

Esa coincidencia se vuelve a repetir cuando se exploran opiniones sobre temas con una carga valórica. Una de las cosas que sugieren los resultados en este punto es que las diferencias de posición frente a temas polémicos como el aborto, las diversidades sexuales o el uso de marihuana, no se pueden atribuir a factores generacionales. Los análisis fueron mostrando algunas diferencias entre los porcentajes de adultos y de jóvenes que se identifican con una opinión específica, pero en realidad no son lo suficientemente consistentes como para sostener que el hecho de ser adulto o joven es un factor de peso al momento de entender las diferencias de opinión respecto a los temas que exploró el cuestionario.

Por lo mismo, parece más pertinente asumir que las actuales generaciones jóvenes no necesariamente son la encarnación del «cambio cultural» en nuestras sociedades. La situación pareciera ser más bien que *en cada país este tipo de opiniones está más marcada por factores de corte estructural que por el estrictamente etario*. Quizás uno de los pocos ámbitos en que se produce una diferencia importante entre jóvenes y adultos es en el acceso y uso de las tecnologías de la información, sobre todo de internet. Lo que se descubre en este punto no es nada nuevo: las genera-

ciones más jóvenes hacen uso de computadores e internet con bastante más frecuencia que los adultos, y esta diferencia se va ampliando en la medida que se avanza hacia los extremos etarios de la muestra.

A partir de ahí se podría deducir que las principales diferencias entre adultos y jóvenes probablemente tienen que ver más con lo que hacen que con lo que piensan, y desde ahí, que los patrones de modernización se notan más en la esfera de las prácticas que de la subjetividad.

Sin embargo, en éste y en otros temas que explora el cuestionario, la búsqueda de factores que produzcan diferencias de opinión termina desembocando en las mismas variables: el nivel de escolaridad, el de ingresos, y en algunos temas específicos, el lugar de residencia. Como se vio en su momento con el acceso y uso de internet, por ejemplo, las proporciones varían cuando los usos y las frecuencias se comparan entre grupos económica, cultural y territorialmente diferenciados, y esas brechas son «transgeneracionales»: siguen prácticamente la misma pauta entre los adultos y entre los jóvenes de cada país. Por lo mismo, su efecto es transversal y doble: por un lado, y con mayor o menor intensidad, establecen diferencias entre grupos de jóvenes en un mismo país; por el otro, asimilan la situación de grupos que, siendo de países diferentes, ocupan posiciones homólogas en la estructura social de sus respectivos países. En el primer caso, definen la estructura del campo de juventud de cada país. En el segundo, abren un campo de juventud regional con una estructura común que traspasa las fronteras de los países.

Esta similitud de estructura que presentan los campos de juventud de cada país tiene, sin embargo, características particulares que dependen de un elemento que es fundamental y que parece estar por sobre las diferencias entre clases sociales y entre clases de edad: el país. El «factor país» pareciera definir el escenario o dibujar el telón de fondo en el que se configuran las subjetividades y las prácticas de ambas poblaciones y de los diferentes grupos que las componen. El sentimiento de discriminación, por ejemplo, en todos los países es más alto entre los jóvenes que entre los adultos, pero en ambas poblaciones alcanza niveles que están más marcados por lo que se podría definir como el «clima de discriminación» interno de cada país que por el hecho de ser joven o adulto. Lo mismo ocurre con la opinión sobre los jóvenes, que internamente no distinguen edad, pero que externamente sí distinguen países con opiniones negativas generalizadas de otros en que resultaron «menos malas». O con los grados de acuerdo que despiertan la legalización del aborto y el consumo de marihuana, que aparecen muy marcados por lo extendidas que se encuentren la dog-

mática religiosa, por un lado, y las ideologías seculares, por el otro. O con los niveles de acceso a internet, cuyas variaciones internas en cada uno de los países se ajustan a factores de edad y de estructura, pero siempre dentro de los márgenes de una infraestructura que define la extensión de la red y de las posibilidades de conexión. En éstos y otros aspectos el país se convierte en un factor que contiene la dispersión de las opiniones y define los niveles de las tendencias centrales, que a su vez representan el marco de lo pensable y el grado de libertad para lo decible, y lo que diluye en parte las diferencias entre jóvenes y adultos, entre mujeres y hombres, entre escolarizados y desescolarizados, o entre habitantes de la ciudad y del campo.

Las condiciones juveniles que permiten un análisis relativamente consistente para el conjunto de los países son los aspectos relacionados con las cargas de responsabilidades, fundamentalmente el hecho de ser padre o madre y vivir en pareja, sean casados o convivientes.

Se observa que solteras y solteros sin hijos tienden a constituir el grupo que tiene una opinión más favorable sobre los jóvenes. *En la medida en que se van asumiendo responsabilidades o ejerciendo roles de adulto, se va produciendo también un cambio de «mentalidad», que se distancia de la opinión promedio del mundo juvenil y se aproxima a la del mundo adulto.*

Considerando un «índice de liberalidad», construido según la cantidad de respuestas más «liberales» dadas por los entrevistados, se reveló a Uruguay como el país con posturas más liberales, en oposición a Paraguay y Bolivia, quienes disputan la última posición de liberalidad. Con la excepción de Uruguay, los valores promedios son muy similares en todos los países y la diferencia dada por la edad sólo es considerable en Uruguay y Chile.

Se puede concluir que *la edad define posturas en pocos casos*, como sobre la homosexualidad y el consumo de marihuana. En la mayoría de las cuestiones analizadas, el pensamiento y opinión de los jóvenes no difiere tanto del que tienen los adultos. *Las diferencias más marcadas parecerían ocurrir en función de factores estructurales*, como el lugar de residencia, el nivel educacional o de ingresos. A los niveles de rentas más elevados corresponden posturas más abiertas o liberales, de la misma forma que en relación al nivel educacional, pero las diferencias son reducidas, en general, como para hablar de una correlación significativa.

De forma general, la pertenencia a una determinada sociedad, con su cultura y los debates éticos que en ella se dan, parece influir en mayor medida que la brecha generacional en la actitud valorativa de cara a ciertas cuestiones. En lo que respecta a valores sociales o políticos, la

confianza en las fuerzas privadas (esfuerzo propio, apoyo de la familia) para mejorar la propia vida y la sociedad en general, parece ubicar en un segundo plano las cuestiones propiamente societarias, como la política o el sistema económico.

Por tanto, lo que se puede percibir en cuanto a los valores y a la participación en las sociedades del Cono Sur, es que *las diferencias generacionales, por lo general influyen menos que el país de residencia*, y cuando influyen, en la mayoría de las veces denotan un comportamiento más centrado en la propia persona o en el propio grupo, antes que en el entorno social.

DEMANDAS JUVENILES

Entre las demandas juveniles, algunas de ellas, como la referente a la educación, tienen más visibilidad, expresada por diferentes actores sociales, muchos de ellos jóvenes, y por el acumulado en su debate, se constituyen en cuestiones políticas. La centralidad de esa demanda aparece en la medida de su pérdida de calidad, situándola al lado de otros problemas de figuración —como la violencia—, como uno de los factores que impiden que los jóvenes vivan mejor el presente y conquisten el futuro.

Algunos problemas consignados, como la falta de recursos para el transporte escolar, destacados por los entrevistados de Argentina, Bolivia, Chile y Paraguay, demuestran la importancia de la cuestión económica para la garantía del acceso a la educación. La educación es también objeto del mayor número de manifestaciones juveniles investigadas en esos cuatro países, por medio de expresiones públicas de múltiples reivindicaciones y luchas.

Las demandas asociadas al trabajo también aparecen con fuerza, aunque fue objeto de una sola manifestación juvenil investigada en Argentina. Incluso constituyéndose como un tema importante en el debate sobre los derechos de los jóvenes, no se constató la presencia de múltiples actores levantando esta demanda en el espacio público. Entre tanto, reforzando la importancia del tema en el debate sobre la juventud en los diferentes países, el hecho de tener más oportunidades de trabajo fue señalado como lo que sería más importante para ese segmento de la población hoy en día.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LOS JÓVENES

En todos los países involucrados en este estudio, las prioridades temáticas, en lo que atañe a las políticas para los jóvenes, responden a preocupaciones modernas —educación, trabajo y salud—. Un segundo grupo de temas —constituido por transporte gratuito o con descuento, reconocimiento e inclusión de «minorías», reducción de daño causado por el consumo de drogas— ocupan posiciones menos importantes.

Independientemente de cómo fueron posicionados en el ranking, las cuestiones más priorizadas entre los jóvenes son diversas en la región según el país. Los niveles de conocimiento de los encuestados sobre políticas sectoriales dirigidas a los jóvenes son bajos o nulos según país, destacándose Uruguay y Brasil, seguidos de Chile. En Argentina, Bolivia y Paraguay los niveles de recordación son prácticamente inexistentes. Del punto de vista de la edad, sólo en Brasil son los jóvenes los que se recuerdan, en mayor medida, de alguna política dirigida a ellos.

No sólo debe notarse el bajo o muy bajo conocimiento (medido a través de recordación) de proyectos o programas de los gobiernos dirigidos a los jóvenes, sino que se visualiza una dificultad para diferenciarlos de otras áreas, en particular infancia y apoyo a familias de bajos recursos. Esto ocurre en todos los países.

Vale resaltar que en todos los países se encuentra que la mayoría de ciudadanos considera que su gobierno no hace lo necesario para responder a las necesidades de los jóvenes: en todos los casos más de la mitad de los ciudadanos considera que el gobierno no conoce ni se preocupa por las necesidades de los jóvenes o, en su defecto, las conoce pero no hace nada al respecto.

La percepción sobre la preocupación y acción gubernamental varía sustantivamente según país, encontrándose en los extremos a Paraguay y Uruguay con diferencias de casi 40 puntos porcentuales en los niveles de acuerdo con una acción gubernamental preocupada y activa en las políticas hacia los jóvenes.

Puestos en la situación hipotética de ser presidente y tomar medidas a favor de los jóvenes de su país, *los entrevistados de toda la región priorizan educación y trabajo.*

INTEGRACIÓN SUDAMERICANA

Tomándose por base la uniformidad de las respuestas sobre el tema, se puede afirmar que la integración sudamericana aún no conquista visibilidad y legitimidad entre la mayoría de la población joven y adulta, muchas veces apareciendo como algo todavía muy distante de la vida cotidiana de las personas. Los resultados sugieren que la cuestión aún está planteada como un «estado de cosas», o sea, un problema en construcción, sin visibilidad nítida en la esfera pública y limitado a grupos muy específicos.

A partir de los resultados de los índices construidos, es posible afirmar que la población joven circula de forma bastante limitada entre los países de la región. El país que presenta el mayor índice global de circulación entre los otros países de América del Sur y de otros continentes es Uruguay, y a la inversa, Brasil exhibe el menor índice de circulación. En cuanto a movilidad general, los países con los mayores índices de personas que ya han viajado para otros países del mundo, son Uruguay, Paraguay y Argentina; y nuevamente Brasil es el de menor movilidad general.

Sobre las motivaciones de los viajes al exterior, la mayoría señala el turismo como la principal, seguido por el trabajo y por último por los estudios. Considerando la proporción entre los índices porcentuales parciales por país investigado, Uruguay es el país en que más se viaja por motivos turísticos, seguido de Argentina y Paraguay, siendo los paraguayos quienes más viajan por razones de trabajo. En todos los países los adultos presentan mayores índices de movilidad que los jóvenes, con la excepción de Chile, donde lo hacen por igual adultos y jóvenes.

PERSPECTIVAS PARA EL FUTURO

Cuando preguntamos sobre cómo estaría de aquí a 10 años más su familia, su ciudad, su país y América del Sur, los jóvenes entrevistados de los seis países mostraron diferencias significativas. De un modo general, la población de Chile tiene una mirada más pesimista hacia el futuro, seguido de Bolivia y Argentina. *Entre los más optimistas, en todas las situaciones, están los brasileños y paraguayos.*

Independientemente de las variables de perfil analizadas, los mayores porcentajes son caracterizados por un optimismo en relación a la situación actual. La mayoría de los encuestados cree que estará en una

situación mejor que la actual en las situaciones presentadas, siendo los más optimistas paraguayos y brasileños. Por su parte, los jóvenes son más optimistas que los adultos en relación a su situación personal y de su familia.

PREGUNTAS ABIERTAS PARA SEGUIR

Es claro que las informaciones presentadas reflejan un tiempo en que las opiniones y percepciones sobre el tema aún aparecen de forma fragmentada, poco establecida, *apreciándose la propia idea de región todavía poco consolidada*. En este sentido, algunas cuestiones se presentan como abiertas, dando aliento y requiriendo de mayor estudio, como por ejemplo, ¿qué marca más significativamente las diferencias resaltadas: la dimensión generacional, los capitales de origen o clases sociales, las brechas preexistentes, el espacio nacional o regional? ¿Hay una noción o imagen de juventud o juventudes? ¿Cuánto pesan las semejanzas y diferencias: dimensión del país, lugar de residencia, género, etnia, clase social, capital escolar? ¿Es posible y pertinente una lectura transversal, que incluya los procesos demográficos, secularizadores, modernizadores y democratizadores en curso en la región? ¿Influyen en este «estado de cosas» —contempladas en el estudio— la presencia de coyunturas políticas particulares en ciertos países de la región? ¿Influyen en las subjetividades de las personas las «cuestiones públicas»?

Por último, con la preocupación esencial de aprender por medio de un análisis volcado a la comprensión de situaciones, opiniones y procesos que jóvenes y adultos piensan y viven a cuestiones de la juventud en los seis países que hacen parte de Sudamérica, el estudio puede concluir que hoy, si por un lado, banderas concebidas como juveniles, presentan mayor visibilidad y reconocimiento, tanto para los jóvenes como para los adultos; por otro lado, las políticas públicas que pueden contemplar ese conjunto de demandas, aún están lejos de ser efectivas, considerando en ello los grados de diferencias entre países y de contextos específicos.

De este modo, en lo que respecta al campo de las demandas juveniles por la construcción de políticas para las juventudes, *jóvenes y adultos están más cercanos y próximos de lo que se pensaba antes*. Las innumerables semejanzas compartidas entre generaciones y entre los diferentes países, pueden estar apuntando a posibilidades de construcción de agendas compartidas y solidarias volcadas para los jóvenes de la región sudamericana.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, HELENA (2008): «Relatório nacional Brasil. Grupos focais». São Paulo: Instituto Pólis.
- (2007) (coord.): «Relatório nacional do Brasil». São Paulo: Instituto Pólis.
- BORZESE, DANA (2008): «Informe nacional Argentina 2008: análisis de grupos focales com jóvenes y entrevistas a referentes de temáticas de juventud». Buenos Aires: Fundación SES.
- y VANESA LURO (2007) (coord.): «Informe nacional de Argentina: cuatro situaciones tipo». Buenos Aires: Fundación SES.
- BOURDIEU, PIERRE (1997): *A miséria do mundo*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- (1983): «A 'juventude' é apenas uma palavra», in: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- BRALAVSKY, CECILIA (1995): «La educación secundaria en el contexto de los cambios en los sistemas educativos latinoamericanos». *Revista Iberoamericana de Educación* N°9. Madrid: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia la Cultura.
- CAPUTO, LUIS; DIEGO SEGOVIA y REGINA KRETSCHMER (2007): «Las demandas en situación del movimiento estudiantil y campesino en Paraguay». Asunción: Base-IS.
- y MARIELLE PALAU (2007): «Informe de grupos focales Paraguay». Asunción: Base-IS.
- CASTELLS, MANUEL (1999): *La era de la información. Economía, sociedad y cultura. Volumen I: La sociedad red*. México: Siglo XXI.
- CELSE, JOSÉ y ROBERTO GONZALES (2006/2007): «Desemprego juvenil e políticas de trabalho e renda no Brasil: a experiência recente dos Consórcios Sociais da Juventude». *Inclusão Social*, V. 2, N°1. Brasília: IBICT.
- CEPAL (2007a): «Taller nacional sobre migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas». Brasilia: CEPAL.
- (2007b): *Cohesión social. Inclusión y sentido de pertenencia en América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL.
- (2005): «Dinámica demográfica y desarrollo en América Latina y el Caribe». *Serie Población y Desarrollo* N°58. Santiago: CELADE.
- y OIJ (2008): *Juventud y cohesión social en iberoamérica. Un modelo para armar*. Santiago: CEPAL y OIJ.
- y — (2004): *La juventud en iberoamérica. Tendencias y urgencias*. Santiago: CEPAL y OIJ.

- CHAVES, MARIANA (2005): «Juventud negada y negativizada: representaciones y formaciones discursivas vigentes en la Argentina contemporánea». *Última Década* N°23. Valparaíso: Ediciones CIDPA.
- DÁVILA, OSCAR; FELIPE GHIARDO y CARLOS MEDRANO (2006): *Los desheredados. Trayectorias de vida y nuevas culturas juveniles*. Valparaíso: Ediciones CIDPA.
- ; FELIPE GHIARDO, PAULINA MORA y HÉCTOR SOLÓRZANO (2008): «Informe de grupos focales Chile». Valparaíso: Ediciones CIDPA.
- DECLARAÇÃO DE CARACAS (2006): «Outra integração é urgente, possível e necessária». In: www.polis.org.br.
- DIRECCIÓN GENERAL DE LA JUVENTUD (2006): *Juventud en la ciudad de Buenos Aires. Resultado de la encuesta de juventud 2005*. Buenos Aires: Dirección General de la Juventud, Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.
- FILARDO, VERÓNICA; LILIÁN CELIBERTI y SOLANA QUESADA (2008): «Informe nacional de Uruguay: grupos focales». Montevideo: Cotidiano Mujer y GEUG-FCS.
- (2007): «Informe nacional de Uruguay». Montevideo: Cotidiano Mujer y GEUG-FCS .
- FILGUEIRA, FERNANDO y CECILIA ROSSEL (2009): «Desigualdad, pobreza y exclusión: impotencia, fatiga y asedio en las democracias latinoamericanas». En CRESPO y MARTÍNEZ (compiladores): *Política latinoamericana*. Madrid: Tirant lo Blanch.
- GONZÁLEZ, DANIELA y JORGE RODRÍGUEZ (2004): «Tendencia de la migración interna en Chile en los últimos 35 años: recuperación regional selectiva, desconcentración metropolitana y rururbanización». Trabajo presentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População (ALAP), Caxambú (MG).
- HOBBSAWM, ERIC (1997): *Historia del siglo XX*. Barcelona: Crítica.
- IBASE e PÓLIS (2008): *Juventude e integração sul-americana: caracterização de situações tipo e organizações juvenis. 6 demandas para a construção de uma agenda comum. Relatório sul-americano*. Rio de Janeiro: IBASE.
- IÑIGUEZ, ERICK y CARMEN DUNIA SANDOVAL (2008): «Informe nacional grupos focales Bolivia». La Paz: UPIEB.
- INJUV (2007): *V Encuesta nacional de juventud*. Santiago: INJUV.
- (2006): *Segundo informe nacional de juventud. Condiciones de vida y políticas públicas de juventud desde la transición al bicentenario*. Santiago: INJUV.
- KLIKSBERG, BERNARDO (2006): «El contexto de la juventud en América Latina y el Caribe: las grandes interrogantes». En ANDRÉS THOMP-

- SON (organizador): *Asociándose a la juventud para construir el futuro*. São Paulo: Editora Peirópolis.
- LEONI, SHEILA LEE (2009): «Desempleo juvenil, su importancia y especial repercusión en América Latina». En: www.eumed.net.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE BOLIVIA (2004): *La educación en Bolivia. Indicadores, cifras y resultados*. La Paz: Viceministerio de Educación Escolarizada y Alternativa.
- MORALES, ELIZABETH (2007): «Resultados básicos encuesta nacional de juventud 2005». En: *Jóvenes mexicanos. Encuesta nacional de juventud 2005*. México: IMJ.
- OIT (2007): *Trabalho decente e juventude na América Latina*. Brasília: OIT.
- PIEB (2008): «Las migraciones internas en Bolivia provocarían cambios en diferentes ámbitos de la sociedad». La Paz: PIEB.
- PNUD CHILE (2006): *Desarrollo humano en Chile 2006. Las nuevas tecnologías: ¿un salto al futuro?* Santiago: PNUD.
- e INJUV (2004): *Transformaciones culturales e identidad juvenil en Chile*. Santiago: PNUD e INJUV.
- PNUD PANAMÁ (2004): *Informe nacional de desarrollo humano Panamá 2004. De la invisibilidad al protagonismo: la voz de la juventud*. Panamá: PNUD.
- PRADO, FERNANDO; SUSANA SELEME e ISABELLA PRADO (2005): *Santa Cruz y su gente*. Santa Cruz: CEDUR y ABC producciones.
- QUISBERT, MÁXIMO (2007) (coordinador): *Jóvenes aymara, sus movimientos, demandas y políticas públicas em Bolivia*. La Paz: UPIEB.
- REINOSO, ALEJANDRO (2005): «Sociedad del conocimiento, globalización y juventud: cultura y subjetividad en la sociedad del conocimiento». *Revista Observatorio de Juventud* N°2. Santiago: INJUV.
- RODRÍGUEZ, ELENA e IGNACIO MEGÍAS (2005): *Jóvenes en los medios: la imagen mediática de la juventud desde su propia mirada*. Madrid: INJUVE.
- RUA, MARIA DAS GRAÇAS (1998): «As políticas públicas e a juventude dos anos 90» In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD.
- SANTOS, BOAVENTURA SOUZA (2008): «Boaventura de Souza e a democracia sem fim». Entrevista por Raphael Hoetmer em Lima, durante a Cúpula dos Povos. Em: www.viomundo.com.br.
- SEMPOL, DIEGO (2009): «Uruguay: aborto, veto y después. La soledad de un presidente». En: www.clam.org.br.

298 | Referencias bibliográficas

- TEDESCO, JUAN CARLOS y NÉSTOR LÓPEZ (2002): «Desafíos a la educación secundaria en América Latina». *Revista de la CEPAL* N°76. Santiago: CEPAL.
- TOURAINÉ, ALAIN (1996): «Juventud y Democracia en Chile». *Última Década* N°8. Viña del Mar: Ediciones CIDPA.
- UNIDAD DE ANÁLISIS DE POLÍTICAS SOCIALES Y ECONÓMICAS (2008): «Evaluación social programa mi primer empleo». La Paz: UDAPE.
- URRESTI, MARCELO (2008) (editor): *Ciberculturas juveniles*. Buenos Aires: La Crujía.
- VARIOS AUTORES (2008): *Ser joven en sudamérica. Diálogos para la construcción de la democracia regional*. Valparaíso: IBASE, PÓLIS y Ediciones CIDPA.
- VILLAVERDE, JULIO (2008): «Migración interna moviliza a millones en Brasil». En: www.terra.com.mx.
- VIVAR, JULIETA; JUAN SILVA y OSCAR DÁVILA (2007): *El secuestro de la demanda que cautiva: informe nacional de Chile*. Valparaíso: Ediciones CIDPA.
- WANDERLEY, LUIZ EDUARDO (2002): «Mercosul e sociedade civil». *São Paulo em Perspectiva* V. 16, N°1. São Paulo: Fundação Seade.
- YARZÁBAL, LUÍS (S/F): «La educación superior en América Latina, realidad y perspectiva». En: www.mecesup.cl.
- ZÁRATE, MANUEL ANTONIO y MARÍA TERESA RUBIO (2005): *Geografía humana. Sociedad, economía y territorio*. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces.

*Sociedades sul-americanas:
o que dizem jovens e adultos
sobre as juventudes*

ANEXO METODOLÓGICO

MARCELO NASCIMENTO



ANEXO METODOLÓGICO¹

1. APRESENTAÇÃO

ESTE ANEXO APRESENTA A metodologia utilizada para realização da pesquisa quantitativa, as considerações para construção de uma base de dados única para os seis países, bem como o método utilizado para a elaboração de indicadores utilizados na análise.

2. ABRANGÊNCIA DO ESTUDO

a) *Abrangência geográfica*

Trata-se de um estudo domiciliar com cobertura nas áreas urbanas e rurais dos países pesquisados.

b) *Público-alvo*

A população-alvo do estudo foi a população residente a partir de 18 anos de idade de cada país, o que permitiu um olhar comparativo entre jovens e adultos. A fim de obter-se maior consistência e menor erro amostral, no estrato de 18 a 29 anos, pela sua importância central, definiu-se pela super-representação desse público, representando-o de maneira desproporcional às demais faixas etárias. A tabela 1

1 O IBOPE Inteligência foi a empresa contratada para realização do campo, seleção da amostra e tabulação dos resultados da pesquisa quantitativa de opinião pública sobre juventude em seis países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai). A Overview Pesquisa foi contratada para participar do processo de desenho e planejamento e do acompanhamento da realização de todas as fases da pesquisa.

reproduz a distribuição original no universo e a distribuição praticada na amostra, que reservou aproximadamente 50% das entrevistas para cada grupo.

**TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO
E DA AMOSTRA DESPROPORCIONAL**

	Argentina		Bolívia		Brasil	
	N	%	N	%	N	%
Distribuição original da população						
Grupo 1: 18 a 29 anos	7.084.362	29.8	1.732.905	38.0	40.037.536	31.3
Grupo 2: 30 anos ou mais	16.713.790	70.2	2.811.148	62.0	87.915.892	68.7
	23.798.152	100.0	4.544.053	100.0	127.953.428	100.0
Distribuição desproporcional da amostra						
Grupo 1: 18 a 29 anos	1.250	50.0	1.000	50.5	1.750	50.0
Grupo 2: 30 anos ou mais	1.252	50.0	1.000	50.0	1.750	50.0
	2.504	100.0	2.000	100.0	3.500	100.0
Distribuição original da população						
Grupo 1: 18 a 29 anos	2.892.535	27.7	1.056.867	36.5	585.604	25.4
Grupo 2: 30 anos ou mais	7.552.071	72.3	1.834.874	63.5	1.723.491	74.6
	10.444.605	100.0	2.891.741	100.0	2.309.095	100.0
Distribuição desproporcional da amostra						
Grupo 1: 18 a 29 anos	1.000	50.0	1.000	50.5	1.750	50.0
Grupo 2: 30 anos ou mais	1.000	50.0	1.000	50.0	1.750	50.0
	2.000	100.0	2.000	100.0	3.500	100.0

Fonte de dados: Argentina, INDEC (Censo Nacional de Población y Vivienda 2001); Bolívia, INE (Censo Nacional de Población y Vivienda 2001); Brasil, IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006); Chile, INE (Censo 2002); Paraguai, INE (Censo 2002); e Uruguai, INE (Censo 2004 Fase I).

Por causa da desproporção na amostra, estabeleceram-se pesos diferenciados aos grupos etários de cada país, por meio de um fator de ponderação de acordo com outras variáveis de controle.

3. CONTEÚDO TEMÁTICO

O estudo obedeceu às características de uma pesquisa de opinião pública, versando sobre os seguintes temas: perfil do entrevistado; características do domicílio; informação e mídia; valores, sociabilidade e participação social; juventude; demandas: educação, trabalho, vida segura, cultura, transporte e meio ambiente; condições de trabalho; políticas públicas de juventude e integração sul-americana.

4. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de amostras independentes representativas de cada país. Os seis países tiveram suas amostras calculadas e selecionadas individualmente, com critérios de proporcionalidade das variáveis de controle adaptados às distribuições de cada um.

O modelo de amostragem utilizado é o estratificado de conglomerados em três estágios. A estratificação é composta de regiões e estados, no caso do Brasil pelas cinco regiões naturais (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e pelo Distrito Federal e os 26 estados que as compõem.

No primeiro estágio, os municípios são selecionados probabilisticamente por meio do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), com base na população de 18 anos ou mais de cada município.

No segundo estágio, são selecionados os conglomerados (setores censitários²), com PPT sistemático. A medida de tamanho é a população de 18 anos ou mais residente nos setores.

Finalmente, no terceiro estágio são selecionados em cada conglomerado um número fixo da população, segundo cotas de variáveis: sexo, idade, grau de instrução e condição de ocupação.

2 Setor censitário é a menor unidade territorial, com limites físicos identificáveis em campo, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do território nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do país.

TABELA 2: CÁLCULO DO TAMANHO DA AMOSTRA E PRECISÃO DESEJADA

	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
N=	23.789.152	4.544.053	127.953.428	10.444.605	2.891.741	2.309.095
n=	2.500	2.000	3.500	2.000	2.000	2.000
d=	1.96%	2.19%	1.66%	2.19%	2.19%	2.19%

O tamanho da amostra em cada país é definido por n e representa respectivamente o N (universo) aproximado. Nesse desenho, a amostra total foi de 14 mil entrevistas e atingiu uma margem de erro máxima de 1.66% no Brasil, 1.96% na Argentina e 2.19% nos outros quatro países.

O cálculo exato da margem de erro prevê que esta seja calculada de acordo com as características da amostra, ou seja, probabilística por conglomerado até o penúltimo estágio, e seleção do entrevistado por cotas no último estágio, levando em conta a desproporcionalidade prevista entre jovens e adultos. Da mesma forma, prevê que seja calculado um erro para cada variável, ou questão, uma vez que ocorrem diferenças na distribuição das respostas.

Para análises descritivas, sugeriu-se a utilização, como referência, de estimativas de erro calculadas para amostras aleatórias simples, o que constitui um padrão no mercado de pesquisas. Assim, considerando um intervalo de confiança de 95% (que também constitui um padrão), podem ser observadas as estimativas de erro abaixo de acordo com a quantidade de casos de cada segmento ou categoria.

TABELA 3: ESTIMATIVA DE PRECISÃO POR TAMANHO DE SEGMENTO

Número de casos	100	150	200	250	300	400	500	600	700	800
Estimativa de erro	9.8%	8.0%	6.9%	6.2%	5.7%	4.9%	4.4%	4.0%	3.7%	3.5%
Número de casos	1.000	1.100	1.200	1.300	1.400	1.500	1.750	2.000	3.000	3.500
Estimativa de erro	3.1%	3.0%	2.8%	2.7%	2.6%	2.5%	2.3%	2.2%	2.0%	1.7%

a) Desagregação dos resultados

O desenho amostral permite a desagregação por algumas variáveis de controle mantendo a significância e a margem de erro máxima dese-

jável, como apresentada na tabela 3. As variáveis de controle utilizadas para desagregação dos resultados foram:

- Sexo: masculino e feminino.
- Idade: jovem (18 a 29 anos) e adulto (30 anos ou mais).
- Faixas de idade: 18 a 24, 25 a 29, 30 a 39, 40 a 49, 50 a 59 e 60 anos ou mais.
- Escolaridade: Até primeiro grau incompleto, primeiro grau completo, secundário e superior.
- Cor ou raça: blanca, mestiza, parda o criolla, pueblo originario (quechua, aymara, guaraní, mapuche, etc.), afrodescendiente y otras.
- Religião: católica, evangélica/protestante, outras e nenhuma, ateu, agnóstico.
- Situação do setor por observação: rural e urbano.
- Renda domiciliar per capita: tercil mais baixo, mediano e mais alto.
- Utiliza internet: sim e não.
- Estuda: sim e não.
- Trabalha: sim e não.

b) Instrumento de coleta

O instrumento utilizado na coleta foi um questionário estruturado com 50 questões —das quais 46 fechadas (estimuladas) e quatro abertas (espontâneas)—, desenvolvido, discutido e ajustado pelos técnicos das equipes dos seis países, colaboradores e técnicos do IBOPE e da Overview. O IBOPE traduziu o questionário final em português para o espanhol, adequando cinco versões para atender às particularidades do idioma de cada país, que foram aprovadas pelos coordenadores de cada país.

O questionário foi dividido em nove blocos temáticos: perfil do entrevistado; informação/mídia; valores, sociabilidade e participação social; juventude; demandas: educação, trabalho, vida segura, cultura, transporte e meio ambiente; políticas públicas de juventude; integração sul-americana; trabalho atual; aspectos gerais (religião/etnia) e características do domicílio, além de um bloco de controle de campo.

c) Comparações entre os países

As amostras independentes dos seis países fornecem representatividades suficientemente robustas para realizar comparações entre elas, salvo em cruzamentos que incluam mais de duas dimensões. Nesses casos, foi avaliada a significância das diferenças apresentadas entre segmentos ou grupos, especialmente os muito pequenos. A tabela 4 apresenta a margem de erro máxima para o conjunto de cruzamentos realizados para a análise. Na tabela, estão em negrito as margens de erro entre 5% e 10%, e foram omitidas aquelas que são superiores a 10%.

TABELA 4: MARGEM DE ERRO POR SEGMENTO E VARIÁVEL

Variável	Segmento/ categoria	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
Sector	Urbano	1.6%	2.2%	1.4%	1.9%	2.2%	1.8%
	Rural	5.2%	3.0%	3.6%	4.2%	2.9%	6.8%
Sexo	Masculino	2.3%	2.5%	1.9%	2.5%	2.5%	2.6%
	Femenino	2.2%	2.4%	1.8%	2.4%	2.5%	2.4%
Faixa etária	18 a 24 años	3.6%	3.5%	3.0%	4.3%	3.7%	4.5%
	25 a 29 años	4.8%	4.9%	3.8%	5.2%	4.7%	5.4%
	30 a 39 años	3.6%	3.6%	2.9%	3.4%	3.7%	4.2%
	40 a 49 años	3.8%	4.3%	3.1%	3.9%	4.1%	4.2%
	50 a 59 años	4.1%	5.4%	3.6%	5.4%	5.2%	4.8%
	60 años ou mais	3.6%	5.2%	3.4%	4.6%	5.0%	3.5%
Escolaridade	Hasta primaria incompleta	3.7%	3.1%	1.8%	3.4%	2.2%	4.9%
	Primaria completa	3.3%	5.1%	4.2%	3.5%	6.4%	3.1%
	Secundaria	2.5%	3.1%	2.7%	3.0%	3.6%	2.9%
	Superior	3.5%	3.7%	3.9%	4.7%	6.6%	4.1%
Grupo etário	Jovem	2.9%	2.8%	2.4%	3.3%	6.9%	3.5%
	Adulto	1.9%	2.2%	1.6%	2.1%	2.2%	2.0%
Usa internet	Não usa	1.9%	6.4%	1.6%	2.2%	1.9%	2.1%
	Usa	2.7%	3.7%	2.4%	3.0%	4.6%	3.1%
Participação	Participa	2.9%	2.2%	2.1%	2.6%	2.2%	3.0%
	Gostaria de participar	2.5%	3.3%	2.3%	3.4%	3.0%	2.9%
	Não gostaria de participar	2.8%	7.1%	2.7%	3.3%	-	3.2%
Religião	Católica	1.8%	2.0%	1.6%	2.2%	1.9%	2.5%
	Evangélica/ Protestante	5.2%	4.4%	2.9%	4.3%	6.3%	5.3%
	Otra	-	-	7.6%	8.5%	-	-
	Ninguna/Atco/ Agnóstico	4.8%	9.3%	4.3%	4.4%	-	2.9%
Cor/raça	Blanca	1.7%	-	2.0%	2.0%	4.9%	1.9%
	Mestiza/Parda/ Criolla	4.7%	3.2%	2.1%	7.8%	2.0%	4.8%
	Pueblo Originario	-	2.2%	-	5.0%	-	-
	Afrodescendiente	-	-	3.6%	-	-	-
	Otra	-	-	9.8%	-	-	-
Tercil de RFPC	Tercil mais baixo	2.7%	3.2%	2.3%	3.1%	3.1%	3.1%
	Tercil mediano	2.7%	2.9%	2.3%	3.0%	3.0%	3.1%
	Tercil mais alto	2.7%	3.0%	2.3%	2.9%	3.1%	2.9%
Trabalha	Não	2.5%	3.2%	0.2%	2.7%	2.9%	2.7%
	Sim	2.0%	2.1%	1.7%	2.3%	2.2%	2.3%
Estuda	Não	1.7%	1.9%	1.4%	1.9%	1.9%	1.9%
	Sim	4.1%	4.1%	3.3%	4.8%	4.6%	5.0%

5. PROCEDIMENTOS DE CAMPO E COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada de 16 de agosto a 30 de setembro de 2008. Todos os trabalhos de campo foram realizados com acompanhamento e controle de supervisores do IBOPE *in loco* para garantir a realização e qualidade das entrevistas.

Foi realizado um pré-teste para verificar a adequação do questionário em relação aos objetivos, à linguagem e ao formato das questões. Algumas entrevistas do pré-teste foram acompanhadas pelos técnicos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

O questionário final foi explicado para a equipe de campo com acompanhamento pessoal de um coordenador do IBOPE, e os trabalhos de campo foram acompanhados e fiscalizados também por supervisores desse instituto, além dos responsáveis pelas equipes locais. De início, realizou-se o treinamento das equipes de supervisão das empresas locais e, posteriormente, o treinamento dos entrevistadores.

Cerca de 20% dos questionários executados por cada entrevistador foram fiscalizados para verificação de cuidado na aplicação do questionário e adequação do entrevistado às variáveis de cotas amostrais. A consistência e o preenchimento de todos os questionários foram verificados.

Um programa para entrada de dados foi desenvolvido pelo IBOPE no Brasil, incluindo as críticas e consistências necessárias. Todos os 14 mil questionários foram digitados via *web* em seis bases independentes e, posteriormente, foram migradas para o *software* estatístico SPSS.

6. PADRONIZAÇÃO DA BASE DE DADOS

Para análise comparativa dos resultados, adotou-se uma base de dados única construída a partir das bases de dados de cada país. A maioria das questões eram idênticas, pois o eixo principal da pesquisa foi apenas traduzido. Algumas questões diferiam apenas na forma de apresentar as escalas, e outras poucas questões eram totalmente diferentes.

Em uma questão sobre aprovação dos entrevistados sobre participação de jovens em ocupações e manifestações para exigir direitos, cada país elegeu uma lista de manifestações com ênfase no conteúdo e na maneira que é feita. Assim, totalizam 25 manifestações que foram analisadas por proximidade temática da demanda: educação, da juventude rural/camponesa, relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos e demais manifestações.

a) *Padronização das escalas*

Algumas escalas de concordância foram invertidas para fusão em uma única base, garantindo, ao final, que todas as escalas tivessem o mesmo sentido e número de opções.

b) *Conversão da moeda local em dólar*

A renda domiciliar foi obtida em categorias de moeda local a partir de uma única escala de valores em dólares. Para padronização da renda domiciliar, calculou-se os pontos médios dos intervalos das escalas e converteu-se para dólares americanos utilizando a cotação do dólar oficial de cada país no mês de novembro. A tabela 5 apresenta a cotação do dólar e a data de referência por país.

TABELA 5: FATOR DE CONVERSÃO DE MOEDA LOCAL EM USD

País	Moeda local	Cotação	Data
Argentina	Peso argentino	3,3800	25/11/2008
Bolívia	Boliviano	7,0721	13/11/2008
Brasil	Real	2,3343	20/11/2008
Chile	Peso chileno	666,6667	20/10/2008
Paraguai	Guaraní	4970,000	25/11/2008
Uruguai	Peso uruguaio	23,8095	25/11/2008

Fonte: Banco Central do Brasil.

c) *Padronização da escolaridade*

As categorias e níveis de ensino em cada país são muito diferentes. A equipe do Uruguai criou uma variável com quatro categorias padronizadas que permitiu a comparação entre os países.

TABELA 6: NÍVEIS DE EDUCAÇÃO POR PAÍS
AGREGADOS EM QUATRO SEGMENTOS

	Hasta primario incompleto	Primario completo	Secundario	Superior
Argentina	No sabe leer ni escribir (analfabeto) / Sin instrucción formal pero sabe leer y escribir / Primario 1º hasta 6º grado / EGB 1º hasta 6º año	Primario 7º grado / EGB 7º año	Secundario 1º hasta 5º año / EGB 8º y 9º años / Polimodal 1º hasta 3º año	Terciario - no Universitario completo o incompleto / Universitario completo o incompleto / Posgrados, maestrías y doctorados incompletos o completos
Bolivia	Sin instrucción formal, no sabe leer ni escribir / Sin instrucción formal pero sabe leer y escribir / Primaria incompleta (Básico e intermedio incompleto)	Primario completa (3º intermedio aprobado)	Secundaria incompleta o completa (1º a 4º medio aprobado)	Técnico medio (Institutos) / Técnico superior / Universidad o nivel similar incompleto o completo / Estudios a Post-grado
Brasil	Não sabe ler e escrever (analfabeto) / Sabe ler / escrever, mas não cursou escola / 1ª e 2ª parte do ensino fundamental incompleto (1ª até 7ª série)	2ª parte do ensino fundamental completo (até 8ª série)	Ensino médio incompleto (1ª y 2ª série) / Ensino médio completo (até a 3ª série / pré-vestibular)	Superior incompleto au completo / Pós graduação, mestrado, doutorado (compl ou incomp)
Chile	Analfabeto / Sin instrucción formal pero, sabe leer y escribir / 1º hasta 7º básico / primero humanidades	8º básico, segundo humanidades	1º hasta 4º enseñanza media / 3º hasta 6º humanidades	Universitario incompleto o completo / Técnico-profesional incompleto o completo
Paraguay	No sabe leer ni escribir (analfabeto) / Sabe leer / escribir, pero no fue a la escuela / 1ª y 2ª parte de enseñanza primaria incompleta (1º hasta 8º)	2ª parte de enseñanza primaria completa (hasta 9º grado)	Enseñanza media incompleta (1º y 2º año) / Enseñanza media completa (hasta 3º año)	Terciaria / Superior incompleto o completo
Uruguay	Analfabeto / Sin instrucción formal pero, sabe leer y escribir / Primaria incompleta	Primaria completa	Secundaria primer ciclo / Secundaria segundo ciclo	Técnico (UTU o similar) / Terciaria incompleta o completa / Universitaria incompleta o completa

d) Padronização da cor/raça

As categorias de cor/raça em cada país são muito diferentes e foram padronizadas em cinco categorias permitindo a comparação entre os países.

TABELA 7: COR/RAÇA POR PAÍS AGREGADAS EM CINCO SEGMENTOS

	Blanca	Mestiza/ Parda/ Criolla	Pueblo origina- rio (Quechua, Aimara, Guaraní, Mapuche, etc.)	Afrodescendiente	Otra
Argentina	Blanca	Otra: mestiza	Pueblo Indígena	Negra	Asiático/ Oriental/ Amarilla u Otra
Bolívia	Otra: blanca	Mojeño o Mestiza	Quéchua, Aimara, Guaraní o Chi- quitano	Afroboliviano (Negra)	Otra
Brasil	Blanca	Parda	Indígena	Preta	Asiático/ Oriental/ Amarela ou Outra
Chile	Blanco, Europea, Alemana, Caucasico o Español	Mestizo, criollo, Mezcla, Trigueña, Latina, Chileno, Oscura, Pancota o Temucano	Mapuche, Aimara, Atacameño, Colla, Alacalufe, Ymana, Araucano, Hui- lliche, Indígena, Coloneña o Inca	Negra	Israelita, Judío, Mediterranea u Otra
Paraguai	Europea	Mestiza/ Criolla/o	Indígena	-	Asiática u Otra
Uruguai	Blanco	Mestizo	Indígena	Negro	Asiático/ Oriental u Otra

e) *Padronização da religião*

As categorias de religião ou crença em cada país são muito diferentes e foram padronizadas em quatro categorias permitindo a comparação entre os países.

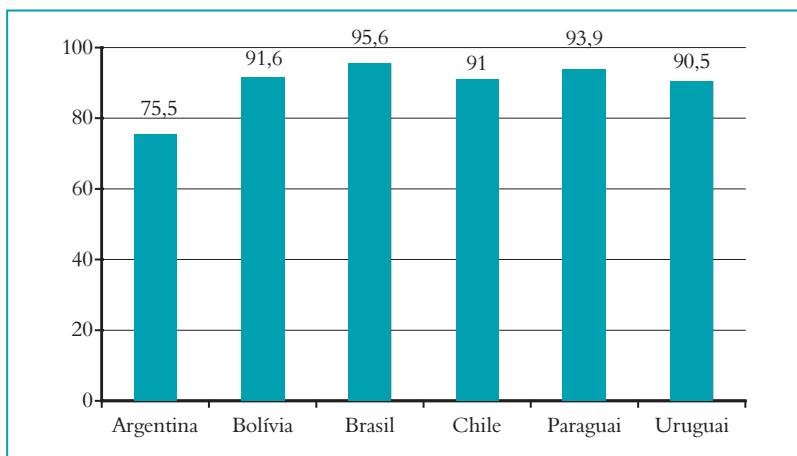
TABELA 8: RELIGIÃO POR PAÍS AGREGADA EM QUATRO SEGMENTOS

	Católica	Evangélica/ Protestante	Otra	Ninguna, Ateo, Agnóstico
Argentina	Católica	Protestantes o Evangelistas (Testigos de Jeová, Evangelistas, etc.)	Mórmons, Judias, Musulmanas u Otra religión	Ninguna, Ateo Agnóstico
Bolívia	Cristiana Católica	Cristiana Evangélica (incluye todas las denominaciones) o Testigos de Jehová	Mormón u Otra religión	Ateo (no cree en un ser superior) o Ninguna religión pero cree en un ser superior
Brasil	Católico	Protestante, Evangélica ou Adventista	Judaica, Orientais (Budismo, Islamismo, etc.) Afrobrasileira (Candomblé, Umbanda, outros nomes locais), Espírita (Kardecista de mesa) ou Outra	Não tem religião (ateu agnóstico) ou Tem fé mas não tem uma religião
Chile	Católica	Evangélica (bautista, metodista, pentecostal o sin especificar), Testigo de Jehová o Adventista	Mormón, Cristiano, Judia u Otra	Ateo o Creyente no pertenece a una religión
Paraguai	Cristiana Católica o Católica Apostólica Romana	Cristiana Evangélica (incluye todas las denominaciones), Testigo de Jehová o Evangélica (bautista, metodista, pentecostal)	Mormón, Judia, Centro de adoración familiar, Espiritual pero no creyente, Musulmán, Hindú, Pueblo de Dios u Otra religión	Agnóstico, Ateo (no cree en un ser superior) o Ninguna religión pero cree en un ser superior
Uruguai	Católica	Protestante, Evangélica o Testigos de Jehová	Budista, Mormones, Musulmán, Hindú, Judío u Otra religión	Ninguna, ateo o agnóstico

f) Imputação dos rendimentos

Em comparação com outras questões, a informação sobre renda domiciliar apresentou um nível de resposta baixo. No entanto, em comparação com outras pesquisas, apresentou um nível satisfatório de respostas válidas.

GRÁFICO 1: NÍVEIS DE RESPOSTAS NOS PAÍSES



Diante desse quadro, optou-se por imputar as rendas por meio de modelos de regressão utilizando, como variáveis independentes, um conjunto de características das pessoas e dos domicílios.

Como variável dependente, criou-se uma variável renda domiciliar com a estimação pontual,³ dos intervalos nas categorias da variável Q48. Analisamos a correlação dessa variável com muitas variáveis de caracterização e selecionamos as variáveis que apresentaram forte correlação com a renda.

Ajustamos seis modelos independentes, um para cada país, para estimar a renda domiciliar a partir das variáveis que forneceram maiores correlações com a variável renda. O exercício foi feito sobre os 12.572 casos dos quais há informação de renda para estimar 1.429 sem informação. Os melhores modelos ajustados para cada país apresentaram coeficientes de ajuste (R²) satisfatórios.

3 Corresponde ao ponto médio do intervalo em cada categoria. No último intervalo, utilizou-se metade da amplitude do intervalo anterior somado ao início do intervalo aberto.

TABELA 9: PARÂMETROS DOS MODELOS
DE ESTIMAÇÃO DA RENDA POR PAÍS

País:	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
Coefficiente R ²	0.28	0.21	0.50	0.38	0.43	0.46
Variável	Betas padronizados					
Dummy sexo	0.087	0.046				0.091
Idade			0.086	0.159	0.123	0.040
Escolaridade	0.209	0.080	0.184	0.140	0.088	0.270
Dummy trabalho	0.067					
Qtd. filhos	(0.040)					
Qtd. moradores	0.065					
Dummy tipo de domicílio	(0.046)	(0.037)	(0.084)	(0.038)		
Dummy tipo de construção		0.039				(0.042)
Qtd. telefones fixos		0.084	0.082		0.121	0.108
Qtd. telefones celulares			0.140		0.168	0.110
Qtd. computadores		0.168	0.173		0.158	0.131
Qtd. rádios	(0.608)		0.062		0.040	
Qtd. TV	0.632	0.156	0.076	0.481		0.148
Qtd. banheiros		0.056	0.171	(0.449)	0.103	0.141
Qtd. empregados domésticos	0.046	0.087	0.166	0.413	0.252	0.183
Dummy telefone fixo	0.176			0.080		
Dummy telefone celular	0.079	0.048				
Dummy computador	0.248			0.192		
Dummy rádios				(0.126)		
Dummy banheiro	(0.191)					
Dummy urbano	0.036	0.049			0.048	
Porte da cidade	(0.031)	(0.056)		0.056		

A tabela 9 apresenta os resultados dos modelos de cada país. Os números representam os parâmetros padronizados que tiveram significância maior do que 5% e indicam a magnitude e o sinal (sentido) da associação com a renda domiciliar.

A variável *dummy* é uma indicadora binária, onde 0 indica ausência e 1 indica presença. Para algumas variáveis da pesquisa, foram criadas indicadoras *dummies* onde 1 representa a existência de uma categoria prevalente. No caso da *dummy* sexo, optou-se por «ser do sexo masculino» e essa variável foi significativa nos modelos da Argentina, Bolívia e Uruguai. Na *dummy* trabalho, optou-se por «estar trabalhando» e foi significativa nos modelos do Brasil e do Uruguai. Na *dummy* tipo

de domicílio, optou-se por «ser casa» e foi significativa nos modelos da Argentina, Bolívia, Brasil e Chile. Na *dummy* tipo de construção, optou-se por «ser de ladrillos o adobe» e foi significativa nos modelos da Bolívia e Uruguai. Na *dummy* urbano, optou-se por «estar em setor urbano» e foi significativa nos modelos da Argentina, Bolívia e Paraguai.

A variável idade corresponde à idade detalhada do respondente e foi significativa nos modelos do Brasil e Uruguai. A justificativa para inclusão da idade do respondente na modelagem é que grande parte do provedor de maior renda da casa é o próprio entrevistado ou seu cônjuge (que costumam ter aproximadamente a mesma idade).

Na variável escolaridade, optou-se por utilizar os níveis ordinais de educação original de cada país (até 16 categorias) e foi significativa nos modelos dos seis países. As variáveis quanti dedade filhos e quantidade de moradores foram significativas apenas no modelo da Argentina.

Dois grupos de variáveis sobre posse de bens foram incluídos: quantidade ou existência. No primeiro, com a quantidade de telefones fixos, telefones celulares, computadores, rádios, TVs, banheiros e empregados domésticos que o domicílio possui. O segundo, variáveis *dummy* indicadoras da existência desses bens no domicílio.

A partir dos modelos criados, estimou-se a renda domiciliar para os casos sem resposta. Criou-se uma nova variável «renda domiciliar imputada» com a estimativa da renda e a informação existente da renda, cobrindo 100% dos casos (14 mil entrevistados).

Avaliou-se o total de moradores (Q1), e todos os casos apresentaram respostas válidas, então foi possível calcular a «renda domiciliar *per capita* imputada». Sobre essa variável, foram feitos alguns cruzamentos que apresentaram resultados coerentes.

Paridade das rendas dos países. Após o exercício de imputação da renda, utilizou-se a metodologia⁴ do CEPAL e do Banco Mundial para adequação do poder de compra em cada país por meio da paridade do poder de aquisição (PPA). A tabela 10 apresenta o índice de paridade da quantidade de dólares para uma mesma cesta de produtos e serviços, para países da América Latina.

4 Ver «Resultados del Programa de Comparación Internacional (PCI) para América del Sur», coordinadores regionales del PCI, en el marco de las actividades del acuerdo entre CEPAL y el Banco Mundial: Ronda PCI 2002-2006.

TABELA 10: CONSUMO EFETIVO DOMICILIAR, 2005.
ÍNDICE DE NÍVEL DE PREÇOS

País	Índice	País	Índice
Chile	119.5	Perú	85.7
Brasil	109.2	Equador	83.9
Uruguai	106.5	Argentina	80.6
Venezuela	102.5	Paraguai	57.8
Colômbia	88.7	Bolívia	50.6

Para se obter a renda domiciliar em dólares PPA, dividiu-se a renda domiciliar em dólares pelo índice e multiplicou-se por 100.

7. CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

No decorrer da análise dos resultados, foram desenvolvidos alguns indicadores para aplicação e interpretação de alguma questão, ou para segmentar a amostra na realização de cruzamentos com o conjunto de questões. Este item apresenta os indicadores construídos.

a) *Indicador socioeconômico*

O desejo de utilizar uma metodologia única para a construção de um robusto indicador socioeconômico foi frustrado pelas diferenças regionais e particularidades culturais na valoração de itens comumente utilizados na maioria dos métodos.

Nos relatórios regionais, cada parceiro teve a liberdade para construir seus indicadores, até mesmo os de classificação socioeconômica. Para o relatório comparativo dos países, optou-se pela divisão da população em partes iguais da distribuição de renda domiciliar per capita. A justificativa para utilizar três percentis (terços) é que criamos uma classificação relativa à distribuição de renda que temos, não importando se ela está adequada à realidade do país.

Portanto, dividimos a distribuição em tercís da renda domiciliar per capita, criando três grupos de tamanhos iguais (semelhantes): tercil mais baixo, tercil mediano e tercil mais alto.

TABELA 11: DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS DE CADA PAÍS
SEGUNDO TERCIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA

	País											
	Argentina		Brasil		Chile		Bolívia		Paraguai		Uruguai	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tercil mais baixo	825	33.00	1188	33.90	627	31.40	589	29.50	660	33.00	651	32.50
Tercil mediano	816	32.60	1150	32.80	664	33.20	714	35.70	680	34.00	641	32.00
Tercil mais alto	859	34.40	1163	33.20	708	35.40	697	34.90	660	33.00	709	35.40
Total	2500	100.0	3500	100.0	2000	100.0	2000	100.0	2000	100.0	2000	100.0

b) Índices de mobilidade e redes

No bloco de «integração sul-americana», foram criados indicadores de mobilidade internacional para se avaliar a proporção de pessoas de cada país que já fez ou planeja fazer pelo menos uma viagem internacional. Cada indicador foi gerado em quatro segmentos de motivação para a viagem: geral (independente da motivação) e por três principais razões (lazer/turismo, trabalho ou estudo).

Os índices *globais* representam o quantitativo de pessoas que fizeram pelo menos uma viagem para o exterior, independente do local de destino. Os índices *sul-americanos* representam o percentual de pessoas que fizeram pelo menos uma viagem para algum país da América do Sul, que, desmembrado, gerou outros dois índices: *regionais* (algum dos seis países participantes da pesquisa) e *outros países da América do Sul*. Os índices intercontinentais representam o percentual de pessoas que viajaram para qualquer país de outro continente. Esses indicadores estão listados nos itens 7.b.i a 7.b.v.

Com a mesma segmentação de motivação e mesma abrangência geográfica (grupos de países), foram criados índices de intenção de mobilidade nos quais o entrevistado foi indagado se planejava fazer uma viagem. Esses indicadores estão listados nos itens 7.b.vi a 7.b.x.

Foram criados dois indicadores de presença de amigos ou familiares que vivem em outros países, para representar a proporção da população que participa de alguma rede, familiar ou de amizade, no estrangeiro. Tais indicadores foram calculados para duas abrangências geográficas: sul-americana (item 7.b.xi) e global (item 7.b.xii).

i) Índices de Mobilidade Global

ÍNDICE DE MOVILIDAD GLOBAL (IMG): índice sumatorio que incluye todos los destinos y todas las razones.

ÍNDICE DE MOVILIDAD GLOBAL POR TURISMO (IMGTUR): índice sumatorio que incluye como destino cualquier país, solamente por paseo.

ÍNDICE DE MOVILIDAD GLOBAL POR TRABAJO (IMGTRA): índice sumatorio que incluye como destino cualquier país, solamente por trabajo.

ÍNDICE DE MOVILIDAD GLOBAL POR ESTUDIOS (IMGEST): índice sumatorio que incluye como destino cualquier país, solamente por estudios.

ii) Índices de Mobilidade Regional

ÍNDICE DE MOVILIDAD REGIONAL (IMR): índice sumatorio que incluye como destino los seis países MERCOSUR y todas las razones.

IMRTUR, IMRTRA E IMREST: mismos índices respectivamente motivados por paseo, trabajo y estudios.

iii) Índices de Mobilidade para outros países da América do Sul

ÍNDICE DE MOVILIDAD OTRO SUDAMERICANA (IMOSA): índice sumatorio que incluye como destino cualquier otro país de sudamérica y todas las razones.

IMOSATUR, IMOSATRA E IMOSAEST: mismos índices respectivamente motivados por paseo, trabajo y estudios.

iv) Índices de Mobilidade para países da América do Sul

ÍNDICE DE MOVILIDAD SUDAMERICANA (IMSA): índice sumatorio que incluye como destino cualquier país de sudamérica y todas las razones.

IMSATUR, IMSATRA E IMSAEST: mismos índices respectivamente motivados por paseo, trabajo y estudios.

v) **Índices de Mobilidade Intercontinental**

ÍNDICE DE MOVILIDAD INTERCONTINENTAL (IMIC): índice sumatorio que incluye como destino cualquier país de otro continente (EE. UU., Europa) y todas las razones.

IMICTUR, IMICTRA E IMICEST: mismos índices respectivamente motivados por paseo, trabajo y estudios.

vi) **Índices de Intenção de Mobilidade Global**

ÍNDICE DE INTENCIÓN DE MOVILIDAD GLOBAL (IIMG): índice sumatorio que incluye todos los destinos y todas las razones.

IIMGTUR, IIMGTRA E IIMGEST: mismos índices respectivamente motivados por paseo, trabajo y estudios.

vii) **Índices de Intenção de Mobilidade Regional**

ÍNDICE DE INTENCIÓN DE MOVILIDAD REGIONAL (IIMR): índice sumatorio que incluye como destino los seis países MERCOSUR y todas las razones.

IIMRTUR, IIMRTRA E IIMREST: mismos índices respectivamente motivados por paseo, trabajo y estudios.

viii) **Índices de Intenção de Mobilidade para outros países da América do Sul**

ÍNDICE DE INTENCIÓN DE MOVILIDAD SUDAMERICANA OTROS (IIMOSA): índice sumatorio que incluye como destino cualquier otro país de sudamérica y todas las razones.

IIMOSATU, IIMOSATR E IIMOSAES: mismos índices respectivamente motivados por paseo, trabajo y estudios.

ix) **Índices de Intenção de Mobilidade para países da América do Sul**

ÍNDICE DE INTENCIÓN DE MOVILIDAD SUDAMERICANA (IIMSA): índice sumatorio que incluye como destino cualquier otro país de sudamérica y todas las razones.

IIMSATUR, IIMSATRA E IIMSAEST: mismos índices respectivamente motivados por paseo, trabajo y estudios.

x) Índices de Intenção de Mobilidade Intercontinental

ÍNDICE DE INTENCIÓN DE MOVILIDAD INTERCONTINENTAL (IIMIC): índice sumatorio que incluye como destino cualquier país de otro continente (EE.UU., Europa) y todas las razones.

IIMICTUR, IIMICTRA e IIMICEST: mismos índices respectivamente motivados por paseo, trabajo y estudios.

xi) Índice de «redes» na América do Sul

ÍNDICE DE «REDES» EN SUDAMÉRICA (IRSA): índice sumatorio de presencia de redes familiares y/o de amigos en sudamérica.

xii) Índice de «redes» no Estrangeiro

ÍNDICE DE «REDES» EN EL EXTRANJERO (IRE): índice sumatorio de presencia de redes familiares y/o de amigos en sudamérica + en otro continente.

c) *Índice de comparação de características*

No bloco de conceitos sobre a juventude, foi criado um indicador sintético para analisar a questão comparativa sobre algumas características de atitudes e comportamentos entre jovens e adultos.

Na questão original, o entrevistado respondia suas impressões sobre como tais características estavam mais presentes nos jovens, nos adultos ou se estavam igualmente presentes. As características questionadas foram se os jovens de hoje são: responsáveis, perigosos, violentos, solidários, consumistas, idealistas, honestos, individualistas, participativos, ecológicos, trabalhadores e empreendedores. As respostas foram dadas da seguinte forma: mais que os adultos, iguais aos adultos ou menos que os adultos.

O indicador criado expressa de forma agregada as impressões sobre todos os atributos, associando -1 aos atributos negativos, 1 aos atributos positivos e 0 para a igualdade entre jovens e adultos.

TABELA 12: ATRIBUIÇÃO DE VALORES ÀS CARACTERÍSTICAS

Características		Mais que os adultos	Iguais aos adultos	Menos que os adultos
Positivas	Responsáveis, solidários, idealistas, honestos, participativos, ecológicos, trabalhadores e empreendedores	1	0	-1
Negativas	Perigosos, violentos, individualistas e consumistas	-1	0	1

Um escore somatório desses valores foi calculado para indicar a impressão de cada entrevistado, cuja amplitude variou entre -12 e 12, nos casos extremos de os jovens serem piores ou melhores em todos os atributos, respectivamente. O indicador criado é a média dos escores individuais segundo o grupo de análise (jovens, adultos e total).

d) Índice médio de concordância

No bloco de valores, sociabilidade e participação social foi criado um indicador para analisar a concordância sobre sete frases valorativas. Essas questões foram apresentadas de forma estimulada, onde havia quatro opções de resposta: discorda totalmente, discorda, concorda e concorda totalmente. Um indicador para cada frase foi calculado pela média desses valores de resposta (1 a 4) e pode ser interpretado da seguinte forma: quanto mais próximo de 1, maior discordância; quanto mais próximo de 4, maior concordância; e o ponto neutro está no 2,5.

e) Diferenças percentuais

No bloco de políticas públicas para os jovens, foram criados índices para analisar as diferenças entre as categorias das variáveis de controle. Em cada questão analisada por percentual, verificou-se a existência de diferenças significativas quando as mesmas eram desagregadas pelas variáveis de controle (sexo, idade, escolaridade, renda e tipo de setor). Esses indicadores representam as diferenças absolutas entre as categorias extremos das variáveis de controle. Exemplo: na questão

«programas de apoio para voltar à escola e evitar a deserção escolar» no corte segundo sexo, na Argentina os homens responderam 55% e as mulheres, 56%; no Paraguai, os homens responderam 43% e as mulheres, 46%. Os respectivos índices de diferenças percentuais seriam: 1 ponto percentual para Argentina e 3 pontos percentuais para o Paraguai.



